Rio Babel

A história das línguas na Amazônia

José Ribamar Bessa Freire

2ª edição

Da-noitó

ed uerj

Rio Babel

A história das línguas na Amazônia

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora
Maria Christina Paixão Maioli

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Antonio Augusto Passos Videira
Flora Süssekind
Italo Moriconi (presidente)
Ivo Barbieri
Luiz Antonio de Castro Santos
Pedro Colmar Gonçalves da Silva Vellasco

Rio Babel

A história das línguas na Amazônia

José Ribamar Bessa Freire

2ª edição

ed uerj

Rio de Janeiro
2011

Copyright © 2011, EdUERJ.
Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, em quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.

EdUERJ
Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã
CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel./Fax.: 55 (21) 2334-0720 / 2334-0721 / 2334-0782 / 2334-0783
www.eduerj.uerj.br
eduerj@uerj.br

Editor Executivo	Italo Moriconi
Coordenadora Administrativa	Rosane Lima
Coordenador de Publicações	Renato Casimiro
Coordenadora de Produção	Rosania Rolins
Coordenador de Revisão	Fábio Flora
Revisão	Luciana Lorensone
	Shirley Lima
Capa, Projeto e Diagramação	Carlota Rios

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

F866 Freire, José Ribamar Bessa.
Rio Babel: a história das línguas na Amazônia / José Ribamar Bessa Freire . - Rio de Janeiro : EdUERJ, 2011.
280 p.

ISBN 978-85-7511-207-6

1. Amazônia – Línguas. 2. Língua Nheengatu. I. Título.

CDU 811.87

Aos falantes de nheengatu – na pessoa de José Parel, índio saterê-mawé, perdido na periferia de Manaus –, com quem convivi na minha infância e de quem ouvi as primeiras palavras nessa língua.

A Ivo Barbieri, que, a partir da leitura de um artigo de minha autoria, sugeriu, incentivou e acompanhou a produção deste trabalho.

A Aryon Rodrigues, pela leitura crítica cuidadosa e pelas mudanças sugeridas.

A Ruggiero Romano, com quem tive a oportunidade de discutir a questão política de línguas e de mão de obra na América Latina.

A Maria Yedda Linhares, a quem devo a descoberta dos índios nos arquivos regionais.

À Capes, que me deu condições de desenvolver pesquisas em arquivos europeus.

E então, coléricos, nos despossuíram, nos arrebataram aquilo que havíamos guardado como um tesouro: a palavra, que é o arco da memória.

Autor anônimo de Tlatelolco, México

Sumário

Prefácio 13
Aryon Dall'Igna Rodrigues

A história de um esquecimento 15
A herança portuguesa 15
Os usos sociais da língua 19
As fontes revisitadas 22
O estado da questão 31
Língua e história 39

As línguas na Amazônia e sua história social 43
A história do uso da língua 43
O quadro de línguas na Amazônia 48
Línguas em contato: as mudanças 65
Línguas em expansão e "línguas anêmicas" 89

A política e o reordenamento de línguas 93
O campo da política de línguas 93
A extensão da língua geral amazônica 96
A trajetória histórica: proposta de periodização 110
As línguas e o Estado 137
As línguas e suas funções 141
Língua geral e literatura 143

A LGA no século XIX: a perda da hegemonia 171
De volta à aldeia 171
A questão demográfica 172
O mapa da língua geral 181

No meio urbano, o bilinguismo 187
A LGA nas vilas e povoações 212
Nas aldeias, os "índios mansos" 235
O declínio da LGA 243

Da língua geral ao português 249

Referências 259

Sobre o autor 277

Prefácio

A Língua Geral Amazônica é uma das línguas de maior importância histórica no Brasil e, não obstante isso, sua história ao longo dos quatrocentos anos de conquista da Amazônia brasileira é muito pouco conhecida e, por isso mesmo, tem sido obscurecida por um grande número de equívocos e de ideias preconcebidas. Esses equívocos e preconceitos afetam tanto sua natureza de língua específica, nitidamente distinta do idioma dos índios Tupinambá do Maranhão e do Pará, no qual teve sua origem, e da outra língua geral que se desenvolveu no Sudeste do Brasil, a Língua Geral Paulista, quanto a história de sua extraordinária expansão como língua dominante durante dois séculos no estado do Maranhão e Grão-Pará, que, até a metade do século XVIII, foi outra colônia portuguesa distinta do que era então o Estado do Brasil.

Há vinte anos, foi publicado o primeiro estudo sério sobre as condições sociais que no século XIX acarretaram a grande mudança no panorama linguístico da Amazônia não indígena, a progressiva substituição da Língua Geral Amazônica pelo Português. Seu autor, o historiador José Ribamar Bessa Freire, manteve, desde então, esse tema como um dos focos de sua atuação como pesquisador e professor. O livro que agora publica é fruto de pesquisas históricas bem conduzidas e bem documentadas, que contribuem substancialmente para esclarecer a realidade linguística da população amazônica do século XVII até o século XX e neste limiar do século XXI, em que aquela que para os povos indígenas colonizados era

a língua dos brancos sobrevive essencialmente como língua dos índios, mas de índios muito diferentes dos antigos Tupinambá que deram origem a ela. A Língua Geral Amazônica, agora chamada também Nheengatu, converteu-se em língua nativa da etnia Baré, que acaba de fazê-la oficializar-se, no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira, como idioma oficial desse extenso município amazônico, ao lado do Português e das línguas Baníwa e Tukáno. A história da Língua Geral Amazônica é, sem dúvida, uma das mais interessantes nas Américas e deve ser conhecida não só pelos estudiosos da História do Brasil, mas também por todos os que estudam as Ciências Sociais, as Letras e a Linguística neste país. O novo livro de Bessa Freire é uma obra que vai levar esse conhecimento a todos esses estudiosos e a toda pessoa interessada na formação do Brasil atual.

Aryon Dall'Igna Rodrigues

A história de um esquecimento

> *Soberbo Tejo, nem padrão ao menos ficará de tua glória?*
>
> *Nem herdeiro de teu renome? – Sim, recebe-o, guarda-o, generoso Amazonas, o legado de honra, de fama e brio: não se acabe a língua, o nome português na Terra.*
>
> Almeida Garret, em "Camões", 1825, X, 21

A herança portuguesa

Uma herança europeia – a língua portuguesa – foi legada ao Amazonas, através de um testamento feito em 1580, num cenário imaginário, no qual o poeta Luiz Vaz de Camões agonizava em seu leito de morte. A abertura do testamento só ocorreu em 1825, quando o inventariante, João Batista da Silva Leitão de Almeida Garret (1799-1854), o primeiro representante do Romantismo em Portugal, fez a leitura pública de seu poema intitulado "Camões". Nele, constam as disposições testamentárias, estabelecendo os direitos e os deveres do herdeiro, que deveria guardar, conservar e usar o bem que lhe era transmitido, para impedir que fosse varrido da face da Terra.

No momento em que Camões morria, no século XVI, não havia um único falante de português na Amazônia, mas em seu território eram faladas cerca de setecentas línguas indígenas, todas elas ágrafas, depositárias de sofisticados conhecimentos no campo das chamadas etnociências, da técnica e das manifestações artísticas, que eram transmitidos através da tradição oral e de diversos tipos de narrativas. Isso demonstra que o herdeiro instituído vivera, até então, sem necessidade do bem europeu que lhe era legado, já que

possuía patrimônio equivalente a ele, capaz de cumprir as funções básicas de qualquer língua. O testamento era, por enquanto, uma decisão unilateral do autor da sucessão.

Trinta e seis anos após a morte de Camões, já no século XVII, a língua portuguesa entrou no Grão-Pará, levada por missionários, soldados e funcionários, determinando um novo ordenamento linguístico em toda a Amazônia. Desde então, os falantes de português da região se tornaram bilíngues, desenvolvendo contatos permanentes com várias línguas indígenas, o que deixou marcas e influências mútuas bastante significativas. Durante todo o período colonial, no entanto, a língua portuguesa – cujas categorias não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região – permaneceu minoritária, como língua exclusiva da administração, mas não da população. Essa situação só se alterou a partir da segunda metade do século XIX, quando passou a predominar o monolinguismo na língua europeia. Nesse processo, cada novo falante indígena do português implicava vários falantes a menos em língua vernácula, que era abandonada, em uma ou duas gerações, por seus usuários potenciais. Então, centenas de línguas se acabaram na terra, para que o português pudesse emergir.

Hoje, no início do século XXI, o português é irreversivelmente hegemônico, mas ainda convive, em territórios da Amazônia brasileira, com mais de cem línguas indígenas, cujos usuários resistiram e foram capazes de preservá-las, cuidando, zelando e lutando por elas, mesmo em condições históricas adversas. Muitos deles são bilíngues, com diferentes níveis de competência na língua portuguesa, enquanto outros continuam monolíngues em língua indígena.

Uma dessas línguas, denominada língua geral ou nheengatu, teve papel histórico marcante, como meio de comunicação interétnica, porque foi ela, e não o português, a principal língua da Amazônia presente nas aldeias, povoações, vilas e cidades de toda a região. Durante dois séculos e meio, índios, mestiços, negros e portugueses trocaram experiências e bens, e desenvolveram a maioria de

suas práticas sociais, trabalhando, narrando, cantando, rezando, amando, sonhando, sofrendo, reclamando, rindo e se divertindo nessa língua indígena, que se firmou como língua supraétnica, difundida amplamente pelos missionários, por meio da catequese. Contou para isso, inicialmente, com o apoio do próprio Estado monárquico, que, depois, em meados do século XVIII, ao modificar sua política, proibiu a língua geral e tornou obrigatório o uso da língua portuguesa.

No entanto, apesar da decisão política, a língua geral continuou crescendo, e entrou no século XIX como língua majoritária da população regional. Com a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, cessou sua expansão, e ela começou a se retrair progressivamente, abandonando o espaço urbano e as próprias margens do rio Amazonas, cedendo sua hegemonia, só em meados do século XIX, para a língua portuguesa. Daí em diante, entrou em declínio. Passou então, gradativamente, a ter menos falantes e viu suas funções reduzidas. Demograficamente fragilizada, tornou-se, no século XX, uma "língua anêmica", carente do sangue de usuários (Rodrigues, 2000, p. 22). Deixou de ser uma língua de expressão regional para cobrir uma área bem menor, limitada ao alto rio Negro, onde continuou sendo falada, sempre, por índios de diferentes línguas e por representantes da sociedade regional que com eles interagem. A população regional chegou a considerá-la "língua de índio", devido à sua origem e procedência, enquanto os índios a viam como "língua de branco", já que foram os missionários europeus que a introduziram no rio Negro, onde anteriormente não havia nenhuma língua tupi (Nimuendaju, 1950, p. 131).

No final do século XX, os falantes de nheengatu e das demais línguas indígenas conquistaram direitos, consolidados na Constituição Federal promulgada em 1988. O poder político, pela primeira vez na história do país, depois de cinco séculos de relação com os índios, deixou de considerá-los uma categoria social em vias de extinção para reconhecer o direito que têm de manter sua identidade

e de viver de acordo com "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições" (art. 231). O mesmo texto constitucional obriga o Estado a proteger as manifestações dessas culturas, assegurando às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem nas escolas (art. 215).

Nesse contexto, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), congregando 42 associações da região, realizou uma assembleia geral, em janeiro de 2000, com a participação de 513 delegados índios que reivindicaram a oficialização das três línguas indígenas mais usadas na área: o nheengatu, o tukáno e o baníwa. Essas línguas, antes tratadas como moribundas, foram, então, tonificadas pela vontade organizada de seus falantes, passando por um processo de revalorização e revitalização.

Agora, no século XXI, a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, em sessão realizada no dia 22 de novembro de 2002, aprovou projeto do vereador índio Kamico Baniwa, formulado com a assessoria do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (Ipol), declarando o nheengatu a língua cooficial de São Gabriel da Cachoeira, um município de 112.000 km², maior que Portugal, onde são faladas 22 línguas diferentes. O Conselho Nacional de Educação (CNE), em reunião extraordinária de 11 a 13 de março de 2003, em Brasília, iniciou os procedimentos para apoiar a implementação da medida. Os órgãos da prefeitura de São Gabriel e os demais poderes sediados no município são obrigados a usá-la na documentação oficial, juntamente com o português, com prazo de cinco anos para implementá-la. O nheengatu é, assim, a primeira língua indígena a se tornar oficial numa unidade do território brasileiro, juntamente com o tukano e o baniwa, contemplados pela mesma lei. Nesse processo de revitalização, ao nheengatu são atribuídas novas funções, que podem significar novos falantes (Oliveira, 2003, p. 2).

Os fatos aqui expostos demonstram que a partilha do bem herdado – a língua portuguesa – não foi feita em partes iguais, pois nem todos os herdeiros se tornaram titulares das relações jurídicas

concentradas na herança, não havendo, portanto, transferência de pleno direito do domínio e da posse do patrimônio legado. A rigor, os herdeiros sequer foram consultados para decidir se queriam recebê-la e substituí-la pelo patrimônio tradicional que já possuíam. Não foram ao cartório, nem tiveram a oportunidade de renunciar ao bem legado – entre outras razões, porque lhes foi vedado o acesso ao conteúdo do testamento, redigido numa língua que desconheciam. Ninguém, porém, é herdeiro contra sua própria vontade, e essa vontade mudou nas duas últimas décadas. Os movimentos indígenas em todo o país, ao se sentirem deserdados, estão reclamando o usufruto e a administração da herança, querendo apropriar-se do português, não mais para substituir suas línguas maternas – cujas funções locais de comunicação corrente eles querem manter –, mas na condição de uma segunda língua, que permita contato direto com a sociedade nacional e possibilite a interação entre as próprias lideranças indígenas, cujas origens linguísticas são muito diversificadas. Por isso, as escolas indígenas reivindicam a alfabetização em língua materna, mas querem que seus alunos aprendam a falar, ler e escrever também em português. Dessa forma, o rio Negro – último reduto da língua geral – aceita, a partir de agora, apoderar-se da herança deixada pelo "soberbo Tejo", desde que isso não implique o desaparecimento na face da Terra de qualquer outra língua indígena, como ocorreu no passado e ainda vem ocorrendo no presente.

Os usos sociais da língua

Os objetivos deste trabalho – se retomarmos a metáfora formulada por Almeida Garret – são, entre outros: a) investigar como e em que medida essa herança europeia foi transferida para a Amazônia e o que aconteceu com o patrimônio linguístico local; b) identificar as razões pelas quais muitos herdeiros não foram plenamente investidos na sucessão; c) conferir o estado de conservação do bem

herdado e as alterações que sofreu com o uso; d) verificar o papel do Estado e da Igreja nesse processo, as circunstâncias históricas, as fases e o tempo de sua duração.

Trata-se, portanto, de abordar a trajetória histórica das línguas na Amazônia brasileira, com uma avaliação do contato entre elas, explicitando, por um lado, o processo de tensões entre a língua portuguesa e as línguas indígenas e, por outro, as políticas de línguas e as formas como as diferentes instâncias de poder interferiram em seu destino, com consequências sobre as marcas identitárias étnica e regional. Dessa forma, busca-se compreender os mecanismos do deslocamento linguístico ocorrido com a população em várias gerações para explicar como o índio tribal – monolíngue em língua vernácula – transformou-se em caboclo – monolíngue em português – depois de percorrer caminhos diversos, trocando várias vezes de língua e de identidade nesse percurso, assumindo o bilinguismo e diferentes marcas identitárias – índio "manso", "tapuia", "civilizado". A certidão de nascimento do amazonense e do paraense, como identidade regional, poderá, assim, ser encontrada, mas, para isso, é preciso destacar aqui uma das línguas de base indígena – a língua geral –, cuja extensão será dimensionada e cujo mapa será desenhado, localizando seu raio de ação até seu declínio, do ponto de vista demográfico, no século XIX.

A formulação desses objetivos obedece a uma abordagem que se situa num domínio relativamente novo do conhecimento, denominado pelo historiador inglês Peter Burke de "história social da linguagem" ou "história social do falar", que ele considera "um campo promissor para a cooperação interdisciplinar" (Burke, 1995, p. 26). Seu foco central incide sobre a história externa das línguas, de seus usos e de suas funções, buscando identificar as razões do processo de expansão de umas em detrimento da extinção de outras. Pesquisas sistemáticas começaram a ser realizadas no mundo anglo-saxão com essa perspectiva, na década de 1960, graças ao desenvolvimento de disciplinas que têm sido chamadas

diversamente de sociolinguística, etnolinguística, sociologia da linguagem, etnografia da fala ou etnografia da comunicação. Essas disciplinas criaram um conjunto de categorias e formularam diversas teorias que vêm sendo ultimamente testadas por vários historiadores, sobretudo europeus, demonstrando que "a língua é uma força ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle, um meio para mudar a sociedade ou para impedir a mudança, para afirmar ou suprimir as identidades culturais" (Burke, 1995, p. 41).

No Brasil, esse novo campo ainda não foi suficientemente explorado. A historiografia brasileira tem-se dedicado, com sucesso, aos aspectos administrativos, políticos e econômicos, sem incorporar, no entanto, a trajetória histórica das línguas ou a evolução de suas funções como objeto de preocupação e de análise. As formas e as dificuldades de reprodução da língua portuguesa e das línguas indígenas em território brasileiro, sobretudo a situação de contato entre elas, também não mereceram atenção maior dos historiadores, para quem o tema não tem sido considerado relevante, embora, sem ele, não seja possível compreender o processo de interação conflituosa entre índios e colonizadores, ou revelar determinados componentes das matrizes formadoras da nacionalidade.

A própria história da literatura não tem problematizado a questão, deixando de fora as manifestações literárias orais e até mesmo as escritas em língua geral e em outras línguas indígenas. Isso decorre do preconceito em relação às línguas indígenas, presente no discurso fundador da nacionalidade brasileira, que se estende às manifestações literárias orais, consideradas tecnicamente subdesenvolvidas e culturalmente atrasadas, que ficam, dessa forma, fora da história da literatura nacional. Esse discurso continua sendo hegemônico, entre outras razões, pelo fato de não ter sido ainda avaliado o lugar da língua no ordenamento social e pelo desconhecimento das trajetórias da língua portuguesa e das línguas indígenas em solo brasileiro. Daí a importância de se desenvolver um campo de

estudo da história social das línguas que discuta suas relações com as manifestações literárias, sejam elas escritas ou orais.

As fontes revisitadas

As fontes para uma história social das línguas no Brasil, manuscritas e impressas, estão dispersas pelos arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros. Para apresentá-las de forma organizada e concisa, talvez seja útil recorrer à periodização proposta por Francisco Iglésias (2000), embora, como adverte o próprio autor, não se possa fugir de certo esquematismo, comum em todas as tentativas dessa natureza. Ele sugere a existência de três grandes momentos da historiografia brasileira, cujos recortes cronológicos estão relacionados aos procedimentos metodológicos da disciplina e ao processo de sua institucionalização. Neles, podemos situar as obras de referência sobre o tema:

1) O período de 1500 a 1838 começa com a chegada dos primeiros europeus e termina com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Cobre, portanto, toda a época colonial e o início do Estado nacional brasileiro. São três séculos e mais de três décadas marcados por uma produção caracterizada, no que diz respeito à historiografia, "por certo número de livros que são mais crônicas históricas do que história, mais fontes do que obras elaboradas" (Iglésias, 2000, p. 23).

Do ponto de vista da história social das línguas na Amazônia, o período abarca um sem-número de tópicos: os primeiros contatos dos índios com várias línguas europeias, o uso dos intérpretes, a escolha de um língua de comunicação interétnica, a expansão e o apogeu da língua geral, as tensões com o idioma português e a extinção de muitas línguas indígenas. As crônicas, no entanto, trazem informações dispersas e fragmentadas sobre esse processo, cujo teor depende, em grande medida, do interesse e da formação do observador. Os relatos dos missionários jesuítas, as narrativas dos capuchinhos franceses e até mesmo os registros dos cronistas das expedições espanholas são particularmente ricos quanto aos dados

sobre os usos de algumas línguas. Da mesma forma que o são as notícias geográficas, as relações históricas e os roteiros de viagens de funcionários da Coroa portuguesa – ouvidores, intendentes, governadores –, além dos diários e itinerários das visitas pastorais de vários bispos do Pará. Seus autores, porém, como regra geral, refletindo o pensamento dominante da época, manifestam uma visão etnocêntrica sobre os índios e suas formas de expressão.

Algumas crônicas relevantes sobre o tema estão indicadas na *Bibliographia da língua tupi ou guarani também chamada língua geral do Brazil*, organizada em 1880 por Alfredo do Valle Cabral, na qual constam 302 obras impressas e manuscritas elaboradas no período de 1555 a 1880, quase todas relacionadas à produção de gramáticas, vocabulários, dicionários, listas de palavras, catecismos, sermões, orações e hinários (Cabral, 1880). O catálogo, no entanto, dirige seu foco para o litoral brasileiro e o Estado do Brasil, alcançando o Grão-Pará só marginalmente. Dessa forma, omite as crônicas espanholas do século XVI, algumas das quais – é verdade – acabavam de ser publicadas naquele momento, graças às pesquisas de Jimenez de la Espada, que as havia localizado no *Archivo general de Indias*, em Sevilha, do qual era diretor. Deixa também de mencionar muitas fontes francesas, inglesas e holandesas dos séculos XVI e XVII, indispensáveis para compor o quadro de contato das línguas indígenas com as línguas europeias. Ficou de fora ainda toda a documentação administrativa, em grande parte manuscrita, valiosa para acompanhar a política de línguas de Portugal – composta pela correspondência dos governadores com a metrópole – e pelo arcabouço jurídico colonial representado por alvarás, cartas régias, ordenações, cédulas reais, decisões – que fazem parte dos acervos, entre outros, da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. De qualquer forma, o catálogo *Valle Cabral* significou uma contribuição importante, porque, embora com lacunas, constitui a primeira tentativa de ordenamento da bibliografia sobre o tema,

facilitando o acesso do pesquisador a um conjunto de trabalhos. Uma parte deles será usada aqui nos capítulos 2 e 3.

2) O período de 1838 a 1931 é marcado pela forte influência exercida pelo IHGB, que organizou a busca sistemática de documentos históricos em todo o Brasil e no exterior, mandando fazer cópias de muitos deles em arquivos europeus, repatriando outros e divulgando os mais importantes em sua revista, publicada com rigorosa periodicidade desde 1839. Promoveu ainda vários congressos, entre os quais os de maior destaque foram o Primeiro Congresso Nacional de História (1914) – cujos anais têm cinco tomos – e o Quarto Congresso (1949), que gerou uma publicação de 13 tomos. Nesse período, portanto, constituem-se os fundamentos da historiografia nacional, que reservou lugar de destaque para os estudos relativos às línguas, criando um espaço acadêmico dedicado à tupinologia, o que se torna particularmente significativo, se considerarmos a descontinuidade do processo.

Quanto à história social da língua, é nesse período que a língua geral perde a hegemonia para o português em toda a Amazônia, mas também é nesse momento que se discute a questão da identidade nacional vinculada à língua falada e escrita pelos brasileiros. Talvez por isso seja um período particularmente fértil. O próprio imperador D. Pedro II, autor do artigo "Quelques notes sur la langue tupi" – redigido em francês e publicado em Paris –, retomando iniciativa anterior de Varnhagem, recomendou ao IHGB que reunisse "todas as notícias referentes à língua indígena, interessantes e úteis pela originalidade e pelos preciosos dados que pudessem administrar à etnografia do Brasil". A língua indígena, assim no singular, era a língua geral. As demais, consideradas meros dialetos, mereceram também uma recomendação especial. O imperador recomendou que "se elaborassem gramáticas e um dicionário geral dos diferentes dialetos falados pelos índios brasileiros" (Silva, 1966, p. 24). Os resultados foram a imediata recuperação e circulação de informa-

ções sobre as línguas, com produção de conhecimentos através de inúmeras contribuições originais, a descoberta de documentos até então desconhecidos e a reedição de alguns textos clássicos: dicionários, gramáticas e catecismo, que foram inventariados pelo trabalho citado de Valle Cabral, complementado posteriormente por Ayrosa (1943) e J. Romão da Silva (1966).

Entre os trabalhos originais, podemos encontrar a literatura dos viajantes e naturalistas que percorreram a Amazônia no século XIX, além da produção de um grupo de tupinólogos vinculados direta ou indiretamente ao IHGB, muitos dos quais recolheram narrativas orais em língua geral, como Von Martius (1794-1868), Freire Alemão (1797-1874), Batista Caetano (1826-1882), Couto Magalhães (1837-1898), Charles Hartt (1840-1878), Pedro Sympson (1840-1892), Barbosa Rodrigues (1842-1909), Stradelli (1852-1926) e Brandão Amorim (1865-1926). Alguns estudaram as crônicas do século XVI, redigindo notas preliminares sobre aspectos linguísticos que muito auxiliaram os historiadores, como o fez Batista Caetano, com os relatos de Jean de Léry e Fernão Cardim. Suas obras estão referenciadas em *Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani*, organizado em 1943 por Plínio Ayrosa, que ampliou a lista de Cabral, acrescentando livros editados em vários países e em várias línguas, num total de 585 títulos. Ayrosa concluiu que a língua por ele denominada de tupi-guarani era "bibliograficamente pobre" em relação à importância que teve para a história do país (Ayrosa, 1943, p. 7).

No período que coincide com o ciclo do Império, é possível também localizar as fontes clássicas dos estudos literários, que foram trabalhadas recentemente por Roberto Acízelo de Souza (1999), constituídas sob as designações disciplinares de retórica e poética. Entre elas, há destaque para Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), um dos primeiros estudiosos de história da literatura no país, autor de vários textos sobre poesia, catequese e

educação indígenas, além de um ensaio intitulado "A língua brasileira". É também o momento em que se redobra o interesse pelas narrativas orais em nheengatu, que foram coletadas, mas muito pouco estudadas, e em que o paraense José Veríssimo (1857-1916) publica os seis volumes de *Estudos da literatura brasileira*, entre 1907 e 1907, com reflexões sobre o português regional e sobre a língua geral. Na mesma época, o engenheiro e tupinólogo baiano Teodoro Sampaio (1855-1937) publicava O *tupi na geografia nacional*, cuja primeira edição é de 1901, seguido, anos depois, do artigo "A língua portuguesa no Brasil" (1931). Alguns dos trabalhos desse período nos serão úteis aqui, sobretudo nos capítulos 3 e 4.

3) O terceiro período da historiografia brasileira se estende até os nossos dias, começando em 1931, com a reforma de ensino feita pelo ministro Francisco Campos, cuja repercussão se fez sentir em todos os níveis da educação escolar. No grau superior, surgem as universidades e as faculdades de letras, educação, filosofia, ciências econômicas e ciências sociais, que abrigam cursos de história dispostos a combater o "amadorismo ou beletrismo" ainda dominantes. Apesar da precariedade inicial dos cursos, dirigidos muito mais à didática do ensino de história do que à formação de pesquisadores, a pesquisa histórica vai paulatinamente deixando de ser "lazer de intelectuais" interessados no culto idealizado do passado, patriótico ou genealógico, para ser realizada por especialistas com formação mais rigorosa, que buscam o "entendimento do real sentido da história". É nesse momento que aparecem em livro os dois maiores historiadores de sua geração – Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda –, cujas obras marcaram o pensamento e a historiografia brasileira (Iglésias, 2000, pp. 188 e 200).

No que diz respeito à história social da língua, vale salientar a série de publicações de fontes coloniais manuscritas, até então inéditas, organizada pela Universidade de São Paulo (USP), que criou, em 1935, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a

cadeira de etnografia e língua tupi-guarani, cujo primeiro titular foi Plínio Ayrosa (1895-1961), autor de uma obra copiosa, iniciada com *Primeiras noções de tupi* (1933). Movimento idêntico ocorreu em várias outras instituições do país, como a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal da Bahia e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Na Bahia, o professor de língua tupi foi Frederico G. Edelweiss (1892-1974), que estudou na década de 1940 a etnonímia tupi e publicou, entre outros, um ensaio esclarecedor – *Estudos tupis e tupi-guaranis* (1969) –, no qual polemiza com Plínio Ayrosa sobre vários aspectos relacionados ao tupinambá, à língua geral e ao guarani. Na PUC do Rio de Janeiro, o regente da disciplina foi o padre A. Lemos Barbosa, autor de um *Curso de tupi antigo* (1956), do *Pequeno vocabulário tupi-português* (1951) e do *Pequeno vocabulário português-tupi* (1970). As obras editadas até 1953 constam da bibliografia de tupi-guarani de Plínio Ayrosa, que foi então atualizada com a colaboração de vários estudiosos, entre os quais Aryon Rodrigues, Carlos Drummond e Lourdes Joyce, que identificaram um total de 897 trabalhos impressos e 54 manuscritos, elaborados no período de 1500 a 1953 (Ayrosa, 1954).

Depois desse último levantamento de Plínio Ayrosa, foi publicado, em 1987, *O guarani.* Uma bibliografia etnológica, com 1.163 títulos, cobrindo o período de cinco séculos referentes especificamente à cultura guarani e ordenada em cinco categorias, de acordo com a natureza de sua produção, discriminando as fontes – conquistas, missionária, dos viajantes, antropológica e etno-histórica –, com dados também sobre a produção originária do mundo hispânico e, mais precisamente, do Paraguai (Meliá *et al.*, 1987). Trata-se de um instrumento de pesquisa de grande utilidade, que ajudou a localizar alguns relatos usados aqui, particularmente no que se refere à extensão da língua geral.

Nenhuma outra bibliografia comentada de obras sobre línguas de filiação tupi foi publicada posteriormente. No entanto, merecem menção os trabalhos de três autores que, embora não tratem especi-

ficamente do tema, incluem um grande número de obras relevantes sobre as línguas indígenas e a língua geral amazônica. Herbert Baldus (1954 e 1968) e Thekla Hartmann (1984) publicaram em São Paulo e na Alemanha a *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, enquanto Alain Fabre (1994) editou na Finlândia *Las lenguas indígenas sudamericanas en la actualidad: diccionario etnolingüístico clasificatorio y guía bibliográfica*. Vale lembrar também que a produção nesse campo cresceu amplamente com a criação do Setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), em 1961, e de áreas de estudos das línguas indígenas em outras instituições do país, como a Unicamp e diversas universidades federais – de Brasília (UnB), Goiás (UFG), Pernambuco (UFPE), Pará (UFPA) e Santa Catarina (UFSC) – e no Museu Paraense Emílio Goeldi. Em 1987, foi lançado o Programa de Pesquisa Científica sobre Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB), formalizado dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que dá novo impulso aos estudos linguísticos (Franchetto, 2000).

Usando critérios similares aos de Ayrosa, podemos estimar em mais de 3 mil os títulos de livros e artigos relacionados ao tema, publicados em cinco séculos. No entanto, uma avaliação sumária dessas obras mostra que elas são basicamente de cunho filológico-linguístico, pertencentes ao campo da dialetologia, ou do que poderia ser denominado de história interna da língua, compreendendo noções gramaticais, vocabulários, catecismos e doutrinas. Aryon Rodrigues, ao realizar um balanço do que foi publicado até 1996, concluiu que, "afora alguns trabalhos descritivos e lexicográficos, e algumas coletâneas de textos, quase nada foi feito ainda de investigação sistemática sobre essas línguas, nem do ponto de vista sócio-histórico, nem do linguístico-histórico" (Rodrigues, 1996, p. 13).

A ausência de pesquisas sobre a história externa das línguas não se deve, porém, à inexistência de fontes primárias, como demonstram guias, catálogos, inventários, índices e outros instrumentos de pesquisa que se multiplicaram em todo o continente americano,

sobretudo na última década, como parte dos projetos desenvolvidos pela comemoração do quinto centenário. No Brasil, o projeto *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*, de caráter interinstitucional e interdisciplinar, elaborado pela USP, mapeou a documentação em 140 arquivos localizados em acervos das capitais dos estados brasileiros, com exceção de Tocantins, Amapá e Roraima. Durante três anos, equipes de pesquisadores vinculados a universidades públicas vasculharam 673 coleções e fundos, buscando agregar informações documentais sobre a temática da história dos índios no Brasil (Monteiro, 1994). Uma parte significativa da documentação encontrada se refere ao uso da força de trabalho indígena, que tanta repercussão teve sobre o destino das línguas, mas existe também um material específico sobre as línguas indígenas e a política de línguas, tanto da Coroa portuguesa quanto do Estado brasileiro. Ela é expressiva, sobretudo, em 25 arquivos do Rio de Janeiro, quase todos de porte nacional, onde uma equipe de dez pesquisadores, coordenada pelo Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, trabalhou no período de 1992-4, encontrando vasta documentação, ainda que dispersa, de interesse etno-histórico e etnolinguístico, que foi objeto de uma publicação: *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro* (Freire, 1995, 1996).

Os acervos mais ricos no que se refere às línguas indígenas pertencem ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional, ao IHGB e ao Museu do Índio. São originais manuscritos e datilografados, produzidos nos três períodos citados, e cópias em microfilmes de trabalhos clássicos na área de etnolinguística e da etno-história, que foram reproduzidos de arquivos europeus, como dicionários, gramáticas, vocabulários, catecismos, poesias, hinários, compêndios de doutrina cristã, apontamentos, artigos e estudos diversos sobre as línguas indígenas, além de, no caso do IHGB, artigos manuscritos enviados para a revista da instituição – alguns publicados e outros inéditos. Uma notícia sobre esses documentos foi tema de uma comunicação apresentada no XIII Encontro Nacional da Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), no grupo de trabalho Historiografia da Linguística Brasileira (Freire, 1998).

Em arquivos de Portugal – sobretudo no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca e Arquivo de Évora –, existe expressiva documentação relacionada à política de línguas: alvarás, cartas régias, decretos, ordenações que compõem o discurso legislativo da Coroa portuguesa sobre as línguas indígenas e a língua geral amazônica, além de informes e relatos de missionários com registros linguísticos produzidos no período. Material similar pode ser encontrado na Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Uma parte dele já foi trabalhada para um artigo publicado na revista *Amerindia*, da Universidade Paris VIII (Freire, 1983). Outra pequena parte foi incorporada neste trabalho, conforme consta nas citações.

No entanto, ainda não foram organizadas e sistematizadas, nem no Brasil nem em Portugal, informações específicas sobre o conjunto das políticas linguísticas relacionadas às línguas faladas em território brasileiro. Já na América Hispânica, um importante instrumento de pesquisa para esta questão colocou 129 documentos à disposição dos pesquisadores, com a publicação intitulada *Documentos sobre política linguística en Hispano América*, editada pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas da Espanha (Solano, 1991). Contudo, no Brasil há esforços pontuais em projetos de pesquisa e em eventos acadêmicos nacionais que abordam, por um lado, os aspectos históricos das políticas linguísticas, debatendo sua relação com a catequese (Freire & Rosa, 2003) e, por outro, a descrição da diversidade linguística, com o financiamento de agências nacionais e estrangeiras, visando revitalizar línguas cuja sobrevivência se considera ameaçada.

Com relação à descrição de línguas, diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, conforme informações de Aryon Rodrigues. Uma instituição inglesa – Endangered Languages Documentation Programme – concedeu financiamento para vários

projetos sobre línguas indígenas faladas no Brasil.

Anteriormente ainda, o programa de línguas ameaçadas da Fundação Volkswagen havia concedido financiamento para outros projetos.

Também a Organização Holandesa de Pesquisas Científicas (NWO) e a Fundação Holandesa para a Pesquisa Tropical (WOTRO) têm financiado trabalhos sobre línguas ameaçadas de desaparecimento no Brasil.

Além disso, recursos do CNPq e da Capes, embora não substanciais, têm possibilitado a pesquisa sobre numerosas outras línguas indígenas nestes anos.

O ESTADO DA QUESTÃO

As fontes primárias para uma história social das línguas no Brasil, embora fragmentadas e dispersas, são ricas, mas ainda não foram suficientemente interrogadas. Os trabalhos nessa linha de pesquisa são raros, conforme é possível constatar nos repertórios, catálogos bibliográficos e guias de fontes anteriormente citados. Esses trabalhos podem ser classificados em estudos preliminares – quando deslocam o foco de preocupação quase exclusivamente sobre a trajetória da língua portuguesa em solo nacional ou regional, desinteressando-se pelas línguas indígenas – e estudos circunstanciados – quando procuram avaliar a evolução das diversas línguas em contato.

Os estudos preliminares manifestam, como regra geral, certa tendência a generalizar, para todo o território brasileiro, aspectos que se limitaram ao litoral ou à região centro-sul, considerando os estados do Brasil e do Grão-Pará como se fossem uma única entidade. Assim, quando se referem à língua geral, confundem algumas vezes a língua geral paulista com a língua geral amazônica, numa perspectiva de "unidade nacional" e linguística que é, no mínimo, discutível.

Vários desses autores que se preocuparam com a trajetória do português no Brasil publicaram estudos, em momentos diferentes, com certa repercussão no meio acadêmico. Entre eles, as contribuições mais importantes foram as de Serafim da Silva Neto (1917-1960), Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), Sílvio Elia (1913-1998) e Antônio Houaiss (1915-1999). Eles chamaram a atenção para alguns aspectos relevantes, como o papel das cidades na difusão da língua portuguesa (Elia, 1979). No entanto, em seus recortes, as línguas indígenas só aparecem marginalmente – quando aparecem –, e às vezes dentro de um enquadramento em que a hegemonia do português é apresentada como resultado de qualidades inerentes à própria língua europeia que seriam superiores às das línguas americanas. Não consideram, assim, o peso que tiveram nesse processo os fatores econômicos, sociais e políticos. A visão triunfalista e reducionista de Serafim da Silva Neto é a mais representativa de tal postura: "A vitória do português não se deveu à imposição violenta da classe dominante. Ela se explica pelo seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização" (Silva Neto, 1950, p. 61).

Sílvio Elia reforça esse enfoque quando não reconhece – nos campos da fonologia, da morfologia e da sintaxe – as influências da língua geral sobre a língua portuguesa transplantada da Europa e implantada no Brasil. Para ele, "as línguas indígenas estariam no estado tribal, sem nenhuma repercussão na vida cultural do país", considerando-as "ilhotas que tendem a desaparecer, num processo de glotofagia" (Ranauro, 1999, p. 26).

Essa mesma ideologia está representada em outros autores, de âmbito mais regional, cujos trabalhos também nem sempre dialogaram com as disciplinas do campo da linguística, da etnografia e da antropologia, permanecendo, dessa forma, dependentes do discurso colonialista, do qual herdaram o preconceito e o glotocentrismo. Nem sequer o meio acadêmico escapou dessa influência. Nesse caso,

estão os conhecimentos produzidos por três importantes estudiosos regionais contemporâneos. O primeiro deles, o médico baiano Alfredo Augusto da Matta (1870-1954), que viveu mais de cinco décadas na Amazônia e publicou na revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas vários trabalhos sobre o português regional, onde as línguas indígenas são tratadas como dialetos "embrulhados, imperfeitos, mal elaborados, pobres, deselegantes, confusos, incapazes de exprimir ideias universais", enquanto o português é apresentado como "a língua imortal de Camões" (Matta, 1939, p. 7). Os outros dois assumiram, em momentos diferentes, a direção de uma das mais respeitáveis instituições de pesquisa da região, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), criado em 1952 e instalado em Manaus em 1954, com cursos de pós-graduação em várias áreas e uma equipe de cientistas nacionais e estrangeiros. Um deles, o médico acreano Djalma Batista (1916-1979), dirigiu o Inpa de 1959 a 1968 e construiu uma obra valiosa, sem a qual não é possível entender a região. Seu olhar é de extrema simpatia em relação aos povos indígenas. Porém, no que se refere ao choque cultural, ele aborda tangencialmente as línguas, opondo, de um lado, o português, "uma língua estruturada" que representa "a supremacia de sua cultura" e, de outro, "os mil e um dialetos monossilábicos usados pelos íncolas" (Batista, 1976, p. 43). O outro, o historiador amazonense Artur César Ferreira Reis (1906-1989), cuja vasta obra tem inegável valor heurístico, manifesta a crença na existência de "línguas ricas" e "línguas pobres", "línguas superiores" e "línguas inferiores", tratando as línguas indígenas como "rústicas e pobres" (Reis, 1940, p. 43).

Esses e outros trabalhos, quando desconsideram a importância da língua geral e das línguas indígenas na história do Brasil e da Amazônia, tornam procedente a ideia postulada por Renan (1822, p. 20) de que a construção de uma nação depende, em grande medida, da possibilidade e da disposição de seus integrantes em esquecer aqueles aspectos da história que podem prejudicar a

construção da identidade nacional. Assim, podemos pensar que a historiografia brasileira, em seu afã de imaginar uma comunidade nacional, organizou, entre outros, dois esquecimentos relacionados diretamente com a perspectiva deste trabalho:

1. Construiu uma unidade territorial e política da nação brasileira já a partir de 1500, apagando da lembrança o fato de que Portugal teve duas colônias na América, cada uma autônoma em relação à outra, com seus próprios governadores, seu corpo de funcionários, sua administração, suas leis e sua dinâmica histórica, e que essa unidade só vai se consolidar com a adesão do Grão-Pará ao Brasil, em agosto de 1823, quase um ano depois da Independência;
2. Construiu uma unidade linguística desde 1500, com base no português transformado na única língua dos brasileiros, desconsiderando a ampla difusão, no tempo e no espaço, da língua geral amazônica e da língua geral paulista, hegemônicas durante todo o período colonial em partes expressivas do que é hoje o território nacional, "de uso mais corrente, em verdade, do que o próprio português" (Holanda, 1976, p. 90). Desconheceu ainda informações sobre o rico quadro de línguas indígenas, muitas das quais – cerca de 180 – são faladas ainda hoje no Brasil e continuam a ser instrumentos de criação literária.

Os estudos circunstanciados da história externa das línguas no Brasil, com preocupação em acompanhar também a trajetória das línguas indígenas, tentaram, em certa medida, contrariar esses esquecimentos organizados. Eles estão representados pelos trabalhos de três historiadores. Cada um deles deixou algumas reflexões significativas sobre o conflito e o contato entre línguas indígenas e o português, embora o diálogo que mantiveram com as disciplinas linguísticas tenha sido desigual e sempre fecundo. O primeiro deles, Sérgio Buarque de Holanda, centrou seu foco sobre a língua geral paulista; o segundo, José Honório Rodrigues, trabalhou a evolução

da língua geral no Brasil; enquanto o terceiro, Artur Reis, discutiu o processo de hegemonia linguística ocorrido na Amazônia.

Buarque de Holanda, referência obrigatória para os estudiosos da matéria, foi o primeiro historiador a tratar da questão, em três artigos publicados, em 1945, no jornal *O Estado de S. Paulo*, que foram inseridos em seu livro, *Raízes do Brasil*, a partir da segunda edição revista e ampliada de 1948. A inserção foi feita como apêndice do Capítulo IV, numa extensa nota com o título "A língua geral em São Paulo". Sua maior contribuição talvez tenha sido desconstruir a representação que se tinha, até então, de uma unidade linguística desde 1500, com base no português. Apoiado em seleta documentação, ele concluiu que "o processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode dizer-se que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII". Forneceu dados que comprovam como na província de São Paulo, mesmo após a Independência do Brasil, era possível "ouvir a língua geral ainda da boca de alguns velhos" (Holanda, 1976, pp. 93-4). Do ponto de vista teórico e metodológico, teve ainda o mérito de apontar alguns caminhos, vinculando a expansão da língua geral paulista ao recrutamento da força de trabalho indígena – através da ação dos bandeirantes –, usando, para isso, alguns documentos importantes, como inventários e testamentos do Arquivo Público de São Paulo, relatórios de governadores, missionários, bispos e outras autoridades civis, militares e eclesiásticas, além dos relatos dos viajantes.

José Honório Rodrigues, responsável por dezenas de edições de textos e, reconhecidamente, o pesquisador com maior conhecimento da documentação histórica, publicou, em 1983, o artigo "A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial", no qual retomou a questão do ponto no qual a havia deixado Buarque de Holanda em 1945, ampliando, no entanto, o recorte geográfico para outras áreas do Nordeste e da região amazônica e enriquecendo-o com outros documentos. Ele questiona os autores que tentam explicar a pre-

ponderância do português sobre outras línguas com argumentos de ordem linguística, desconsiderando os fatores históricos. Defende a ideia de que a vitória da língua europeia em território americano não se deu num processo pacífico, como comumente se apresenta, mas "custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas". Seu artigo é esclarecedor quanto ao aspecto das línguas em contato no Brasil, porque incorpora informações sobre as línguas africanas e sobre a existência de "uma língua geral negra para o entendimento entre os vários grupos africanos", que na Bahia era o nagô ou iorubá, e no norte e no sul, o quimbundo. Usa com muita propriedade as crônicas e os relatos de viajantes e missionários, cruzando as informações com documentação manuscrita da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, do ponto de vista conceitual, baseia parte de sua argumentação num pressuposto reproduzido por alguns historiadores, mas que é vigorosamente questionado pelos linguistas: o de que a língua geral indígena foi criada pelos jesuítas (Rodrigues, 1983, pp. 20-1 e 30).

Dos três, o historiador amazonense Artur Reis, já citado, foi o que mais trabalhou com fontes primárias relativas à Amazônia, representadas pelos códices da Seção de Manuscritos da Biblioteca Pública do Estado do Pará e por documentação do Arquivo Histórico e Ultramarino. Publicou em Lisboa, em 1961, um artigo com o sugestivo título "A língua portuguesa e a sua imposição na Amazônia", no qual discute os mecanismos através dos quais o português se tornou hegemônico na região, explorando essas fontes primárias – algumas até então inéditas –, embora adotando a perspectiva idealizada do colonizador. Manifesta seu lugar de enunciador pró-luso quando avalia como "uma admirável página de trabalho" a colonização na Amazônia, exaltando "as qualidades dos portugueses, em seu destino histórico de criar uma nova humanidade, fundindo-se com as multidões nativas". Quanto às línguas indígenas, ele anuncia, logo no início do artigo, que re-

nuncia a "examinar em minúcias o que seria essa babel", porque ainda não havia sido feito "um levantamento seguro dos falares dos primitivos regionais". Apesar de todas essas limitações, ele dá uma contribuição importante ao desconstruir essa representação de unidade territorial e política do Brasil, da mesma forma que Buarque de Holanda o fizera em relação à unidade linguística, chamando a atenção para o fato de que a Amazônia "era uma grande província de Portugal, destacada do Brasil, a que se não vinculara ainda" (Reis, 1961, pp. 492-3).

Outros estudos que oferecem mais informações históricas sobre a língua geral vêm sendo feitos por linguistas, que, em alguns casos, acabaram realizando com êxito tarefas que competiam aos historiadores. O mais importante, sem o qual os demais não poderiam existir, é Aryon Rodrigues, cuja tese de doutorado na Universidade de Hamburgo, em 1959, trata da fonologia do tupinambá. Ligado a várias universidades brasileiras, ele construiu nos últimos sessenta anos uma respeitável obra, desde seu artigo sobre o histórico das diferenças fonéticas entre o tupi e o guarani, em 1940, até outros trabalhos conclusivos sobre aspectos históricos da língua geral, diferenciando definitivamente a língua geral amazônica (LGA) da língua geral paulista (LGP). Publicou estudo crítico sobre a gramática de Anchieta. Esclareceu conceitos, indicou caminhos e submeteu a documentação histórica à crítica, usando, para isso, critérios sociolinguísticos. Continua ainda em plena atividade na Universidade de Brasília, pesquisando e formando especialistas (Rodrigues, 2000, 1998, 1997, 1996, 1992, 1986, 1984, 1985, 1964, 1955). Duas linguistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Yonne Leite e Ruth Monserrat – que trabalharam com línguas atualmente faladas por grupos de filiação tupi reinterpretaram os dados presentes nas descrições jesuíticas do período colonial; a primeira discutiu a precisão e o rigor da gramática de José Anchieta (Leite, 2003), enquanto a segunda estudou as mudanças no campo fonológico do tupi do século XVIII, a partir de documentação até então inédita (Monserrat, 2003).

Três trabalhos sobre a LGA foram apresentados em 2001, na Reunião Anual da SBPC: Ruth M. F. Monserrat, *Observações sobre a fonologia da língua geral amazônica nos três últimos séculos*; A. D. Rodrigues, *Língua geral amazônica e português: contrastes e convergências*; e Ana Suelly Cabral, *Natureza das mudanças gramaticais – a língua geral amazônica do século XVIII*. Cabe destacar ainda os trabalhos produzidos na Venezuela e na Colômbia, entre os quais *o Diccionario de ciencias nyeengatu*, elaborado por Zoila Payema (2002), e a monografia *Presentación introductoria de textos ñeengatu en el município San Carlos de Rio Negro – Estado Amazonas*, de autoria de Margarida Elisa Laucho Rivas (2003), da Universidade Central da Venezuela.

Alguns outros linguistas usaram documentação histórica para analisar a trajetória das línguas: Maria Cândida Drummond de Barros, do Museu Goeldi, cuja dissertação de mestrado aborda de forma original a política de línguas no Brasil colonial, discutindo pormenorizadamente as formas de reprodução da língua geral, sua transformação em uma língua supraétnica, sua padronização como parte do processo de dominação e, finalmente, o processo de tupinização dos tapuias e dos portugueses. Publicou ainda vários artigos sobre o tema em revistas especializadas (Barros, 1994b, 1994a, 1990, 1986, 1982, 1980); Maria Carlota Rosa, da UFRJ, que analisou as descrições da língua geral a partir de documentos jesuítas dos séculos XVI e XVII (Rosa, 1997, 1992, 1991); Denny Moore, do Museu Goeldi, que trabalhou o desenvolvimento histórico do nheengatu e as marcas de contato com outras línguas (Moore, 1993, 1990b, 1990a); e Luiz Borges, originalmente ligado ao Museu Goeldi, que se preocupou com a fonêmica da língua geral, em tese defendida na Unicamp, sob a orientação de A. D. Rodrigues.

Os autores aqui mencionados, tanto os historiadores quanto os linguistas, esclareceram aspectos importantes sobre o tema, que serão explicitados ao longo deste trabalho. Até então, predominava uma representação produzida pela historiografia brasileira, referente ao contato dos índios com os colonizadores, cuja circulação foi feita

de forma tão eficaz e tão difundida que acabou por se naturalizar. Seus pressupostos eram o de que o Brasil começara a falar português imediatamente depois da chegada de Pedro Álvares Cabral, quando as línguas indígenas teriam deixado de ser usadas. Nenhum estudioso interessado no período colonial ou na própria construção do Estado brasileiro e da identidade nacional se havia questionado sobre a história social das línguas usadas no Brasil, que, dessa forma, não constituía um problema suscetível de ser investigado. Na medida em que as perguntas não eram formuladas, a documentação permanecia em silêncio. A grande contribuição dos três historiadores citados – Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues e Artur Reis – foi justamente interrogar os documentos sobre essa questão, tornando visível aquilo que ainda não havia sido revelado pela historiografia, ou seja, que o português não foi a língua falada pelos primeiros brasileiros.

A supremacia do português no Brasil foi o resultado de um processo longo e conflituoso, que se desenvolveu durante todo o período colonial, de forma desigual nas diferentes regiões do país. O trabalho desses linguistas consistiu em demonstrar que a implantação do português em terras americanas ocorreu em contato com muitas línguas indígenas, produzindo situações linguísticas caracterizadas pelo desenvolvimento de línguas gerais, entre as quais a língua geral paulista e a língua geral amazônica. A estratégia de "garimpar" informações sobre o uso da língua geral em crônicas do período colonial, nos relatos dos viajantes do século XIX e na documentação oficial, foi a lição mais importante aprendida com esses estudiosos, de quem este trabalho é tributário, assim como do artigo publicado pela revista *Amerindia*, em Paris (Freire, 1983).

Língua e história

O desenvolvimento deste livro requer enfoque interdisciplinar, uma vez que pretende estabelecer alguns critérios relacionais entre

língua e história, na abordagem que será feita da história social das línguas na Amazônia no período de trezentos anos, com especial ênfase no século XIX. Neste primeiro capítulo introdutório, o tema foi problematizado, os objetivos, apresentados, e o campo de estudo, definido. Foi feita, ainda, uma revisão das principais fontes, seguida de uma avaliação do estado atual da questão, em que foram identificados alguns instrumentos de pesquisa.

O segundo capítulo vai delinear o tratamento dispensado pela historiografia à trajetória das línguas, discutindo o lugar que ocupam na construção da identidade nacional e regional. Apresentará, em seguida, o quadro multilíngue da Amazônia, no momento da chegada do colonizador europeu, numa proposta construída a partir das crônicas dos primeiros viajantes, cujos dados serão tratados criticamente com o apoio de trabalhos contemporâneos de etnolinguística e de classificação de línguas indígenas. Acompanhará a evolução desse quadro, através do processo de formação da língua geral e do transplante da língua portuguesa para o Grão-Pará, incluindo um fluxograma do sistema de exploração da força de trabalho indígena no período colonial, uma vez que é dentro desse sistema que os usuários das diferentes línguas interagem. Os contatos sistemáticos entre as línguas usadas na Amazônia, através de seus falantes – e as influências mútuas que umas exerceram sobre as outras –, serão analisados com o emprego de algumas noções do domínio da sociolinguística, como línguas em contato, bilinguismo individual e social, meia-língua, língua minoritária, empréstimo, substrato e adstrato. As marcas deixadas no português regional serão examinadas a partir de alguns documentos escritos por participantes do movimento da Cabanagem e de atas de câmaras municipais do mesmo período.

O terceiro capítulo buscará na sociolinguística a categoria "política de línguas" para avaliar as grandes diretrizes gerais elaboradas pelo Estado e pela Igreja, cuja interferência nos destinos das línguas na Amazônia foi responsável, em grande medida, pela expansão da

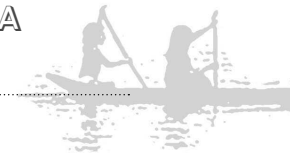
língua geral, provocando o reordenamento da região. A extensão da língua geral será demarcada com a ajuda dos relatos de viajantes do século XIX, complementados, tangencialmente por documentação de arquivos. Esses dados serão cruzados com a produção dos tupinólogos, e ambos passarão por um crivo crítico, graças às contribuições dos debates travados pela linguística em torno dos próprios conceitos de língua e de dialeto.

Uma vez definido o raio de ação da língua geral, será analisada a intervenção do Estado e da Igreja nesse processo, com a discussão sobre as normas jurídicas, as ações desenvolvidas e o conjunto de atividades sociais que procuraram resolver os problemas comunicativos da região e disciplinar a força de trabalho indígena. A partir da correspondência entre os governadores do Grão-Pará e a Coroa portuguesa, da legislação, das crônicas e de relatórios administrativos, o capítulo retomará uma proposta de periodização das políticas de línguas, delimitando fases históricas, localização, funções, expansão e retração do português, da língua geral e das línguas indígenas. Acompanhará ainda seu desdobramento nas três áreas de atuação: na externa, onde são definidos os papéis, usos e funções das línguas; na interna, com a produção de normas, gramáticas e dicionários e, finalmente, na pedagógica, que inclui a catequese e a escola. Trata-se de averiguar por que a Coroa portuguesa primeiramente estimulou e depois proibiu o uso da língua geral, e por que fracassaram as tentativas de portugalização no século XVIII. O modelo formulado por Anderson (1983), que diferencia a ação dos reinos dinásticos, de um lado, e dos Estados nacionais modernos, de outro, ajudará a avaliar o papel da Coroa portuguesa e do Estado nacional brasileiro nessa questão.

O quarto capítulo se centrará no século XIX, para verificar como a língua geral perdeu progressivamente funções e usuários para a língua portuguesa, ressaltando quando e de que maneira a população passou a falar majoritariamente o português. Para isso, a questão demográfica será abordada de forma circunstanciada, com

base sobretudo nos censos paroquiais e provinciais e nos relatórios dos presidentes de província do Pará e do Amazonas, correlacionando esses dados com os usos das línguas. O desenho do mapa da LGA vai projetar a distribuição de seus falantes pelas aldeias, povoações, vilas e cidades, considerando as diferenças regionais do baixo Amazonas, com base em informações dispersas nos relatos dos viajantes e naturalistas. Será composto um cenário provável do processo de deslocamento linguístico, no qual a situação linguística dos grupos sociais estará relacionada diretamente às diferenças identitárias. Serão usadas as noções de acontecimento comunicativo, ato comunicativo, situação comunicativa, interação comunicativa, bilinguismo ativo, bilinguismo passivo, bilinguismo equilibrado, bilinguismo ambiental, semilinguismo, no sentido proposto por Francisco Moreno Fernández, em *Princípios de sociolingüística y sociologia del lenguaje* (Moreno, 1998). O acompanhamento da evolução do quadro sociolinguístico e dos espaços ocupados pelas línguas amazônicas permitirá caracterizar as fases de expansão e declínio da língua geral, com destaque para fatores como: urbanização, migrações, escola e revolução nos meios de transporte, com a introdução da navegação a vapor.

As línguas na Amazônia e sua história social



A história do uso da língua

> *Em geral nós, os brasileiros da costa, pensamos que a língua tupi só é falada por pagãos. Há engano nisso; temos milhares de compatriotas cristãos que a falam, e que não falam o português, os quais concorrem já com muitos milhões para a riqueza pública, pagam todos os impostos, inclusive o imposto de sangue.*
>
> Magalhães, 1876, p. 137

No século XIX, a língua é representada pelos autores românticos como um organismo vivo, dotado de uma estrutura própria que refletia mais do que qualquer outra instituição o pensamento, os valores e o espírito de uma nação. Essa ideia foi desenvolvida, entre outros, por Johann Herder, para quem a nacionalidade é uma herança que se recebe ao nascer em determinada terra, ao pertencer a determinada raça e, sobretudo, ao falar determinada língua. Uma nação seria, assim, a extensão natural de uma família – o primeiro grupo natural a compartilhar significados linguísticos. O princípio de identidade coletiva residiria, portanto, nessa possibilidade de construção mancomunada de sentidos, garantida pela linguagem comum, o que asseguraria a coesão interna da comunidade. Dessa forma, a língua era vista como um bloco homogêneo, e qualquer variação ou diferença era avaliada pelos gramáticos como o caos conspirando como uma ameaça permanente contra a unidade do idioma nacional e, em consequência, contra a unidade da própria nação.

Tal perspectiva contribuiu para esclarecer aspectos da relação entre língua e identidade, mas, ao investir principalmente na descrição das formas linguísticas, acabou restringindo o conceito de historicidade à evolução diacrônica dos aspectos sistêmicos da língua, deixando de lado outros fatores importantes que não foram trabalhados pelos pensadores românticos da época:

> As preocupações deles eram nacionais – ou mesmo nacionalistas – e não sociais. Eles estudavam a história interna das línguas, a história de sua estrutura, mas negligenciavam aquilo que tem sido chamado de sua história externa, ou em outras palavras, a história de seu uso (Burke, 1995, p. 11).

No Brasil, as noções de espírito do povo, alma coletiva e linguagem compartilhada estiveram presentes tanto quanto no Romantismo europeu, sobretudo após a Independência, quando surge a necessidade de se assinalarem as diferenças e o distanciamento em relação a Portugal nos campos da língua e da literatura. Desse modo, editaram-se obras que, já em seus títulos, exaltam a temática nacional brasileira – compêndios, gramáticas, vocabulários[1] –, com ênfase nas referências identitárias nacionais, e até nacionalistas, quanto à língua. Essa produção evidencia, por um lado, como a língua se torna emblemática nesse debate e, por outro, encerra uma reivindicação de prestígio na norma nacional própria, independente da de Portugal. Um balanço da historiografia romântica da literatura brasileira do século XIX mostra em que medida a produção literária valorizou a língua como elemento de identidade nacional. Cerca de 24 estudos e coletâneas elaborados no Brasil num espaço de meio século (1826 a 1873) são unânimes em chamar a atenção para a relação língua *versus* nação, considerando a primeira símbolo

1 Entre outros, Zilberman (1999) e Coelho (2002) destacam os seguintes tratados: *Compêndio de gramática da língua nacional* (1835); *Compêndio de ortografia da língua nacional* (1848); *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (1853), de Braz da Costa Rubim; *A nova retórica brasileira* (1860); *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (1875/1888), de Antônio Joaquim de Macedo Soares; *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1889), de Henrique de Beaurepaire-Rohan, e *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro* (1875-2891), de Macedo Soares.

da segunda, embora o sintagma identidade nacional não apareça nesses estudos, que sequer empregam o substantivo identidade de forma mais frequente (Zilberman, 1999). Outro balanço encontra em apenas uma obra de Macedo Soares 19 denominações diferentes e 33 referências que mencionam o português falado no Brasil, usando, para isso, os substantivos língua, dialeto, linguagem, português, sempre qualificados como brasileiro, "do Brasil", "da América", "nossa", "nacional", "da pátria", "língua de cá" etc., que manifestam uma atitude de distanciamento da metrópole, como principal traço de identidade (Coelho, 2002).

A palavra "nacional" ou "brasileira" para designar o idioma equivale a um manifesto, levando a questão da língua nacional a fazer parte da ordem do dia dos pensadores e literatos do país. Entre eles, destaca-se José de Alencar, que, nas semelhanças e diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, reconhece o idioma nacional. É nele que Alencar vai justamente construir sua obra, assumindo essas diferenças para afirmar a nacionalidade, mesmo enfrentando o risco da acusação de "macular a pureza do idioma".[2]

Outros autores brasileiros do século XIX proporcionaram algumas pistas para a história social das línguas que nos permitem ter uma compreensão das trajetórias e das funções por elas desempenhadas. É o caso de Couto de Magalhães, cuja afirmação – que aparece como epígrafe deste capítulo – contém o pressuposto implícito de que todo brasileiro tinha de ser, por definição, falante de português, o que corresponde a uma marca da identidade coletiva e reforça, assim, a suposição idealizada de que toda nação deve ter uma língua compartilhada por todos os indivíduos que dela fazem parte. No entanto, ele mesmo assinala que não era isso o que ocorria em uma vasta extensão do território nacional – a Amazônia –,

2 A discussão sobre a questão de língua e identidade nacional, que hoje é uma área trabalhada prioritariamente pelos linguistas e antropólogos, já foi, no século passado, uma preocupação da área literária. Uma síntese dela, com a análise sobre a variável língua na construção da ideologia do nacionalismo, pode ser encontrada em dois livros organizados por José Luís Jobim: *Introdução ao Romantismo* (Jobim, 1999a) e *Literatura e identidades* (Jobim, 1999b), ambos com artigos de vários autores.

onde milhares de cidadãos, indígenas e não indígenas, apesar de desconhecerem a língua portuguesa, estavam sintonizados com a vida econômica, social e política do país e identificados com os valores nacionais de tal forma que produziam riquezas, pagavam impostos e – na expressão de Couto de Magalhães – não hesitavam em "derramar seu sangue pela pátria", como aconteceu na Guerra do Paraguai. Mas o fato de não falarem a língua nacional e, ao contrário, de serem usuários de uma língua indígena, produziu e continua produzindo uma reação de estranhamento. É que essa situação singular contrariava uma suposta unidade lingüística, mas, sobretudo, evidenciava até que ponto se expandira uma língua de base indígena denominada, ao longo da história, de língua geral, nheengatu e tupi, entre outras nomenclaturas. Por isso, tornou-se objeto de observação e curiosidade dos viajantes e estudiosos – nacionais e estrangeiros.

A língua de comunicação interna da Amazônia – ao longo de todo o período colonial e até mesmo nas primeiras décadas do século XIX – foi, incontestavelmente, a língua geral amazônica (LGA), que desempenhou aquelas funções básicas exercidas tradicionalmente por toda e qualquer língua numa comunidade, o que acabou retardando o processo de hegemonia do português. A memória desse fato, porém, se perdeu, fragmentada nos próprios falantes que restam. Quanto aos atuais descendentes daqueles que falavam a LGA, nem sequer sabem que ela existiu e que foi falada, até muito recentemente, por seus antepassados, e ignoram que ainda hoje é bastante usada na região do rio Negro. Esse apagamento, em grande medida, é o resultado do desinteresse dos pesquisadores pela história social da línguas, os quais, ao desconsiderar essa dimensão, não levaram em conta sua força ativa, organizadora da sociedade e do próprio tecido histórico. Em consequência, abriu-se uma lacuna que acabou sendo preenchida por "observações marginais, que expressam muito mais os preconceitos de seus autores sobre os grupos indígenas do que uma análise sobre

a questão linguística colonial" (Barros, 1982, p. 1). Os raros estudos contemporâneos realizados se enquadram numa perspectiva filológica e lusófona, com o objetivo muito mais de dar conta dos empréstimos lexicais das línguas indígenas ao português falado no Brasil do que refletir sobre o uso dessas línguas.

No entanto, desde o final da década de 1920, a Escola dos Annales, que renovou os estudos históricos, vem chamando a atenção para o poder da língua e para seu envolvimento com outras formas de poder. O historiador francês Lucien Febvre, discutindo a relação entre linguagem e mentalidade, advertiu os pesquisadores de sua área para a necessidade de acompanharem o trabalho dos linguistas, sem o qual corriam "o sério risco de interpretar incorretamente muitos de seus documentos que não são tão transparentes ou desprovidos de problemas como frequentemente se supõe" (Burke, 1995, p. 31). Porém, a abordagem da questão histórica da língua só começou a ganhar consistência a partir dos anos 1960-70, com o desenvolvimento da sociolinguística, que permitiu analisar a língua como uma instituição social, fazendo parte constitutiva da cultura, assim como das práticas sociais cotidianas, o que representou também uma contribuição para os historiadores, na medida em que concorreu para a compreensão mais refinada das fontes orais e escritas. Essa área transdisciplinar, denominada pelo historiador inglês Peter Burke como "história social da linguagem" ou "história social do falar", construiu seu objeto em torno da busca de explicações de como e por que, ao longo do tempo, algumas línguas ou variedades de línguas se difundiram geográfica ou socialmente ou foram impostas com êxito, enquanto outras se retraíram e até mesmo desapareceram.

No caso específico da Amazônia brasileira, a documentação histórica contém evidências que apontam a língua geral amazônica (LGA) como a língua em que brancos, índios, negros e todo tipo de mestiços desenvolveram a maioria de suas práticas sociais e a utilizaram como principal meio de interação, sobretudo no período colonial. Trata-se, aqui, de realizar uma abordagem his-

tórica sobre a dinâmica das línguas na região para acompanhar o processo de tensões entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, bem como localizar uma das principais bases de identidade étnica e regional. Acompanhando Peter Burke, este livro postula que é nos fatores históricos e políticos que se devem buscar explicações sobre a diversidade linguística e sobre o fato de a língua de comunicação intergrupal não ser o português, mas uma língua indígena.

Para discutir a história social das línguas na Amazônia brasileira, apresentaremos, neste capítulo, o quadro linguístico no momento da conquista, destacando três aspectos: a) as funções sociais das línguas faladas na região, sobretudo a função de comunicação; b) a atitude dos falantes em relação a elas; c) o papel que desempenharam como fatores de identidade étnica e nacional e de coesão social em diferentes momentos históricos. Em seguida, discutiremos a situação de contato entre essas línguas e marcas geradas por esse contato, com observações sobre as situações de bilinguismo social – quando numa sociedade determinada são faladas duas ou mais línguas – e de bilinguismo individual – que envolve os diferentes estágios pelos quais os indivíduos portadores da condição bilíngue passam em sua trajetória de vida (Appel e Muysken, 1996, pp. 10-1).

O quadro de línguas na Amazônia

> *Na antiga Babel houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos, e todos eles surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário para que estes mudos falem e estes surdos ouçam.*
>
> Padre Antônio Vieira, 1662; "Sermão da epifania", 2001, p. 608

A Pan-Amazônia – um território de 7.275.300 km², que representa 44,5% da América do Sul – continua sendo a região de maior densidade linguística do continente americano, com um mosaico de línguas variadas, o que parece indicar a existência, no passado, de movimentos migratórios intensos e em grande escala dentro de seu território. Nele, no atual século XXI, são faladas cerca de 240 línguas – metade das quais na Amazônia brasileira – pertencentes a 52 famílias linguísticas. No entanto, as comunidades linguísticas são demograficamente frágeis nessa região, onde se verifica uma das mais baixas concentrações de população por língua. Nenhuma delas possui mais de quarenta mil falantes, apenas cinco são faladas por mais de dez mil indivíduos, aproximadamente cinquenta línguas são usadas por menos de cem pessoas, das quais nove contam com apenas vinte falantes. Muitas delas não são mais aprendidas pelas crianças, o que é uma das características do que se convencionou chamar de línguas moribundas ou línguas em perigo (Queixalós e Renault-Lescure, 2005, pp. 5-14).

Recentemente, Rodrigues (2000) esboçou um panorama das línguas indígenas da Amazônia, considerando que nelas se encontram fenômenos fonéticos, fonológicos, de organização gramatical, de construção do discurso e de uso das línguas que não se encontram em línguas de outras partes do mundo. Daí a preocupação em mantê-las vivas, porque, como já havia observado Couto Magalhães, no contexto do positivismo do final do século XIX, elas "são o mais valioso documento" que a ciência tem para resolver dois problemas: "os graus de parentesco da grande família americana e as leis a que o entendimento humano está sujeito no desenvolvimento da poderosa faculdade de compor línguas" (Magalhães, 18761, p. 55). Ou, como é formulado hoje, em outros termos:

> Se as políticas de desenvolvimento – ou a falta delas – continuarem a determinar a rápida extinção das línguas amazônicas, é mais provável que fenômenos raros ou únicos, mas de importância crítica para a melhor compreensão da

> linguagem humana, desaparecerão sem sequer terem sido identificados (Rodrigues, 2000, p. 26).

O quadro atual de línguas amazônicas já é o resultado de mudanças radicais, ocorridas nos últimos quatro séculos – período em que muitas línguas foram extintas, outras tiveram seu número de falantes reduzido e outras ainda, de origem europeia, foram introduzidas na região e tornaram-se hegemônicas, conforme demonstra a documentação histórica. No contexto multilíngue do rio Babel, o dado histórico novo mais importante, que merece abordagem à parte, talvez seja – além da introdução da língua portuguesa na região – a formação da língua geral, a partir de uma das línguas indígenas aí existentes.

• As línguas indígenas: o rio Babel

> *Todas as línguas da América Meridional [...] são demasiadamente pobres [...] e não possuem termos para exprimir ideias abstratas e universais [...]. Não existe palavra apropriada para designar com exatidão a virtude, a justiça, a liberdade, o reconhecimento, a ingratidão.*
>
> La Condamine, 1745, p. 63

Nos séculos XVI e XVII, quando os europeus realizaram viagens exploratórias pelo rio Amazonas, encontraram uma enorme diversidade de línguas faladas na região, de famílias e troncos linguísticos diferentes. Os relatos de época registram a presença de diversas nações e, algumas vezes, proporcionam informações etnográficas sobre essas diferenças. Por causa disso, as duas maiores expedições realizadas ao longo do rio Amazonas no século XVI – Orellana (1541-2) e Ursúa/Aguirre (1560-1) – encontraram grandes dificuldades de comunicação com os índios. O jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, que, em 1639, cruzou o Amazonas dos Andes até o Atlântico na expedição de Pedro Teixeira, contou com a ajuda de intérpretes indígenas para localizar, em suas margens e nas bocas

de seus principais afluentes, povos que "passam de 150, todos de línguas diferentes" (Acuña, 1641, p. 199).

Essa lista foi-se ampliando gradualmente, à medida que ia se aprofundando a penetração do território e se expandindo a conquista, levando o padre Vieira a denominar o Amazonas, em meados do século XVII, de rio Babel. Outros viajantes e estudiosos, nos séculos posteriores, foram acrescentando novos grupos linguísticos a essas extensas listas, que continuaram crescendo até recentemente (Freire, 1983). Segundo Loukotka (1968), no momento do contato com o europeu, aproximadamente 1.500 línguas eram faladas na América do Sul, das quais cerca de 718, ou seja, quase a metade, pertenciam ao território que constitui a atual Amazônia brasileira. Apesar de os dados linguísticos contidos nas fontes históricas serem extremamente precários, e mesmo considerando a fragilidade do componente estatístico num contexto impreciso como este, não seria demasiado apresentar o quadro de sua distribuição:

Grupos Linguísticos da Amazônia Brasileira – século XVI	
Tronco linguístico	*Número de grupos*
Tupi	130
Karib	108
Aruak	83
Pano	34
Tukano	26
Jê	66
Línguas isoladas ou não classificadas	271
Total	718

Fonte: Quadro construído a partir de Loukotka (1968) (Freire, 1983).

Rodrigues (2000, pp. 24-5), em recente estudo, baseou-se em dados históricos produzidos pelas primeiras penetrações portuguesas e, a partir deles, estabeleceu a densidade linguística dessas áreas,

para as quais existe documentação confiável, projetando-a para outras áreas desconhecidas. Dessa forma, ele estimou em 1.273 o número de línguas indígenas faladas naquele momento em território ocupado atualmente pelo Brasil, das quais pelo menos 495 eram faladas no que hoje é a Amazônia brasileira.

As divergências em relação ao número de línguas indígenas da Amazônia estão relacionadas às fontes, aos métodos empregados para sua estimativa, aos critérios usados para estabelecer os limites da Amazônia e até mesmo ao conceito que se aciona para determinar o que é uma língua. No quadro mostrado, por exemplo, foram incluídas diversas línguas do tronco Jê, cuja localização em território amazônico é questionável. Outros critérios poderiam reduzir o total de grupos aqui apresentados. No entanto, quanto às suas funções, hoje existe consenso. Essas línguas indígenas haviam codificado experiências milenares preservadas pela tradição oral, abrangendo tanto o campo das chamadas etnociências – medicina, farmácia, botânica, zoologia, astronomia, religião etc. – como o das manifestações literárias, ou seja, das diferentes narrativas denominadas pelos cronistas de mitos, fábulas, lendas, palavras ancestrais, poesias, cantos, baladas, provérbios. Os povos que as falavam haviam classificado e explicado o complexo mundo amazônico, atribuindo-lhe significados e acumulando, dessa forma, milhares de anos de conhecimentos sobre a vida e a adaptação a ecossistemas tropicais.

O colonizador europeu – português, espanhol, francês, inglês e holandês –, embora nem sempre fosse letrado, usava línguas de tradição escrita, cujas categorizações não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região. Ele compreendeu logo, desde os primeiros contatos, que a comunicação com os índios era condição fundamental de sobrevivência na Amazônia. Em primeiro lugar, porque os índios podiam proporcionar conhecimentos acumulados, sem os quais não era possível elaborar as estratégias de ocupação da região. Em segundo lugar, porque os índios podiam fornecer a força de trabalho necessária para viabilizar o projeto

colonial, assentado na extração de produtos da floresta, as chamadas drogas do sertão. A expedição de Orellana, por exemplo, só conseguiu chegar ao seu final graças às informações coletadas junto aos Cocama, do rio Napo, e aos Omagua, do alto Solimões, que permitiram aos espanhóis uma leitura da região, de sua geografia, dos recursos aí existentes e das formas de usá-los, conforme reconhece o cronista Gaspar de Carvajal. Os viajantes ingleses Walter Raleigh e Lawrence Keymis, que navegaram na costa da Guiana e na foz do Amazonas em 1595, admitem que seus barcos naufragariam se não contassem com a matéria-prima e com as técnicas de calafetagem desenvolvidas pelos índios (Freire, 1983, pp. 40-1). Tornava-se, portanto, necessário estabelecer um nível básico de comunicação, capaz de assegurar eficazmente a reprodução do sistema, permitindo que os mudos falassem e que os surdos ouvissem, de acordo com a imagem do padre Antônio Vieira no "Sermão da Epifania", pregado à rainha regente na Capela Real, em Lisboa, depois de sua expulsão do Grão-Pará, por conflito com os colonos: "Se eu não entendo a língua do gentio, nem o gentio entende a minha, como o hei de converter e trazer a Cristo?" (Vieira, 2001, p. 607).

A interação entre europeus e índios, a troca de informações e o processo para disciplinar a força de trabalho indígena através da catequese só podiam viabilizar-se se fosse superada a enorme diversidade linguística, com o desenvolvimento de uma língua de contato e a criação de uma nova comunidade de fala. Restava determinar qual língua poderia desempenhar essa função. Em princípio, estavam descartadas as línguas indígenas, consideradas "mañas y astucias del demonio" para dificultar a propagação do Evangelho (Espinosa, 1628, p. 29). A atitude predominante dos colonizadores em relação a eles, tanto do missionário como do administrador e do militar, foi quase sempre preconceituosa e glotocêntrica. O próprio padre Antônio Vieira, em seu "Sermão do Espírito Santo", pregado em São Luís do Maranhão, na véspera de uma viagem ao Amazonas, usou um sem-número de adjetivos para desqualificá-las, tratando-as

de línguas "bárbaras", "incompreensíveis", "desarticuladas", "embrulhadas", "hórridas", "irracionais", "escuras", cujas "pronúncias eram tão diferentes que as sílabas, as vogais, as consoantes e até mesmo as palavras não podiam ser distinguidas na confusão de sons". O argumento de que entre seus falantes "nunca houve quem soubesse ler e escrever" bastou para classificá-los como "brutos, insensíveis como troncos e estúpidos como pedras". O julgamento que circulava, enfim, era de que se tratava de "línguas brutas e de brutos sem livro, sem mestre e sem guia" (Vieira, 2001, pp. 427-9). Quase dois séculos depois, o militar português, oficial de artilharia Antônio Baena, continuava classificando essas línguas, em pleno século XIX, como estragadas e perdidas (Baena, 1839, p. 17).

O preconceito, no entanto, não ficou restrito ao discurso religioso, penetrando, inclusive, nos domínios da própria ciência. O naturalista francês La Condamine, em uma viagem de exploração científica pelo rio Amazonas, confessou que não falava a língua geral, nem conhecia qualquer outra língua indígena; no entanto, isso não o impediu de concluir, num relatório enviado à Academia de Ciências da França, em abril de 1745, que tais línguas eram "pobres" e "inferiores", porque não possuíam – segundo ele – termos para exprimir ideias abstratas e universais. Nessa mesma época, o jesuíta João Daniel, contrariando a política até então adotada na prática pela Companhia de Jesus, reforçou essa atitude, dedicando para a questão todo um capítulo, intitulado "Da língua que se deve falar nas missões do Amazonas". Lá, ele prescreve: "Mas enfim, se o que se pretende nos índios é civilizá-los, e fazê-los gente, este fim só, ou mais depressa, e com mais facilidade se consegue com a língua portuguesa, do que com a linguagem dos índios" (Daniel, 1976, t. 2, p. 227).

A valorização da língua portuguesa, observável nos discursos de poder – científico, religioso e administrativo –, implica sua representação como projeto, para exercer a função de comunicação na região, em detrimento de qualquer uma dessas línguas indígenas,

"bárbaras, incultas e hórridas", cuja aprendizagem por um europeu demandava "dificuldade e trabalho", porque devia ser feita "sem livro, sem mestre, sem princípio e sem documento algum" (Vieira, 2001, p. 608). Dessa forma, a última flor do Lácio foi, inicialmente, pensada para ser o instrumento da nova comunidade de fala que começava a ser construída na Amazônia.

• A introdução da língua portuguesa

> *Provemos já esta nossa linguagem. E, ao dar da vela ao vento: boa viagem.*
>
> Sá de Miranda, 1538, p. 476

Com essa sugestiva imagem, o poeta Sá de Miranda lançava, no século XVI, a nau da língua portuguesa aos mares do futuro, cujo destino ele vinculava à expansão do comércio marítimo, aos descobrimentos e às conquistas lusas. Efetivamente, navios portadores da língua portuguesa contribuíram para torná-la uma "língua franca" – isto é, uma língua usada para a comunicação entre pessoas cujas línguas maternas são diferentes. Dessa forma, ela passou a ser falada na Índia, na Malásia, no Pegu, em Bramá, em Sião, em Cormoram da Pérsia, em Meca da Arábia, em Bassorá da Turquia, no Tonquim, na China e na Conchinchina (Maia, 1995, p. 93).

Durante três séculos, a língua portuguesa transitou "por mares nunca dantes navegados" e viajou por diferentes e longínquas regiões do planeta, tornando-se moeda corrente entre as populações marítimas que por aí circulavam. Hindus e maometanos, judeus e malaios e até europeus não portugueses – como, por exemplo, comerciantes e missionários holandeses – recorriam a ela em suas relações com os povos do Oriente. Ainda hoje, é usada por pastores protestantes no Ceilão e falada em Macau, Goa, Damão, Málaca e no Timor Leste (Sérgio, 1979, p. 92). Neste último, a língua do antigo colonizador tornou-se recentemente forte símbolo de identidade na reação contra a ditadura da Indonésia, que invadiu o país em 1975.

Num processo conflitivo e num contexto histórico de opressão, a língua portuguesa se difundiu ainda em território africano – Angola e Moçambique, onde permanece nos dias atuais como língua oficial –, sendo também a base dos crioulos falados em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e em Casamansa no Senegal (Couto, 1990, p. 50).

Na América, expandiu-se pelas duas colônias portuguesas do continente – o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará –, mantendo um ritmo de expansão bastante diferenciado, variando de uma colônia para a outra. No Grão-Pará, a população de fala portuguesa que lá se instalou era extremamente reduzida: cerca de 150 indivíduos, na maioria soldados, que chegaram em 1616 com Francisco Caldeira Castelo Branco. Um século depois, os portugueses da Amazônia totalizavam aproximadamente mil pessoas, enquanto os diferentes povos indígenas estavam ainda em plena posse de seus territórios e continuavam a ser majoritários. Em 1720, os índios, escravos e livres, integrados ao sistema colonial, eram aproximadamente 75 mil, excluídos aqui aqueles que permaneciam autônomos (Raiol, 1900, p. 132). Nessas condições históricas, demográficas e geográficas em que a ocupação lusa não estava ainda consolidada – pois apenas começava a desenhar-se –, adotar o português como língua franca era um projeto inviável.

Os índios foram considerados pelo padre Vieira "os pés e as mãos" do Grão-Pará, pois toda a produção era realizada a partir das atividades exercidas por eles, que constituíam a única força de trabalho da região, empregada não apenas para os produtos de exportação com destino à Europa, mas também para a produção dirigida ao consumo local. Os dados demográficos disponíveis mostram que, durante todo o século XVII e até metade do século XVIII, milhares de índios, de diferentes famílias linguísticas, eram anualmente retirados de suas aldeias de origem, transferidos de seus territórios e misturados nas chamadas aldeias de repartição, de

onde eram distribuídos, durante alguns meses do ano, aos colonos, aos missionários e à Coroa portuguesa, para quem eram obrigados a trabalhar. Ou então eram considerados escravos e, nesse caso, ficavam submetidos diretamente a seus proprietários, num regime de escravidão que vigorou legalmente, com todos os seus atributos clássicos, até meados do século XVIII, conforme veremos mais adiante (Freire, 2001, p. 143).

Esse era o cenário histórico, social e linguístico do sistema de trabalho colonial, que exigia, para funcionar, um nível mínimo de comunicação entre os diferentes agentes da produção. No entanto, a nova comunidade de fala que estava sendo edificada na Amazônia não estava cumprindo "a máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios", que consistia em "introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma", com o objetivo de "desterrar dos povos rústicos a barbaridade de seus antigos costumes" (Diretório dos Índios, apud Beozzo, 1983, p. 132). Os índios dos núcleos coloniais, tanto os livres como os escravos, não falavam português entre si, nem com o colonizador; também a língua usada pelos jesuítas na catequese não foi o português. No caso, a língua do colonizador ficou limitada à função de comunicação com a metrópole. Foi com base em uma língua indígena, como será discutido em seguida, que acabaram se organizando as relações sociais na Amazônia ao longo de todo o período colonial, perdurando até mesmo depois da Independência. Quando em 1823 as duas ex-colônias lusas – o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará – foram unificadas sob o nome de Brasil, a língua portuguesa já era hegemônica em grande parte do litoral brasileiro, mas continuava minoritária na Amazônia. Segundo o historiador José Honório Rodrigues, a vitória real da língua portuguesa no Brasil só foi registrada trezentos anos depois da chegada dos descobridores, quando os brasileiros falaram pela primeira vez a própria língua, em reunião pública, no debates da Assembleia Constituinte de 1823 (Rodrigues, 1983, p. 21).

No caso específico da Amazônia, existem evidências históricas de que a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, em agosto de 1823, incorporou ao novo Estado um expressivo contingente populacional que, em sua maioria, não falava português como língua materna, situação que se prolongaria ainda por algumas décadas. Coube, portanto, ao Estado brasileiro em construção a tarefa de completar o processo de hegemonia da língua portuguesa na região, como será visto no quarto capítulo.

• A formação da língua geral

> *Os moradores nascidos no Pará sabem primeiro fallar a língua dos índios, do que a portugueza; porque como não bebem, nem se crião com outro leite mais, que com o das índias, com o leite bebem também a língua [...].*
>
> Padre Jacinto de Carvalho, 1729 apud Reis, 1961, p. 495

Na documentação histórica do período colonial, a expressão língua geral tem sentido mais amplo, designando ou línguas usadas em vastas extensões territoriais ou, no caso do Brasil, línguas aparentadas da família tupi-guarani. Os limites do conceito serão discutidos no próximo capítulo. Aqui, ele será utilizado como um termo técnico preciso para designar aquela categoria de línguas faladas na América do Sul, nos séculos XVI e XVII, em condições especiais de contato entre europeus e povos indígenas, entre as quais se incluem a língua geral paulista (LGP) e a língua geral amazônica (LGA), de acordo com a proposta de Rodrigues (1986, p. 102).

A denominada LGA começa a se constituir historicamente quando os primeiros colonos portugueses, que chegaram ao Pará em 1616, defrontaram-se – entre as centenas de línguas indígenas da Amazônia – com o tupinambá, falado na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins. Eles conseguiram estabelecer um nível razoável de comunicação com esses índios porque em Pernambuco e Maranhão,

de onde vieram, haviam aprendido a falar a língua brasílica, nome dado pelos jesuítas à língua tupinambá usada na catequese pelos jesuítas em todo o litoral brasileiro desde o século XVI.

O quadro a partir do qual se definiriam as diretrizes da política de língua era bastante claro nesse aspecto: de um lado, os recém-chegados – colonos, missionários e índios, bilíngues em sua maioria –, que antes mesmo de virem para o Pará já falavam uma língua de base tupi; de outro, o primeiro povo com quem se defrontaram – o Tupinambá – era também de origem tupi. A língua tupinambá acabou, portanto, exercendo a função inicial de língua de comunicação entre os portugueses e os diferentes povos tupis da região, tornando-se ainda, paulatinamente, a língua materna dos mestiços, filhos de pais europeus e mães indígenas. No processo histórico de sua constituição e expansão, essa língua passou a ser conhecida no período colonial como língua geral e "foi progressivamente reajustando-se e diferenciando-se do tupinambá falado pelos índios que sobreviveram até meados do século XVIII" (Rodrigues, 1996, p. 10).

Na avaliação do padre Jacinto de Carvalho, visitador-geral das missões do extremo-norte, essa língua geral se tornou de uso tão amplo que os próprios portugueses, "que vão do reino, aprendem a fallar a língua dos índios". Seus filhos, nascidos no Pará e criados por amas indígenas, acabavam adquirindo a geral como primeira língua, pois "com o leite também bebem a língua", tornando-se lusofalantes somente "depois de andarem alguns anos na escola e tratarem com os portugueses que vão de Portugal". O missionário sugere que, para reverter tal situação, "se prohiba que os filhos e filhas dos portugueses sejão criados por índios da terra" (Reis, 1961, p. 495).

Razões linguísticas que expliquem por que a LGA se consolidou na Amazônia não foram ainda determinadas, cabendo aos especialistas o estudo da questão. Talvez sua expansão e consolidação tenham sido facilitadas, em grande medida, pelo fato de

que era de filiação tupi grande parte dos povos que habitavam, no momento da conquista, as vias fluviais de mais fácil acesso. O padre Acuña, referindo-se às regiões do baixo Amazonas, observa que eram "todas povoadas de diferentes nações e línguas, se bem que na maioria entendem a geral daquela costa" (Acuña, 1641, p. 280). Na opinião do naturalista alemão Von Martius, além do parentesco linguístico, as afinidades culturais – que ele denomina de "espiritualidade prática" – podem ter contribuído para que essa língua, e não o português – que não possuía tais atributos –, se tornasse o "veículo de entendimento mútuo" da Amazônia (Spix e Martius, 1981, III, p. 44).

A reprodução inicial dessa língua ocorreu de forma quase espontânea. No entanto, passou a ser feita de forma mais sistemática e – digamos assim – planejada, com a catequese. A partir do momento em que nas aldeias de repartição começaram a ser estocados índios de outras famílias linguísticas diferenciadas do tupi, essas aldeias – onde os jesuítas catequizavam em tupinambá – começaram a ter papel importante em sua reprodução, similar ao que a escola desempenharia mais tarde para a expansão da língua portuguesa, criando gradualmente uma língua supraétnica, válida para todas as etnias que eram, compulsoriamente, integradas ao sistema colonial.

Intervindo na polêmica entre os jesuítas e os moradores, no início do século XVIII, o governador João Maia da Gama indagava-se sobre a situação dos índios de filiação linguística não tupi, que eram trazidos para as aldeias de repartição próximas a Belém. Ele elaborou o seguinte raciocínio: se esse índio desconhecia tanto a língua portuguesa como a geral, se ambas eram diferentes de sua língua materna, se ele teria de adquirir uma nova língua, por que então não aprender diretamente o português? A resposta está no discurso do próprio governador, quando descreve que, enquanto esse índio dedica diariamente apenas "um quarto de hora ou meia" para aprender o português com o missionário, "o resto do dia e da noite passa fallando, conversando e tractando com os outros índios

e, com este contínuo tracto, aprende mais facilmente a língua geral que a portuguesa, e assim parece justo que na geral se doutrinem [...]" (Reis, 1961, p. 495).

Pouco se sabe sobre o processo e os métodos de reprodução institucional da língua geral entre os índios, mestiços e portugueses. Entretanto, tem-se conhecimento de que foi declarada como língua oficial das missões da Amazônia e passou a ser usada com certa sistematização pelos índios de diferentes famílias linguísticas (Kiemen, 1954, p. 170). A gramática tupinambá, elaborada pelo padre Luiz Figueira em 1621, foi reeditada em 1685, encontrando-se vários exemplares desta edição no Maranhão e no Pará, da mesma forma que circulavam cópias impressas do *Catechismo na lingoa brasilica*, do padre Antônio de Araújo, e dois catecismos manuscritos feitos pelo padre Vieira: um breve, conhecido também como *Catecismo maior*, e o outro brevíssimo. Para uniformizar o ensino da doutrina – e, com ela, da língua –, o padre João Filipe Bettendorff organizou a publicação da gramática de Figueira, bem como do catecismo maior, elaborando ainda, em latim e língua geral da época, o manuscrito intitulado *Doutrina christaã em lingoa geral dos índios do Estado do Brasil e do Maranhão*, cujos originais se encontram na Biblioteca da Universidade de Coimbra (Leite, 1949, t. 8, p. 98). Podem ainda ser observados alguns dados dispersos nas crônicas e correspondências dos jesuítas sobre o uso das gramáticas e dos catecismos na escola e na catequese. Esse fato demonstra que uma avaliação do impacto da introdução da escrita nessas sociedades oralizadas requer uma compreensão da prática escolar e catequética.

A primeira escola no Maranhão e Grão-Pará foi criada em 1626 pelo padre Luiz Figueira para os filhos de portugueses. Quase trinta anos depois, essa escola contava com mais de setenta alunos, todos eles bilíngues, que recebiam lições de catecismo em português e em tupinambá, "por saberem eles ambas a línguas", conforme informa o padre Vieira em 1653 (Edelweiss, 1969, p. 27). Instituições de ensino como essa funcionavam também em quase todas as aldeias

de repartição, onde havia uma casa de taipa destinada às escolas de ler, escrever e contar. Nelas, os índios aldeados – crianças e adultos – eram doutrinados na primeira parte da manhã, com aulas de catequese; depois, eram ensinados trabalhos agrícolas e alguns ofícios artesanais, enquanto apenas os mais hábeis aprendiam a ler e escrever. O padre Bettendorff, que viveu quase quarenta anos no Maranhão e no Grão-Pará (de 1660 a 1698), relatou suas experiências como responsável pelo ensino do ABC em várias aldeias. Numa delas, a aldeia de Mortiguara, habitada em 1697 por umas três mil almas, ele alfabetizou um grupo de adultos, incluindo o próprio cacique, usando carvão como lápis e folha de bananeira como papel, devido à falta de material adequado:

> Juntaram-se muitos discípulos e, entre eles, o capitão Jacaré; e são estes, hoje, os mais autorizados e velhos da aldeia (os meus discípulos); e porque, por falta de livros, tinta e papel não deixassem de aprender, lhes mandei fazer tinta de carvão e sumo de algumas ervas e com elas escreviam em folhas grandes de pacobeiras; e para lhes facilitar tudo, lhes pus um pauzinho na mão por pena e os ensinei a formar e conhecer as letras, assim grandes como pequenas, no pó e na areia das praias, com que gostaram tanto, que enchiam a aldeia e as praias de letras (Bettendorff, 1910, p. 156).

O ensino era ministrado exclusivamente por missionários, não havendo registro da existência de professores indígenas durante todo o período colonial. Da mesma forma, os saberes indígenas, os processos próprios de aprendizagem, as concepções pedagógicas de cada grupo e as línguas que falavam ficavam sempre excluídos da sala de aula, com exceção da língua geral. Mas seu uso na escola, até meados do século XVIII, representou para os grupos de filiação linguística não tupi uma imposição arbitrária do poder colonial, que empregou, para isso, a palmatória, diferentes tipos de castigo e outras formas de violência física, características da pedagogia europeia da época. Vários relatos dão conta da resistência de al-

gumas índias, que se recusavam a trocar sua língua materna pela língua geral, sendo espancadas pelo missionário responsável pela escola com uma palmatória "até lhe incharem as mãos e arrebentar o sangue". Depois de testemunhar fatos como esse ocorrido na ilha de Marajó com uma índia nheengaíba, o padre João Daniel concluiu: os índios homens migravam com mais facilidade de suas línguas maternas que as mulheres (Daniel, 1757-1776, t. 1, p. 272).

Os depoimentos dos dois missionários, que viveram durante décadas na Amazônia, sugerem uma série de perguntas: qual a extensão dessas escolas no período colonial? Até que ponto elas estavam generalizadas pelas aldeias? Qual o papel que desempenharam na eliminação das línguas e culturas indígenas e na expansão da língua geral? Em que medida elas cumpriram o objetivo a que se propuseram de ensinar a ler e escrever, catequizar e capacitar para o trabalho?

Podemos supor – pelos resultados posteriores – que muitos desses índios menores, arrancados cedo de suas famílias para viver nas aldeias de repartição, acabaram exercendo suas práticas sociais, pelo resto da vida, em língua geral. Quanto aos índios escravos, a aprendizagem da língua, mesmo precária, continuava se fazendo por imersão, em contato com outros índios ou com seus proprietários portugueses, que quase sempre a falavam fluentemente.

A política de Portugal, até o final da década de 1720, foi de franco incentivo à expansão da língua geral, pelo que isso representava em termos de rentabilidade da colônia. Em vários momentos, o rei de Portugal repreendeu os carmelitas, os mercedários e os franciscanos da Amazônia, cujos missionários não eram tão fluentes na língua geral quanto os jesuítas (Sweet, 1974, p. 106). Através da Carta Régia de 30 de novembro de 1689, Portugal reconheceu a LGA como língua oficial do Estado do Maranhão e Grão-Pará, determinando que os missionários deviam ensiná-la aos índios e aos próprios filhos dos portugueses concentrados nos embriões de núcleos urbanos que se formavam na região (Kiemen, 1954, p. 170).

Assim, com o incentivo oficial e através de métodos nada pacíficos, a língua geral subiu o rio Amazonas e penetrou em seus afluentes, levada por missionários e colonos portugueses em canoas movidas pela força dos remos indígenas – e não em barcos à vela –, alcançando, até mesmo, áreas da Amazônia atualmente ocupadas por Venezuela, Colômbia e Peru, onde ficou conhecida como *lengua yeral*. Sua gramática foi estudada pelos jesuítas, que estavam preocupados em desenvolver algumas formas institucionais para reproduzi-la. Enquanto a língua geral paulista, que no século XIX já não era mais falada, deixou pouca documentação, a língua geral amazônica foi registrada em documentos nos últimos três séculos, a maioria de caráter religioso, como catecismos, orações, alguns hinos, mas também de caráter literário, como mitos, alguns poemas e outras narrativas, além de textos diversos e vocabulários (Monserrat, 2003; Rosa, 1997). Embora em situação de bilinguismo com o português, continua sendo falada ainda hoje como língua materna de uma população restrita a uma área em que, originalmente, não existia nenhuma língua tupi – o rio Negro –, para onde foi levada pelos missionários. Lá, tornou-se conhecida, a partir do século XIX, como nheengatu (fala boa), termo divulgado por Couto de Magalhães, que a considerou "o francês ou inglês da imensa região amazônica", por ser entendida "em todas as nações, ainda mesmo nas que não falam o tupi" (Magalhães, 1876, p. 16). O termo passou a ser usado por outros estudiosos das primeiras décadas do século XX e pelos seus próprios falantes.

> No norte ela é conhecida por nheên gatu, "a boa língua", o que supõe a existência de outras línguas, mas esta é a boa, fosse porque era língua dos civilizados ou melhor dos senhores da terra, ou porque simplesmente lhes reconhecessem uma certa superioridade sobre os demais dialetos caraíbas, aruacos e outros ou, ainda, porque ao contrário das outras, constituísse como traço de união entre todas as hordas de línguas diferentes (Tastevin, 1923, p. 8).

O quadro de línguas da Amazônia, apresentado aqui de forma sucinta, mostra a existência de uma situação de multilinguismo que começou a ser transformada a partir da ação colonizadora dos portugueses, quando línguas indígenas de diferentes famílias e troncos passaram, por meio de seus falantes, a estabelecer contatos sistemáticos com uma delas – o tupinambá – e com uma língua europeia – o português –, numa situação que começa a merecer a atenção teórica da sociolinguística, a partir da obra seminal de Weinreich intitulada *Languages in contact* (1653). Parece oportuno verificar como se processou esse contato e as marcas por ele deixadas nas línguas em questão.

Línguas em contato: as mudanças

> *Que língua nós apagamos para termos uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi preciso nos distanciar historicamente e quais as línguas que tiveram de ser silenciadas para que obtivéssemos uma língua portuguesa?*
>
> Orlandi, 1993, p. 56

A noção "línguas em contato" é de difícil definição, não só porque língua é uma abstração, mas porque se torna necessário definir a natureza, a escala e o grau desse contato e determinar quem entra em contato com quem: indivíduos, famílias, comunidades ou sociedades inteiras (Appel e Muysken, 1996, p. 12). No entanto, nosso interesse principal é analisar as condições sociais e históricas desse processo, destacando ainda algumas mudanças linguísticas ocorridas nas línguas faladas na Amazônia, como resultado do contato entre seus falantes, muitos dos quais se tornaram bilíngues. É relevante discutir o bilinguismo – entendido não só como práticas individuais de cada falante em duas línguas –, mas o bilinguismo social ou a bilingualidade, como preferem alguns autores, caracterizado pelo

fato de a sociedade funcionar com mais de uma língua, ainda que nem todos os indivíduos que a compõem sejam necessariamente bilíngues (Heye, 1990, p. 8). Nesse caso, o reordenamento linguístico atribui lugar e função a cada uma das línguas, de acordo com os interesses sociais, políticos, econômicos e ideológicos, o que geralmente explica a desigualdade funcional entre elas.

Definir uma língua, em seus aspectos sistêmicos, como produto de contato, é bastante polêmico. Sabemos, com Thomason & Kaufman (1988), que uma situação de contato conduz inevitavelmente ao bilinguismo, gerando sempre mudanças linguísticas sobretudo nos falantes, mas também nas estruturas das línguas envolvidas. Tais mudanças operam em dois planos: no empréstimo de léxico e no que se convencionou chamar de efeitos do substrato. Os empréstimos ocorrem entre línguas vivas quando falantes da língua A passam a usar, com diversos graus de competência, a língua B, mas continuam falando a língua A, incorporando alguns elementos ou o processo de B em sua fala. Já o substrato pode ser entendido, no caso da fala individual, como o conjunto de transferências linguísticas de natureza sistêmica, a partir da primeira língua, ou língua materna, no processo de aprendizagem de uma segunda língua. Entretanto, do ponto de vista coletivo, o substrato constitui o conjunto de marcas que uma língua, quase sempre extinta, deixa sobre outra língua. Trata-se da influência, nos aspectos fonológicos e sintáticos, da língua perdida sobre a língua imposta, que só se estabilizam quando afetam a comunidade de fala em gerações excessivas (Moore, Facundes e Pires, 1990).

Embora a avaliação de um jesuíta que atuou nas missões da Amazônia, no século XVIII, considere que o contato não gerou mudanças significativas porque a religião, a língua e os costumes europeus ficaram "pouco intrinsicados" nos corações e nas mentes dos ex-alunos das escolas de ler e escrever (Daniel, 1976, t. 1, p. 87), o processo histórico mostra que mudanças substanciais ocorreram nos dois primeiros séculos de colonização, afetando

a língua geral, as línguas indígenas e o português, bem como as relações entre elas.

• LGA: UMA LÍNGUA SUPRAÉTNICA

> *Tinhão-se estes mizeráveis [jesuítas e moradores] habituado afallarem a referida lingoa (geral) com todos os indios que trazião dos certões, sem de forma alguma lhes querer ensinar a portugueza, porque [...] os indios emfalando portuguez se fazião ladinos, e em consequência desobidientes.*
>
> Mendonça Furtado, ABAPP, 1759

Na carta citada, dirigida ao Marquês de Pombal em 27 de fevereiro de 1759, o governador do Grão-Pará, Xavier de Mendonça Furtado, mostra-se escandalizado porque, ao receber em sua casa, em Belém, uma família de moradores portugueses, tentou estabelecer comunicação com as crianças e descobriu "que, entendendo pouco português, elas compreendiam e se explicavam bastante na língua tapuia, ou chamada geral". Sua surpresa aumentou quando ouviu dois negros recém-chegados da Costa da África "falando desembaraçadamente a sobredita língua [geral] e não compreendendo nada da portuguesa" (ABAPP, 1759).

Esses fatos nos levam a indagar: até que ponto o uso da LGA estava se universalizando na Amazônia? Como estava ocorrendo esse processo? Quais as suas consequências nos planos histórico e linguístico? Sabemos que, durante os séculos XVII e XVIII, a língua geral se expandiu em contato, em primeiro lugar, com línguas indígenas, tanto da família tupi como de outros troncos linguísticos – aruak, karib, tukano, pano –, faladas por índios que eram incorporados ao sistema colonial através das chamadas aldeias de repartição; em segundo lugar, em contato sistemático com o português, falado por um número reduzido de colonos, militares, funcionários diversos e missionários; em terceiro lugar, o contato se deu também com outras línguas europeias faladas nas regiões de fronteiras, como o

espanhol, o holandês, o inglês e o francês; e, finalmente, ainda que em menor escala, a língua geral conviveu com línguas africanas faladas pelos negros, que, a partir do final do século XVII, começaram a ser trazidos para a região como escravos. Tornou-se, dessa forma, a língua de contato dos índios das aldeias de repartição, da população mestiça e cabocla e até mesmo de muitos filhos de portugueses e de escravos de origem africana. Acabou se consolidando, no início do século XVIII, como língua de comunicação interétnica, usada nas escolas, na catequese, na igreja, nas aldeias e nas relações de trabalho. Em 1720, havia no Pará 63 aldeias com 54.264 índios aldeados que, dependendo da eficiência missionária, dominavam em maior ou menor grau a língua geral, usada ainda amplamente por cerca de mil portugueses, pelos índios escravos calculados em não menos de 20 mil e pelos negros e mestiços (Raiol, 1900, p. 132).

O contato permanente com outras línguas contribuiu para que a LGA sofresse mudanças que a distanciaram histórica e linguisticamente do tupinambá original, de tal forma que alguns linguistas (Borges & Nunes, 1998) preferem atribuir nomes diferentes para distingui-las: a primeira é o *tupinambá colonial*, em processo de expansão; a outra, o *tupinambá tribal*, que continuou sendo falado até o fim do século XVIII, confinado em três aldeias, até desaparecer definitivamente. A documentação da época também diferencia essas duas variedades, empregadas nas missões jesuíticas: de um lado, língua geral "verdadeira", que corresponde ao falar dos índios tupinambás, usado nas aldeias, em práticas religiosas, orais e escritas (catecismos, confissões etc.), e, de outro, a língua geral "corrupta", de uso exclusivamente oral, falada por um grupo linguisticamente heterogêneo, composto também por índios não tupis e por portugueses, não nativos da língua geral. Segundo o padre João Daniel, em meados do século XVIII o último grupo já não entendia a variedade usada nos catecismos (Barros, 2000, p. 15). Muito antes, no fim do século XVII, Bettendorff considerou necessário escrever o catecismo na "língua vulgar", isto é, em LGA, pois o catecismo em tupinambá já não era compreendido pela maioria dos catecúmenos.

Essas mudanças ocorreram em dois momentos históricos diferenciados. No primeiro, nos séculos XVII e XVIII, quando o português era minoritário e a LGA tornara-se a principal língua da Amazônia, "há poucos empréstimos, mas várias mudanças na sintaxe da língua". No segundo, já no século XIX, quando cada vez menos falantes de outra língua aprendiam a LGA e cada vez mais falantes da LGA aprendiam o português, aumentando seu grau de bilinguismo, "os empréstimos são os principais resultados do contato" (Moore, Facundes & Pires, 1990).

Do ponto de vista sistêmico, as mudanças na variante do tupinambá colonial podem ser verificadas em vários níveis, como observaram Borges & Nunes (1988, p. 56). No plano fonológico, integrou a série de consoantes oclusivas sonoras /b/, /d/, /g/ – ausentes no tupinambá tribal – e excluiu, em alguns casos, determinadas realizações de consoantes nasais que – essas sim – ocorriam na variante tribal. No plano morfológico, houve uma redução tanto do sistema de demonstrativos, que ficaram restritos a duas formas, quanto do sistema de pronomes pessoais, além de uma simplificação do sistema verbal. No plano lexical, incorporou muitos termos emprestados do português e de outras línguas europeias com as quais convivia, de tal forma que alguns autores exageraram a dimensão dessa influência. A palavra *tuxaua*, por exemplo, no sentido de cacique e de chefe, foi considerada por Avé-Lallemant, em 1859, originária de *touschauer*, que no baixo alemão significa capataz, inspetor, e teria sido introduzida no século XVIII, quando a influência holandesa se estendia até o baixo rio Negro, sendo bem aceita pelos grupos indígenas da região, "como significando uma dignidade na língua estrangeira" (Avé-Lallemant, 1980, p. 143). O termo, no entanto, encontra-se registrado, desde 1640, por Montoya, na área guarani do atual Paraguai, e foi retomado no dicionário de Stradelli (*tuixáua*, *tuisáua*) como genuinamente tupi (Stradelli, 1929, p. 683).

Quanto aos empréstimos do português, eles foram feitos, seja através da substituição de palavras tradicionais – como é o caso do

termo *ipeca*, que desapareceu, substituído por pato –, seja para nomear conceitos, funções e utensílios novos e, nesse caso, sofreram adaptações fonéticas/fonológicas: cavalo (*cauarú*), cruz (*curusá*), soldado (*surará*), calça, ceroula (*cerura*), porco (*purucu*), livro (*libru* ou *ribru*), papel (*papéra*), amigo, camarada (*camarára*). Por outro lado, a LGA ampliou o valor semântico das palavras tupinambás para dar conta da nova realidade, nomeando com nomes tupis certos objetos e animais domésticos, desconhecidos dos índios, mas com os quais é possível estabelecer algumas analogias: boi e vaca foram denominados de *tapyíra* (anta); cachorro passou a ser designado pela palavra *iauára* (onça); tesoura recebeu a denominação de *piranha* (peixe); vinho foi chamado de *cauín*. Entretanto, o dicionário de Stradelli (1929) registra um recurso complementar, utilizado para ressemantizar os nomes tradicionais, contrastando com os novos usos e atribuições do termo. Quando o referente exige maior precisão, a qualificação funciona como identificador: anta é *tapyíra caápora* (morador da mata) frente a boi e vaca, designados como *tapyíra suaiána* (estrangeiro, de além-mar, europeu) ou *tapyíra suaiauára* (com cauda, rabudo); o cachorro torna-se *iauára mimbaba* (manso, domesticado), vinho é *caryuna-cauín* (cauim de branco). Na língua tupinambá do litoral brasileiro, documentada pelos jesuítas, o funcionamento da partícula *eté* (legítimo, genuíno) opera como um modalizador com o mesmo sentido: *iauára-eté*, *tapyíra-eté* (Barbosa, 1956, p. 386).

A LGA incorporou ainda noções novas como aquelas referentes a tempo, espaço e distância: a noção de ano, por exemplo, foi representada pela palavra *acaiú*, considerando o fato de o caju ser um fruto que só dá uma vez ao ano, da mesma forma que a noção de mês, coberta pela palavra *iaci*, relacionava-se à periodicidade rigorosa das fases lunares.

Devido ao contato e às mudanças, alguns autores do início do século XX sustentaram que o produto foi uma nova língua simplificada, adaptada e disciplinada pelos jesuítas, na documentação por eles elaborada – gramáticas, dicionários e catecismos. Daí o

termo tupi jesuítico, usado inapropriadamente para designá-la. Outros estudiosos, mais recentemente, demonstraram preocupação em saber se a LGA podia ser incluída naquelas classes de línguas chamadas de pidgin ou crioulo, desenvolvidas por certos tipos de contato social, que dão lugar a soluções linguísticas nas quais se combinam o vocabulário de uma língua com a gramática de outra. Esses contatos obrigam a encontrar um sistema comum entre pessoas que falam línguas diferentes e ininteligíveis. "Quando não existem falantes nativos dessa variedade mista, estamos diante de línguas pidgins ou sabires; quando o contato se prolonga e se estabiliza, expandindo-se funcionalmente e dando lugar a uma comunidade de fala, nascem as línguas crioulas" (Moreno, 1998, p. 277). Desse modo, a questão é saber se houve um período em que a LGA não era língua materna de ninguém (pidgin), ou se a língua tupinambá, que lhe deu origem, sempre teve falantes nativos e foi sofrendo mudanças radicais com as novas funções assumidas no reordenamento linguístico da região.

No caso da LGA, houve uma discussão sobre a existência ou não de um processo de crioulização, isto é, de transformação de uma língua de contato em língua materna de uma comunidade. A definição de língua crioula implica a formação de uma língua mista, cujo léxico provém da língua dominante, mas as características sistêmicas são da língua dominada. Por isso, considerando que a LGA representaria o processo inverso, Couto (1966, p. 87) a classifica como anticrioula: "Seu léxico é basicamente o tupi. No entanto, sua gramática se aproximou do português". Borges (1999, p. 3), estudando aspectos da fonêmica do nheengatu, dá argumentos que permitem discordar dessa caracterização, invocando, para isso, a estrutura e a história da LGA. Já Rodrigues (2002, p. 11) admite a probabilidade de que alguns pidgins e até mesmo crioulos tenham ocorrido em certos lugares, "mas sem ter alcançado a estabilidade que lhes permitiria expandir-se no espaço e sobreviver por longo tempo". Ele concluiu que a atribuição de qualquer traço crioulo

no caso das línguas gerais "carece de fundamento histórico e linguístico", afirmando que desde o início as comunidades de LGA apresentaram uma situação de bilinguismo parcial com o português, com uma maioria de monolíngues na língua geral e uma minoria de bilíngues.[3]

Embora a documentação específica sobre o contato linguístico seja escassa, os dados sobre o uso da força de trabalho indígena nas aldeias de repartição nos permitem sugerir a hipótese de que nas primeiras décadas da história colonial a LGA conviveu com algumas línguas indígenas, aparentadas ou não, entre os índios que as falavam, fazendo com que os indivíduos tivessem características de algum tipo de bilinguismo. Esse tipo de contato produziu também mudanças, em diferentes níveis, nessas línguas minoritárias.

• As línguas locais ou vernáculas

> *Como as missões do Pará se compunham geralmente de tribos diferentes, os índios, ainda que falassem com o padre na língua geral, em casa todos falavam a sua própria.*
>
> Padre Anselmo Eckart, 1756; 1987, p. 19

O referente de língua minoritária, aplicado às vezes às línguas indígenas, é tão amplo, e a noção de aplicação tão livre e diversa, que alguns autores a rejeitaram, considerando que ela aciona muito mais representações do senso comum do que uma categoria com certo grau de rigor descritivo. Nesse caso, eles preferem a denominação de língua vernácula para designar as línguas faladas por uma comunidade em oposição à língua veicular, que permite aos grupos de línguas ou dialetos diferentes se comunicarem. Outros autores propuseram substituir essas noções por línguas sedentárias ou nômades. Sem entrar no mérito da polêmica, acei-

[3] Sobre as teorias relacionadas a pidgin e crioulo, ver Arends, Muysken e Smith (1995) e Couto (1996).

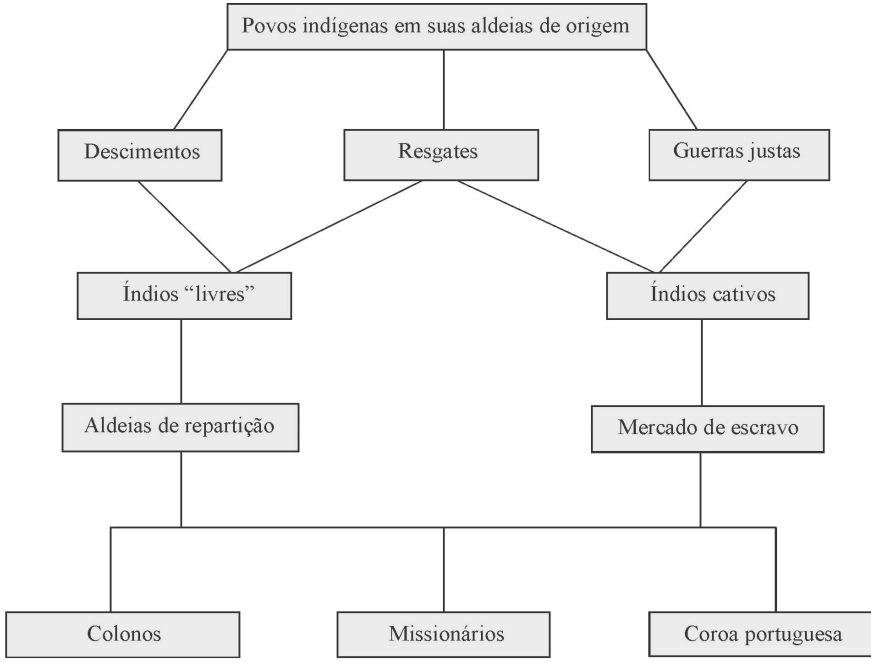
tamos aqui o uso do termo língua minoritária, no sentido que lhe dá Brezinger (1993, p. 6), isto é, de língua falada por minoria etnolinguística, que não se confunde com minoria étnica. Quase sempre inferiorizadas econômica e politicamente, as minorias etnolinguísticas sobrevivem num ambiente hostil, em que suas línguas são discriminadas, enquanto outras línguas dominam a escola, a mídia, o poder político, a administração. O termo tem, portanto, a vantagem de chamar a atenção para o fato de que uma língua particular está ameaçada, corre o risco de ser substituída e, finalmente, de desaparecer, em função de alguns critérios: o número de falantes, a identidade que eles podem ou não ter com sua língua, o uso que dela é feito, a função que desempenha, o apoio institucional que recebe e as mudanças estruturais pelas quais passa. Romaine (1995, p. 284) considera o termo minoria, na verdade, "um eufemismo para falar de povos dominados", sendo que, nesse caso, o tipo de bilinguismo gerado pelo contato é apenas "uma manifestação linguística de um acesso desigual ao poder e à sociedade".

O padre Anselmo Eckart (1721-1809), missionário jesuíta que atuou no Grão-Pará, na aldeia de Trocano, no período de 1753 a 1757, chamou a atenção para o bilinguismo generalizado nas aldeias indígenas do Amazonas, onde parte expressiva da população falava, além de sua língua materna, uma segunda língua – a geral –, cada uma delas com funções bem específicas. No entanto, no contexto das línguas indígenas, enquanto a língua geral gozava de relativo prestígio – provida de alfabeto e escrita, embora de uso bastante restrito –, as demais foram relegadas às práticas domésticas e à oralidade, em espaços confinados. Os catecismos, orações, hinários e toda a literatura religiosa eram produzidos em língua geral. Registros escritos em línguas minoritárias foram muito raros – como os catecismos feitos pelo padre Vieira em sete línguas diferentes, cujos originais até hoje não foram encontrados, ou o catecismo elaborado pelo padre Manuel Nunes para os

índios Boca, da ilha do Marajó. O próprio padre Eckart explica as razões especiais que justificavam a produção desse material: "Ao tempo em que me achava na missão dos Abacaxis, compus com grande trabalho pequenos catecismos nas línguas de duas nações – os Ariquenas e os Barés – para poder preparar para o batismo doentes e velhos, que já não estavam em condição de aprender a língua geral" (Edelweiss, 1969, p. 32).

Dessa maneira, ele oferece pistas para indicar que os falantes de uma língua minoritária, nessa situação, manifestam níveis de competência diferenciados: os mais velhos, monolíngues, falavam-na fluentemente, com domínio perfeito; os jovens, bilíngues, tinham fluência, mas se afastavam de algumas normas; finalmente, falantes com habilidades restritas a usavam na condição de segunda língua, como o missionário. Os catecismos produzidos por Eckart, também jamais localizados, poderiam oferecer pistas para verificar em que medida a língua geral não só ficou marcada em sua estrutura pelos contatos, "mas deixou suas próprias marcas em grande quantidade de outras línguas indígenas ao longo de quase todo o curso do Amazonas e de seus afluentes" (Rodrigues, 1986, p. 38).

De qualquer forma, no confronto com a língua geral, muitas línguas minoritárias foram condenadas à extinção, porque foram sendo gradualmente abandonadas em seus usos e funções de língua materna pelos índios nascidos nas aldeias de repartição, sobretudo por causa do extermínio físico de seus falantes. Nesse sentido, uma análise da política de mão de obra no período colonial, realizada através de uma abordagem transdisciplinar, pode revelar muito mais sobre o destino das línguas do que os enfoques tradicionais sobre a política de línguas. O seguinte fluxograma do recrutamento da força de trabalho indígena, que vigorou no Grão-Pará durante século e meio, pode ajudar a compreender o destino das línguas locais:



Fonte: Fluxograma elaborado a partir de Freire (2001b, p. 115).

O modelo legal de organização do trabalho indígena vigente na Amazônia portuguesa combinava, desde a fundação do Forte do Presépio, em 1616, a existência de duas categorias de trabalhadores, de acordo com a forma de recrutamento: por um lado, os índios livres ou de repartição, recrutados através dos descimentos; e por outro, os índios escravos, capturados em operações de guerras justas. Os resgates, dependendo das mudanças na legislação, podiam produzir tanto escravos como livres. De qualquer forma, cada vez que um índio era assim recrutado, perdia sua autonomia e sua língua materna ficava ameaçada.[4]

[4] Utilizamos aqui uma síntese do texto desenvolvido com maior detalhamento em artigo publicado em Tübingen, Alemanha, intitulado "A organização da força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e do Peru" (Freire, 2001a). Outra versão, intitulada "Portugueses, índios e a organização da força de trabalho na Pan-Amazônia", foi publicada no livro *Raízes e rumos. Perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*, organizado por Sônia Torres (Freire, 2001b).

Os descimentos – expedições, em princípio pacíficas, ainda que com escolta militar – eram realizados tradicionalmente com a participação de missionários, que tinham o objetivo de convencer as comunidades indígenas a descer de suas aldeias de origem para as aldeias de repartição situadas nas proximidades dos núcleos coloniais. Essas aldeias, criadas pelo colonizador, eram núcleos artificiais, onde índios de diferentes línguas e de culturas diversificadas eram estocados para ser alugados e distribuídos – repartidos – entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa portuguesa, em troca de um salário. Os índios que aceitavam ser descidos sem oferecer resistência armada recebiam também, na documentação oficial, a denominação de "livres" – para distingui-los dos escravos –, embora fossem obrigados a fornecer um trabalho compulsório durante seis meses do ano. Nos outros seis meses, por lei, eles deveriam trabalhar na aldeia para a própria subsistência, sempre em contato com usuários das mais diferentes línguas, através da língua geral.

Os resgates eram uma operação de troca comercial entre os portugueses – que forneciam mercadorias europeias como ferramentas, miçangas e quinquilharias – e as tribos consideradas aliadas – que davam como produto de troca índios capturados durante as guerras intertribais. Mas só podiam ser legalmente resgatados os chamados "índios de corda", isto é, aqueles índios presos por grupos antropófagos e que estavam destinados a ser comidos ritualisticamente. A documentação portuguesa da época classifica quase todos os grupos indígenas como praticantes do canibalismo, entre outras razões, para justificar o resgate. Pela lei de 1611, os índios resgatados podiam ser escravizados durante dez anos, em retribuição ao morador português que o havia livrado da morte. No entanto, em 1626, quando completaram os dez primeiros anos de presença portuguesa na Amazônia e os primeiros escravos deveriam ser libertados, o Senado da Câmara de Belém modificou a legislação, estabelecendo que os escravos ficariam naquela condição durante toda a vida, com praticamente todos os atributos clássicos da escravidão.

A terceira forma de recrutamento era a "guerra justa", uma operação militar promovida por tropas de guerra organizadas pelos colonos ou pela própria Coroa, que invadiam os territórios indígenas com o objetivo de capturar o maior número de índios, incluindo mulheres e crianças. Os índios assim aprisionados eram conduzidos ao mercado de escravos, onde eram vendidos. Pela lei, a guerra justa – que necessitava da aprovação do governador – podia ser realizada contra índios que atacassem os portugueses ou que impedissem a propagação do Evangelho. A Coroa portuguesa tinha interesse particular neste rendoso negócio porque, de cada cem índios aprisionados, vinte eram de propriedade da administração colonial – o mesmo imposto de um quinto pago pelo ouro em outras regiões do Brasil.

Esse sistema foi extremamente predador, sem se preocupar com a reprodução da força de trabalho indígena, a única existente na região. Como os colonos portugueses não introduziram qualquer tecnologia nova, trataram de fazer economia na alimentação dos índios e no tempo de trabalho, aumentando a jornada para 14 e até 16 horas diárias. É possível, hoje, encontrar alguns documentos que registram as condições de trabalho, porque, na disputa entre colonos e missionários pelo controle do recrutamento, cada parte deixou relatos sobre o tratamento dispensado aos índios pela outra parte (Freire, 2001, pp. 115-6).

Na Amazônia, ocorreu um processo similar ao assinalado por Ruggiero Romano em outras regiões da América, onde o sistema econômico colonial se caracterizou por "uma exploração de rapina da força de trabalho, como resposta às necessidades de uma economia dominante, que não coloca em movimento retornos capazes de criar outras riquezas" (Romano, 1972, p. 134). Ele chegou a essa conclusão questionando-se por que, no século XVI, foram abandonadas as minas da Calábria e da Alemanha, em troca de exploração das minas do México e do Peru, se a concentração de metal precioso era muito maior nas jazidas da Europa do que naquelas da América. A resposta é simples: a força de trabalho indígena, gratuita, compensava todos os riscos, inclusive os das

viagens de travessia do Atlântico. Tal exploração de rapina foi tão intensa no Grão-Pará que o padre Vieira, usando uma metáfora, comparou as minas com as veias dos índios, de onde era drenado o ouro vermelho – o sobretrabalho (Hemming, 1978, p. 328).

Nessas condições, a única economia possível consistia, efetivamente, na intensificação da exploração da mão de obra, o que incidiu sobre o quadro linguístico regional. Como consequência, a Amazônia passou por uma das maiores catástrofes demográficas de sua história. A calha central do grande rio e de alguns de seus principais afluentes sofreu um processo acelerado de esvaziamento, afetando a vida dos povos que habitavam a região, antes densamente povoada. Por um lado, havia aqueles índios recrutados para o sistema colonial – os domesticados, índios da missão, índios de repartição e até mesmo os escravos. Esses adquiriam a língua geral, que, por certo tempo, convivia em bilinguismo com as línguas vernáculas, mas as últimas tendiam a desaparecer em uma ou duas gerações, criando uma situação de monolinguismo em língua geral. Por outro, os que conseguiram continuar vivendo em suas aldeias de origem, preservando sua língua materna e sua identidade linguística. Estes, diante do terror espalhado pelas tropas portuguesas que recrutavam mão de obra, haviam fugido de seus territórios originais, procurando nova moradia nas cabeceiras dos rios e nos santuários inacessíveis, protegidos por cachoeiras. Nesse deslocamento, entraram em contato nem sempre pacífico com outros povos, o que acabou dando origem a profundas modificações na organização social, nos padrões de ocupação e na própria situação linguística de muitos grupos. "Quase nenhuma língua escapou à grande sangria levada a todas as partes, a todos os refúgios, pelas políticas de conquista da Amazônia" (Rodrigues, 2000, p. 22).

Um exemplo ilustrativo dessa situação é o caso do povo Tarumã, que habitava o baixo rio Negro, nas imediações de onde atualmente situa-se a cidade de Manaus. Os missionários carmelitas chegaram mesmo a estabelecer nesse local, no século XVII, uma aldeia de

repartição, que não prosperou porque os Tarumã se rebelaram. Inferiorizados militarmente, fugiram das tropas portuguesas e particularmente dos massacres de Pedro da Costa Favela, entre 1665 e 1669, e foram se deslocando progressivamente em direção ao norte, até chegar ao rio Essequibo, na Guiana Britânica, onde foram encontrados no início do século XIX (1837), em número de quinhentos, pelo viajante alemão Robert Schomburgk, depois de haverem percorrido mais de 2.000 km (Loukotka, 1949, p. 35).

Em sua fuga, os Tarumã foram invadindo territórios de povos que falavam línguas da família aruak, com quem mantiveram diferentes tipos de relação, quase sempre conflituosas e violentas. Finalmente, acabaram se fixando no extremo norte, na Guiana, em pleno território karib, onde fizeram alianças com povos dessa família linguística, o que favoreceu a realização sistemática de casamentos interétnicos. Dessa forma, os Tarumã acabaram assimilados, junto com outros povos, pelo atual grupo wai-wai, de filiação karib. Hoje, a língua tarumã está extinta e não existe nenhum grupo que reivindique essa identidade (Meggers, 1977, p. 108).

Esses deslocamentos e alianças, no entanto, provocaram certa confusão no momento em que os estudiosos procuraram encontrar os parentescos e filiações dessas línguas. O tarumã, por exemplo, foi classificado por Paul Rivet como língua aruak, porque se baseou exclusivamente no léxico registrado no século XVII pelos carmelitas (Rivet, 1964, p. 643). Outros autores, como Betty Meggers, consideraram-no língua karib, porque trabalharam os dados coletados no século XIX, quando já havia recebido forte interferência da língua wai-wai. Loukotka, que dedicou particular atenção ao caso, classifica-a como língua isolada, reconhecendo no idioma tarumã a presença de empréstimos lexicais tanto das tribos aruak quanto dos grupos karib, em decorrência do contato relativamente prolongado entre essas línguas (Loukotka, 1949, pp. 55-6).

Por idêntico processo, passaram os Aruan, da família aruak, que habitaram originalmente a costa norte do Marajó e a ilha Caviana.

Eles haviam participado, ao lado dos holandeses, da luta contra tropas lusas de Bento Maciel Parente, na região do Gurupá, na primeira metade do século XVII. Resistiram durante mais de um século aos ataques dos portugueses, que conseguiram dividi-los em dois grupos. No início do século XVIII, um dos grupos, já falando a língua geral, foi transferido à força para a região do baixo Tocantins, onde seus integrantes constituíram um povoado com o nome de Muru, para desaparecerem em seguida como entidade étnica (Adonias, 1963, p. 241). O outro grupo iniciou uma longa fuga pelo Amapá, migrando em direção à Guiana Francesa, onde alguns remanescentes foram encontrados no final do século XIX por um viajante francês (Coudreau, 1886, pp. 200-4). A última informação sobre esse grupo data de 1926, quando Curt Nimuendaju dá conta de um pequeno núcleo ainda identificado como aruan, mas falando o créole da Guiana Francesa (Hemming, 1978, p. 607). Hoje, não existe nenhum povo que assuma essa identidade.

Muitos outros povos enfrentaram situação similar à dos Tarumã e dos Aruan, mesmo aqueles que não tiveram contatos violentos tão frequentes com as tropas portuguesas, mas que passaram por um processo de mudanças culturais ou de território, como é o caso dos Baniwa do rio Aiairy, próximo à fronteira com a Colômbia. Esse grupo não sofreu perdas graves com as tropas de recrutamento, mas a língua, da família aruak, modificou-se no contato com outras línguas, na medida em que sua organização tribal acolheu índios de outras filiações linguísticas que, escravizados pelos portugueses, acabaram fugindo do trabalho compulsório, indo refugiar-se nas aldeias Baniwa (Robin, 1980). Outra língua indígena que apresenta acentuada influência lexical da língua geral amazônica é o mawé, em mudanças que ocorreram provavelmente no período colonial, "mas não é tão seguro que suas outras características tupi-guarani sejam tão recentes" (Rodrigues, 1984-1985, p. 35).

Os Cocama/Omágua, primeiros índios do rio Solimões a entrar em contato com a expedição de Orellana em meados do século XVI,

constituem também um exemplo singular. Eles falavam uma língua que desde sempre, até recentemente, foi considerada pertencente ao tronco tupi. Nos séculos XVII e XVIII, quando foram aldeados por jesuítas espanhóis, sua língua foi documentada, porém só recentemente foi estudada por Cabral (1995). Os registros revelam que essa língua das missões é essencialmente a mesma que a dos Cocama de hoje, que vivem no Solimões. "Ela é, entretanto, inequivocamente o produto de um cruzamento entre uma língua como o tupinambá e outra língua até agora não identificada, talvez da família aruak, mas seguramente não tupi-guarani" (Rodrigues, 2000, p. 19).

Os documentos históricos apontam uma rede de relações e oferecem pistas sobre os contatos prolongados entre diferentes grupos, que hoje só são observáveis porque deixaram marcas de natureza linguística capazes de dar inteligibilidade a esse processo. No entanto, pouco se tem avançado nesse campo, porque "os estudos histórico-comparativos das línguas amazônicas estão ainda num estágio muito incipiente" (Rodrigues, 2000, p. 23). As diversas situações de contato foram analisadas numa perspectiva antropológica, mas "a forma que assume a comunicação interétnica, bem como a de fatores linguísticos e extralinguísticos que a determinam, aguardam ainda uma investigação abrangente" (Emmerich, 1984, p. 3).

• O PORTUGUÊS REGIONAL: A "MEIA LÍNGUA"

> *A língua portuguesa [...] tem avesso e direito; o direito é como nós falamos, e o avesso como falam os naturais [...] meias-línguas, porque eram meio políticas e meio bárbaras: meias-línguas, porque eram meio portuguesas e meio de todas as outras nações, que as pronunciavam, ou mastigavam a seu modo.*
>
> Padre Antônio Vieira, 1642, "Sermão do Ano Bom"; apud Sobrinho, 1958, p. 80.

"Meia-língua" é a denominação proveniente do senso comum, usada na Península Ibérica para designar um tipo de fala considerada estropiada e mutilada, produzida, em geral, por um falante não nativo ou por um camponês iletrado, cuja competência discursiva para interagir em registro formal é bastante limitada. Ela foi empregada como recurso literário pela poesia burlesca e pela dramaturgia ibérica, sintetizando uma atitude linguística. Aparece, geralmente, em situações cômicas – por exemplo, na boca de alguns personagens de Lope de Vega, Quevedo, Calderón de la Barca, Góngora e outros autores do século XVII – para ser ridicularizada, como uma forma de caracterizar a ilegitimidade dessas falas. Por analogia, em alguns países da América, a categoria nativa "meia-língua" passou a indicar também uma "linguagem balbuciante e elementar, infantil, empregada pelo missionário em suas atividades proselitistas", que foi desaparecendo paulatinamente das zonas urbanas, mas manteve-se no meio rural, onde provocou, inclusive, o nascimento de numerosas formas dialetais (Solano, 1991, p. 88).

O português falado no Brasil, e mais especialmente na Amazônia, no século XVII, foi considerado, pelo padre Vieira, uma "meia-língua", produto de uma política colonial que contribuiu para o extermínio de línguas minoritárias, propiciando a expansão da LGA e a construção de uma espécie de ponte para que a língua portuguesa pudesse tornar-se hegemônica na região. Ambas, LGA e português, na convivência por mais de três séculos, alternaram a função de língua franca, operando como "línguas usurpadoras" (Brezinger, 1993, p. 14), pois se expandiram à custa das línguas minoritárias, contando, para isso, com apoio institucional. Todavia, o importante a destacar aqui é que, nesse processo, as duas línguas mudaram. As mudanças da LGA já foram anteriormente discutidas. Cabe, agora, indagar o que aconteceu com a variante regional da língua portuguesa, para que um homem de letras do século XVII, como o padre Vieira, a classificasse de "meia-língua".

Formular respostas a essa questão exige um balanço crítico do contato, o que é dificultado pelo fato de que "há todo um processo instaurado com o intuito de apagar a influência do tupi no português" (Orlandi & Souza, 1988, p. 37). No início do século XX, um engenheiro baiano, Teodoro Sampaio, tentou fazer um primeiro balanço do português falado no Brasil. Com as representações oferecidas pela ciência de sua época, ele formulou sua hipótese a partir de uma imagem emprestada de calorimetria, segundo a qual dois corpos em contato mantêm um "equilíbrio móvel de temperatura"; portanto, "ao calor do contato, as duas línguas, em níveis diferentes, foram-se, com efeito, alterando, trocando entre si elementos, assimilando palavras, segundo a fonética peculiar a cada uma" (Sampaio, 1955, p. 122). Concluindo, assim, que as influências entre as duas línguas em contato são necessariamente recíprocas, ele buscou localizar as contribuições das línguas tupi ao vocabulário geográfico brasileiro, o que deu origem a um inventário detalhado.

Vários estudos recentes criticaram, no entanto, a perspectiva que considera resultado do contato meras listas de palavras exóticas e folclóricas, "como se o período de contato dessas línguas fosse algo fugaz e passageiro". Orlandi e Souza (1988, p. 38) propõem, como ponto de referência para pensar a questão, conceitos do campo da sociolinguística, como empréstimo, substrato e adstrato, porque, através deles, "podemos ver que a convivência histórica da língua portuguesa com as línguas indígenas tem consequências mais importantes do que a de acrescentar alguns 'tupinismos', ou topônimos, ou meros afixos, ou fortuita contribuição vocabular para mostrarmos a riqueza de 'nossa' fauna e flora". As duas autoras chamaram a atenção para um processo produtivo de derivação na língua portuguesa, fruto dessa convivência com a língua geral amazônica, que coloca em movimento toda uma história do contato e de processos de significação. O relato de um diálogo presenciado recentemente por uma delas, em Belém do Pará, coloca em evidência que esse legado linguístico não se restringe ao léxico. Na ocasião, alguém se

referiu a uma netarana de sua avó materna, usando o sufixo tupi *rana* ("como se fosse"), o que remeteu a uma infinidade de formas assim modalizadas: tatarana, cajarana, sagarana, canarana etc., indicando que os processos de modalização do nome, em geral característicos do tupi, podiam ser também atestados em português "não pela via do empréstimo cristalizado, mas pelo próprio mecanismo em si" (Solano, 2001, p. 159). Trata-se, então, de redimensionar as marcas profundas das línguas indígenas, presentes na estrutura da língua portuguesa falada no Brasil.

Quanto à variante regional do português escrito, é possível identificar essas contribuições porque esse português está razoavelmente documentado, no período colonial, em cartas, relatórios, petições e outros registros feitos no Grão-Pará, muitos dos quais transcritos e até publicados pelos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (ABAPP). Ele aparece também em relatórios da capitania do Rio Negro do final do século XVIII, em atas das câmaras municipais e outros documentos, alguns dos quais publicados pela revista *Archivo do Amazonas*. O destinatário de parte dessa documentação era o Conselho Ultramarino de Lisboa. Os conselheiros, ao receberem a correspondência, seguramente deviam estranhar essa "meia-língua", pelo distanciamento que ela mantinha dos padrões normativos.

Esses registros, porém, não se limitaram ao período colonial. O "avesso da língua portuguesa" – para retomar a expressão de Vieira – pode ser encontrado até mesmo em documentos escritos em pleno século XIX, especialmente no período de 1832-1842, durante a Cabanagem – a revolta popular mais importante da história da Amazônia. Os cabanos – índios, tapuias, negros, caboclos e variados tipos de mestiços –, provenientes de diferentes horizontes linguísticos, usavam a língua geral como instrumento de interação, mas, nesse caso, a comunicação era basicamente oral, porque eles eram, em sua maioria, iletrados. Um dado relevante para se debater o papel da escrita na ordem social e, sobretudo, em sua relação com o poder está na representação desse iletramento, "apresentado como

'prova' dos seus instintos criminosos", conforme observa Chiavenato no estudo de algumas peças de processos criminais abertos contra ele. No entanto, os poucos cabanos alfabetizados, quando recorriam à escrita, abandonavam a LGA, optando pela língua portuguesa, como testemunham alguns documentos, responsáveis pela denominação que eles receberam de "ralé semianalfabeta". Dois desses registros encontrados no Arquivo Público do Pará, já publicados, constituem um exemplo acabado do português regional em contato com a LGA. O primeiro deles, assinado pelo "manjor Antonho Fostino", foi escrito pelo próprio cabano, com letra irregular, qualificada como "caligrafia feita de garranchos" (Chiavenato, 1984, pp. 123-9).

> Axome çem monisão que muntas vezis teno pidido. Çe uver cunfelito aqi não çei o qe soçederá. Çe não á qartuxami prontu mandi polvra i xumbo qe aqi çe imbalará. Açim dispurvido como estú não poço respunder pellos soçocos qe agão e estarei em pouçilitado de zequtar qalqer prugetu. Com esseção de farinha não á mas vivres neste pontu. Vai este purtador buscá carni ó peche. Mande o qe uver com brividade. Halguns camaradas já çairão daqi pur farta de cumer. Deos garde v. ex. Pontu da Barra 3 de otobro de 1835.
>
> Antonho Fostino, Manjor da Artilharia.

O outro documento – um ofício dirigido ao cabano Eduardo Francisco Nogueira Angelim, que ocupou o cargo de presidente da Província do Pará – foi escrito pelo tenente-comandante de Soures, dois meses depois do primeiro documento.

> Participu a V. Exa. q. tenho a honra Remeter novi Buis para despuzisons de V. Exa. Nom repari não ter hido amais tempu o Gado foi por non terian xegado amais tempu e tãoben non aver enbargasons soficiente: Rogo a V. Exa, Q. dalguma manera nois quera quadejovar com a portesão de V. Exa. em nois envihar monisão tantu de musquitaria comum de hartilharia cendo para pessa calibri I e 3, pôs nóis estamo mointo ariscado nisti pontusigondo as nutiçia q. temus dus

nósos ennimigus. Tãoben rogo a V. Exa. nois quera háremidiar con algun çal e mesmo harmamentu q. estamos mointos faltos deles. Ex.mo Sr., nõn ce quera isquecer do pididu q. o Juis de Pais d'esta Vila feiz para os Povos q. V. Exa. bem sienti ade estar. O mais V. Exa. verá no Pidido jontu q. faz obegeto tãoben desti ufisio. Deos Guarde V. Exa. pur mointos anus. Soures 13 de Dezembru de 1835. Il.mo. Ex.mo Sr. Edoardo Francisco Nugera Amgilin Prisidenti.

José Antonho do Nascimento,
Tenenti Commandanti.

Um terceiro documento, divulgado posteriormente pelo jornal *O Publicador Paraense*, de 11 de junho de 1851, e transcrito por Gomes de Amorim, é a carta de um chefe cabano, que se apresentava como tenente-coronel da Guarda Nacional, dirigida ao presidente da província, intimando-o a libertar seu irmão, que se encontrava preso: "[...] E se V. Exa. responsave pellos mal desta provincia não sortar logo logo móhirmão e otros patrisio que saxão prezo prometo intrar na sidade comeu inzercito de sinco mil Ome i não dexar Pedra sobre Pedra" (Amorim, 1869, p. 293).

As marcas do registro oral, verificáveis nos exemplos, podem orientar a discussão no que se refere às funções dos registros nas línguas em contato. As regras da oralidade dominam o texto escrito. Se, por um lado, a formalidade dos documentos pode ser observada tanto nas fórmulas de tratamento quanto na abertura e nas marcas de despedida, que não deixam dúvidas sobre seu caráter oficial, por outro, sua característica oral consiste principalmente nas vacilações visíveis da ortografia e na segmentação das palavras, o que não compromete em nenhum momento a eficiência comunicativa das informações contidas nos textos. Reproduz, ainda, algumas das formas características do português falado, subpadrão: concordância que só marca o plural num único elemento do sintagma nominal – pellos mal/ otros patrício/ enbargasons soficiente –, frente à norma cuja regra deve atingir todos os elementos do sintagma, e

não um só. A concordância de gênero e número, obrigatória no interior do sintagma nominal, assim como a de número e pessoa, no sintagma verbal, caracterizam o sistema gramatical padrão do português. A obrigatoriedade da regra se aplica a todos os elementos determinantes flexionais do SN e do SV: quando o núcleo está no plural, os outros elementos do sintagma devem necessariamente acompanhar a flexão. No entanto, os estudos da modalidade do português falado não apenas na Amazônia mas em todo o Brasil atestam que, dentro de condições determinadas, as marcas de número, no caso do SN, e de número e pessoa, no caso do SV, não regem todos os constituintes do sintagma e, assim, frequentemente, só um elemento do sintagma leva a marca de flexão.

Essas marcas do registro oral, presentes também nos escritos oficiais de autoria das próprias forças legalistas que reprimiram a Cabanagem, caracterizam a modalidade escrita do português regional, conforme se pode observar nos ofícios de diferentes autoridades – juiz de paz, juiz de direito, vereador, comandante militar – e, sobretudo, nas atas de diferentes câmaras municipais. Parte dessa documentação foi encontrada no então Arquivo da Intendência Municipal de Manaus por Bertino Miranda, que transcreveu cerca de setenta documentos, entre os quais atas das câmaras municipais de Pauxis, Tapajós, Faro, Tefé, Mariuá, Cametá, Luzeia e Tabatinga. Nelas, é possível observar a mesma vacilação no grau de abertura vocálica encontrada nos textos dos cabanos, assim como o mesmo tipo de segmentação das palavras. A ata da sessão extraordinária de câmara de Mariuá, redigida pelo secretário Bento Ribeiro de Carvalho, no dia 29 de agosto de 1836, constitui um exemplo de vacilações da ortografia, de segmentação das palavras e de problemas de concordância. O documento registra que "*abrioçe* na *çalla das seções*, a reunião extraordinária para discutir e *rezulver* os acontecimentos ocorridos nas *rezonhas margem do baixo Amazonas athé as do anfilis rio Negro*, já com *doração* de vinte e dois meses, e que os vereadores abaixo assignados *não simitirão* a tão justa requisição e com

cordarão todos onanimamente que era acertado *comçervar e restabelecer* a ordem e a tranquilidade pública etc." (Miranda, 1908, pp. 76-9).[5]

A introdução da escrita em sociedades ágrafas produz sempre forte impacto, com sérias consequências sobre as práticas sociais. O caso da LGA, estudado por Uli Reich, mostra como os discursos institucionais das culturas indígenas se realizam dentro da tradição *face to face*, em que a interação se faz apoiada "em contextos de conhecimento compartilhado", integrando gestos e mímica. Nesse caso, a compreensão do discurso podia ser controlada na "situação da enunciação", que envolvia "elementos extralinguísticos", condições essas próprias da oralidade. O mesmo não ocorre nas relações interétnicas institucionais, concretizadas principalmente por meio do registro escrito, que opera na ausência do interlocutor, a distância, fora desse contexto compartilhado (Reich, 2000).

As pistas deixadas na documentação escrita sinalizam a dimensão histórica do contato, tão importante que qualquer estudo das línguas amazônicas – incluindo aí o português regional – deve levar em consideração as relações entre elas. Taylor, mais recentemente, chamou a atenção para esse aspecto em área do atual estado do Amazonas:

> Dada a importância da contribuição do português para a formação do léxico do nheengatu e também a existência de um substrato de outras línguas indígenas, seria necessário incluir, num inventário completo de fonemas das variantes atualmente faladas no rio Negro, todos os que são usados correntemente no português local (Taylor, 1985, p. 12).

Outro trabalho linguístico encontrou, no português falado atualmente na mesma região do rio Negro, a entoação, a cadência e alguns traços fonológicos do nheengatu (Borges, 1991), num processo discutido inicialmente por Couto Magalhães (1876) e retomado

5 As atas das câmaras municipais, no período de 1833 a 1839, que faziam parte do acervo do Arquivo da Intendência Municipal de Belém, podem ser encontradas nas transcrições feitas por Bertino de Miranda, publicadas como apêndice de seu livro (Miranda, 1908).

por Teodoro Sampaio (1901), cada um deles com a concepção de sua época. No entanto, esse fenômeno de transferência de registro no português amazônico constitui já outro problema, que foge ao objetivo deste livro.

Línguas em expansão e "línguas anêmicas"

A situação das línguas na Amazônia brasileira e alguns aspectos de sua evolução, aqui analisados, reforçam as evidências arqueológicas e etnolinguísticas, que sugerem que a Amazônia já formava, muito antes da chegada do europeu, um arquipélago linguístico, em que numerosas línguas, pertencendo a diferentes famílias, eram faladas dentro de um território com uma unidade geográfica por onde circulavam diferentes povos, que mantinham esporadicamente relações amistosas ou belicosas. Apesar de consideráveis diferenças históricas, culturais e especialmente linguísticas, os povos da Amazônia, agricultores e ceramistas, desenvolveram um estilo de vida comum, que se convencionou denominar de cultura da floresta tropical, baseado numa agricultura intensiva de raízes – sobretudo de diferentes variedades de mandioca –, complementada por plantação de milho, algodão, tabaco, cabaça e certas árvores frutíferas.

Esse estilo de vida, resultado de experiência milenar dos povos da floresta, sofreu grande impacto com a chegada do europeu. O sistema colonial implantado desestruturou o mundo amazônico, destruiu grande parte das culturas de floresta tropical e reordenou a ocupação do espaço em outras bases, desprezando o saber até então produzido e acumulado pelos índios. Numa perspectiva mercantilista, os índios constituíam a principal riqueza da região, na medida em que eram a única força capaz de extrair da floresta os produtos de interesse para o mercado europeu. Neste caso, a chave para a compreensão das relações do europeu com o mundo amazônico reside na análise do sistema de trabalho implantado a partir da conquista, cujo recrutamento predatório foi responsável

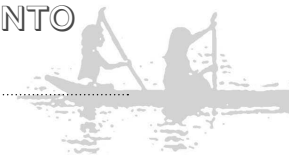
pelo extermínio de muitos povos e pela extinção de muitas línguas. A separação dos índios por diversas aldeias de repartição, sem qualquer respeito pelas afinidades culturais – ao misturar falantes de línguas tão diferentes em espaços artificialmente criados –, deixou muitos índios sem interlocutores em suas línguas maternas, que, dessa forma, tornaram-se "línguas anêmicas", carentes de sangue das populações, com um número reduzido de usuários, o que adquiriu caráter epidêmico (Rodrigues, 2000, p. 22).

A presença portuguesa veio tornar o quadro linguístico mais complexo ainda, porque deu à região amazônica relativa unidade política, obrigando os povos que aí viviam a se deslocar nesse espaço e a estabelecer contatos mais sistemáticos em função dos interesses coloniais. Tais contatos passaram a ser feitos através das duas línguas citadas, que iniciaram um processo de expansão: uma língua indígena – a língua geral formada a partir do tupinambá –, que se tornou majoritária nos dois primeiros séculos, e a outra, uma língua europeia – o português –, trazida pelo colonizador e que, em longo prazo, seria hegemônica. Essas línguas, nos contatos mantidos através de seus falantes, se influenciaram mutuamente, sofrendo modificações que foram aqui assinaladas.

O estudo da história social das línguas na Amazônia requer explicitação das diferentes políticas de línguas, tanto da Coroa portuguesa quanto do Estado neobrasileiro. Durante mais de um século, a administração colonial estimulou oficialmente o uso e a expansão da língua geral, em detrimento da língua portuguesa, só modificando seu ponto de vista em meados do século XVIII. É necessário investigar as razões das mudanças de rumos e acompanhar a implementação e os resultados de tais políticas, bem como o comportamento dos principais agentes responsáveis por sua execução: os missionários. Desse modo, é possível esclarecer por que parece ter sido mais conveniente para os interesses coloniais estimular o uso da língua indígena, caracterizada por sua oralidade e considerada bárbara e inculta, e não o uso do português, uma língua escrita,

de prestígio, literatada desde o século XIII (Houaiss, 1985, p. 46). Trata-se, na realidade, de entender por que, na Amazônia, os barcos comandados pelo colonizador, em vez de disseminarem a língua portuguesa, acabaram transportando uma língua indígena. Para isso, parece oportuno, agora, discutir a ação direta do Estado e da Igreja, relacionada às funções que foram atribuídas a essas línguas, como resultado da política da Coroa portuguesa.

A política e o reordenamento de línguas



O campo da política de línguas

> *Ponha efficaz deligência em que os índios sejam práticos na lingua portuguesa [...] e vos recomendo a infallivel observancia desta minha Real ordem.*
>
> Carta Régia de 12 de setembro de 1727, ABAPP, 1902, t. 2, p. 191

A expressão "política de línguas" vem sendo usada pela sociolinguística para designar um conjunto de medidas, explícitas ou implícitas, adotadas predominantemente pelo Estado – mas também por outros agentes sociais – para ordenar as línguas faladas em determinado território. Esse conceito abrange, portanto, as normas jurídicas e as ações deliberadas desenvolvidas pelos aparelhos burocráticos do Estado, da mesma forma que inclui o conjunto de atividades sociais que, de alguma forma, interferem no destino das línguas, cujas funções são analisadas, assim, como um elemento de ordenamento social. Trata-se, portanto, de uma categoria a partir da qual podemos pensar a intervenção do Estado – na condição de poder político institucionalizado e força política organizada –, que gera diferentes tipos de mudanças linguísticas e transforma experiências individuais e coletivas, com implicações nas formas e nos usos linguísticos da comunidade e, em consequência, nas atitudes dos falantes ante as línguas. Quando uma sociedade se organiza e estende suas relações de contato, intercâmbio e dominação sobre outras sociedades cultural e linguisticamente diferentes, as línguas

desempenham função relevante, tanto para organizar a dominação e a hegemonia quanto para resistir a elas (Hamel, 1993, p. 8).

No processo colonial ibero-americano, como resultado de determinações políticas, as línguas que historicamente se constituíram como nacionais passaram a desempenhar papel hegemônico somente após uma série de estratégias, que sempre incluíram o uso das denominadas *línguas gerais*, que eram, do ponto de vista demográfico, as mais importantes línguas indígenas. A formação de tradutores e intérpretes (denominados de línguas), os currículos das escolas para filhos de caciques e a criação, já em 1580, das cátedras de línguas indígenas nas universidades no Peru e no México, referendam o prestígio que alcançaram algumas dessas línguas, constituindo-se, ao mesmo tempo, em espaço de debate dessa produção.

Na América colonizada por Portugal, os processos históricos foram diferentes, embora guardem algumas similitudes, como no caso das duas línguas gerais que se desenvolveram: a língua geral paulista (LGP) e a língua geral amazônica (LGA), cuja extensão ainda não foi devidamente avaliada, da mesma forma que não foi suficientemente estudado o papel da Coroa portuguesa e da Igreja em seu processo de expansão e declínio.

Os principais agentes formuladores e executores dessas políticas foram os missionários, que, envolvidos no trabalho de catequese e evangelização, defrontaram-se com problemas comunicativos nas mais variadas situações de multilinguismo. Para resolvê-los, as ordens religiosas tiveram de tomar decisões – selecionando as línguas, definindo suas funções e delimitando os domínios e âmbitos em que deviam funcionar. Com finalidades didáticas, criaram instrumentos como gramáticas, dicionários, vocabulários e produziram um metadiscurso sobre as línguas faladas em suas áreas de atuação (Alfaro, 2001, p. 31).

No caso da América Hispânica, onde o debate acadêmico sobre o tema permitiu reflexões teóricas, o Estado colonial e a Igreja tomaram decisões e desenvolveram atividades que preencheram

as três áreas propostas por Ninyoles (1976) como condição para desenvolver uma política de línguas:

1. na área externa, definiram os papéis de cada língua no contexto multilíngue, determinando seus usos e funções no âmbito público, com a elaboração de discursos legitimadores: eclesiásticos, jurídicos, eruditos;
2. na área interna, estabeleceram normas gramaticais e produziram dicionários e alfabetos dessas língua;
3. no campo pedagógico, de acordo com as duas áreas anteriores, desenvolveram programas e metodologias de ensino.

No caso do Grão-Pará, parece oportuno discutir as medidas políticas adotadas nas três áreas citadas, destacando as diferentes estratégias, ao longo do tempo, para resolver problemas de comunicação. Com esse objetivo, a língua geral amazônica, por ter mantido a hegemonia durante todo o período colonial, merecerá aqui tratamento preferencial. Serão abordados, em primeiro lugar, seu alcance e sua real extensão, os quais foram objeto de debate, sobretudo no século XIX, entre viajantes, naturalistas e tupinólogos. Em seguida, será apresentada uma proposta de periodização, contemplando os diferentes momentos do processo de política de línguas e da construção de identidade étnica e regional, envolvendo a atribuição de funções às diversas línguas, bem como a normatização de seu uso e sua reprodução. Finalmente, será analisado o papel do Estado, a partir do modelo proposto por Anderson (1983). Todas essas questões deixaram numerosos vestígios documentais que, embora dispersos, estão presentes na correspondência dos governadores do Grão-Pará com a metrópole, nos relatórios administrativos e nas diretrizes oficiais, nas disposições legislativas, nas cartas régias, nas instruções e nos regulamentos das ordens religiosas e nas próprias crônicas. Algumas dessas fontes históricas serão aqui retomadas, na tentativa de se compreender melhor o problema.

A EXTENSÃO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA

> *Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sânscrito, ocupou tão grande extensão geográfica como o tupi e seus dialetos; com efeito, desde o Amapá até o Rio da Prata [...] desde o Cabo de São Roque até o Javari, [...] estão, nos nomes dos lugares, das plantas, dos rios e das tribos indígenas [...] os imperecedores vestígios dessa língua.*
>
> Magalhães, 1876, p. 28

Na América colonial, tanto na portuguesa como na hispânica, a nomenclatura "língua geral" ou "lengua general" começou a ser usada como um termo genérico, para designar línguas que extrapolavam sua base geográfica original, permitindo a comunicação entre diversos grupos que habitavam diferentes territórios, embora não fosse sua língua materna. No Brasil, cronistas e missionários, em muitas passagens de seus relatos, se referem, por exemplo, ao tupinambá como a língua geral ou a mais geral ou ainda a mais usada ao longo de todo o litoral. Esse termo genérico não pode ser confundido, porém, com a expressão lexicalizada língua geral, que acabou se impondo para dois referentes distintos e bem precisos: por um lado, a língua que se irradiou com as bandeiras paulistas e, por outro, a língua que se consolidou na Amazônia. Para distingui-las, Aryon Rodrigues, num artigo esclarecedor e conclusivo de 1986, propôs chamar a primeira de língua geral paulista (LGP) e a segunda, de língua geral amazônica (LGA) (Rodrigues, 1986, p. 102).

No entanto, essas línguas também eram referidas por outros nomes, atribuídos seja pelos europeus, seja pelos próprios índios, mudando de denominação de acordo com o momento histórico e o espaço geográfico ocupado por elas, o que deu origem a imprecisões, equívocos, designações arbitrárias e até mesmo fortuitas. Muitas línguas indígenas, registradas sem cuidado

etnográfico, receberam e acabaram perenizando documentalmente nomes às vezes insultantes, com os quais eram chamadas pelos inimigos. Há muitos casos em que uma mesma língua recebeu várias denominações ou que, por problemas ortográficos, recebeu grafias diferentes, que acabaram produzindo nomes diversos. O problema se agrava quando as formas de designar se referem a línguas já desaparecidas e se confundem com formas ou versões contemporâneas ainda vivas.

No caso da língua geral amazônica, a documentação histórica, desde o século XVII, vem empregando diferentes nomenclaturas para designá-la: tupi, tupi vivo, tupi moderno, tupi do norte, língua túpica, tupinambá, língua geral, língua geral brasílica, língua geral brasiliana, língua geral dos Brasis, brasiliano, língua indígena geral, nheengatu (língua boa), abanheenga (língua de gente, língua de índio), língua tapuia e até mesmo guarani, ou ainda, tupi-guarani. Quando uma dessas denominações designa – como é o caso – outras realidades linguísticas diferentes, é necessário estabelecer com precisão os referentes reais que permitam identificá-las, o que requer demarcar, sempre, o contexto em que aparecem.

Esse procedimento torna-se indispensável, principalmente quando se pretende dimensionar a extensão da LGA pelos territórios em que era falada, com o objetivo de avaliar em que medida a política de línguas contribuiu para ampliar seu raio de ação. Neste tópico, trabalharemos com relatos de vários autores, sobretudo do século XIX, em que aparece o uso de diversos termos, que, algumas vezes, confundem os referentes. Quando isso ocorrer, tentaremos prestar os esclarecimentos necessários. No entanto, excetuando as citações textuais, empregaremos preferencialmente a denominação língua geral amazônica, sancionada pela academia, ou ainda nheengatu, termo consagrado por Couto de Magalhães na segunda metade do século XIX, pelo qual ficou regionalmente conhecida no século XX, tanto por seus falantes como pelo entorno.

A disseminação da língua geral por toda a Amazônia foi testemunhada por naturalistas, missionários, militares, funcionários e viajantes, nacionais e estrangeiros, que viveram na região ou percorreram parte dela, nos séculos XVIII e XIX, em viagens de estudo e de trabalho, da mesma forma que por alguns estudiosos que tentaram descrevê-la. Em diferentes momentos históricos, muitos deles se surpreenderam por encontrá-la como uma língua viva, falada em um território tão vasto, constatando que, sem o conhecimento dela, ninguém podia entender-se com a população ribeirinha.

• A VISÃO DOS VIAJANTES

> *Admirou-me encontrar em Manaus os mesmos nomes que em São Borja para os objetos mais usuais na vida. No rio Negro ouvi articular os mesmos sons que no Uruguai, embora esses pontos distem em linha reta 500 milhas alemãs um do outro.*
>
> Avé-Lallemant, em 1859; 1980, p. 143

Os primeiros registros do século XIX que merecem destaque foram feitos às vésperas da Independência do Brasil por dois alemães, o botânico Martius e o zoólogo Spix, membros da comissão científica que acompanhou a imperatriz D. Leopoldina. Depois de navegarem, em 1819-1820, pelo rio Amazonas e por alguns de seus afluentes como o Negro, o Japurá e o Madeira, parando em cada povoação, observaram que a língua que eles denominavam de tupi ou língua geral brasílica era "o veículo mais poderoso da civilização dos índios" (Spix e Martius, 1981, p. 43). Avaliando que ela "ainda hoje é necessária para as relações com o interior", Martius organizou uma pequena lista com 350 vocábulos do "dialeto vulgar do Pará", sugerindo, posteriormente, que "nos

lugares mais próprios se formassem escolas de língua geral brasílica" (Martius, 1863, pp. 7-11).[6]

Mais de trinta anos depois, as observações de Martius ainda eram válidas. Por desconhecer a língua geral, o bispo diocesano do Pará no período 1844-1859, Dom José Afonso Morais Torres, não conseguiu, nos primeiros anos, pastorear parte significativa de seu rebanho. Pároco da freguesia do Engenho Velho, no Rio de Janeiro, ele foi sagrado bispo e recebeu ordens de D. Pedro II para percorrer, em visitas pastorais, a região que lhe era desconhecida. Das várias visitas, a mais longa durou quase dois anos, abrangendo os rios Amazonas, Solimões, Madeira, Purus e Tapajós (Torres, 1852). Foi aí, então, que o bispo descobriu que não podia levar o Evangelho aos moradores dos lugares, povoados e vilas espalhadas ao longo dos rios se não falasse a língua geral. Dedicou-se a estudá-la, compôs um resumido *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas*, com cerca de 950 verbetes, e criou uma cadeira de língua indígena geral, no seminário do Pará (Torres, 1854).[7]

Durante toda a década de 1850-60, a LGA continuou sendo "falada de forma quase pura ao longo da corrente principal do Amazonas, numa extensão de 3.800 km", representando o único instrumento que permitia a comunicação "de uma ponta à outra do grande rio", de acordo com o naturalista inglês Henry Bates, que

[6] Essa lista, com palavras do dialeto vulgar do Pará, foi publicada no *Glossaria linguarum brasiliensium. Glossários de diversas lingoas e dialectos, que fallão os índios no Império do Brazil.* O glossário contém ainda outras listas, referentes a mais de cem línguas indígenas, pertencentes a famílias tupis e não tupis. Alguns vocabulários foram elaborados a partir de fontes manuscritas, como é o caso do dicionário dos verbos, anônimo e não datado, publicado sob o nome de *Tupi austral*, um dos poucos documentos de que se dispõe sobre a língua geral paulista (LGP). Outros vocabulários foram coletados pelos dois naturalistas junto a informantes indígenas, merecendo críticas generalizadas. O próprio Martius havia advertido sobre "as dificuldades de apanhar expressões isoladas da boca do índio e descrevê-las sem equívoco, por escrito, com as letras do alfabeto europeu", reconhecendo a necessidade de um trabalho de campo – que não foi feito – de "muitos meses, mesmo de anos, entre os índios" (Martius, 1863, p. xii).

[7] Dom José Afonso entregou seu *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas* ao poeta Gonçalves Dias, que o publicou na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Torres, 1854). Segundo Edelweiss, o vocabulário recolhido pelo bispo no alto Amazonas "tem algum valor científico", diferentemente do outro *Diccionario da lingua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brazil*, publicado por Gonçalves Dias em Leipzig, em 1858, considerado "um mistifório, de valor científico precaríssimo" (Edelweiss, 1969, p. 200).

viveu 11 anos na região, de 1848 a 1859. Nesse período, percorrendo o rio de um extremo a outro, ele aprendeu a língua geral, que foi instrumento indispensável para obter ajuda dos moradores do alto Solimões na coleta de mais de oito mil espécies, remetidas ao Museu Britânico (Bates, 1979, p. 209). Seu colega Alfred Wallace permaneceu menos tempo na área (de 1848 a 1852), o suficiente, porém, para observar que "os viajantes brasileiros utilizam-se dessa língua como veículo geral de comunicação com as diversas tribos que visitam". Ele mesmo transitou pelas regiões dos rios Negro e Vaupés, nas fronteiras com a Venezuela e a Colômbia, onde comprovou que a língua geral se alastrara por esses países, havendo ainda ultrapassado – acrescentou – as fronteiras de Peru, Bolívia e Paraguai (Wallace, 1979, p. 293).

A menção de que a LGA se estendeu para fora da Amazônia, entrando na bacia do Prata, no chaco boliviano e até mesmo nos contrafortes andinos, merece esclarecimento, porque marcou os relatos de muitos outros autores. Na realidade, trata-se de diferentes línguas – o guarani paraguaio (ou guarani criollo), o guarani correntino, o chiriguano (ou guarani boliviano), o guarani mbyá e o guarani kayová –, cujo parentesco com a LGA fazia, no entanto, com que compartilhassem "numerosíssimos nomes", permitindo certo grau de comunicação entre seus falantes, como notou outro estudioso alemão, o médico Robert Avé-Lallemant. Após viajar por alguns países da América do Sul e por outras províncias brasileiras, ele chegou ao Amazonas, em 1859, o que lhe permitiu estabelecer comparação entre a língua geral usada em Manaus e a língua guarani falada ao longo do Uruguai, Paraná e Paraguai. Manifestou surpresa pelo léxico comum às duas línguas, embora a distância entre um lugar e outro fosse superior a 3.700 km (Avé-Lallemant, 1980, p. 143).

Essas observações foram confirmadas, alguns anos depois, pelo major Pedro Luiz Sympson (1840-1892), um amazonense nascido em Manaus, que participou da Guerra do Paraguai.

> No Estado oriental, na Argentina e no Paraguai, onde militei de 1865 a 1867, reconheci que ali, não somente entre os indígenas como entre muitas famílias civilizadas, fala-se este mesmo idioma, com o nome porém de guarani, com alguma diferença, é verdade, como talvez na proporção em que está o espanhol para o português. Eu, ali, entendia-me perfeitamente com os naturais, com eles conversava sem o menor embaraço (Sympson, 1877, p. 24).

Filho do diretor de índios do Juruá, Sympson não só falava fluentemente a língua geral, como também recebeu educação formal sobre ela durante os estudos regulares realizados no seminário de Belém, em cujo currículo foi disciplina obrigatória no período de 1851 a 1863. Posteriormente, tornou-se autor de uma gramática, publicada em várias edições, e de um dicionário, inédito, com mais de dez mil vocábulos.[8]

O major Sympson, no entanto, não foi o único amazonense proficiente em língua geral a se comunicar com falantes do guarani, na bacia do Prata. Muitos outros foram recrutados como "voluntários" para a Guerra do Paraguai através de procedimentos violentos, testemunhados, *in loco*, por um pesquisador da Universidade de Cambridge, Luiz Agassiz, em viagem científica pelo Amazonas, em 1865-1866. No navio em que viajava, ele presenciou o embarque de vários recrutas, que tinham "as pernas presas num grosso barrote de madeira com orifícios que mal davam para deixar passar os tornozelos". Tentou conversar com eles, mas descobriu que "esses índios não pronunciam uma única palavra de português:

[8] A gramática teve seis edições. A primeira (1877), dedicada a D. Pedro II, foi impressa em Manaus, com o título de *Gramática da língua brazílica geral fallada pelos aborígenes das províncias do Pará e Amazonas*. Não aparecem os termos tupi e nheengatu, observados nas capas de outras edições: Belém (1901), Rio de Janeiro (1926, 1933, 1955). A sexta edição (2001), da Livraria Valer, de Manaus, traz na capa informação equivocada, de que se trata da quinta. Quanto ao dicionário, os originais foram oferecidos, em 1925, à Academia Brasileira de Letras, que não o publicou, apesar do parecer favorável da comissão de lexicografia. O então tesoureiro da ABL, Osório Duque-Estrada, alegou falta de recursos, mas, na mesma época, subvencionou com mais 6 mil francos a cadeira de literatura luso-brasileira na Sorbonne e patrocinou a edição de uma tradução da *Odisseia* (Atas da ABL, 1925, pp. 68-87).

não podem compreender por que os forçam a partir". Na falta de informações adicionais sobre a situação linguística, é legítimo supor que esses voluntários encontrados por Agassiz, sem competência no português, eram falantes da língua geral, ou na qualidade de monolíngues ou então como bilíngues, e, nesse caso, tal língua era compartilhada com um idioma indígena minoritário.

De qualquer forma, existem notícias de outros voluntários, monolíngues em língua geral, cujo recrutamento criou uma situação, no mínimo, insólita, com consequências sobre as marcas identitárias étnicas e nacionais: muitos soldados amazonenses, pertencentes ao 5º Batalhão da Infantaria, que sequer podiam entender as ordens de seu comandante, morreram nos campos de batalha do Paraguai como "voluntários" da Pátria, falando uma língua compreendida pelo inimigo, mas desconhecida em sua própria trincheira. Por outro lado, havia situação similar, com soldados paraguaios, monolíngues em guarani criollo, alguns dos quais foram feitos prisioneiros de guerra e só puderam ser submetidos a interrogatório com a ajuda de soldados amazonenses, bilíngues em língua geral e português, que funcionaram como intérpretes e tradutores (Agassiz, 1975, pp. 161-7, 175-9 e 204).[9]

O parentesco dessas línguas – com a possibilidade de seus falantes poderem estabelecer, em muitos casos, níveis satisfatórios de comunicação entre si – acabou fortalecendo a ideia de uma identidade linguística, que levou a imaginar a existência de uma língua tupi única, espalhada por toda a extensão dos territórios em que eram faladas, aceitando-se, em alguns casos, a existência de pequenas variedades dialetais. Contribuíram também para essa ideia de unidade linguística – presente na obra de naturalistas e

[9] Esse tópico pode ser aprofundado com a documentação do acervo do Arquivo Histórico do Exército, especialmente o fundo intitulado "Guerra do Paraguai", que contém relatórios de interrogatórios feitos a prisioneiros e correspondência com o presidente da província do Amazonas sobre o envio de recrutas para a Corte. Contém ainda mapa da força do 54º Batalhão de Voluntários da Pátria, que possuía, além do efetivo normal, uma companhia de índios (Freire, 1995, 1996, p. 359).

viajantes – os próprios estudiosos da língua geral e do guarani, que organizaram gramáticas, vocabulários e dicionários no XIX; entre outros: Batista Caetano (1826-1882), Barbosa Rodrigues (1842-1909), Couto de Magalhães (1837-1898), Frederick Hartt (1840-1878) e Stradelli (1852-1926).

• A representação dos tupinólogos

> *O tupi se diferencia do guarani, tanto como o falar dos brasileiros difere do dos filhos de Portugal, e talvez mesmo como o de um paraense difere do de um mineiro ou paulista.*
>
> Nogueira, 1876, p. 26

No campo de estudo do guarani antigo, Batista Caetano de Almeida Nogueira foi, indiscutivelmente, o mais respeitado pesquisador do século XIX. Sua obra inclui um dicionário, uma gramática, análises etimológicas e traduções, entre as quais a de uma parte do canto X de *Os Lusíadas* para o guarani. A visão que tinha do problema é apresentada em seus trabalhos mais conhecidos – o *Esboço gramatical* e os *Apontamentos*, cujos títulos completos designam o guarani como a "língua chamada também no Brasil língua tupi ou língua geral". Para ele, a LGA e o guarani eram a mesma língua, da mesma forma que o português, falado no Brasil e em Portugal, ou em suas variedades dialetais do Pará, Minas Gerais ou São Paulo. Em sua argumentação para reforçar a unidade do tupi ou língua geral, o autor recorre à comparação com a variedade na língua portuguesa, afirmando que, se os mesmos critérios que determinaram o reconhecimento de um sem-número de línguas indígenas fossem aplicados ao português, teríamos tantas línguas quanto províncias, municípios e até famílias: "as línguas dos Gonsalo, dos Motta, dos Albuquerque etc.". Portanto, embora designada por muitos nomes, ele considerava que a língua era uma só, e que as diferenças assinaladas entre elas não comprometiam sua unidade, porque eram

muito mais problemas "da ortografia com que escreveram do que da diversidade real dos sons", o que ele atribui à incapacidade dos portugueses, que não conseguiam apreender e, muito menos, reproduzir certos fonemas indígenas (Nogueira, 1876, pp. 4, 26).

Essa representação unitária aparece também no discurso do botânico carioca João Barbosa Rodrigues, que, apesar de ter obtido evidências contrárias, não conseguiu romper com a ideia da existência de uma língua única. Ele viveu no Amazonas em dois momentos distintos (1872-1874 e 1883-1890), totalizando pouco mais de dez anos, período em que estudou a língua geral e coletou, nela, um sem-número de narrativas indígenas, produzindo esboços de gramáticas e vocabulários. Diretor do Museu Botânico, em Manaus, descobriu, inventariando a nomenclatura da botânica indígena, que muitos nomes de plantas na Amazônia eram os mesmos que no Paraguai. Decidiu, então, comparar os "dois galhos de um tronco que se bifurcou: o tupi do norte e o karany do sul". Conhecedor do nheengatu, "com as diversas pronúncias do Pará e do Amazonas", foi, então, conferir de perto as variantes guarani, ouvindo os campesinos no Paraguai e os dialetos de Assunção, Corrientes e Missiones, três décadas depois de terminada a guerra. Teve sérias dificuldades de se comunicar, devido às diferenças entre as línguas, sobretudo fonéticas. No entanto, conciliou sua experiência pessoal com a representação unitária de Batista Caetano, ao concluir contraditoriamente que "quem conhece o guarani não entende o tupi moderno e vice-versa, posto que sejam ambos uma só língua" (Rodrigues, 1890, p. ii). Como a língua geral era – para ele – a "língua mais vulgar desde as Antilhas até o extremo da América do Sul", considerou essas diferenças um dado muito recente, atribuindo-as à "grande corrupção" das duas línguas devido a influências estrangeiras (Rodrigues, 1905, p. 24). Num artigo anterior, muito criticado por Edelweiss, Barbosa Rodrigues já havia considerado como língua única o abanheenga, do qual ele acredita que se teriam originado o nheengatu e o guarani (1888, p. 101).

De sua área, o botânico carioca empresta a imagem de "dois galhos de um tronco que se bifurcou" para representar o parentesco, através de uma língua-mãe ou tronco linguístico, que deriva em subdivisões. Essa imagem contrasta com a representação dessas línguas como "elos de uma cadeia", emprestada do evolucionismo pelo conde italiano Ermano Stradelli para defender a representação de unidade linguística, que ia "das Guianas ao Prata". Stradelli viveu, com uma breve ausência, mais de 43 anos na Amazônia (1880-1926), onde coletou e registrou mitos indígenas, e foi o responsável pela desconstrução da imagem satanizada de Jurupari, herói civilizador representado durante três séculos pelos missionários e cronistas como um diabo ameríndio. Morreu na cidade de Manaus, depois de elaborar um dicionário e o esboço de uma gramática em nheengatu que só foram publicados postumamente. Antecipando uma observação de natureza tipológica, ele considera nheengatu e guarani "como elos extremos de uma mesma língua, [que] têm de comum não só uma infinidade de palavras e raízes, mas a construção e feição de frases". Os dialetos em tupi, originalmente falados como nuanças, compunham o conjunto de elos que davam forma à língua geral. "O nome que então lhe deram de língua geral revela o grande pasmo dos descobridores por encontrar em toda parte, apesar das alterações locais, a mesma língua" (Stradelli, 1929, p. 63).

O próprio Couto de Magalhães apresentou opiniões contraditórias. Quando elaborou um parecer técnico para o IHGB, discordou de Batista Caetano, afirmando sobre as diferenças que "nem todas resultam de diversidade de ortografia", e apresentou uma lista com exemplos conclusivos, que "demonstram profundas alterações na fonética dessas línguas" (Magalhães, 1876b, p. 382). No entanto, quando discutiu a extensão do nheengatu em sua obra O *selvagem*, minimizou tais diferenças, admitindo a existência de "uma porção de línguas, *muito semelhantes entre si*" (o grifo é nosso). Para ele, nesse caso, o que estava em jogo não eram diferenças formais e funcionais existentes entre o que ele reconhecia como línguas, mas a situação

de intercomunicação. Se os sujeitos se compreendiam através delas, então tínhamos, desse ponto de vista, uma língua. Por isso, quando tratou de mapear a extensão da LGA, incluiu todas elas em um único pacote linguístico, o que lhe permitiu ampliar enormemente seu território. "A língua tupi ou nheengatu é uma das que ocupam maior superfície da terra", ele escreveu, considerando as línguas da família guarani variantes da LGA, que seria, assim, uma espécie de hiperlíngua,[10] "uma das maiores línguas da terra, se não a maior" (Magalhães, 1876a, pp. 28-9).

Restrições, embora tímidas, sobre a ideia de uma língua única atravessando a geografia e o tempo foram formuladas no século XIX por um estudioso: Charles Frederick Hartt, professor de geologia na Universidade de Cornell, Ithaca, que estudou o nheengatu em viagens científicas realizadas na Amazônia – a primeira delas em 1865, acompanhando a expedição chefiada por Luiz Agassiz. Retornou duas vezes e, na última, chefiou a Morgan Expedition, que explorou a região do baixo Amazonas. Além dessas estadas esporádicas, viveu aproximadamente oito anos no Brasil (1870-1878), fixando residência no Rio de Janeiro, onde veio a falecer. Colecionou muitas narrativas indígenas e escreveu um trabalho clássico, intitulado "Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas", ao qual anexou um dicionário de frases. Hartt, da mesma forma que os demais tupinólogos da época, admitia que as diversas línguas das famílias tupi e guarani "à primeira vista, parecem diferir enormemente entre si; mas tanto quanto nos é dado saber, têm todas idêntica estrutura geral, e suas raízes em grande número são mais ou menos as mesmas". No entanto, ao confrontar o tupi antigo – já extinto, falado no litoral brasileiro – e a língua geral amazônica, ele constatou que "as orações, hinos etc. dos jesuítas não são entendidas pelos índios amazônicos hoje", esclarecendo que, "na pronúncia e na estrutura, as duas línguas diferem ainda mais que o português do espanhol" (Hartt, 1938, pp. 307-8).

[10] Para a noção de hiperlíngua, ver Auroux (1994) e Souza (2001).

O texto de Hartt contendo sua observação sobre a diversidade, só publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1938, não foi levado em conta quando a Universidade de São Paulo decidiu, em 1935, incluir no currículo de seu curso de Geografia e História as disciplinas Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani. Nesse mesmo ano, Plínio Ayrosa, indicado para a cadeira, iniciou seu ensino, fazendo concurso dois anos depois, em 1937. A multiplicidade de línguas e as divergências dialetais exigiam a formulação de uma pergunta: qual das variantes seria objeto de ensino? No entanto, como prevaleceram as ideias unitárias dos tupinólogos, e mais precisamente de Batista Caetano – escolhido como patrono da cadeira –, criou-se "a impagável disciplina língua tupi-guarani", gerando problemas insolúveis para a organização de seu ensino. Embora houvesse inteligibilidade entre as variantes do tupi, não era possível encontrar dicionário e gramática de uma língua inventada chamada tupi-guarani, que jamais existiu. Um dos críticos mais contundentes dessa proposta foi Frederico G. Edelweiss,[11] professor de língua tupi na Faculdade de Filosofia da Bahia, para quem a USP havia parido "algo assim como uma língua galego-portuguesa", isto é, um referente inexistente, um "cômodo aleijão genérico", que permitia "recolher debaixo do mesmo teto quaisquer variantes léxicas de toda a família tupi-guarani, sem restrições de época, das Guianas ao Prata, do Atlântico aos Andes". Num artigo escrito em 1947, Edelweiss atribuiu esse equívoco, entre outras razões, ao desconhecimento, até 1938, do *Vocabulário na língua brasílica*, elaborado pelos jesuítas, sem o qual era impossível reconstituir a trajetória do idioma (Edelweiss, 1969, p. 59). Não seria incorreto estabelecer paralelismo entre essa nova disciplina da USP e a ima-

[11] Frederico G. Edelweiss (1892-1974) nasceu em Santo Ângelo (RS), estudou na Europa e viveu em Salvador (BA), onde chegou a desempenhar as funções de diretor comercial do Instituto de Cacau da Bahia. Estudioso de etnologia e linguística sul-americana, tornou-se professor, durante vinte anos, das disciplinas Língua Tupi e Etnologia do Brasil na Faculdade de Filosofia da Bahia. Constituiu uma valiosa biblioteca brasiliana que, após sua morte, foi incorporada ao Centro de Estudos Baianos, criado em 1947 pela Universidade Federal da Bahia.

gem genérica do índio, que foi adotada – antes como agora – pela sociedade nacional.

• O DEBATE LINGUÍSTICO

> *Uma língua é um dialeto com Exército, Marinha e Força Aérea.*
>
> R. A. Hall apud Burke, 1995, p. 113

Nesse debate entre tupinólogos, o pressuposto de todos eles é o de que as línguas e/ou dialetos do tronco tupi, extintos ou em plena vitalidade, têm ancestral comum. Sobre essa questão, existe consenso. No entanto, o problema mais complexo e, de certa forma, insolúvel está na conceituação, sem limites precisos, de língua. A definição da área de extensão de uma língua determinada, seus contornos e os critérios que vão presidir essa delimitação não são exclusivamente linguísticos, ou seja, a base da identificação de uma língua não reside exclusivamente nas categorias e formas linguísticas ou nos aspectos sistêmicos que constituem o principal foco da descrição linguística. De fato, "quando se trata de distinguir uma língua da outra, especialmente se elas forem faladas em áreas geograficamente contíguas ou, pior ainda, em áreas indiscriminadamente disseminadas uma na outra", os critérios puramente linguísticos são insuficientes, cedendo lugar aos extralinguísticos, de natureza política, social, geográfica, histórica, ideológica, religiosa etc. (Rajagopalan, 1998, p. 22).

A questão conceitual se torna ainda mais complexa quando se introduz a noção de dialeto, focalizado apenas como um sistema que não atinge o status de língua, por não possuir um grau de padronização, normas gramaticais explícitas, escrita e literatura reconhecida. Nesse caso, essa nomenclatura aciona representações preconceituosas, importadas do senso comum, desconhecendo a dialetologia, uma área específica dos estudos da linguagem que define seu objeto de estudo, situando o conjunto de características

linguísticas próprias de um grupo com variantes de determinada língua, com diferenças fonéticas, lexicais e até morfossintáticas, que não comprometem, no entanto, a intercompreensão.

Essa é a questão teórica, embora não explicitada à época, que está por trás de toda a discussão: como estabelecer os limites de uma língua e como decidir quando se trata de um dialeto? Todas as vezes que determinada língua – ou melhor, a variedade escolhida para representá-la – é submetida a uma análise microscópica, logo vem à tona seu caráter extremamente diversificado. A questão de fundo, portanto, é saber como demarcar seus limites, definindo os critérios que devem ser empregados nessa operação. Um dos critérios técnicos usados para resolver o problema de identificação linguística tem sido o da intercomunicação, porém não se tem mostrado eficiente. Na realidade, o que parece ter um peso determinante na definição de uma língua é o critério político, na medida em que são os Estados nacionais, por meio de suas políticas de línguas, que promovem medidas e ações para favorecer um modelo de língua em detrimento de outros. Daí a definição de Hall de que uma língua é sempre um dialeto, apoiado pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, ou seja, por um Estado nacional, com todos os seus aparelhos administrativos, ideológicos e até mesmo repressivos (Burke, 1995, p. 113).

Quanto ao argumento em prol da extensão da LGA pelas bacias do Amazonas e do Prata, podemos pensar que constituiu uma estratégia dos tupinólogos para valorizar seu campo de estudo, resgatando a relevância de uma língua em função de sua indiscutível disseminação geográfica e de seu peso demográfico regional. Pode ser entendido, também, como um recurso na busca de alternativas para o grande debate nacional da época, que se orienta à procura de fórmulas alternativas para a identidade regional/nacional. O que a discussão torna patente, porém, é que a LGA era um dado tão marcante na cultura regional amazônica que acabou transcendendo para o campo nacional.

De qualquer forma, embora a língua geral permita que seus falantes se comuniquem com usuários de diversas línguas da mesma família, situados em diferentes espaços geográficos, esse fato – que é relevante – não autoriza, no entanto, afirmar que ela se alastrou por outras regiões. Tal afirmação carece de fundamento histórico e linguístico. A LGA – é verdade – expandiu-se por um amplo território, mas não saiu da bacia amazônica, tendo sua base geográfica no estado do Grão-Pará, com incursões em áreas fronteiriças adjacentes da Venezuela, Colômbia e Peru. Delimitado, assim, seu raio de ação, resta agora colocar em discussão as diferentes decisões políticas que permitiram sua expansão e, em seguida, seu declínio, situando-as nos diferentes momentos históricos em que foram formuladas.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA: PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO

> *O que os olhos são para o amante – aqueles olhos comuns especiais com que ele, ou ela, nasceu – a língua é para o patriota – qualquer que seja a língua que a história tenha feito sua língua materna. Por meio dessa língua, que se encontra no colo da mãe e se abandona apenas no túmulo, reconstituem-se os passados, imaginam-se solidariedades, sonham-se futuros.*
>
> Anderson, 1983, p. 68

O processo de contato entre uma língua europeia e as línguas indígenas da Amazônia começa em janeiro de 1500, quando a expedição de Vicente Yanez Pinzón entrou na foz do grande rio "para tomar lengua y saber los secretos de la tierra". Encontrou um grupo de índios, em canoas, "que se venían pacíficos e confiados a los navios". Um soldado espanhol, bem armado, é enviado para falar com eles, usando "meneos y señas de amistad", tentando

convencê-los "a que llegasen a conversación". O resultado desse diálogo, mantido através de mímica, gestos e sinais, é narrado por Bartolomé de Las Casas, com base no depoimento de um dos protagonistas: "Visto que por aquella tierra y rio de Marañon y gente della no había oro ni perlas, ni cosa de provecho, que era el fin que los traía, acuerda tomar captivos 36 personas, que pudieron tomar de aquellos humildes y mansos inocentes". Os índios assim aprisionados pelos soldados de Pinzón foram levados como escravos para a Espanha, alguns dos quais doados ao bispo de Sevilha, Juan Fonseca (Las Casas, 1992, t. 2, p. 157).

Depois desse, ocorreram muitos outros (des)encontros, marcados pela incompreensão, em que a comunicação era tentada sempre através de gestos e sinais, até que a situação começou a mudar quando cada uma das partes buscou diminuir a distância linguística. Por um lado, alguns europeus iniciaram a aprendizagem de línguas indígenas: "pan y água es lo primero que de aquellas lenguas aprendemos" (La Casas,1992, t. 2, p. 124); por outro, alguns índios começaram a usar línguas europeias, e mais particularmente o português, no caso do território da atual Amazônia brasileira. Entre o momento de desconhecimento total da língua e a criação de uma nova comunidade de fala, sucederam-se várias fases, que vão desde a formação da língua geral e a elaboração das primeiras listas de palavras, e passam pela elaboração de dicionários e de gramáticas, de catecismos e doutrinas, que circulavam nas aldeias ou nas escolas de primeiras letras. Em todas elas, tanto o Estado como a Igreja desempenharam papel fundamental ao apontarem uma direção, através de um conjunto de ações que interferiram no destino das línguas.

No entanto, essas ações movidas pela Coroa portuguesa, no período colonial, ou pelo Estado neobrasileiro, nos séculos XIX e XX, não alcançaram todas as regiões da Amazônia, no mesmo instante, porque o próprio processo de conquista, penetração e ocupação – ainda hoje inacabado – não ocorreu forma simultâ-

nea em todo o seu território. Cada microrregião tem dinâmica histórica própria, situação sociolinguística peculiar e ritmos diferenciados de mudanças. Torna-se, portanto, arriscado esboçar uma periodização uniforme que ordene esse processo no tempo e no espaço, dando conta, ao mesmo tempo, de sua riqueza e de suas particularidades. Na ausência de estudos mais localizados, qualquer generalização é prematura e arbitrária. No entanto, apesar dessas restrições, é possível elaborar um quadro, datando as grandes linhas das políticas de línguas na Amazônia, que possa – muito mais do que descrever sua implementação – organizar as pistas que permitam a identificação dos discursos formulados pelo Estado e por seus agentes.

A periodização aqui apresentada – elaborada em 1983 com base em documentos até então conhecidos (Freire, 1983) – permanece ainda vigente, na medida em que não foram encontrados novos documentos, nem novos argumentos para reformulá-la. Não são fases acabadas ou fechadas, que se alternam umas após as outras, mas grandes tendências, algumas dominantes em determinado período e em determinada zona, coexistindo com outras tendências em outros períodos, desaparecendo aqui e ressurgindo ali. Dessa forma, podemos destacar, grosso modo, cinco momentos diferenciados em que a documentação histórica mostra a intervenção dos agentes coloniais no destino das línguas faladas na Amazônia, tentando reordenar suas funções:

a. A prática dos intérpretes (século XVI e início do XVII);

b. A escolha do tupinambá e sua expansão (1616-1686);

c. A normatização da língua geral e sua reprodução (1686-1757);

d. As propostas de portugalização (1757-1850);

f. A hegemonia da língua portuguesa (a partir de 1850).

• Os intérpretes e as "línguas travadas"

> *A cena apresenta um personagem do romance* Os selvagens, *o missionário português, padre Felix, perdido na floresta, onde encontra índios Munduruku bravos, dispostos a comê-lo num banquete antropofágico: – Sois christãos, meus filhos? Interrogou carinhosamente o branco. E como elles não respondessem, tornou: – Entendeis portuguez? Depois, fallando comsigo: – Não percebem. Vejamos se sabem tupi. Pellas pinturas do corpo, julgo que são Mundurucus. – A que nação pertenceis? [...] Valha-me Deus! Também não entendem.*
>
> Amorim, 1875, p. 30

Durante todo o século XVI, não houve qualquer projeto de ocupação efetiva da Amazônia por parte dos europeus, mas foram realizadas dezenas de expedições de conquista, descoberta e reconhecimento do território. Cerca de 22 foram organizadas, entre os anos de 1500 a 1570, sob a proteção da Coroa espanhola, entrando na região pelo oceano Atlântico e pelos Andes. Os franceses promoveram, de 1542 a 1616, pelo menos sete expedições; os ingleses foram responsáveis por oito viagens na segunda metade do século, e os holandeses, por cinco, chegando a construir fortes na boca do Amazonas. Os portugueses tentaram oficialmente apenas três vezes, sendo a última em 1616, quando fundaram o Forte do Presépio, que deu origem à atual cidade de Belém (Freire, 1994, p. 8).

Em todas as expedições, os europeus entraram em contato com os índios por meio de gestos e sinais, ou utilizando, quando possível, os serviços de intérpretes, o que está registrado na documentação pouco trabalhada, conservada em arquivos da Europa, assim como em crônicas, de mais fácil acesso. Os índios Cocama do rio Napo, segundo informações do cronista Gaspar de Carvajal, ajudaram o

capitão Orellana em sua descida pelo rio (1541-1542) a organizar um pequeno vocabulário naquela língua, útil para o contato básico. Na expedição Úrsua-Aguirre (1560-1561), que também percorreu todo o rio Amazonas, os intérpretes dos espanhóis foram os índios brasiles – parte do contingente tupi que havia migrado para Cachapoyas, no Peru. A viagem do português Pedro Teixeira (1637-1639) também contou com intérpretes indígenas, sem os quais o jesuíta Acuña não poderia ter coletado relatos dos índios Tupinambarana. O mesmo ocorreu com os ingleses Walter Raleigh e Lawrence Keymis, que navegaram a costa da Guiana em 1595 e conseguiram informações dos índios de filiação Karib sobre as técnicas de construção naval. Como regra geral, os europeus adotaram uma prática portuguesa, muito usada anteriormente na África, que consistia em aprisionar alguns negros, levá-los a Portugal, onde eram iniciados na língua portuguesa, para ser usados como intérpretes ou línguas, como eram denominados (Freire, 1994, pp. 8-9).

Esses contatos esporádicos entre os dois mundos se transformaram, no entanto, em relação mais permanente quando, depois de conquistado o território, as terras foram divididas entre os vencedores, que iniciaram a construção dos primeiros fortes e das primeiras povoações, criando, assim, novas exigências de comunicação. Da mesma forma que na América Hispânica, "la figura del intérprete fue una pieza tan indispensable como integradora" (Solano, 1991, p. xxxv). No litoral brasileiro, por exemplo, entre as primeiras medidas tomadas para permitir a interação dos índios e portugueses, destacam-se aquelas que manifestavam preocupação em formar línguas ou intérpretes. Alguns colégios jesuítas funcionaram como centros de especialização de tradutores do discurso religioso em língua brasílica, capacitando, entre outros, irmãos da Companhia de Jesus que, não podendo administrar os sacramentos, ajudavam os padres nessa tarefa. A correspondência dos jesuítas registra também o uso de mamelucos – filhos de índias com portugueses – como mediadores dos missionários na relação com os índios. Quando

o trabalho de língua era feito por um colono, a retribuição era o soldo; quando era realizado por um índio, o pagamento era feito em bens, como vinho e ferramenta, ou com alguns privilégios, como o cargo de capitão da aldeia (Barros, 1994b, p. 3).

Essa experiência dos portugueses no litoral foi, de alguma forma, reproduzida na Amazônia, embora de forma menos sistemática, devido às particularidades do processo de ocupação. No Maranhão e no Grão-Pará, desde cedo, missionários, moradores portugueses e índios de diferentes filiações linguísticas foram adquirindo capacidade discursiva na língua tupinambá, delimitando a atuação dos intérpretes às línguas de filiação não tupi, denominadas genericamente de tapuias, consideradas pelos jesuítas "línguas travadas". Nesse caso, sua função era a de atuar nos primeiros contatos como embaixadores, enviados a grupos falantes dessas línguas, a quem deviam persuadir a descer para as aldeias de repartição (Barros, 1994a, 1994b, 1986).

Os intérpretes tiveram papel decisivo sobretudo nos primeiros momentos da conquista – no século XVI e no início do século XVII –, mas continuaram tendo atribuições destacadas durante um longo período, contribuindo decisivamente para o recrutamento da força de trabalho indígena, através dos descimentos e dos resgates. Sem a ajuda deles, o padre Antônio Vieira dificilmente teria "pacificado", no Natal de 1658, os índios de diferentes línguas que habitavam a ilha do Marajó: Mamainá, Aruan, Anajá, Mapuá, Sacaca, Guajará, Pixipixi e outros, "que por serem de línguas diferentes e dificultosas são chamados geralmente Nheengaíbas", ou seja, de "língua má" ou "fala incompreensível". Na ocasião, o chefe indígena Piié fez um discurso duro, denunciando as arbitrariedades dos portugueses, que só foi registrado e chegou até nós graças à sua tradução de uma língua nheengaíba (Leite, 1943, t. 3, p. 237).

As audiências da Junta das Missões, realizadas periodicamente em Belém do Pará ou São Luís do Maranhão, também contavam sempre com intérprete ou tradutor oficial, que participava do inter-

rogatório aos índios cativos para decidir se haviam sido aprisionados justa ou injustamente, o que determinava seu destino e sua condição de livre ou de escravo. Também quando o missionário ignorava a língua indígena – o que era comum em se tratando de índios de filiação não tupi –, o intérprete tinha uma atuação permanente nas cerimônias e na administração dos sacramentos da Igreja, seja traduzindo o sermão dominical e as diretrizes que o missionário desejava transmitir à comunidade no trabalho de catequese, seja até mesmo intermediando o sacramento da confissão, transpondo de uma língua para outra tanto os pecados do penitente como as recomendações e a penitência por parte do confessor. Disso, dá-nos notícias o padre jesuíta João Daniel, em meados do século XVIII, relatando a confissão de índias nheengaíbas, da ilha do Marajó, cujos maridos proibiam o uso de outra língua que não a materna:

> Como porém as confissões dos tapuias por intérprete trazem consigo muitos inconvenientes, têm-se empenhado muitos missionários a desterrar este abuso, já com práticas, e já com castigos: e posto que já vai em muita diminuição, contudo ainda há algumas, que nem a pau querem largar este abuso, tanto que já houve algumas às quaes o seu missionário mandou dar palmatoadas até elas dizerem basta ao menos pela lingoa geral (Daniel, 1976, I, p. 272).

Foi justamente a língua geral, com base no tupinambá, que acabou merecendo a atenção da política de línguas da Coroa portuguesa, por razões fundamentalmente de ordem histórica. A permanência do intérprete na vida cotidiana da Amazônia, dependendo da área geográfica, da distribuição linguística dos diferentes povos e da intensidade do processo de mestiçagem, só tinha sentido enquanto os dois mundos que ele unificava – o indígena e o português – se mantinham distantes e isolados. No entanto, passa a ser dispensável, com a construção da sociedade tapuia, a extinção de muitas línguas indígenas e a expansão da língua geral, ainda que sob o estímulo das "palmatoadas".

• Tupinambá: o "latim da terra"

> *Depuis deux siècles, les Toupinambás ont disparus Du Brésil, mais leur idiome est resté la langue courante de deux ou trois provinces de cet empire, et notamment de celle du Pará.*
>
> Paul Marcoy, 1869, p. 103

Os primeiros colonos e missionários que se estabeleceram no Grão-Pará, vindos de Pernambuco e Maranhão, trouxeram consigo muitos índios aliados, com quem falavam a denominada língua brasílica, que, dessa forma, já começou desempenhando a função de língua franca na Amazônia desde os primeiros momentos, independentemente de qualquer decisão política. Encontraram na costa do Salgado o povo Tupinambá, com quem se comunicaram com relativa facilidade, por serem estas duas línguas geneticamente aparentadas e muito próximas. Em consequência, as ações desenvolvidas pelos missionários referendaram o tupinambá, transformando-o em língua de contato. Nos primeiros setenta anos da conquista (1616-1686), essa língua – sob os auspícios dos missionários e da Coroa portuguesa – expandiu-se pelos núcleos populacionais da Amazônia e pelas aldeias de repartição, para onde começaram a descer índios de filiação tupi e não tupi, tornando-se uma língua de comunicação interétnica.

Essas aldeias de repartição, criadas pelo sistema colonial para concentrar e disciplinar a força de trabalho indígena, eram governadas, nesse período, por um colono português – morador – responsável por seu "governo temporal", enquanto os missionários se limitavam ao "governo espiritual". Tal divisão de poderes restringiu a ação missionária, na medida em que os índios repartidos ficavam a maior parte do tempo fora das aldeias, ocupados no trabalho em lavouras de tabaco, engenhos de açúcar, construções de embarcações e fortalezas, na coleta das chamadas drogas do sertão, como remeiros e em outras atividades exigidas pelos moradores portugueses e pela

administração colonial, e lhes sobrava pouco tempo para a catequese, realizada em língua tupinambá. A difusão desse tupinambá ocorre, portanto, no meio de uma população destribalizada, com um caráter supraétnico, essencialmente oral. Sua aprendizagem se dá na convivência entre falantes e usuários, tanto nas aldeias de repartição como fora delas. É essa língua que constitui a base histórica do que ficou conhecido como língua geral.

Os principais agentes que durante todo o período (1616-1686) estimularam a difusão do tupinambá foram os missionários, mas também os próprios moradores portugueses, como pode ser observado na documentação que registrou, anos depois, a troca mútua de acusações entre eles, que disputavam o controle da força de trabalho indígena. Os moradores acusaram os jesuítas de serem os únicos responsáveis pela difusão do tupinambá e pela sua transformação em língua geral. Numa carta ao rei de Portugal, em 1729, o procurador dos colonos, Paulo da Silva Nunes, sintetizou essa apreciação quando responsabilizou os missionários, que "devendo ensinar-lhes a língua portuguesa [...] os conservam só com a língua, a que chamão geral naquelle Estado, que differe muito pouco da bruta linguagem com que sahem dos sertões". O visitador-geral das missões, padre Jacinto de Carvalho, contra-argumentou, devolvendo a acusação:

> Os índios das aldêas, mais tratão com os portuguezes do que com os missionários; porque com os missionários, quando muito, só chegão estar dous mezes no anno, que é os mezes de agosto e setembro; donde ainda que os missionários lhe ensinem algumas palavras da lingoa portugueza, nestes dous mezes, como os portuguezes nos dez mezes seguintes, não fallem com elles, senão pela sua propria lingoa dos índios, quando voltão para as aldêas, já não se lembram, nem das palavras que os padres lhe tinhão ensinado (Reis, 1961, p. 494).

A expansão da língua geral foi de tamanha intensidade que sequer os filhos dos moradores lusitanos falavam o português, pois, entregues ao cuidado das amas de leite indígenas, com elas adquiriam a então denominada língua geral, o que parece indicar que as informações enviadas ao rei, tanto pelos moradores quanto pelos missionários, eram procedentes. Esse processo gerou medidas políticas em relação ao trabalho missionário. "Uma das regras da Companhia de Jesus é que todos [sacerdotes] aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a sua própria." Os padres aprendiam o tupinambá, considerado, desde o século XVI, o "latim da terra", e organizavam sua difusão através da catequese aos índios de "línguas travadas". A urgência da aprendizagem exigiu, com caráter de obrigatoriedade, que "o estudo do tupi substituísse o do grego" na formação dos religiosos cujo destino era o Brasil ou o Grão-Pará. A norma se fundamentava em medida proposta pelo papa Pio V, que concedeu indulgências plenárias aos sacerdotes, "todas las veces que enseñasen o predicasen en lenguas índias" (Leite, 1938, t. 2, p. 545).

No que se refere ao ensino formal, à reprodução da língua e, especialmente, ao seu uso no espaço litúrgico, é importante assinalar o papel desempenhado pelas gramáticas e vocabulários, notadamente a *Arte da língua brasílica*, do padre Luiz Figueira, impressa em Lisboa, em 1621. Os jesuítas passaram, então, a fazer circularem as orações – o pai-nosso, a ave-maria, o credo – em tupinambá, que se tornou a língua da evangelização.

Dessa forma, esse tupinambá se difundiu por todo o vale amazônico, num processo através do qual ia gradualmente se transformando em língua geral e diferenciando daquele tupinambá original, que minguava confinado nas vilas do Conde, Caeté e Azevedo, onde seus falantes foram encontrados em 1775, "quase sem nome e fama", pelo ouvidor Sampaio (1985, p. 24).

• A LÍNGUA GERAL: LÍNGUA DA CATEQUESE

> *Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era, mais ou menos, de três para um, do tupi para o português.*
>
> Sampaio, 1901, p. 3

O *Regimento das missões* (1686) – instrumento jurídico pelo qual a Coroa portuguesa entregou às ordens religiosas o "governo temporal e espiritual" dos índios – permitiu que os missionários intensificassem os descimentos, recrutando "índios bravios" de suas aldeias de origem e concentrando-os nas aldeias de repartição, que ficaram superlotadas. Segundo Baena, entre 1687 e 1690, os missionários "só de alguns sertões dos rios Tocantins, Amazonas e Negro, no breve espaço de quatro anos, desceram 184.040 selvagens reduzidos ao grêmio da Igreja católica e obediência de El-Rei" (Baena, 1831, p. 247). Estavam criadas as condições históricas para que a língua geral – a língua da catequese – fosse difundida entre um número maior de índios de forma mais sistemática, uma vez que a nova legislação garantia aos menores de 13 anos a permanência nas aldeias durante todo o ano, enquanto os adultos ficavam por um período de seis meses. Do ponto de vista descritivo, a sistematização dos dados da língua está associada à representação de seu ensino, embora os índios de outras línguas adquirissem a língua geral pelo convívio, independentemente de uma aprendizagem formal.

A preocupação dominante nesse período foi com a reprodução da língua geral de forma institucionalizada. Uma das estratégias consistiu em fazer circularem gramáticas e dicionários, inclusive reeditando, em 1685, a gramática do tupinambá do padre Luiz Figueira, de 1621, considerada importante instrumento de ensino e de apoio à evangelização. Vários dicionários "foram elaborados por missionários franciscanos durante a sua convivência com ajuntamentos de índios de tribos diversas, por efeito dos descimentos".

Outros, elaborados pelos jesuítas, tiveram seu uso restrito à Companhia de Jesus (Edelweiss, 1969, p. 110). É desse período, também, a edição de catecismos, como o de autoria do padre Antônio de Araújo, cuja primeira edição é de 1616, reatualizada em 1686, da mesma forma que o catecismo mais breve elaborado e publicado por Bettendorff (*Compendio da doutrina christãa na lingua portugueza, & brasilica*, 1687). Mas toda essa produção foi feita em tupinambá. No entanto, no final do século XVII, a LGA já se distinguia do tupinambá, ainda empregado pelos jesuítas na liturgia. Por isso, o próprio Bettendorff elaborou outra versão do catecismo, especialmente em LGA: *Doutrina Christãa em lingua geral dos indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingua irregular, e vulgar uzada nestes tempos* (Edelweiss, 1969, p. 138). O tupinambá era a língua dos atos rituais; a LGA, a língua de comunicação popular e, portanto, de instrução religiosa. A relação entre o tupinambá e a LGA era similar à relação entre o latim e o português, em Portugal e em outras partes do Brasil.[12]

O conjunto dessa produção serviu para estabelecer, no meio dos missionários, uma variedade da língua que constituiu a base da escrita e teve, entre outras, a finalidade de traduzir o ideário cristão e verter a retórica sermonária, litúrgica e doutrinária. Dessa forma, foram produzidos catecismos, orações, canções, peças de teatro e outros textos religiosos que circularam também oralmente nos aldeamentos e cujo controle político passou a ser exercido pelas ordens religiosas, amparadas pela legislação vigente. Essa atuação missionária, que tem por objeto introduzir novas funções para a língua, é vista como um intervencionismo, tanto na representação da língua quanto na formulação de critérios normativos. Segundo Barros (1980, p. 22), trata-se de "un caso de dominación lingüística de la propria lengua del colonizado,

[12] Sobre a edição e a circulação de dicionários, gramáticas e catecismos no Grão-Pará, bem como informações sobre seus originais manuscritos em arquivos europeus e brasileiros, ver Edelweiss (1969), Rosa (1992 e 1997) e Barros (1990 e 1994).

en la que el colonizador impuso una norma lingüística em la cual él era su poseedor exclusivo".

A política de Portugal, até a década de 1720, foi de opção inequívoca pela língua geral, institucionalizada como norma de uso colonial. Carmelitas, mercedários e franciscanos, por exemplo, foram repreendidos duramente pelo rei de Portugal, em 1722, porque seus missionários não a dominavam com a mesma fluência dos jesuítas, o que reduzia sua eficácia no processo de descimento de índios. Quanto à língua portuguesa, seu ensino era recomendado apenas aos que já tivessem pleno domínio da língua geral (Sweet, 1974, p. 106), o que parecia um estímulo ao bilinguismo, na medida em que a proposta de adoção da segunda língua não excluía o uso da primeira. No entanto, cinco anos depois, junto com as divergências entre os jesuítas e a administração colonial sobre os critérios para a repartição de índios, começam a surgir as primeiras medidas de restrição do uso da língua geral. Uma carta régia de 12 de setembro de 1727 proibia seu uso nas povoações e nas aldeias de repartição, determinando que tanto os moradores como os missionários deviam organizar o ensino do português aos índios: "[Que] Os índios que são da administração de suas religiões sejam bem instruídos na língua portuguesa, pelo grande benefício que disso pode resultar ao serviço de Deos e meu, e da mesma maneira os inclinem e reduzam a trabalhar nos ofícios mecânicos" (ABAPP, 1727).

No ano seguinte, o governador Alexandre Freire ordenou, em bando, que as ordens de Sua Majestade fossem cumpridas. Vários outros documentos oficiais, que concebiam a língua geral como um obstáculo para o desenvolvimento do português, insistiram na mesma questão (Reis, 1961, p. 496). No entanto, durante trinta anos, essas recomendações ficaram apenas no papel. A língua tupinambá destribalizada, diferenciada do tupinambá tribal, já havia adquirido o estatuto de língua geral e, mesmo proibida, continuou em pleno processo de expansão por toda a colônia, porque o sistema, os agentes e as práticas sociais que sustentavam essa

expansão – o *Regimento das missões*, os jesuítas e a organização do trabalho indígena – permaneciam vigentes e atuantes. Em 1750, "a língua portuguesa estava realmente quase banida da capitania. Em Belém e São Luís, todos falavam a tal língua geral, sem excetuar as famílias dos colonos e as pessoas gradas. Os jesuítas a usavam até nos sermões e prédicas" (Raiol, 1900, p. 148).

Somente os governadores e altos funcionários, periodicamente enviados de Lisboa, desconheciam a língua geral, o que levou a administração colonial a uma situação de isolamento, como resultado dessa política de línguas, que os havia distanciado do conjunto da população. Bastava, portanto, o governador sair de seu palácio, em Belém, para ficar incomunicável. Um deles não precisou sequer sair. Logo que assumiu o cargo, Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei de Portugal, deu uma ordem a um funcionário que nada entendeu, porque sua competência em português era precária. Logo depois, ocorreram dois episódios, já anteriormente mencionados, quando o governador descobriu, estarrecido, que os filhos dos próprios portugueses falavam fluentemente a língua geral e apenas entendiam, muito pouco, o português, da mesma forma que os escravos negros provenientes da África (ABAPP, 1759).

Na medida em que a língua de comunicação interna da Amazônia colonial não era o português, a Coroa portuguesa, para comunicar-se com seus "súditos", era obrigada a passar por intermediários – no caso, os missionários e, mais particularmente, os jesuítas. "Os missionários eram senhores da escola, do púlpito e do confessionário; dominavam a razão e a consciência dos índios pelo ensino e pelas prédicas" (Raiol, 1900, p. 144).

Com a língua, os missionários controlavam toda a enorme força de trabalho concentrada nas aldeias de repartição e passaram a usá-la plenamente em suas múltiplas empresas, monopolizando a produção, o comércio e a prestação de serviços da colônia. Gozando de isenções de impostos, estas empresas prosperaram. Fortalecidos

econômica e politicamente, os jesuítas retinham os índios nas aldeias de repartição – onde estranhos não eram admitidos –, recusando os insistentes pedidos, feitos, inclusive, pelo governador, que requeria trabalhadores indígenas para o serviço real. Multiplicaram-se os conflitos entre jesuítas, moradores e administração colonial em torno desses dois fatores intimamente relacionados: o controle da mão de obra e o uso da língua. A forma como o poder político passou a encarar a língua geral e suas funções pode ser avaliada na carta que o governador Xavier de Mendonça Furtado enviou à metrópole em 1759:

> A.V. Exc. hebem constante as repetidas ordens que os nossos augustos monarchas expedirão para que em benefício comum deste Estado se extinguissem a perniciosa e abominável língoa que aqui improprissimamente deram o nome de geral, cuja diabólica invenção produzio nestas partes a real separação das gentes em consequência da qual se poz o mesmo Estado na confusão e desordem que a V. Exc. tem sido bem evidente (ABAPP, 1759).

Depois de um século e meio, a língua que havia servido como língua franca e de unidade regional para a maior rentabilidade da conquista da Amazônia passou a ser vista como diabólica, responsável pela falta de coesão interna e incapaz de traduzir os interesses coloniais. É que os tempos eram, então, outros. Portugal tinha um novo projeto para a região. As disputas da Coroa portuguesa com outros países europeus pelas fronteiras móveis da Amazônia entravam numa nova fase, diferente do período anterior. Os tratados de Utrecht (1715), Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) reconheciam que cada país tinha direito sobre o território que tivesse efetivamente ocupado (Serrão, 1976). A questão consistia em como provar essa ocupação em áreas litigiosas como o rio Branco e o alto Solimões, ambas habitadas quase exclusivamente por índios, mas reivindicadas por diferentes países.

A Espanha publicara, em 1749, um *Mapa de los confines del Brasil com las tierras de la Corona de España en la América Meridional*, com uma legenda explicando "lo que está de color blanco es lo que se halla ocupado por los portugueses; lo que está color de rosa es lo que tienen ocupado los españoles". Posteriormente, durante as viagens de demarcação, o governador espanhol, tentando colorir de rosa o rio Branco, declarou que, naquela área, por exemplo, não fora encontrado "portugués alguno, ni vestígios del menor establecimiento de esa nación", o que era verdade. Portugal reconheceu o fato, mas alegou que, "embora os portugueses não tivessem até agora formado povoações no rio Branco, nem por isso deixam de o ter ocupado, possuído e dominado". Um dos critérios básicos para afirmar tal ocupação não materializada era o argumento linguístico (Sampaio, 1985, pp. 212-3). A toponímia, em língua geral, chegou a ser invocada em infindáveis discussões etimológicas, tanto por portugueses como por espanhóis, para reivindicarem o direito que cada país acreditava ter sobre o território do alto Solimões (Noronha, 1997, pp. 45-6). No entanto, não houve qualquer contestação sobre aquelas áreas, cujos habitantes, índios e/ ou mestiços, falavam uma língua europeia. "Quando no Tratado de Madri se procura delimitar as fronteiras da América Portuguesa, o critério decisivo vai ser este: a América Portuguesa vai até onde se falar o português" (Hoornaert, 1992, p. 170).

Portanto, para consolidar as fronteiras, era necessário, no plano de línguas, portugalizar a Amazônia, como já vinha ocorrendo em outras áreas do Brasil, porque era através da língua portuguesa que a Coroa podia garantir o fundamento jurídico de sua conquista de território, que pelo anterior Tratado de Tordesilhas deveria ser da Espanha. Nunca o poema de Fernando Pessoa poderia ser interpretado tão literalmente como nesse caso: minha pátria é minha língua.

A política de línguas sofreu, então, uma reviravolta, marcada por interesses geopolíticos, com um discurso oficial de hegemonia que demonstrava a percepção das relações entre língua, nação e Estado,

semelhante ao discurso formulado pelos modernos Estados nacionais ou pelas "dinastias que adquiriam um cunho nacional" (Anderson, 1983, p. 51). Na carta já citada, o governador Xavier de Mendonça dava conta das medidas que tomara, providenciando "em todas as povoações deste Estado a introdução da língoa portuguesa, para que todos parecessem vassallos do mesmo príncipe" (ABAPP, 1759). Essa decisão veio acompanhada de três medidas drásticas, capazes de torná-la efetiva no médio prazo: a revogação do *Regimento das missões*, a expulsão dos jesuítas e a abolição legal da escravidão indígena.

• As tentativas de portugalização

> *[...] recommendando-se aos prelados, que aos pequenos e já aldeados, fação falar português uns com os outros, e dar-lhe alguma palmatoada, quando os ouvir falar pela língua [geral].*
>
> Governador João Maia da Gama, 1727, apud Reis, 1961, p. 495

O *Regimento das missões*, que organizava a população indígena em toda a Amazônia, foi substituído pelo *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, assinado em 3 de maio de 1757 pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Esse foi o instrumento legal responsável, entre outras diretrizes, pela formulação da política de línguas na região, cujo eixo principal era oficializar a língua portuguesa e transformá-la na língua de comunicação interna de todos os moradores, tanto portugueses como mestiços e índios. A expulsão dos jesuítas emancipou os índios ditos livres da tutela missionária, e a abolição legal da escravatura libertou os índios escravos, passando todos eles à condição – pelo menos formal – de súditos e vassalos do rei.

A maloca não era considerada lugar ideal para súdito e vassalo. Dessa forma, as aldeias onde estavam agrupados os índios de repartição foram formalmente convertidas em vilas, lugares e povoados

que, em tese, passariam a funcionar administrativamente segundo o modelo das povoações lusas, devendo os juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça ser escolhidos, quando possível, entre os próprios índios (Almeida, 1997). A forma como se deu essa conversão não podia prescindir da língua geral, como pode ser observado nas cerimônias de instalação do pelourinho, presididas pelo próprio governador Xavier de Mendonça: "Convocados os índios ao som de trombetas, fez-lhes um oficial da escolta de Mendonça, perito na linguagem tupi, uma prática, insinuando-lhes que, para o futuro, viveriam em outros costumes, outra disciplina e outra lei" (Azevedo, 1930, p. 319).

Essas aldeias, num gesto carregado de simbolismo intencional, foram rebatizadas e tiveram sua toponímia modificada, perdendo seus nomes em língua geral e adquirindo nomes de vilas existentes na metrópole, muitos dos quais se conservam até os dias de hoje: Santarém (ex-Tapajós), Óbidos (ex-Pauxis), Borba (ex-Trocano), Barcelos (ex-Mariuá), Moura (ex-Itarendaua), Serpa (Itacoatiara), Silves (ex-Saracá), Fonte Boa (ex-Procatuba), Vila Nova da Rainha (Parintins), entre outros. É verdade que "o furor de lusitanizar o país parou ao encontrar a primeira cachoeira do rio Negro, acima das quais conservaram as povoações seus primitivos nomes" (Amazonas, 1852, p. 143). No entanto, outras medidas na mesma direção foram tomadas. O Marquês de Pombal incentivou também a imigração portuguesa para, dessa forma, alterar o quadro demográfico da região, modificando em termos quantitativos a correlação entre lusos e índios, desfavorável até então aos primeiros.

Seu projeto de colonização e povoamento estimulava a migração em massa de colonos portugueses para os territórios de onde os índios haviam sido expulsos, com a concessão gratuita de terras (sesmarias) e de instrumentos agrícolas aos novos colonos, bem como a isenção de impostos régios. Os portugueses que se casassem com mulheres indígenas receberiam, além disso, privilégios adicionais (Moreira Neto, 1988, p. 29).

A Companhia Geral do Grão-Pará, criada em 1755, devia coordenar esse projeto, cujo objetivo, no plano econômico, era a instalação de grandes empresas agrícolas que deveriam substituir os produtos extrativos de exportação. A força de trabalho principal prevista já não era a indígena, mas os negros africanos, que deveriam ser importados em grandes quantidades, à semelhança do que ocorrera na Bahia e no Rio de Janeiro.

A língua portuguesa devia fortalecer-se na região com a chegada dos novos colonos, com os casamentos mistos e com a educação escolar. O governador Furtado trouxera instruções precisas para o funcionamento desta escola, em língua portuguesa, em toda a colônia, devendo, para esse fim, obter a colaboração dos colonos. O governador chegou ainda a ameaçar a retirada dos índios caso os colonos não cumprissem essa determinação. Cada aldeia devia abrigar duas escolas, uma para o sexo masculino e outra para o feminino. As meninas aprenderiam a fiar, costurar, fazer renda "e os demais misteres próprios da mulher. Era proibido o uso da chamada língua geral [...] era obrigado a fazer vulgarizar a língua portuguesa, não consentindo que se falasse outra nas escolas" (Accioly, 1833, p. 78).

Na realidade, da mesma forma que chamar uma aldeia de vila e trocar seu nome indígena por um topônimo português não fundava, por si só, cidades, também a criação formal de escolas não garantia seu funcionamento, sobretudo porque em muitas não havia professores. O ouvidor Sampaio, que em 1774-5 percorreu toda a região em viagem de correição, concluiu em carta ao governador João Pereira Caldas: "As escolas, não as há em todas as povoações, por faltarem pessoas na maior parte dellas que possão servir de mestres" (Sampaio,1985, p. 24). O cônego André Fernandes de Souza, vigário no rio Negro, onde viveu por mais de 37 anos, lamenta "que não tenha lá havido um só professor de primeiras letras no espaço de quarenta anos" (Souza, 1848, p. 502). Contudo, até mesmo nos lugares onde havia professores, nem sempre eles podiam atuar. E isso porque o projeto de Pombal, apoiado em condições conjun-

turais do mercado mundial de algodão e açúcar, acabou falindo com a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1778. Os produtos agrícolas nesse período não chegaram a adquirir maior importância que os produtos extraídos da floresta, o que iria repercutir na organização das aldeias e no programa escolar, uma vez que o trabalho de coleta absorvia os índios completamente fora das aldeias. O Diretório de Índios – órgão encarregado de organizar o trabalho compulsório indígena – canalizava todos os braços para a coleta das chamadas drogas do sertão, deixando as aldeias e as escolas vazias. Nos raros casos em que continuava a existir um missionário – os carmelitas permaneceram no Pará –, o ensino do português não prosperava porque, como observou um testemunho ocular da época para a região do rio Madeira, "os índios de nenhuma sorte consentem que os filhos seus menores se apartem do seio e não querem se unir às vilas e lugares pela opinião que entre eles há, que os querem escravizar" (Moreira Neto, 1988, p. 13).

No que se refere ao aspecto demográfico, apenas no território do Maranhão e no baixo Amazonas houve um incremento populacional não indígena, devido sobretudo ao contingente de escravos africanos e, em menor escala, de colonos portugueses; a Amazônia ocidental, por seu lado, permaneceu intocada. Quanto ao casamento de brancos com índias, seu resultado não aumentou o número de falantes do português, como se pretendia. O mesmo ouvidor Sampaio observou, em sua viagem pelas freguesias, que esses casamentos "têm sido pela maior parte pouco afortunados; porque em lugar de as índias tomarem os costumes dos brancos, estes têm adoptado os daquellas" (Sampaio, 1985, p. 127). Acontece que os filhos desses casamentos quase sempre não tinham sequer um parente português, conviviam somente com a família da mãe e, dessa forma, se tornavam falantes da língua materna: a língua geral ou outra língua de origem indígena.

Portanto, apesar da vontade manifesta da Coroa de portugalizar rapidamente a região, tal não ocorreu nesse período. O projeto

fracassou, registrando-se apenas o início da penetração lenta da língua portuguesa na parte ocidental – atual estado do Pará –, enquanto na Amazônia ocidental, antiga capitania do rio Negro, hoje estado do Amazonas, a língua geral permaneceria por mais um século ainda como língua franca.

• A HEGEMONIA DO PORTUGUÊS E A ESCOLA

> *Os índios foram abandonando seu idioma materno para se render, afinal, à beleza sem par da língua portuguesa.*
>
> Fernandes, 1961, p. 52

A adesão do Estado do Grão-Pará à Independência do Brasil ocorreu em agosto de 1823, trazendo implicações no plano de políticas de línguas, que deixaram de ser formuladas pelo governo central e passaram também para a competência do poder local. A lei das reformas constitucionais de 14 de agosto de 1834 concedeu ampla autonomia às assembleias legislativas provinciais para legislar e decidir sobre os destinos dos índios, o que passaram a fazer de imediato. Na província do Pará, os primeiros debates se deram em torno de novo *Regulamento para a civilização dos índios*, elaborado por Antônio Ladislau Monteiro Baena, um oficial de artilharia nascido em Lisboa. O projeto continha "um novo método de fomentar a população com índios", uma vez que "a população branca não tem força numérica", envolvendo ainda o sequestro de índios menores para obrigar seus pais a trabalharem. Definido pelo próprio autor como "um regime policial compulsório", previa a presença de "policiais em cada aldeia" para, em língua portuguesa, "promover a instrução [dos índios] na religião e moral":

> Os índios meninos serão doutrinados gratuitamente na escrita e na prática das quatro operações fundamentais da aritmética, nos princípios sentimentais da moral e nas máximas relativas à obediência devida às leis, e o respeito

> devido ao monarca e a todas as autoridades públicas (Baena, 1831, p. 264).

A discussão sobre política de línguas inserida nas propostas sobre educação foi interrompida, no entanto, pela Cabanagem, um movimento popular armado pouco estudado, apesar de sua importância para a história regional e nacional (Pinheiro, 2001). Os cabanos foram dura e exemplarmente reprimidos, o que contribuiu para diminuir, de forma drástica, o número de falantes de língua geral: os 40 mil mortos apresentados nas estatísticas oficiais, vítimas de cinco anos de repressão (1835-1840), eram, quase todos, usuários dessa língua, conforme veremos no próximo capítulo. O debate sobre a questão educacional envolvendo a variável foi retomado depois da Cabanagem, no quadro da reestruturação político-administrativa, ocorrida em 1850, quando a antiga capitania do rio Negro separou-se do Pará e foi transformada na província do Amazonas, conquistando, assim, autonomia para montar seu próprio aparelho de Estado local. Coube a esse aparelho e às assembleias legislativas provinciais do Pará e do Amazonas tomar medidas para conseguir aquilo que o colonizador luso não havia logrado: portugalizar a região (Freire, 1983, p. 66).

A província do Amazonas, recém-criada, constituía a última unidade política do Brasil, com uma população majoritariamente indígena, que não falava o português como língua materna. Os dados globais dos arrolamentos censitários serão apresentados no próximo capítulo, no qual se discutirá a proporção entre as diferentes matrizes étnicas que compunham a população amazônica naquele momento, permitindo-nos algumas deduções no que diz respeito ao uso das línguas. Por ora, é interessante destacar que, no censo de 1852, a proporção de brancos não ultrapassava os 6% em toda a província, incluindo Manaus – a capital – e os principais núcleos urbanos. Essa população branca, falante do português, herdeira do espólio político e ideológico do colonizador, ocupava todos os

assentos do parlamento provincial, responsável pela elaboração das políticas em relação aos índios, tanto aqueles considerados "bravios", de línguas diversificadas, quanto os destribalizados, falantes da língua geral, como é possível verificar nos Anais da Assembleia Legislativa Provincial (APA, 1852-1853).

A preocupação com os índios "bravios" mereceu a atenção imediata dos parlamentares. Na terceira sessão da primeira legislatura da história da província do Amazonas – isto é, no terceiro encontro que tiveram os primeiros deputados amazonenses, ocorrido no dia 9 de setembro de 1852 –, foi apresentado o projeto de número 02 (o projeto da 01 foi o que aprovou o regimento interno). A celeridade da tramitação dá uma ideia importância do tema para os legisladores, e seu conteúdo permite avaliar como o poder político local tratava a questão indígena. Os três primeiros artigos do projeto estabelecem:

1) Fica livre a todo morador poder ir contratar a troca dos indígenas bravios com os principais das nações selvagens;
2) Feita a troca, o indivíduo apresentar-se-á com os indígenas perante o juiz de paz mais vizinho para assinar um termo de educação por espaço de dez anos;
3) Concluídos os dez anos de que trata o artigo antecedente, poderá o índio ser aldeado (APA, 1852, p. 5).

A educação desses índios não passava mais pela língua geral, sendo feita, evidentemente, em português. Seu preço – dez anos de trabalho forçado – poderia sugerir que o ensino da língua portuguesa era um negócio altamente lucrativo. Na realidade, a menção à educação era apenas uma justificativa, empregada desde os tempos coloniais, para enquadrar os chamados índios "bravios" num sistema de trabalho compulsório, uma prática que continuou sendo corrente no Amazonas, sem necessidade, até então, de ser regulamentada por lei (Freire, 1983b).

Todo o peso na difusão da língua portuguesa recaiu, de fato, sobre a escola, encarregada pelo governo da nova província de incorporar à sociedade brasileira os amazonenses falantes da língua geral – índios destribalizados, caboclos e mestiços. Por isso, é oportuno avaliar seu funcionamento, que pode ser estudado através dos relatórios anuais da Diretoria de Instrução Pública, quase sempre anexados às falas e mensagens dos presidentes da província (APA, 1858-80). Dois desses relatórios merecem atenção especial: em primeiro lugar, porque constituem a única avaliação sistemática que se tem do funcionamento do sistema escolar, com menção às línguas; e depois, porque seu autor foi o poeta Antônio Gonçalves Dias, nomeado pelo presidente da província do Amazonas, em 1861, para o cargo de visitador das escolas públicas de primeiras letras existentes em diferentes freguesias.

No cumprimento de sua tarefa, Gonçalves Dias viajou pelo rio Solimões até os limites com o Peru e a Colômbia e pelo rio Negro até Cucuí, na fronteira com a Venezuela, visitando escolas em cada localidade, onde encontrou uma população majoritariamente indígena que sequer falava o português. Em alguns lugares, assistiu a aulas; em outros, entrevistou professores, folheou cadernos de alunos, confrontou o número de estudantes formalmente matriculados com os que estavam presentes, reelaborou dados estatísticos do censo escolar, verificou horários de funcionamento, calendário escolar, currículo, livros didáticos, observou os mobiliários e utensílios e registrou a situação dos professores. No final, redigiu os dois relatórios, contendo suas apreciações.[13]

Ele reclama do pouco tempo que teve para visitar as escolas, ficando totalmente na dependência da demora do vapor em cada

[13] O primeiro relatório, publicado em 1861, avalia as escolas das freguesias do rio Solimões, com menção específica a Coari, Tefé, Alvarães, Nogueira, Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Tabatinga. O segundo, sobre o rio Negro, só ficou conhecido em 1943, quando foi transcrito por Lúcia Miguel-Pereira, que levou três meses para decifrar a parte mais importante de seu conteúdo, escrito a lápis, de modo quase ilegível, debaixo de chuva e sob o balanço da canoa. Ambos foram reeditados em 2002 pela Academia Brasileira de Letras (Montello, 2002).

lugar. Nas freguesias onde a carga e a descarga de mercadorias eram feitas rapidamente, o contato com a escola tornava-se bastante superficial. O autor questiona, então, a eficácia de uma tal avaliação, argumentando que as visitas – ocasionais e transitórias – eram insuficientes e, dessa forma, "o visitador não pode por si mesmo tomar cabal conhecimento da escola; nem estudar os seus defeitos ou apreciar os esforços do professor, e o progresso de seus discípulos [...], ficando 'à mercê de informações extraoficiais que podem não ser isentas de favor ou de ódio'" (Dias, 1861, p. 19). Em consequência, ele sugere um mecanismo de supervisão permanente, com a contratação de inspetores locais, residentes nas próprias aldeias. Mesmo assim, em suas visitas, ele teve tempo para verificar, em algumas localidades, o plano de ensino, a administração e o regime das escolas, observando os compêndios e livros de leitura usados, os métodos de aulas e as condições de exercício do magistério.

Gonçalves Dias considera um dos mais graves problemas justamente a formação dos professores. "A primeira falta que se nota é a insuficiência dos mestres. Nada se tem feito para criar um pessoal habilitado para o ensino público" (Dias, 1861, p. 5), ele escreve, depois de mostrar as mais variadas situações: professores sem alunos no rio Negro; alunos sem professor no rio Solimões; alunos e professores sem escolas em pelo menos uma freguesia; exercício de magistério por pessoal não habilitado – diretor de índios, juiz, subdelegado de polícia, inspetor de quarteirão, pároco e até sacristão.

Outro problema extremamente grave continuava sendo a evasão escolar. Pela legislação então vigente, o ensino primário já era obrigatório, sendo passíveis de multa os pais que não cumprissem a lei. No entanto, em todas as escolas visitadas, o número de alunos presentes representava aproximadamente a metade dos alunos matriculados – e isso, por dois motivos: por um lado, a migração, com constantes mudanças de residência – "a gente menos remediada retirou-se com os filhos para outros lugares" – e, por outro, as exigências do trabalho, que impunham "uma espécie de férias de

cinco meses: de agosto a dezembro [...] toda a pobreza, e ainda os chamados ricos, correm à pescaria, levando toda a família consigo e principalmente os filhos, que por mais verdes que sejam sempre podem e sabem governar a canoa" (Dias, 1861, p. 12).

O visitador constata que os padrões de povoamento na Amazônia indígena não favoreciam o funcionamento daquele modelo de escola, o que levou ao fracasso da alfabetização, porque as crianças desaprendiam no longo período de recesso o que haviam aprendido no curto período letivo. No entanto, ele admite que o Estado não podia obrigar os pais a enviarem seus filhos à escola, porque isso seria "ordenar-lhes que mudem radicalmente sua norma de vida". Quanto à imposição de multa, ele esclarece: "Hoje, impô-la a um índio é tomar-lhe a palhoça e, portanto, obrigá-lo a procurar nova residência, ao que eles já de si são tão propensos" (Dias, 1861, p. 22).

O relatório critica a ausência, em algumas escolas, de papel, caderno, livro, carteiras, mesas e outros objetos indispensáveis, questionando também o currículo, especialmente o de aritmética, bastante defasado, pois ensinava ainda as tabuadas portuguesas com seu antigo sistema de pesos e medidas, quando, inclusive, em Portugal já se havia adotado o ensino do sistema decimal. No entanto, uma das conclusões mais importantes de Gonçalves Dias está relacionada ao ensino da leitura e da escrita em língua portuguesa. Precursor de uma etnografia da sala de aula, ele acompanhava o professor em plena atividade, inspecionava os cadernos dos alunos e observava que estavam com "muitos erros de ortografia e lastimável emprego de letras grandes", verificando, em seguida, que os erros não estavam apenas nos cadernos, mas nos próprios livros de onde as cópias eram feitas. O problema consistia no fato de que os livros impressos eram "modelos de cacografia, em vez de translados" (Dias, 1961, p. 23).

Gonçalves Dias concluiu que o sistema de ensino não funcionava porque a língua empregada na escola – o português – não era a língua falada pelas comunidades locais. O uso do português como

língua oficial era obrigatório na escola, mas a maioria da população desconhecia essa língua e falava, além de um idioma materno, a língua geral. Apesar dessa constatação, o poeta-visitador recomenda ao presidente da província que mantenha o português, pois "a vantagem da frequência das escolas estaria principalmente em se desabituarem da língua geral, que falam sempre em casa e nas ruas, e em toda parte" (Dias, 1861, p. 16).

Nessas aldeias, o meio acabou convertendo-se em mensagem. A função da escola não era tanto transmitir conhecimentos e valores que não podiam ser veiculados num idioma desconhecido pela população, mas impor a própria língua, como explicita o visitador:

> No falar a língua portuguesa já vai uma grande vantagem, e tal que, quando mesmo os meninos não fossem à escola para outra coisa, ainda assim conviria na atualidade, e ficaria ainda sendo conveniente por bastante tempo, que o governo com esse fim criasse e sustentasse as escolas primárias do Solimões (Dias, 1861, p. 16).

Dez anos depois de Gonçalves Dias, Couto de Magalhães, com diferente perspectiva, fez outro balanço, dessa vez trágico, das escolas indígenas do Pará, Mato Grosso e Goiás, províncias por ele governadas em diferentes períodos, e concluiu que a metodologia por elas aplicadas, que efetivamente era etnocêntrica, representava "um atentado contra o senso comum". Em 1871, ele criou o Colégio Isabel, destinado a alunos de diferentes etnias do Araguaia, buscando, de forma pioneira, "conservar-lhes o conhecimento da língua materna [...], seus costumes, sua alimentação e seu modo de vida". Tratou-se de uma experiência isolada, sem maiores consequências para o sistema escolar da época, que acabou, ao que parece, contrariando os objetivos de seu autor (Magalhães, 1876, p. 136).

Os relatórios de Gonçalves Dias acabam recuperando o discurso etnocêntrico do período colonial, que representa as línguas indígenas como "desarticuladas", "imperfeitas", "desele-

gantes". Esse mesmo discurso se reproduz no século XX, quando pretende explicar a extinção das línguas indígenas mais do que pela violência de todos os níveis cometida contra seus falantes: pela rendição dos índios "à beleza sem par da língua portuguesa" (Fernandes, 1961, p. 52).

No entanto, essa escola referendada por Gonçalves Dias, ao desconhecer a procedência linguística heterogênea do alunado, não poderia cumprir os objetivos a ela atribuídos. Na realidade, a língua portuguesa só universalizou-se quando a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho como produtora de borracha atraiu para a região, no período de 1872 a 1910, cerca de 500 mil nordestinos, todos eles portadores da língua portuguesa (Furtado, 1959, p. 158). O afluxo desses trabalhadores provocou o declínio da LGA. No entanto, como essa discussão será retomada no próximo capítulo, interessa agora esboçar algumas conclusões, de ordem teórica, sobre o papel do Estado nesse processo.

As línguas e o Estado

> *Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, alano, taifale, visigodo; todo cidadão francês precisa ter esquecido São Bartolomeu, os massacres do sul no século XIII.*
>
> Renan, 1882, p. 20

As decisões sobre as línguas tomadas pela Coroa portuguesa, com interferência decisiva dos jesuítas e dos próprios colonos, contou, em alguns casos, com a resistência ou com a colaboração dos índios, que, dessa forma – eles também –, interferiram no processo. A resistência indígena, para a qual temos algumas pistas, é pouco conhecida, diferentemente do papel da administração colonial.

A escolha do tupinambá para desempenhar as funções de língua franca merece destaque. Os estudos na área da sociolinguística têm reforçado a proposição de que uma língua se converte em língua nacional quando a vitória da circulação mercantil unifica um território. A unificação linguística de uma região seria resultado, portanto, da expansão comercial. O contrário – a fragmentação linguística – teria uma explicação na ausência de um sistema de intercambio econômico. O que sabemos hoje sobre a América pré-colonial fortalece essa hipótese, pois as áreas com menor diversidade linguística são justamente aquelas em que ficou comprovada a existência de uma rede comercial de ampla difusão, como é o caso, por exemplo, do quechua no mundo andino, estudado por Alfredo Torero (1974), ou do nahuatl no México, analisado por Heath (1977).

Na Amazônia, havia uma enorme diversidade linguística, o que pressupõe, segundo os autores citados, a inexistência de um comercio intertribal. No entanto, essa pressuposição é discutível. As informações dos primeiros cronistas que navegaram pelo rio Amazonas dão conta de uma rede de trocas, embora frágil, ao mesmo tempo que proporcionam dados sobre a possibilidade de, com a ajuda de intérpretes de língua tupi, fazer-se entender em grande parte da calha central do rio. É possível, portanto, que existisse, mesmo em estado embrionário, um processo de formação de língua franca antes da chegada do europeu. Nesse caso, o sistema colonial, ao escolher o tupinambá como língua geral, teria utilizado um padrão de interação já existente, ampliando seu raio de ação e dando-lhe outro direcionamento.

Quanto às demais medidas políticas relacionadas às línguas na Amazônia, um bom ponto de partida para discuti-las, numa perspectiva histórica, pode ser o modelo proposto por Anderson (1983), construído a partir do processo ao qual estiveram submetidas as línguas da Europa e do Sudeste Asiático. Ele considera que a natureza do Estado é determinante nessa questão e estabelece

uma diferença básica entre, por um lado, as políticas de línguas dos reinos dinásticos e, por outro, aquelas formuladas pelos Estados nacionais modernos, incluindo aqui as dinastias que adquiriram "um cunho nacional".

No primeiro caso, podemos situar as medidas da Coroa portuguesa, até meados do século XVIII, que escolheu o português como língua administrativa e adotou a língua geral como língua de catequese e de comunicação interétnica. Essas medidas seriam produtos de um "desenvolvimento gradual, não deliberado, pragmático, para não dizer casual". Obedeceriam, sobretudo, a conveniências internas, e não a interesses políticos de "impor sistematicamente a língua às diversas populações submetidas ao dinasta". Tratava-se, portanto, de "um processo não intencional, em grande medida não planejado", pelo menos no início, e que não obedecia a nenhum ponto de vista nacionalista, já que a legitimidade da dinastia nada tinha a ver com a condição nacional. Anderson observa com muita propriedade que as dinastias de Portugal e Espanha formularam suas políticas com o objetivo de simplesmente converter pagãos e selvagens, muito mais que "hispanizar" ou "portugalizar". A motivação seria, portanto, mais religiosa do que geopolítica ou, traduzindo em outros termos, o político se manifesta através do religioso. Essa hipótese parece válida para a Amazônia, pelo menos até antes do projeto pombalino, em meados do século XVIII, na medida em que a formulação e a execução das políticas de línguas recaem muito mais sobre os missionários do que sobre os funcionários da administração colonial, como foi visto aqui. Nesse caso, é necessário deslocar todo o peso da análise da Coroa portuguesa para a Igreja. A catequese pode, então, ser abordada como um importante instrumento de reprodução das línguas, equivalente ao papel desempenhado pelas escolas nas sociedades modernas (Anderson, 1983, pp. 51-5, 88 e 97-8).

No segundo caso, estão as decisões tomadas pelo reino português, na segunda metade do século XVIII – depois da ascensão de

D. José I e de Pombal como seu primeiro-ministro –, que proibiram a língua geral e oficializaram o português. Essas medidas foram "intencionais, planejadas, produtos de um maquiavelismo consciente", como aquelas decisões de modernos Estados nacionais diante da ascensão de nacionalismos linguísticos hostis, ou como as decisões do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX, em relação às línguas indígenas.

O modelo de Anderson, no entanto, não considera, na formulação das políticas de línguas, as motivações de ordem econômica, o que, sem dúvida alguma, deve ser feito para o caso da Amazônia, em que a força de trabalho indígena era absolutamente indispensável para a manutenção do sistema colonial. Nesse sentido, uma análise da política de mão de obra pode trazer respostas muito mais relevantes sobre o destino das línguas do que um estudo limitado às particularidades da política de línguas. Essa parece ter sido também a conclusão do naturalista alemão Von Martius, que viajou pela Amazônia no século XIX, quando mostrou, de forma clara e contundente, como a língua geral serviu de instrumento para organizar a força de trabalho indígena. Ele generalizou a partir da própria experiência pessoal no trato com índios tripulantes de suas embarcações: "Quase todos os remeiros eram de tribos diferentes, cada um ignorando a linguagem dos outros", o que estimulava a desordem, a desobediência e a preguiça. No entanto, "quando todos falavam a língua geral", isso facilitava "a organização de ofícios", permitindo que "reinassem a ordem, o sossego e até a alegria" (Martius, 1863, pp. ix-x).

Para que uma língua pudesse cumprir esse objetivo de organização, foi necessária a intervenção do Estado, seja pragmática e casual, seja planejada e intencional, o que acabou contribuindo para reordenar o quadro geral das línguas na Amazônia. Nesse processo, essas línguas – a portuguesa e as indígenas – desempenharam, ao longo do todo o período colonial, diferentes funções, que merecem ser aqui destacadas.

As línguas e suas funções

> *Que seja necessário o uso da língua própria para se civilizarem os povos, é sem controvérsia; porém, se não pode absolutamente desterrar o uso da língua do paiz, quando por meio della devem ser instruídos e catechizados os novamente convertidos.*
>
> Ouvidor Pestana da Silva, 1775, apud Reis, 1961, p. 498

As línguas costumam despertar em seus falantes e nas pessoas que entram em contato com elas comportamentos, sentimentos e atitudes de identificação ou de estranhamento, funcionando como fatores de identidade étnica e de coesão social. Desde 1970, a sociolinguística vem estabelecendo uma série de classificações para, a partir delas, discutir as funções sociais da língua. Pode ser útil, aqui, retomar a proposta de Heath (1977, pp. 11-7), que, baseando-se nos trabalhos da Escola de Praga, discrimina as seguintes funções comunicativas: corrente, familiar, técnico-prática, técnico-científica e literária. Podemos acrescentar a função de instrumento de memória e de transmissão das experiências históricas.

Numa sociedade multilíngue como a amazônica, essas funções foram historicamente atribuídas a diferentes línguas, como decorrência de um conjunto de fatores de ordem social, política, econômica, geográfica, etnográfica e demográfica. Neste capítulo, vimos como a língua geral desempenhou papel historicamente relevante como língua de comunicação, de identidade e até mesmo como instrumento político, com uma expansão territorial considerável até o final do século XIX, quando começou seu declínio. Por outro lado, a língua portuguesa estava, naquele momento, tornando-se hegemônica, num processo que é bastante recente e que ocorreu sob condições particulares de opressão e exploração socioeconômica.

No entanto, esse fatos não fazem parte, hoje, do discurso histórico e foram apagados da memória coletiva da maioria dos atuais falantes de português, cujos antepassados, em época bastante recente, ainda falavam a língua geral, da mesma forma que foram também esquecidos por aqueles que no presente a continuam falando.

Os diferentes momentos históricos pelos quais, nos últimos quatro séculos, passaram as línguas em contato na Amazônia geraram diversos tipos de bilinguismo, pouco documentados do ponto de vista linguístico. A dinâmica desse processo exigiu de cada língua o desempenho de funções diferenciadas. Num primeiro momento, as línguas indígenas permaneceram como línguas de comunicação intragrupal e como elementos de identidade étnica; a língua geral assumiu a função de comunicação intergrupal, de caráter supraétnico e de identidade regional, enquanto o português constituiu-se em língua da administração, de comunicação para fora, com a metrópole.

Na passagem do século XVII ao XVIII, quando muitos povos incorporados ao sistema colonial já haviam abandonado sua língua de origem, a língua geral passou a desempenhar a função de comunicação intragrupal. Ela tornou-se o instrumento de comunicação interna, e seu uso era, fundamentalmente, familiar, corrente e, em certa medida, escolar; era a língua da catequese, a língua de uso sobretudo oral, enquanto o português era a língua do poder, a língua oficial da colônia, a língua da administração, das leis, dos cartórios, dos contratos comerciais e instância judiciária, a língua usada na Câmara do Senado, enfim, a língua escrita, servindo, dessa forma, de elo comunicativo entre a colônia e a metrópole. Todos os relatórios da administração local, toda a correspondência e toda a documentação oficial eram redigidos em português.

Na segunda metade do século XIX, o português passou a ser a língua falada pela maioria da população amazônica, tornando-se a língua dominante de comunicação regional: a força de trabalho e as demais mercadorias eram compradas e vendidas quase

sempre em português, usado na família, na escola, na rua, nos meios de comunicação, na igreja, nos tribunais, nos sindicatos, no trabalho, na comunicação cotidiana, preenchendo plenamente as funções de comunicação corrente e técnico-prática. Esse fato, de caráter irreversível, permitiu romper as barreiras de isolamento da Amazônia, possibilitando sua integração com a comunidade brasileira e criando forte vínculo de identificação nacional. Resta, no entanto, investigar em que medida o português já havia atingido, naquele momento, o nível de comunicação literária, servindo como instrumento para elaborar a criação coletiva e para registrar e transmitir as experiências históricas e a vivência regional. Essa função pressupõe a existência de um corpo – de uma elite – de especialistas que, além de produzir literatura, exerce certa influência normativa sobre os demais usuários da língua e sobre a identificação que com ela se possa ter.

LÍNGUA GERAL E LITERATURA

Acutipuru ipurú nerupecê
Cimitanga-miri uquerê uaruma.[14]

No momento em que o Romantismo nativista começava a dar sinais visíveis de esgotamento, podemos destacar pelo menos cinco estudiosos que se preocuparam em coletar e transcrever manifestações de literatura oral – denominada atualmente por alguns autores como etnoliteratura – que circulavam em língua geral na Amazônia:

[14] Canção de ninar em língua geral, cantada pelas mulheres tapuias e caboclas da Amazônia, conforme registro do cônego Francisco Bernardino de Souza, responsável pela tradução ao português: "Acutipuru, me empresta o teu sono, para minha criança também dormir" (Souza, 1873, p. 213). O acutipuru é um mamífero roedor de cauda comprida e enfeitada, que dorme o dia todo, depois de passar a noite em plena atividade. Vários grupos do rio Negro acreditam que é sob a forma de acutipuru que a alma das pessoas sobe ao céu, logo que o corpo acaba de apodrecer (Stradelli, 1929, p. 362).

1. José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), nascido em Diamantina (MG), numa fazenda de gado de seu avô, foi embalado em sua infância – como ele lembra muito bem – por "lendas tocantes e poéticas, metade cristãs, metade indígenas". Cursou direito em São Paulo e, uma vez formado, foi nomeado presidente de várias províncias: Goiás (1862-3), Pará (1864-5), Mato Grosso (1866-8) e, finalmente, São Paulo (1888). Depois de procurar "as cores do país" em arquivos e bibliotecas, foi buscá-las nos grotões do Brasil profundo, realizando pelo menos dez grandes viagens, quando aprendeu a língua geral. Sua obra mais conhecida – *O selvagem*, com algumas edições em português (1876, 1913, 1975) – foi traduzida e editada em várias línguas: francês, inglês, alemão e italiano. Reúne três ensaios: um estudo etnográfico sobre as etnias do Brasil central, que já havia sido publicado separadamente dois anos antes; um curso de tupi – língua geral e um conjunto denominado pelo autor de lendas tupis coletadas durante suas viagens (Magalhães, 1876b, pp. 64, 81-90);

2. Charles Frederick Hartt (1840-1878), geólogo e geógrafo canadense, aluno do naturalista Louis Agassiz, com quem veio ao Brasil pela primeira vez (1865) na missão que estudou a fauna ictiológica da bacia amazônica. Voltou várias vezes ao país, quando foi nomeado chefe da Comissão Geológica do Império (1875). Dirigiu o Museu Nacional (1876). Aprendeu o nheengatu e, em suas viagens, coletou os mitos amazônicos sobre a tartaruga. Morreu no Rio de Janeiro (Hartt, 1885, 1938);

3. João Barbosa Rodrigues (1842-1909), filho de um comerciante português de Minas Gerais. Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, de onde foi também professor. Viajou para Manaus em 1872, onde residiu e dirigiu o Museu Botânico. Explorou alguns rios, incluindo a área dos índios conhecidos na época como Jauaperi, hoje Waimiri-Atroari. Aprendeu o

nheengatu e coletou narrativas orais, contos e cantigas nessa língua, publicadas no Poranduba amazonense. Com a proclamação da República, foi demitido do museu em Manaus e assumiu a direção do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro (Rodrigues, 1888, 1890, 1905);

4. Conde Ermano Stradelli (1852-1926). Nasceu na Itália, de família nobre. Veio para o Brasil em meados de 1879. No ano seguinte, viajou pelo rio Purus e depois pelo rio Negro e por muitos outros rios da região. Trabalhou inicialmente como auxiliar de Barbosa Rodrigues. Viveu durante 47 anos no Amazonas, onde aprendeu o nheengatu e coletou mitos indígenas. Morreu em Manaus. Existe uma biografia dele, feita por Câmara Cascudo. Depois de sua morte, o IHGB publicou o dicionário de sua autoria nheengatu-português e português-nheengatu, com uma versão do mito do Jurupari (Stradelli, 1929);

5. Antônio Brandão Amorim (1865-1926) nasceu em Manaus, filho de um rico comerciante português radicado no Amazonas, criador da empresa que fez a navegação direta de Liverpool a Manaus. Estudou o curso secundário no Porto e o universitário em Coimbra. Foi secretário de Barbosa Rodrigues, no Museu Botânico de Manaus. Dono de seringal, revisou os relatos orais coletados no alto rio Negro por Maximiano José Roberto, um índio descendente, pelo lado paterno, dos índios Manáus, e pelo materno, dos Tarianas do rio Uaupés (Orjuela, 1983, p. 18). No ano da morte de Amorim, sua família publicou na revista do IHGB, sob o nome único de Brandão Amorim, 35 narrativas em edição bilíngue, as quais, segundo Stradelli, haviam sido "recolhidas amoravelmente pelo meu antigo companheiro de jornada na minha última viagem ao rio Uaupés, Max J. Roberto" (Stradelli, 1929, p. 65). Amorim morreu em Belém do Pará, com 61 anos de idade (Amorim, 1987).

A importância desses autores na história da literatura brasileira ainda não foi devidamente avaliada, embora existam algumas evidências sobre o papel desempenhado por eles como inspiradores do movimento modernista, não só para a linguagem, mas também para a trama de suas obras pioneiras. Mário de Andrade, com *Macunaíma*, e Raul Bopp, com *Cobra Norato*, talvez tenham sido os escritores que mais dívidas contraíram com eles, conforme o deslumbramento manifestado por Bopp, quando descobriu os mitos amazônicos coletados por Brandão Amorim:

> Foi uma revelação. Eu não havia lido nada mais delicioso. Era um idioma novo. A linguagem tinha, às vezes, uma grandiosidade bíblica. No seu mundo, as árvores falavam. O sol andava de um lado para outro. Os filhos do trovão levaram, de vez em quando, o verão para o outro lado do rio (Amorim, 1987, p. 9).

• A literatura oral: Couto de Magalhães

Te mandei um passarinho,/ Patuá miri pupé
Pintadinho de amarelo,/ Iporanga ne iaué[15]

A literatura oral registrada por esses estudiosos revela, por um lado, a permanência vigorosa de narrativas indígenas em língua geral, que continuavam circulando oralmente no século XIX em algumas áreas, como a bacia do rio Negro e do alto Solimões, e por outro, em cidades como Belém e Manaus, uma situação de bilinguismo língua geral-português bastante generalizada, porém ignorada pelos historiadores da região.

Dos cinco coletores de narrativas, Couto de Magalhães – seguramente o mais avançado de todos, do ponto de vista epistemológico – merece um tratamento à parte. Interessa, aqui,

[15] De uma canção recolhida no Pará por Couto de Magalhães em 1874, quando ainda era cantada com muita frequência. Trata-se de um texto bilingue português-nheengatu, em que ambas as línguas conviviam em situação de bilinguismo coordenado, sem que houvesse predomínio de uma ou outra (Magalhães, 1876, p. 89). Significa: "Te mandei um passarinho, dentro de uma gaiolinha, pintadinho de amarelo e bonito como você".

destacar suas observações empíricas sobre a trajetória tanto do português como da língua geral na região, em sua dimensão literária. A viagem de estudos por ele realizada em 1873-4 pelos rios da Amazônia, com o objetivo de pesquisar demografia e línguas indígenas, permitiu-lhe coletar no Pará um rico material de literatura oral, explorando os dados linguísticos nele contidos. A partir desse *corpus*, realizou um conjunto de observações agudas para recortar uma realidade sociolinguística daquilo que ele próprio já denominava como "língua oposta em contato com outra", que só muito mais tarde, na década de 1950-60, seria objeto de estudo da linguística contemporânea. Preocupado com as modificações sofridas pelas línguas em contato, ele estabeleceu três períodos marcantes das relações entre o português e a língua geral, que ele denomina de nheengatu:

1. O período de justaposição, ao qual pertence a letra da canção em epígrafe, cantada pelas populações mestiças do interior do Pará. O autor escolheu outras canções como essa, todas elas caracterizadas por "versos compostos simultaneamente nas duas línguas", ou seja, com textos bilíngues – alternando simetricamente português e língua geral – em que a métrica e a rima fazem parte constitutiva da unidade textual. Concluiu que elas foram produzidas numa época em que ambas as línguas eram "populares" e conviviam em situação de bilinguismo, pois "as duas línguas entram na composição, com seus vocábulos puros, sem que estes sofram modificação" (Magalhães, 1876b, pp. 89, 90);
2. O segundo período é caracterizado pela produção de vários textos bilíngues de inspiração popular, ainda na perspectiva do autor, nos quais desaparece a simetria entre as duas línguas, como na seguinte quadra, recolhida também no Pará:

> Vamos dar a despedida, mandu sarará
> Como deu o passarinho, mandu sarará

Bateu asa, foi-se embora, mandu sarará
Deixou a pena no ninho, mandu sarará.[16]

Neste caso, o desenvolvimento temático do poema está em português, permanecendo em língua geral apenas o estribilho. Couto de Magalhães observa aí uma tendência, em que "pouco a pouco uma língua predomina e só ficam da outra algumas palavras que, ou não têm correspondente na língua que tende a absorver a outra, ou são mais suaves para o sistema auditivo da raça que vai sobrevivendo" (Magalhães, 1876b, p. 90).

3. No terceiro período, o texto é monolíngue, em português, mas está impregnado de marcas da língua que desapareceu, incluindo empréstimos de padrões fonológicos e sintáticos. O autor identificou algumas quadras da poesia popular em que "os vocábulos da língua absorvida desaparecem na língua absorvente", permanecendo, no entanto, alguns vestígios da primeira: "o estilo, as comparações, algumas formas gramaticais e algumas alterações de sons". Exemplifica com uma toada, cuja letra está em português, porém a música, cantada pelos índios há quinhentos anos, "quase não sofreu alteração". Cita ainda uma versão, recolhida por ele em 1861, em Ouro Preto (MG), que contém um sistema similar de imagens ao da quadra recolhida no Pará (Magalhães, 1876b, p. 90):

Vamos dar a despedida,/ Como deu a pintassilva;
Adeus, coração de prata,/ Perdição da minha vida!
Vamos dar a despedida,/ Como deu a saracura,
Foi andando, foi dizendo:/ Mal de amores não tem cura.

Essa periodização feita por Couto de Magalhães é produto de um diálogo que ele manteve com as ciências naturais e com as ciências sociais nascentes. Sua abordagem da língua, da oralidade e dos mitos se aproxima bastante dos procedimentos adotados posteriormente

[16] Teodoro Sampaio registra mandu como uma ave pequena, da família das Bucconinae; sarará, como uma espécie de mariposa e também como um pássaro (Sampaio, 1955, pp. 278, 313).

pela linguística e pela antropologia. Ele retomou, por exemplo, as representações de língua do Romantismo alemão, em especial de Humboldt (1767-1835), que considera cada língua dotada de uma estrutura própria, reflexo do pensamento e da cultura de cada povo e, portanto, de um elemento crucial de identidade coletiva. Sua originalidade, porém, consistiu no fato de que ele estendeu essa representação para as línguas indígenas, o que permitiu observar as situações históricas de línguas em contato até então ignoradas e possibilitou abordar o bilinguismo como forma de identidade regional, tomando certo distanciamento da concepção de língua nacional, hegemônica na época. Dessa forma, independentemente dos pressupostos românticos, os dados que ele coletou nos permitem fazer outra leitura da questão.

A periodização por ele estabelecida foi fruto da observação das diversas comunidades que foi encontrando ao longo do rio Amazonas. A reivindicação de um *status* literário para a produção dessas versões bilíngues é o reconhecimento de que essas falas mistas não são produzidas por "semilíngues", sem competência plena em nenhuma das duas línguas, mas constituem "um modo legítimo de comunicação" (Romaine, 1995, p. 6). Nesse sentido, o autor se distancia do senso comum e das políticas de línguas, que consideram essas formas de organização social e a própria diversidade como um perigo para a hegemonia da língua do poder, na expressão adotada por Anderson (1983). As observações de Couto de Magalhães são importantes porque fornecem algumas pistas para a história social das línguas no Brasil, cujas trajetórias até hoje não foram suficientemente estudadas, criando um grande silêncio sobre o processo histórico do contato entre elas.

Couto de Magalhães debateu com os críticos que "chasquearam a propósito de meus estudos de línguas e antiguidades indígenas", colocando em dúvida a utilidade que podiam ter. Numa carta dirigida a Joaquim Serra, apresenta três fortes razões que justificavam suas pesquisas:

1. Qualquer estudo feito com seriedade faz avançar o conhecimento e, por mais abstrato que pareça, cedo ou tarde traz seus frutos práticos;

2. Se "até a mais miserável planta de nossos campos" e "o mais rude e pobre mineral de nossos montes" merecem ser estudados, descritos e classificados, "muito mais nobre e útil é estudar, descrever e classificar o homem americano";
3. O conhecimento das sociedades nativas pode ajudar a integrar um milhão de índios à economia brasileira, com um custo muito abaixo do que se gastava com a imigração de colonos europeus (Magalhães, 1975, p. 137).

Ele completa:

> Eis aí a razão pela qual me dediquei e continuarei a dedicar-me ao estudo das línguas selvagens e ao de assuntos relativos aos índios. Há brasileiros que conhecem e estudam entre nós o hebreu, o árabe e o sânscrito. É, pois, natural, que haja alguns que se dediquem ao estudo das curiosas e ricas línguas dos selvagens, de sua terra, estudo a que se prende, como mostrei, a solução de um problema importante (Magalhães, 1975, p. 140).

Justificada a relevância do tema, o debate podia, enfim, entrar no mérito da questão: a imagem construída por Couto de Magalhães sobre o índio e o legado de suas manifestações literárias. "Que o índio nenhuma tradição nos legou é fato sabido e não carece de prova", escreveu, contundente, um dos críticos, citado por Sílvio Romero, acionando preconceitos da sociedade nacional ao negar qualquer contribuição indígena à cultura brasileira (Romero, 1888, p. 59). O discurso colonialista havia desqualificado a poesia e os mitos indígenas, considerando-os uma manifestação "menor, grosseira e extravagante, fruto da superstição" e recusando-se a enquadrá-los no campo da literatura, por se tratar de uma elabora-

ção em línguas ágrafas, "rudimentares e incompletas", faladas por povos "atrasados". Couto de Magalhães contra-argumenta. Ele até admite que a falta de refinamento pode existir tanto nas "crenças selvagens como nas superstições cristãs", mas sugere que, em ambos os casos, para avaliar as qualidades estéticas de uma obra, o estudioso deve examiná-la com rigor, o que requer inapelavelmente o conhecimento da língua em que ela foi produzida. No caso das narrativas indígenas, ele adverte que o pesquisador pode se surpreender ao descobrir "a notável e profunda filosofia e poesia que elas encerram". Lembra que, embora seu trabalho seja o de um simples colecionador de narrativas indígenas, prestava um grande serviço à filologia e à antropologia ao publicar os mitos numa língua tupi (Magalhães, 1975, p. 108). Este será um dos primeiros princípios metodológicos que nortearam seu trabalho de coleta da literatura oral: o conhecimento da língua, sem o qual qualquer juízo crítico está invalidado.

A etnografia moderna só começa a existir na passagem do século XIX ao XX, quando o pesquisador troca seu gabinete de trabalho pelo lugar onde vai efetuar a própria pesquisa, através da observação direta. Nesse período, vários estudiosos percorreram a região do Brasil central, entre os quais Karl von den Steinen (1855-1929), o primeiro a documentar os índios xinguanos, e Paul Ehrenreich (1855-1914), que o acompanhou na segunda expedição ao Xingu e depois subiu o rio Purus; e Max Schmidt (1874-1950), cujas viagens ao Mato Grosso se realizaram a partir de 1901. Para obter rigor e precisão na coleta e descrição dos fatos observados, o trabalho de campo exige que o etnólogo tenha domínio da língua de cultura que ele estuda. Franz Boas (1858-1942), um dos fundadores da etnografia moderna, foi o primeiro a mostrar que a tradição oral devia ser recolhida pelo próprio etnólogo na língua de seus interlocutores (Laplantine, 1987, pp. 75 e 78).

Décadas antes de Boas, Couto de Magalhães teve a intuição sobre a importância do conhecimento da língua, a partir de uma necessi-

dade sentida na própria pele, em dois episódios cruciais narrados por ele. O primeiro aconteceu durante a Guerra do Paraguai. Ele viajava uma noite pelo rio, a bordo de um vapor, descansando no passadiço, debaixo do qual um grupo de marinheiros se distraía conversando. Ouviu, então, um deles, apelidado "Para-tudo", filho de índios Kadiweu, contar uma série de histórias em que o jabuti era o personagem principal. "Foi esta a primeira vez que minha atenção foi despertada para os mitos nacionais", comenta. No entanto, ele não conseguiu entender parte da narrativa, porque, apesar de ser feita em português, era intercalada, de vez em quando, com expressões em língua geral intraduzíveis. Nesse momento, percebeu que, sem o acesso à língua, não era possível entender os mitos (Magalhães, 1975, p. 107).

Uma alternativa podia ser recorrer ao tradutor, como ocorreu no outro episódio que ele vivenciou, em 1865, durante uma estada de quatro meses nas cachoeiras de Itaboca, no Tocantins, onde havia naufragado. Uma noite, o tuxaua dos índios Anambé narrou-lhe a lenda de Ceiuci, "infelizmente, no tempo em que eu não falava ainda a língua e em que, portanto, para entender o que ele dizia, necessitava servir-me de um intérprete". Couto de Magalhães desconfiou da versão traduzida. Insatisfeito, publicou-a assim mesmo, apresentando Ceiuci como uma espécie de "fada indígena", uma velha gulosa que vivia perseguida por eterna fome. Mas decidiu aprender a língua para, de forma mais fidedigna, "recolher uma tradição melhor do que esta que coligi em 1865, quando apenas começara meus estudos desta matéria" (Magalhães, 1975, p. 131).

Depois desses dois episódios, Couto de Magalhães começou a aprender a língua geral ou nheengatu, falada por índios e mestiços da Amazônia, para assim apropriar-se da literatura oral que circulava nessa língua. O conhecimento dela lhe permitiu, entre outras coisas, criticar textos traduzidos no passado pelos jesuítas, como algumas orações, que ele condenou por serem traduções literais, sem sentido algum para os índios, quando o que os missionários deveriam ter

feito era "conservar o sentido fielmente e traduzi-lo de modo que o selvagem entenda esse pensamento". Um exemplo de sua proposta pode ser encontrado na versão do auto de batismo do neto de D. Pedro II, feita em nheengatu pelo próprio Couto de Magalhães. Ele traduziu a palavra imperador pelo vocábulo *muruxáua reté* – grande chefe – e batismo pela expressão tupi *cerúcaçáua* – cerimônia de imposição do nome ao recém-nascido –, da mesma forma que conselheiros de estado, deputados, senadores e corpo diplomático passaram a figurar em nheengatu como homens de governo da nossa pátria e homens de governo de outras pátrias. Ao recusar a tradução literal, ele pondera: "traduzindo em uma língua viva, não me era lícito o uso de expressões que nela não são inteligíveis" (Magalhães, 1975, pp. 134-7).

Sua preocupação última era, em realidade, com as manifestações literárias. A língua lhe interessava como instrumento de coleta, de registro e de compreensão da tradição oral. Na medida em que não era viável para isso o uso de intérpretes e de tradutores, a aprendizagem da língua se fazia indispensável. É quando Couto de Magalhães organiza uma viagem ao Pará com o objetivo específico de aprender nheengatu. Adquiriu tanta habilidade em seu uso que chegou a ser considerado "o mais perfeito conhecedor do nhihingatu no Brasil" pelo bispo do Amazonas, D. José Lourenço, autor de um catecismo cristão escrito nessa língua (Magalhães 1975, p. 17).

Num depoimento sobre sua competência em línguas indígenas, Couto de Magalhães fez a seguinte autoavaliação:

> Eu só conheço bem uma na qual falo e escrevo, que é o tupi ou nheengatu, que se falava em quase todo o estado de São Paulo ao tempo de Anchieta, e em quase todo o Brasil; conheço mal o guarani, que aprendi com os prisioneiros paraguaios que fizemos quando comandei as forças de Mato Grosso, e isso só para ler; não falo nem escrevo; conheço algumas frases do caiapó e carajá e nada mais (Magalhães, 1975, p. 145).

O interesse pelo conhecimento do nheengatu não se limitou ao seu uso na fala e na escrita, havendo dedicado estudos específicos que culminaram com a publicação de uma gramática descritiva, elogiada por uns e criticada por outros. Sílvio Romero, por exemplo, que não falava a língua, considerou-a de "pequeno alcance científico" (Romero, 1888, p. 140). O certo é que, a partir dessa descrição, Couto de Magalhães organizou um curso de língua geral, segundo o método de Ollendorf, "método que os modernos filólogos europeus hão inventado para vulgarização das línguas vivas" (p. vii). Os exercícios gramaticais que ele propõe para seu ensino, na opinião do bispo do Amazonas, "estavam tão de acordo com a língua tupi que qualquer índio da vasta região do rio Negro e alto Solimões os entendia facilmente" (Magalhães, 1975, p. 17).

O discurso etnocêntrico colonialista, que considerava as línguas indígenas "língua pobres, desarticuladas, ininteligíveis, incapazes de expressar poesia", é refutado com poderosa argumentação por Couto de Magalhães, para quem as línguas indígenas enriquecem o patrimônio nacional. A língua era para ele, pesquisador, um instrumento do trabalho de campo que lhe permitia pensar e sentir as emoções das manifestações literárias indígenas, da riqueza da tradição oral, conforme confessa, num texto que Franz Boas ou Malinowski certamente assinariam embaixo:

> Como houvesse empregado quase todo o ano de 1873 em estudar a forma amazônica da língua tupi, com a qual consegui familiarizar-me, achei-me preparado com o principal e mais indispensável instrumento para observação [...] daquilo que cada povo tem de mais íntimo, e escapa quase completamente à observação dos viajantes, enquanto não puderem falar a língua do selvagem. Pude assim conseguir parte da preciosa mitologia zoológica da família tupi (Magalhães, 1975, p. 105).

Couto de Magalhães, para estudar os mitos, foi-se deixando aprisionar, no processo de coleta da tradição oral, pela originalidade e a beleza das narrativas indígenas. Talvez não seja exagerado afirmar que a simpatia dele pelos índios veio através das manifestações literárias. Apaixonou-se pelos índios porque conheceu e rendeu-se aos encantos de suas criações literárias. Então, ficou dividido entre o atraso dos índios, defendido pelas teorias dominantes de sua época, e a beleza da literatura oral indígena, que ele ia recolhendo. Toda a sua obra está marcada por esta contradição: cada vez que se refere genericamente às sociedades indígenas, num plano mais teórico, usa adjetivos como "atrasadas", "rudes", "rudimentares", "selvagens", até mesmo para legitimar seu discurso, enquadrando-o na ciência de seu tempo; no entanto, quando se refere a determinadas etnias com as quais conviveu e que podem ser identificadas no tempo e no espaço, os adjetivos são outros: "a bela língua tupi, suas admiráveis instituições familiares" (Magalhães, 1975, pp. 69 e 136). O atraso, neste caso, não implica mais inferioridade e passa até mesmo a ser virtude. Ele próprio revela o impacto que sofreu ao descobrir, no início da coleta, a sofisticação dos mitos indígenas: "Eu estava longe de supor que existisse nos selvagens do Brasil, que atingiram tão pequeno grau de cultura intelectual, um sistema mitológico idêntico em substância ao sistema dos vedas" (Magalhães, 1975, p. 107).

O *selvagem*, considerado por seu autor "o monumento mais autêntico e curioso que se tem até hoje publicado" sobre a produção intelectual indígena, contém histórias originais e belas, que falam por si mesmas de uma herança literária milenar, baseada no cotidiano, nas crenças e vivências dos índios, colocando-nos em contato com um mundo em que a transmissão oral é um canal importante de aprendizagem da vida social e religiosa, que assegura e reproduz as formas de vida. Maravilhado com a coleção de nove "lendas da raposa" que recolheu – "verdadeiro colar de pedras finas, tanto pelo espírito a animação do enredo como pelo laconismo, sobriedade das cenas e clareza" –, não hesita em situá-las

no quadro de literatura universal, afirmando que elas "sofreriam sem desmerecer, o confronto com as fábulas de Esopo, Fedro e La Fontaine". Em outra passagem, Couto de Magalhães compara os mitos coletados com "os poemas de Homero, os Niebelugen, os poemas de Ossian", sustentando que os primeiros, "debaixo do ponto de vista antropológico, são mais importantes, por serem os vestígios da literatura espontânea de um povo antes que qualquer gênero de convenção, interesse ou espírito de seita e partido houvesse modificado as produções espontâneas do espírito humano" (Magalhães, 1975b, pp. 105 e 126-8).

Couto de Magalhães percebeu o sentido simbólico dos mitos, mas confessa que lhe faltam elementos de comparação para poder dirigir seus estudos nessa direção. O que então passa a lhe interessar é a função educativa, bastante clara, da tradição oral. Exemplifica com os dez episódios que coletou relacionados ao jabuti, todos eles imaginados com o objetivo "de fazer entrar no pensamento do selvagem a crença na supremacia da inteligência sobre a força física":

> Cada vez que reflito na singularidade do poeta indígena de escolher o prudente e tardo jabuti para vencer os mais adiantados animais de nossa fauna, fica-me evidente que o fim dessas lendas era altamente civilizador, embora a moral nelas ensinada divirja em muitos pontos da moral cristã (Magalhães, 1975, p. 110).

Se o que distingue um povo bárbaro é a crença de que a força física vale mais do que a força intelectual, então ensinar o contrário "equivale a infundir-lhe o desejo de cultivar e aumentar sua inteligência" (Magalhães, 1975, p. 110). Nesse caso, o povo que criou essas narrativas demonstra alto grau de civilização, estágio atingido pelos índios por meio de suas manifestações literárias. Mas isso nem sempre foi percebido dessa forma. Noutro capítulo relativo às divindades, Couto de Magalhães comenta uma das narrativas orais que coletou: a história de um índio que flechou uma veada recém-parida, que

ainda amamentava. Quando foi apanhar sua presa, descobriu que havia sido vítima de uma ilusão do Anhangá: a veada que ele perseguia era sua própria mãe, que jazia morta no chão. Os missionários interpretaram a ação de Anhangá como produto de uma entidade maléfica com poderes de fazer o mal contra os homens. Couto de Magalhães, discordando dos missionários, defende que, "por muito rude e bárbara que, à primeira vista, pareça uma instituição qualquer de um povo, ela deve ser estudada com respeito":

> Eis aí uma ação demoníaca, dirão. Não, digo eu, esta ação não repugna a uma divindade. É necessário estudar estas coisas debaixo do mesmo ponto de vista de quem as imaginou; os índios tinham na caça seu sustento; o instinto lhes indicara que destruiriam facilmente esse sustento se não poupassem a vida dos animais que amamentavam; e como não tinham e nem podiam ter um código de leis para a caça, tinham um preceito religioso. Esse conto, assim como todos os outros, encerra uma profunda lição de moral (Magalhães, 1975, p. 84).

Couto de Magalhães propõe um modelo de crítica para as manifestações de literatura oral, a partir de características das línguas ágrafas, "muito mais lacônicas e muito menos analíticas" do que as línguas escritas, substituindo com muita frequência um longo raciocínio por imagens aparentemente desconexas, mesmo para um observador atento.

> A poesia de nossos selvagens é assim: o mais notável é que nosso povo, servindo-se aliás do português, modificou sua poesia tradicional pela dos índios. Aqueles que têm ouvido no interior de nossas províncias essas danças cantadas, que, com os nomes de cateretê, cururu, dança de minuanos e outras, vieram dos tupis incorporar-se tão intimamente aos hábitos nacionais, notarão que de ordinário parece não haver nexo algum entre os membros de uma quadra (Magalhães, 1975, p. 65).

Segundo ele, só é possível perceber o nexo das ideias entre imagens aparentemente desconexas se for levado em consideração o princípio de que, para os índios, a palavra falada é mais um meio auxiliar à memória do que um meio de traduzir as impressões. Ele diz que aplicou esse princípio de crítica à poesia popular, sobretudo aos cantos das populações mestiças profundamente marcados pela herança indígena e obteve resultados surpreendentes. Descobriu que, "suprindo-se por palavras o nexo que falta às imagens expressadas por ele em formas lacônicas, revela-se um pensamento enérgico às vezes de uma poesia profunda e de inimitável beleza, apesar do tosco laconismo da frase" (Magalhães, 1975, pp. 64-5).

Sílvio Romero, que, decididamente, não simpatiza com o autor de *O selvagem*, admite, contudo, que adquiriu importante lugar na literatura brasileira apenas pela parte de seu livro "que contém as lendas selvagens e que é preciosíssima" (Romero, 1888, p. 140).

Em conferência para o tricentenário de Anchieta, publicada em folheto de 1897 – um de seus últimos trabalhos –, Couto de Magalhães lamenta que haja sobrado muito pouco da literatura original dos índios, mas que ainda era tempo de coligi-las entre as tribos que sobreviveram. Postula que parte da poesia popular em língua portuguesa é continuação da poesia indígena, sendo necessário também continuar o trabalho de Sílvio Romero de coleta, transcrição e publicação desse material, dotando "nossa pátria de tesouro, com valor superior aos arremedos da literatura europeia, com que enchem nossa imprensa" (Magalhães, 1975, p. 156).

A historiadora Maria Helena Machado, que recentemente descobriu e publicou o diário íntimo de Couto de Magalhães, afirma com muita propriedade que, "apesar do pano de fundo evolucionista, próprio a seu tempo, *O selvagem* é inquestionavelmente simpático à população indígena e mestiça, buscando valorizá-la enquanto verdadeira e mais fiel representante da nacionalidade brasileira" (Machado, 1998, p. 13).

Quando se discutia ainda o indianismo como instrumento de construção da identidade nacional, Couto de Magalhães recolocou

a temática indígena em bases mais objetivas, retirando-a do terreno do folclore, "do pitoresco, do plano simplesmente sentimental a que o romance de Alencar e a poesia de Gonçalves Dias, sem dúvida respeitáveis, a haviam conduzido" (Moreira, 1975, p. 10). Com paixão, mas sobretudo com método, ele implodiu a etnografia fantasiada vigente, que reduzia os índios aos padrões dos romances de cavalaria, e propôs um novo caminho, que acabou alimentando o movimento modernista.

• A LITERATURA REGIONAL

Martha – Eu sou filha de Monte Alegre...
as cunhãs da minha terra...
Manuel – O que é cunhã?
Martha – É cunhã-tem ou cunhã-mucu.
Manuel – Entendo cá o que tu dizes!
Martha – Na sua terra não se fala a língua geral?
Manuel – Ó Martha, tu estás a caçoar comigo?!
A língua dos tapuios não se fala... senão onde há tapuios.
Martha – E em Portugal, não os há? Como isso por lá deve ser triste! Cunhã quer dizer – mulher; e a mulher donzela chama-se cunhã-mucu.

Diálogo entre uma tapuia e um português, na peça "Ódio de raça", de Francisco Gomes de Amorim, 1869, pp. 113-4.

A língua geral – que veiculou a literatura oral na Amazônia no século XIX – está presente também na produção literária regional em língua portuguesa, cabendo destacar aqui, entre outros autores, Lourenço da Silva Amazonas (1803-1864), Francisco Gomes de Amorim (1827-1891) e Herculano Marcos Inglês de Souza (1853-1918).

Lourenço Amazonas, nascido na Bahia, era capitão-tenente da Armada e foi nomeado comandante militar da comarca do alto Amazonas, onde viveu durante muitos anos, em meados do

século XIX. Autor de um dicionário topográfico sobre a comarca do alto Amazonas, publicado em Recife, em 1852, compôs ainda um dicionário túpico-português e português-túpico e escreveu um romance histórico – *Simá* (1857) – que reflete a situação de línguas em contato na região (Amazonas, 1852, p. 112).[17]

Esse romance regional, complementando as fontes históricas tradicionais, dimensiona a relevância da questão linguística na identidade amazônica e configura o papel das línguas, não só como parte temática indígena, mas também como um recurso na construção de uma narrativa realista. O uso da língua geral na própria composição do texto – mesmo esporádico e ainda que com glosas – representa o fato de ela fazer parte das práticas e dos intercâmbios sociais. Nesse sentido, Lourenço Amazonas emprega em sua narrativa o mesmo tipo de recurso que outros dois escritores regionais: Francisco Gomes Amorim e Inglês de Souza.

A ambientação do romance histórico *Simá* – cuja ação se desenrola no período de 1738 a 1758 – é uma rebelião de índios, que abalou o rio Negro um século antes, nas duas últimas décadas de vigência da escravidão indígena. Um dos cenários é o Sítio da Tapera, lugar de residência de dois personagens: o índio manau Marcos/Severo e sua neta Simá, a "Helena do rio Negro". A estratégia do narrador pressupõe o desconhecimento da região por parte do leitor – "Suponde-vos em viagem no Amazonas" –, de forma que, glosando as palavras de origem tupi, em processo de incorporação ao português regional, torna a região inteligível para o forasteiro. A primeira palavra glosada é o nome do sítio. "Tapera é, em língua túpica (conhecida no país por língua geral),

[17] O dicionário permanece inédito até hoje. A família de Lourenço Amazonas doou os originais manuscritos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que os submeteu ao parecer de Braz da Costa Rubim; este se pronunciou contra a publicação: "O manuscrito não é outra coisa mais do que um apanhamento geral de grande parte dos glossários impressos" (RIHGB, Rio de Janeiro: 1866, pp. 29, 397-401). Edelweiss considerou o parecer "estranho", sobretudo levando-se em conta que o parecerista acabou publicando na mesma revista um vocabulário que aparece como de sua autoria (Edelweiss, 1969, p. 200). Já o romance *Simá* foi publicado também em Recife, em 1857. O exemplar que consultamos na biblioteca do IHGB, autografado pelo autor para o cônego Pinheiro, está bastante danificado pelas traças.

as ruínas de uma povoação, fazenda ou casa, invadida pelo mato" (Amazonas, 1857, p. 3).

As várias referências à LGA contêm informações sobre a atitude de seus falantes em relação a ela, no contexto do bilinguismo social vivenciado por grande parte da população de Manaus à época em que o romance foi escrito. Proporcionam, ao mesmo tempo, dados sobre o grau de avanço do bilinguismo, assim como as soluções que os falantes encontram para essa situação de contato, com o uso de vocabulário de uma língua (LGA) quando interagem em outra (português): "É mui bem sabido no país quanto os indígenas se penhoram de que se lhes fale na língua geral e, assim também, se falando-lhes em português, empregam palavras daquela língua em designação e encarecimento de certos objetos" (Amazonas, 1857, p. 125).

Nesse sentido, é de relativo interesse a incorporação ao texto de uma composição poética que aparece no capítulo XIII, quando o personagem Régis, comerciante português, oferta a Simá, neta de índio, um buquê de flores, acompanhado de um poema bilíngue:

> Beijos da aurora/ Mimosas flores/ Ide a meu bem/ aos meus amores,
>
> Ornar-lh' o peito/ Peito inocente,/ Catu poranga/ que amor não sente.
>
> Que quando amor/ lugar lhe pede/ Co'inti maan/ amor despede.
>
> Às borboletas,/ e aos passarinhos,/ Dizei adeus,/ não mais beijinhos.
>
> Ditosas flores/ Eré cr'utem,/ Jam'ru catu/ Sois com meu bem (Amazonas, 1857, p. 125).

Embora pareça um texto criado pelo autor, o modelo apresenta relativa convergência com o mencionado material recolhido por Couto de Magalhães na região. O poema expressa uma característica linguística própria do bilinguismo social: a alternância das duas línguas, em que a métrica e a rima são parte constitutiva de sua

unidade, ainda que a predominância seja de língua portuguesa, como parte da caracterização do personagem.

O bilinguismo social na Amazônia no século XIX, especialmente em suas duas cidades principais – Belém e Manaus –, está representado no discurso literário como uma situação de oposição, e não de complementaridade, de tensão e de conflito, e não de harmonia, como será analisado mais adiante. No capítulo quarto de *Simá*, quando, numa reunião com espanhóis da Comissão de Demarcação, o personagem Régis – comerciante português – manifesta sua vontade de se casar com a neta do índio manau, seu amigo Loiola responde zombando de todos os valores indígenas amazônicos, incluindo aí objetos e costumes que já haviam sido incorporados pela sociedade regional, como a rede, o cachimbo, o tipo de pente, a forma de se vestir e – como não podia deixar de ser – a língua geral, o elemento mais forte de identidade:

> – Então o meu amigo se casa? E com quem? Com a mameluquinha do Remanso? Que ocorrência! Como não há de ser interessante ver o senhor Régis em seu novo estado! Enfronhado em uma nova importância! Dono de uma casa à moda do país, mobiliada de redes! Ao procurá-lo, ver aparecer a Senhora Dona, vestida de descalça, com seu pente de meia lua, carregado de perendengues, apresentando por toda honra da casa um furioso cachimbo, e a um obsequioso gracejo, a uma galanteria respondendo-lhe – inti maa – [...] oh, como não da de ser isto engraçado (Amazonas, 1857, p. 59).

A ironia no discurso do personagem é o recurso do autor para apresentar, por meio da fala de um europeu, a manifestação da atitude frente à LGA, seus usos e funções na sociedade. Assim, essa postura discriminadora faz parte da realidade multilíngue da Amazônia, que, desenvolvida com agudeza no registro literário, nem sempre é reconhecida na documentação histórica tradicional. Lourenço Amazonas, que produziu nos dois tipos de registro, permitiu-se avançar em *Simá* aquilo que deixou de explicitar no

verbete "língua geral" do seu *Dicionário topográfico*, ou seja, que o bilinguismo vivido pelos moradores de Belém e Manaus se dava sob fortes condições de dominação e de opressão, num quadro em que a língua materna da elite econômica e política era uma e a dos fornecedores da força de trabalho era outra. A primeira tinha tradição escrita e, também por isso, era considerada língua dominante, de prestígio. A outra, sem produção escrita, era discriminada como língua dominada, inferior.

O diálogo com essa situação de contato entre a língua geral e a portuguesa estará presente também na obra de outro autor, o português Francisco Gomes de Amorim. Com 10 anos de idade, ele deixou seu povoado natal, próximo a Póvoa de Varzim, no norte de Portugal, e viajou para o Pará, onde viveu durante nove anos. Aprendeu a língua geral e, de volta a Portugal, escreveu, entre outros, os romances *Os selvagens* e *O remorso vivo*, cujas ações se desenvolvem no período inicial da Cabanagem, em 1835. Publicou ainda várias peças de teatro, entre as quais *Cedro vermelho*, em cinco atos, cujo enredo se passa também em plena Cabanagem, em 1837, e *Ódio de raça*, um drama de três atos, focalizando a escravidão negra na Amazônia.

A situação de contato de línguas e as relações entre o português e a LGA fazem parte constitutiva da obra, a ponto de o autor elaborar algumas considerações sobre o *status* das línguas indígenas e usar estrategicamente a LGA na construção dos personagens, embora com glosas, caracterizando seu leitor como de língua portuguesa. Uma das observações sobre as línguas indígenas reproduz a representação ideológica de contraste "língua bárbara/língua polida". Na base dessa oposição, está a conceituação de "língua" enquanto arte (gramática) e publicações, especialmente catecismos. É o caso tanto da referência que ele faz ao quechua – a polida língua peruviana – como ao harmonioso idioma tupi (Amorim, 1875, p. 8), que consolidaram um relativo prestígio local em suas respectivas regiões, por se tratar de línguas gerais com infraestrutura, que serviram até como

instrumento de expansão. Já as línguas particulares, de extensão reduzida, que não desempenhavam qualquer função comunicativa interétnica, são referidas como dialetos, consideradas menores, como forma de marcar sua exclusiva caracterização oral. Numa sociedade letrada, em que a escrita representa uma instância e até simboliza o poder, essa característica *per si* faz com que elas sejam consideradas bárbaras.

Amorim se serve do léxico em língua geral, sobretudo quando se propõe a construir essas cenas interativas, que evocam sua função oral. Em *Os selvagens*, a personagem Alberto, de nacionalidade francesa, ao ver o ouro nas mãos dos dois irmãos tapuias, grita e pula de contentamento para manifestar seu entusiasmo, provocando a seguinte reação deles:

> – Acánga y'bá! Murmurou Gertrudes em tupi, como se dissesse: – doido!
>
> – Acánga y'bá nungára! Emendou o irmão, que queria dizer: – adoidado.
>
> – Enganam-se! – replicou Alberto, sentando-se sobre a carga. – Sei alguns termos da língua geral, que aprendi comerciando com os índios... Eu não estou doido, nem sou adoidado, estou alegre, contente, feliz! (Amorim, 1875, p. 180).

O recurso utilizado é colocar a glosa na boca da personagem, que serve para apresentar o léxico de LGA ao leitor. Por outro lado, a questão linguística aparece intimamente relacionada a outras práticas sociais, como se pode observar no discurso da personagem indígena Flor de Cajueiro, que, depois de "catequizada", volta à aldeia mundurucu e diz ao chefe: "Eu já não me chamo Flor de Cajueiro; fui batizada com o nome de Maria. Aprendi a falar as línguas do branco [o português] e dos índios mansos [o nheengatu]. Sei quem é o Deus verdadeiro e venho explicar ao chefe..." (Amorim, 1875, p. 56).

A observação sobre a distribuição das funções linguísticas está estabelecida no discurso da personagem. Primeiro, nos símbolos de identidade através dos nomes da personagem nas duas línguas, em sua oposição, e depois na representação de saber e verdade, em relação às línguas. Ou seja, o Deus verdadeiro está contido só e dentro delas. A ordem representa a hierarquização que delas se faz em relação ao acesso dessa verdade, mas também o discurso aponta o caráter proselitista que coube à língua portuguesa.

Quanto ao processo de deslocamento de línguas, o texto incorpora algumas informações sobre o quadro sociolinguístico regional, especialmente no que se refere à presença da LGA e à expansão do português: "Os Mundurucus do Tupinambarana também falam português e tupi, que era a língua de seus pais – disse-lhe o cacique, num dialeto mesclado, mas inteligível" (Amorim, 1875, p. 167).

No que se refere ao português, o autor reproduz em diversas situações amostras da variante regional, como nessa arenga feita "numa meia língua de preto", que apresenta características similares à documentação histórica de autoria dos cabanos, analisada no capítulo anterior.

> Meuz amigo! Fômo derrotado em Cuipiranga; perdemo quasi todas villa do sertão e não sabemo si Rio Negro inda pertence a nós. Entramo no Madeira, com tenção di pidi os Mura que viesse todo com az outras tribu dos lago Autaz em nossa ajuda. Os Mura acabam di sê batido dos Mundurucus (Amorim, 1875, p. 205).

No entanto, a língua portuguesa em sua norma culta aparece em boca de personagens tapuias, indígenas e negros, quando se trata do gênero dramático, como na peça *Ódio de raça* – escrita por sugestão de Almeida Garret –, com o objetivo de contribuir para a luta contra a escravidão negra. O autor dedica um volume inteiro às notas explicativas que representam uma metalinguagem, em que as informações sobre língua adquirem espaço significativamente maior. Assim, justi-

ficando por que a fala de uma personagem tapuia está elaborada em português padrão – numa peça que foi encenada pela primeira vez em Lisboa, no teatro Dona Maria II, em outubro de 1854 –, ele escreve:

> Bem sei que a tapuia está falando em português, mas pensa em tupi; e se não fala em sua língua é porque o autor entendeu que, neste caso, devia sacrificar a verdade ao bom-senso, e às chamadas conveniências da cena. Quem a entenderia, e quem me pouparia, se eu a deixasse dizer seu papel todo em tupi? (Amorim, 1869, pp. 197-8).

O terceiro autor regional que dá conta da existência de uma situação de contato entre o português e a língua geral é Herculano Marcos Inglês de Souza (1853-1918). Ele nasceu em Óbidos, no Pará, no momento em que a língua geral já havia perdido a hegemonia para o português. Com 11 anos, foi estudar no Maranhão e, com 14, no Rio de Janeiro. Cursou Direito em Recife. Foi deputado da Assembleia Provincial, em São Paulo (1878). No mesmo ano, elegeu-se presidente da província de Sergipe. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras (1896), sendo o redator de seus estatutos. É autor do primeiro romance realista aparecido no Brasil: *O coronel sangrado* (1877). Foi estudado por Lúcia Miguel-Pereira, que o considera pioneiro do Realismo brasileiro. Passou quase toda a vida fora do Pará, mas construiu sua obra literária em cenários amazônicos, cabendo destacar, além da já citada, *O cacaulista* (1875), *Cenas da vida do Amazonas: história de um pescador* (1876) e *O missionário* (1891).

Na construção de seu texto, Inglês de Souza investe nos diálogos como parte da narrativa, destinados a criar uma representação da oralidade. Nesse sentido, em sua obra, a LGA desempenha importante função: na caracterização dos personagens – relacionamentos entre caboclos, e de caboclos com outros grupos –, a maior parte do léxico de natureza interativa – saudações, comentários, fórmulas de cortesia, interjeições – está em LGA.

O *coronel sangrado* está repleto de exemplos, como no diálogo entre a viúva de um português e seu compadre caboclo: "Aré, Aré, sinhá dona, isto já vão sendo horas de a gente voltar para o sítio. Até o curi"[18] (Souza, 1877, p. 106). Ou então, na fala de outro personagem: "Eré, minha gente, avia...".[19]

Em O *cacaulista*, escrito em Recife, em 1875, o autor apresenta, no final, notas com um pequeno glossário que permite a compreensão de diálogos como este:

> – Como tem passado, tia Maria?
>
> – Miri-miri, nhô tenente, como uma pobre velha que S. Bom Jesus dos Passos ainda deixa andar por este mundo [...]. A caroára não me deixa... (Souza, 1973, p. 104).

Também, no diálogo da viúva de um português, Dona Ana, falando com um caboclo remeiro:

> – Eanecuema, nha branca – disse, então, tirando o chapéu.
>
> – Eanecuema (= bom dia) – respondeu a viúva do João Faria (Souza, 1973, p. 9).

Quando o autor, como narrador, descreve os ambientes locais, também usa um léxico de LGA, embora, em sua maioria, já integrado ao português regional e, muitas vezes, já dicionarizado: urupema, cunhatã, curumim, taquari, pindoba, tipiti, cuiambuca, caroara e outros.

Se a hipótese sobre Inglês de Souza é a de que ele foi efetivamente um dos pioneiros do Realismo no Brasil, podemos supor que a presença da LGA no texto significa a representação de que essa língua fazia parte das práticas sociais de interação e, portanto, estava presente na identidade regional, demarcando as relações entre o português e a LGA. Assim, as situações linguísticas de passagem de código e o uso das duas línguas num *continuum* nas práticas conversacionais representam as relações sociais entre ambas as línguas.

[18] Curi = logo.

[19] Eré = sim, de acordo.

A importância da oralidade na composição do texto pode ser também avaliada na abordagem da própria língua portuguesa. Na elaboração da fala de alguns personagens, em que índios ou caboclos falam português, certo naturalismo leva o autor a representar essas falas com uma tentativa de fidelidade fonética, isto é, reproduzindo graficamente alguns fenômenos de transferência da LGA ao português, que, por exemplo, altera a qualidade vocálica. Como exemplo, o seguinte diálogo, que aparece em O *missionário*, travado entre as duas personagens: um padre e uma tapuia.

> – Não haverá aqui por esta vizinhança alguma embarcação? perguntou padre Antônio de Morais.
>
> Não havia. Onde haverá de sê incontrá ua igarité por estes mondo? respondera-lhe a tapuia na linguagem dura e arrastada. Para cima do rio, continuou, gesticulando gravemente, cantando as palavras uma a uma, prolongando as vogais, na impassibilidade de quem fala somente para ouvir a si próprio [...]. E depois, respondendo a uma pergunta que adivinhava nos olhos do padre:
>
> – Stão na sarga, disse com um gesto largo, indicando distância.
>
> E prosseguiu no tom dolente e monótono das caboclas, cortando as frases para acentuar uma palavra, prolongando o som das vogais até penetrarem bem no ouvido do interlocutor.
>
> – Haverá dê achá... canua. Só sê fosse alguma... montarizinha... de pescá, como seu Guierme... tem... uma..., munto... velha..., bem velhi... nha... que nem nhá vó.
>
> – Onde está essa montaria? Indagou sofregamente padre Antônio.
>
> – Stá nu purto, respondeu a tia Teresa. E continuou a deleitar os ouvidos do Macário com sua melopeia plangente (Souza, 1998, p. 169).

Esses três autores regionais – Lourenço Amazonas, Francisco Gomes de Amorim e Inglês de Souza – podem ser estudados também na perspectiva do campo denominado por Carlos Pacheco de "literaturas alternativas". Segundo Pacheco, a introdução da escrita alfabética por parte dos europeus no momento da conquista, longe de constituir uma simples mudança técnica, significou a inauguração de uma prática cultural inédita que afetou, de maneira drástica, todo o continente, onde predominava a oralidade. Dessa forma, em seu trabalho *La comarca oral*, defende a existência dessa nova área para os estudos literários, composta por um conjunto sumamente numeroso e diverso de textos antigos e modernos. Esse apanhado, caracterizado pela interculturalidade, define-se por seu vínculo com fontes orais tradicionais de raiz indígena ou mestiça, com todas as implicações retóricas e culturais daí decorrentes. Ele destaca três enfoques possíveis:

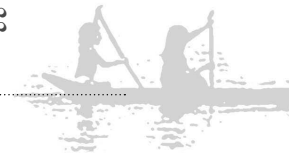
1. O estudo do sistema de textos denominados "literatura testemunhal", cuja autoria se deve geralmente a escritores profissionais ou a cientistas sociais, mas sempre com base em coleta com informantes qualificados, tentando preservar na obra resultante a estrutura narrativa e o estilo peculiar de sua fonte oral. Aqui poderíamos situar os numerosos relatos recolhidos por Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Stradelli e Brandão Amorim, no século passado, ou a recente publicação de autoria de dois índios Desana do alto rio Negro – Panlon Kumu e Kenhiri – recolhida por Berta Ribeiro e intitulada "Antes o mundo não existia";
2. A análise de diversas formas de apropriação e elaboração estética dos elementos provenientes de fontes míticas indígenas ou africanas em obras como as do poeta amazonense Elson Farias, ou de Miguel Angel Asturias e José Maria Arguedas, entre outros;

3. O estudo das diversas soluções encontradas para o problema do bilinguismo e da diglossia em áreas socioculturais em que uma língua de origem europeia concorre com uma língua vernácula, insubstituível na comunicação de certos conteúdos vinculados em geral à esfera da intimidade, da afetividade, da vida familiar e comunitária, da religião e dos mitos. Aqui podemos talvez enquadrar os autores acima citados (Pacheco, 1992, pp. 12-3).

A abordagem que pretendemos dar à trajetória das línguas na Amazônia colonial tem como pressuposto a relação com esse campo da denominada "literatura alternativa", entendendo que o imaginário da língua sustenta-se na existência de um conjunto de obras que contribuem para proporcionar-lhe coesão e que as manifestações literárias desempenham papel capital na delimitação social das línguas.

A discussão aqui apresentada, com uma proposta de periodização e uma síntese do processo histórico desde o período colonial, pretendeu caracterizar e localizar essas línguas, espacial e temporalmente, de modo que nos permita, no próximo capítulo, aprofundar a análise sobre a situação da língua geral no século XIX e identificar as razões que motivaram seu declínio.

A LGA no século XIX:
a perda da hegemonia



De volta à aldeia

> *É singular costume o das índias, que, tendo o hábito de falar português, envergonham-se de falar tupi; e só recorrem à língua natal quando se embriagam!*
>
> Amorim, 1869, p. 299

No século XVII, a língua geral amazônica se tornou a língua "que aprendem as novas nações que vão saindo dos matos e a que estudam os missionários brancos", passando por um crescente processo de expansão social e geográfica, que se prolongou por todo o século XVIII. Saiu dos limites das aldeias tupinambás, alastrou-se pelos aldeamentos missionários do Grão-Pará e unificou agrupamentos que eram formados, como regra geral, por "trinta a quarenta nações diversas, com idiomas tão diferentes que não têm conexão alguma entre si", conforme avaliação feita por um missionário jesuíta, em 1767, depois de século e meio de colonização e catequese (Daniel, 1976, t. 2, p. 227).

Dessa forma, a LGA subiu os rios Amazonas e Solimões, galgou seus principais afluentes, infiltrou-se em vilas e povoações, ganhou as cidades, deu mostras de vitalidade e vigor, atingindo universalidade regional, na medida em que era usada por todos os indivíduos, incluindo portugueses e africanos, qualquer que fosse seu lugar na produção, seja como língua materna ou como segunda língua, em uma variedade de funções. Cresceu com relativo apoio

institucional, que pode ser observado na publicação e circulação de *Artes, vocabulários e catecismos*, assim como em algumas medidas protecionistas por parte da administração colonial, estimulando seu uso, seja no aparelho escolar, seja nas práticas burocráticas ou religiosas.

Depois de haver analisado a formação e a expansão da LGA, com ênfase nos dois primeiros séculos de colonização, neste capítulo vamos centrar o foco no século XIX, quando começa seu declínio, com a perda progressiva de usos e usuários para a língua portuguesa. A LGA foi afastada, então, do perímetro "urbano" e, portanto, das práticas sociais de maior prestigio, abandonando grandes áreas em que era hegemônica – como o rio Solimões e o baixo Amazonas – para ficar confinada nos núcleos indígenas do rio Negro. Assim, no século XX, bastante transformada, ela permaneceu nas malocas, como uma língua definitivamente indigenizada, circunscrita apenas às aldeias e aos usos restritos das práticas sociais nelas exercidas. As evidências desse processo serão apresentadas aqui, a partir de uma reflexão sobre a questão demográfica relacionada com os falantes das línguas que proporcione elementos para reconstruir o mapa da LGA no século XIX e sua distribuição, tanto nas cidades quanto nas vilas, povoações e aldeias.

A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

> *Assim, estabelecidos e domiciliados os naturais do país fora das povoações, [...] não se pode por elas computar a população, retirada às cabeceiras de inúmeros lagos, rios e igarapés. [...]. He bem sabida a repugnância do povo ainda nas maiores e mais civilizadas de nossas cidades para se prestar ao arrolamento, e com ela o defeito, ou erro a respeito de sua estatística.*
>
> Amazonas, 1852, p. 23

O Estado do Grão-Pará – uma das duas colônias portuguesas da América – permaneceu subordinado politicamente a Portugal enquanto a outra – o Estado do Brasil – proclamava sua independência em setembro de 1822. Quase um ano depois, em agosto de 1823, o Grão-Pará aderiu ao Brasil independente, formando, juntos, um único Estado nacional, que conservou o nome de Brasil e reservou a designação de Pará para a nova província brasileira. Dessa forma, com o Pará, o novo Estado incorporou um imenso território, de mais de 3.500.000 km², banhado pelos rios da bacia amazônica e coberto pela floresta tropical, que correspondia a 42% da área total do país. Incorporou também, com esse território, a população que nele vivia: de um lado, os índios, que habitavam a floresta, em um incontável número de aldeias; de outro, os paraenses, que residiam em duas cidades, 44 vilas, 60 povoações e centenas de vilarejos, freguesias, lugares, sítios e fazendas, além de seringais, barracões, castanhais, balatais, "colocações" e outros pequenos agrupamentos extrativistas (Spix e Martius, 1981, pp. 40-1). Entretanto, os paraenses, estimados em 180 mil pessoas, embora chamados a assumir a identidade brasileira, não podiam interagir com o restante do país, cuja população era de aproximadamente 4 milhões de indivíduos. E isso porque esses novos brasileiros, usuários em sua maioria da língua geral, não falavam a língua nacional – o português – como língua materna, criando, assim, uma dissonância com o restante do Brasil.[20]

A expressão "maioria de falantes" é comumente empregada para caracterizar a situação sociolinguística da Amazônia, na primeira metade do século XIX, mas essa caracterização não vem sustentada

[20] Essa dissonância permite formular uma questão relacionada à consolidação da unidade territorial e política do Brasil que escapa aos objetivos deste trabalho: como foi possível, no contexto aqui descrito, o Brasil se manter unido? Nesse período, eclodiram movimentos separatistas em outras regiões do país, evidenciando um conjunto de tensões e rivalidades econômicas e políticas regionais e resistências às reformas políticas impostas pelo governo central. Uma discussão sobre a engenharia política de construção do Estado nacional e da centralidade do poder pode ser aprofundada mediante a leitura dos trabalhos de José Murilo de Carvalho (2003), István Jancsó (2003), Evaldo Cabral de Mello (1999) e Ilmar Rohloff de Mattos (1990).

por dados estatísticos. A afirmação de que a LGA era majoritária tem sido reproduzida, sem maiores questionamentos, como um axioma, da mesma forma que a passagem de língua majoritária para língua minoritária, na segunda metade do século XIX, é aceita, sem o apoio de fontes demográficas, como um pressuposto que dispensa demonstração. As referências são sempre vagas e imprecisas, sem indicação de quantos indivíduos efetivamente a falavam, quantos a deixaram de usar, qual era a faixa etária e o sexo deles, como se distribuíam pelo espaço geográfico, qual era sua proporção em relação aos falantes do português e de outras línguas indígenas, como esse quadro foi evoluindo ao longo do século, enfim, como se deram as variações populacionais através do tempo. As dificuldades de se encontrar resposta a essas questões são praticamente insuperáveis, porque, desde o período colonial até os dias atuais, não existem levantamentos confiáveis de demografia indígena, muito menos censos que contemplem a variável "língua".

O censo demográfico de 1940, considerado um dos melhores já efetuados no Brasil, foi o único que se preocupou em identificar algumas línguas e quantificar seus falantes e, por isso, embora fora do período que nos interessa, merece ser aqui destacado. Naquele momento, às vésperas da Segunda Guerra, o governo brasileiro tinha interesse, em função da conjuntura internacional, de identificar e localizar os estrangeiros que viviam no Brasil. A estratégia adotada foi a de mapear as línguas faladas no país. Com esse objetivo, duas perguntas foram introduzidas nos boletins do censo: "O recenseado fala correntemente o português? Que língua fala habitualmente no lar?". A tabulação dos dados mostrou que, do total dos que não usavam o português em casa, 3,6% eram constituídos por falantes "da língua guarani ou de outra língua aborígene", dos quais mais de dois terços estavam concentrados na Amazônia. No entanto, os dados continuavam imprecisos, porque o guarani foi a única língua indígena nomeada, sendo as demais diluídas na categoria de "outras". Os responsáveis pelo censo advertiram

ainda que o levantamento era incompleto e parcial, pois haviam ficado de fora "dezenas de milhares, e talvez algumas centenas de milhares, de silvícolas", os quais escapavam ao controle dos órgãos governamentais brasileiros, que não tinham acesso a eles (IBGE, 1950, pp. 7, 35 e 106-7).

Esse era o quadro precário, na metade do século XX, quando já existiam instituições e centros especializados dedicados exclusivamente a coligir dados populacionais com fins estatísticos. Mesmo hoje, início do século XXI, o Brasil não sabe, com precisão, quem são – e sequer quantos são – os falantes atuais de línguas indígenas, embora o uso de computadores e de técnicas refinadas facilitem a coleta e o processamento de dados censitários. Desse modo, podemos inferir as dificuldades intransponíveis de acompanhar o número de falantes de LGA, através do século XIX, num período classificado pela demografia histórica de protoestatístico, quando não existiam dados numéricos populacionais em séries contínuas, longas e representativas, indispensáveis para se avaliarem a estrutura, os movimentos e a evolução da dinâmica populacional. As iniciativas censitárias de caráter geral, no Brasil, são tardias e irregulares: o primeiro recenseamento nacional só ocorreu em 1872.

Diante desses percalços, a questão demográfica, considerada terreno movediço e minado, não foi trabalhada adequadamente pelos especialistas da área, deixando de oferecer aos estudiosos da Amazônia – inclusive de sua história econômica e social – as informações pertinentes. No entanto, qualquer análise histórica pressupõe hipóteses, implícitas ou explícitas, sobre a maior ou menor densidade demográfica da região, o que obrigou os estudos regionais a operarem com estimativas sobre a população – umas mais arbitrárias e subjetivas que outras, algumas partindo de critérios menos rigorosos que outras, mas todas assumindo alguns pressupostos demográficos sem os quais é impossível interpretar os fatos econômicos e sociais. A própria situação dos falantes da língua geral na Amazônia só poderá ser devidamente equacionada

tomando como ponto de partida o conhecimento prévio – por mais precário que possa ser – do tamanho e da distribuição da população.

Os dados demográficos, no entanto, simplesmente não existem para certas áreas e certos períodos. Quando existem, são incompletos, insuficientes, dispersos e descontínuos. E hoje já não é mais possível realizar um levantamento para preencher as lacunas deixadas no século XIX. Essas limitações, porém, devem servir como indicativo para elaborar estratégias de abordagem. A demografia histórica francesa, por exemplo, conseguiu, nas últimas décadas, resultados surpreendentes ao "transformar os dados históricos em dados demográficos, usando para isso técnicas especiais de tratamento" (Henry, 1975, p. 33). Aos especialistas, cabe propor inovações teóricas ou metodológicas na abordagem do tema; aqui, limitar-nos-emos a explorar algumas fontes demográficas, conhecidas mas pouco trabalhadas, que nos permitam acompanhar as tendências gerais da população amazônica no período estudado, com o objetivo de correlacioná-las, quando possível, com a evolução do quadro sociolinguístico.

O panorama está configurado, mas seu contorno ainda é impreciso. Algumas evidências, baseadas nas impressões dos viajantes, mas sem qualquer apoio estatístico, sinalizam que a língua geral amazônica teve o número de falantes diminuído e sua área de influência reduzida ao longo do século XIX, quando perdeu supremacia na região. Esse processo, porém, nunca foi submetido a uma cronologia; também não foi quantificado, embora tal possibilidade exista. Na ausência de recenseamentos oficiais, é possível encontrar dados numéricos sobre a população em documentos produzidos pela Igreja – os censos eclesiásticos –, pela Polícia – as listas nominais dos distritos –, pela Coletoria de Rendas – as relações feitas pelos coletores da décima urbana e das rendas provinciais –, pela Diretoria de Índios – os mapas de índios aldeados – e pela administração provincial – os arrolamentos populacionais publicados nos relatórios e mensagens dos presidentes de província, encaminhadas anualmente

à Assembleia Legislativa. Essas fontes podem ser complementadas e cruzadas com outros documentos não estatísticos, como os relatos dos naturalistas e viajantes, os estudos de corografia da região, os jornais e periódicos de circulação local e até as narrativas de literatura regional. No que se refere às três últimas décadas, dispomos dos censos nacionais, organizados por um órgão especializado, criado em 1870: a Diretoria Geral de Estatística. Embora também deficientes e incompletos, os censos nacionais constituem a fonte mais útil e confiável de dados demográficos, e permitem, mesmo não tendo contemplado a variável "língua", algumas importantes inferências sobre a situação de seus falantes. Trata-se, portanto, de explorar esses instrumentos para acompanhar as mudanças populacionais, o que representa um desafio para a demografia histórica. Aqui trabalharemos apenas alguns desses documentos.

Nosso ponto de partida é o censo do Estado do Grão-Pará, reproduzido por Spix e Martius, que mapeou 106 núcleos populacionais de suas duas províncias: a do Pará e a do Rio Negro. O censo eclesiástico do Pará foi elaborado, em 1820, por um religioso da época com base nas listas nominais de habitantes das paróquias e nos assentamentos paroquiais, que funcionavam como uma espécie de registro civil; seus resultados se limitam a indicar o total de moradores de cada vila e povoação. Mas o mapa da província do Rio Negro, organizado pelo ouvidor em 1814, apresenta, além disso, o número de fogos de cada um dos lugares e discrimina a população, de acordo com sua procedência étnica e sua condição social, usando as categorias de "escravos", "índios" e "livres sem índios", incluindo, nesta última, brancos, mamelucos e mestiços. Essa informação é de grande importância, porque permite estabelecer relações de setores da população com as línguas que falavam. No entanto, é preciso ter presentes as limitações desse tipo de censo, observadas com propriedade por Spix e Martius, quando passaram por Porto de Moz, no Xingu, cuja população, estimada por eles em mais de mil almas, contrastava com os 210 indivíduos que figuravam na lista paroquial:

> Esses dados, assim como todas as listas de população, são aqui, no país, tirados dos livros paroquiais. Incluem, portanto, apenas aqueles que não só frequentam a igreja, mas também participam dos sacramentos, e, portanto apenas uma parte mínima de índios que, em geral, só se deixam batizar pelos padres, porque daí auferem as vantagens do compadrio (Spix e Martius, 1981, p. 86).

Na realidade, o resultado do censo eclesiástico era apenas a soma da população religiosamente ativa de determinado universo, e não a soma de toda a população desse mesmo universo. No entanto, mesmo excluindo de suas listas os moradores afastados dos sacramentos, esse censo – se usado com certo cuidado – pode ser de grande utilidade, porque, embora não nos proporcione "absoluta certeza dos números", nos dá, no entanto, "uma justa ideia da proporção da população de cada lugar" (Spix e Martius, 1981, p. 39).

A evolução demográfica do Pará, nas duas décadas seguintes, poderá ser avaliada usando-se os dados de outro arrolamento, o de 1840, igualmente incompleto, cuja fragilidade tornou-se patente quando o número de habitantes arrolados foi confrontado com o número de casas e com o pagamento da décima urbana. Por isso, o próprio presidente da província, Bernardo de Souza Franco, apresenta dois resultados: um, "segundo os arrolamentos", e o outro, "segundo os cálculos aproximados", considerando estes últimos mais confiáveis (RP – Franco, 1841, p. 51).

Quanto à comarca do alto Amazonas, os dados parciais do arrolamento de 1840 foram organizados por seu comandante militar, Lourenço Amazonas, com base em listas de moradores das povoações, divididos em categorias de "brancos", "índios" e "mamelucos", o que oferece pistas para o uso das línguas. No entanto, é recomendável usá-lo com precaução, já que seus resultados podem ter sido adulterados pelos procedimentos de confecção das listas, que desconsideraram as formas de vida da população amazônica e as especificidades da economia regional: muitos moradores tinham,

de fato, dois domicílios. Na maior parte do ano, eles permaneciam ocupados com a extração de produtos naturais da floresta, residindo em sítios ou fazendas, às margens de inúmeros rios, lagos e igarapés, longe das povoações, às quais retornavam somente por ocasião das festas religiosas. Dessa forma, no domicílio mais acessível à totalidade da população, podiam ser encontrados apenas duas vezes ao ano – na festa de São João e no Natal –, quando as famílias atulhavam "as mais arruinadas casas, telheiros e tijupás", chegando algumas até mesmo a "morarem nas canoas todo o tempo de sua estada". Ficavam aí pouco tempo, com receio de serem recrutadas para o trabalho compulsório de prestação de serviços a particulares ou para as obras públicas. No outro domicílio, formado por um labirinto de água e floresta, os responsáveis pelos arrolamentos censitários não chegavam, deixando, assim, de fora dos mapas um número expressivo de habitantes. Por isso, esse censo de 1840 foi confrontado pelo presidente da província do Pará, João Antônio de Miranda, com as listas da Guarda Nacional, para verificar, em alguns casos, a dimensão dessa lacuna (Amazonas, 1852, pp. 23-4).

Na tentativa de acompanhar a trajetória dos falantes da língua geral, os dados desses dois censos (1820 e 1840), imperfeitos e irregulares, serão explorados aqui, juntamente com documentos da década de 1860, quando a polícia era "a única repartição aproveitável para a estatística". Nesse período, o chefe de polícia conseguiu a participação dos agentes policiais de cada distrito das operações censitárias. Eles visitavam casa por casa, anotavam e lançavam nomes de cada um de seus moradores no caderno de censo, com algumas informações complementares, remetendo, em seguida, as listas nominais para a "repartição central, onde era feito o cálculo do censo sobre essa base positiva". Lá, todos os nomes das listas eram somados, obtendo-se, assim, o total da população do distrito. Finalmente, através das adições parciais de cada distrito, chegava-se ao total dos habitantes da província. Numa época em que não se sabia com segurança qual era a população do Brasil ou da capital

do Império, estimada sobre cálculos de probabilidade, essa singela operação aritmética foi considerada de "mais alta fidelidade" pelo deputado alagoano A. C. Tavares Bastos (1839-1875), estudioso dos problemas amazônicos, para quem a província do Amazonas, a menos povoada do Império, era, no entanto, "talvez a única de cuja população haja registros dignos de fé". Depois de viajar pela calha central do rio Amazonas, em 1865, ele admitiu que as listas podiam ser incompletas, mas apresentavam vantagem: "fica-se conhecendo, graças a essas listas nominais, o *minimum* dos habitantes de uma província inteira. Já isto é alguma coisa" (Bastos, 1975, pp. 128-9). Outra era a opinião do presidente da província, Francisco José Furtado, que chamou a atenção para a "inexatidão de tais somas [...] muitas vezes aumentadas por ambições e interesses individuais" (RP – Furtado, 1858, p. 15).

Por último, restam as últimas três décadas do século, que testemunharam a drástica e acelerada redução de falantes da língua geral. Esse período será abordado a partir dos resultados dos dois censos nacionais (1872 e 1890) organizado pela Diretoria Geral de Estatística, que recenseou os habitantes do país, segundo cor, sexo, estado civil, religião, nacionalidade, instrução, idade e profissão, bem como o número de casas habitadas e fogos de cada paróquia. Organizados com critérios mais rigorosos que os levantamentos locais e regionais, esses censos nacionais, no entanto, foram efetuados na Amazônia em plena "época das vazantes dos rios, quando se tornam difíceis as comunicações para o interior", e grande parte da população, localizada em lagos e seringais, fica privada do único meio de transporte – o fluvial –, "impossibilitando, dessa forma, que os recenseadores fizessem um serviço completo. Houve necessariamente, vultosas omissões" (Bittencourt, 1925, p. 154).

O próprio poder político ressentia-se de dados mais precisos, capazes de informar suas decisões, conforme as queixas dos sucessivos presidentes provinciais, tanto do Pará quanto do Amazonas, nos relatórios anuais enviados à Assembleia Legislativa Provincial.

Um deles, o presidente da província do Amazonas, José Paranaguá, em março de 1883, demonstrou seu descontentamento, da mesma forma que seus antecessores, em relação a todos esses censos, incluindo o nacional, de 1872, fazendo, contudo, uma generalização improcedente: "As informações que possuímos são muito imperfeitas, a tal ponto que se podia afirmar que todos os cálculos sobre a população total do Amazonas se apoiam em vagas induções e não passam de pura fantasia" (RP – Paranaguá, 1883, p. 14).

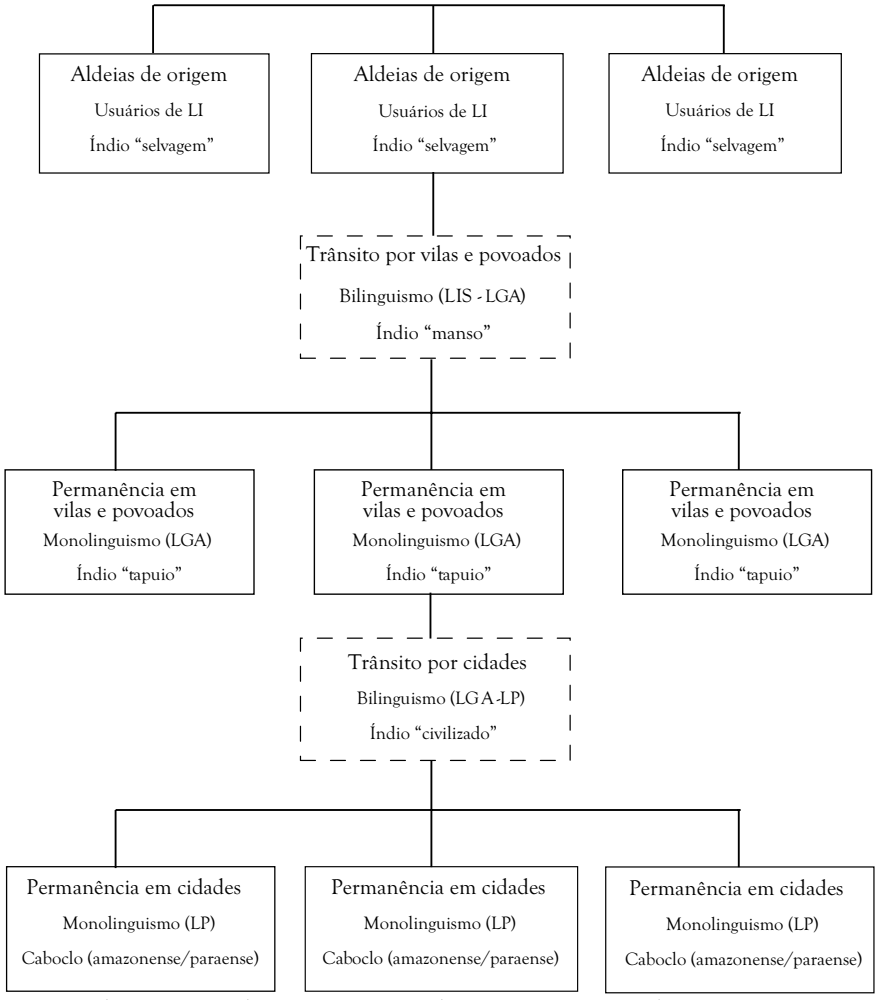
Na realidade, a imperfeição foi, como vimos, uma marca de todas as operações censitárias e sua explicitação aqui tem a finalidade de indicar até onde seus resultados podem ser usados. No entanto, classificá-las de "pura fantasia" é renunciar a qualquer possibilidade de abordagem da questão demográfica. Portanto, a partir dessas "vagas induções", tentar-se-á desenhar aqui o mapa da língua geral na Amazônia, no século XIX, com a consciência dos riscos de representar a dinâmica da população através da comparação de resultados obtidos por procedimentos tão heterogêneos e precários.

O MAPA DA LÍNGUA GERAL

> *A língua geral [...] é a universal intérprete em toda a província do Pará. Fala-a toda a nação indígena, que se relaciona nas povoações. Nas cidades, fala-se da porta da sala para dentro; e nas vilas e demais povoações, excetuada Pauxis no baixo Amazonas, é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constrangidos os indígenas e os mamelucos em falá-la, pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a geral, respondem por esta se lhes pergunta por aquela.*
>
> Amazonas, 1852, p. 104

As cidades, vilas e povoações da Amazônia nasceram, em geral, de antigas aldeias das missões e de fortalezas do período colonial, mas também de "currais de índios" – uma espécie de arraial para abrigo temporário das tropas de descimento e de resgate. Na segunda metade do século XVIII, seus habitantes, basicamente índios, tiveram de se ajustar às novas diretrizes pombalinas, para que, nas aldeias transformadas em vilas, as casas fossem construídas com "uniformidade e retilineidade" (Delson, 1997, p. 53). Quando Lourenço Amazonas esboçou o quadro linguístico da região, em 1852, a "uniformidade" desses aglomerados urbanos era conferida, de fato, pela língua geral, que ainda predominava em muitos lugares, convivendo em situação de crescente bilinguismo com a língua portuguesa, que avançava nas cidades e penetrava em algumas vilas e até mesmo nas povoações.

Se interrogarmos os documentos históricos do século XIX, é possível desenhar um mapa, mesmo precário, com a distribuição geográfica dos falantes de língua geral por toda a Amazônia, que permite mostrar como o processo de expansão que vinha ocorrendo desde o período colonial foi desacelerando, e como suas fronteiras, extremamente móveis, foram se retraindo progressivamente, década após década, até o início do século XX, quando ficaram confinadas à região do rio Negro, onde originalmente sequer havia sido falada qualquer língua da família tupi. Essa transformação, razoavelmente documentada, não se deu, portanto, abruptamente, mas prolongou-se por muitas gerações de moradores, que foram abandonando gradualmente o uso de suas línguas indígenas, incluindo a LGA, em favor do português e, com essa troca, foram mudando também as próprias referências identitárias. Com apoio de evidências históricas, podemos imaginar vários cenários desse deslocamento linguístico, cuja evolução pode ter ocorrido, grosso modo, da seguinte forma:



Legenda: LI: Língua indígena; LIS: Línguas indígenas; LGA: Língua geral amazônica; LP: Língua portuguesa.

- **DESLOCAMENTO LINGUÍSTICO NA AMAZÔNIA**

1. Os índios tribais, em suas aldeias de origem, eram usuários de línguas indígenas (LIS) em todas as práticas sociais da comunidade, sendo identificados pela população local, da qual se encontravam completamente isolados, como "selvagens" ou "brabos";

2. Quando esses índios – em geral, adultos do sexo masculino – saíam compulsoriamente de suas aldeias, requisitados como força de trabalho pela sociedade regional, aí encontravam indivíduos de diversas procedências linguísticas, todos eles interagindo em outra língua – a geral –, o que implicava práticas bilíngues (LI-LGA), com diferentes níveis de competência. Adquiriam nova referência identitária, sendo conhecidos como índios "mansos";

3. Os índios "mansos", bilíngues, quando fixavam residência fora da aldeia de origem, em vilarejos e povoados, abandonavam – por falta de interlocução – suas práticas sociais em LI e deixavam de legar a seus descendentes essa língua, criando as bases para o monolinguismo, dessa vez em LGA, que passava a ser, então, a língua materna de seus filhos, convertidos agora em "índios tapuios";

4. Mantidas essas condições, a nova geração de falantes consolidava a sociedade tapuia, reproduzindo a LGA e o monolinguismo. No entanto, no caso de migrar para as cidades, sobretudo após a Independência, os tapuios interagiam necessariamente em português para certas práticas sociais e em LGA para outras, integrando-se, assim, a uma comunidade bilíngue (LGA-LP). Por usarem o português, considerado "língua de civilização", tornavam-se "índios civilizados";

5. Essa comunidade bilíngue, formada por falantes LGA-LP, abrigava também um número crescente de imigrantes, monolíngues em português, identificados com a língua nacional, considerada "língua de prestígio". Nesse confronto, a LGA ia deixando de funcionar nos espaços em que atuava, sendo substituída, então, pelo português, criando as condições para o monolinguismo (LP). Esse falante do português regional, monolíngue, é o amazonense ou paraense: o "caboclo".

A nomenclatura aqui usada corresponde a uma tipologia proveniente de categorias nativas, usadas pelas próprias populações locais e incorporadas na documentação e nos relatos sobre a região que ainda circulam nos discursos regionais, mesmo que com seus significados atualizados. É importante assinalar que, embora essa classificação acione elementos com forte conotação étnica, o principal critério distintivo está relacionado ao uso das línguas em situações de contato.

O ritmo e a natureza de cada fase desse processo, que transforma o índio "selvagem" em paraense ou amazonense, dependem do tipo de contato, do lugar em que ocorre e das práticas sociais, incluindo aí casamentos mistos, mestiçagem, escolaridade, atividades religiosas, fluxo de imigrantes europeus e nordestinos, sistema de comércio e de transporte, enfim, o próprio processo de urbanização. Essas mudanças, que envolveram várias gerações, alterando monolinguismo e bilinguismo, apresentam um fluxo que pode ser esquematizado da seguinte forma:

Situação linguística	Referência identitária
Monolinguismo (LI)	Índio tribal, "selvagem", "brabo"
Bilinguismo (LI-LGA)	Índio "manso"
Monolinguismo (LGA)	Índio "tapuio"
Bilinguismo (LGA-LP)	Índio "civilizado"
Monolinguismo (LP)	"Caboclo": paraense, amazonense

Em uma ponta, as línguas indígenas minoritárias; em outra, o português; no meio do processo, a língua geral. O quadro mostrado confere visibilidade ao papel desempenhado pela LGA, evidenciando que ela, em médio e longo prazos, depois de ocupar vários espaços, tornou-se uma ponte para a portugalização da Amazônia, modificando as referências identitárias de sua população. A língua geral "amansava" o índio "selvagem" e "brabo"; a língua portu-

guesa "civilizava" o índio "manso", o que ocorreu com tamanha intensidade que foi mudando a proporção de cada segmento no conjunto da população. Esse fato determinou também mudanças, ao longo do tempo, nos significados dos termos que designavam cada categoria. No final do século XIX, esse processo se encontrava consolidado, de acordo com o *Glossário paraense*, nos termos "tapuio" ou "caboclo". O primeiro é definido como "índio manso, já meio civilizado, que vive entre a população sertaneja. § Caboclo ignorante e rude. Etim.: tapyia, bárbaro, selvagem". A definição do segundo evidencia como a questão da língua é central para marcar a identidade: "Caboclo, s.m. – tapuio ou seu mestiço que já não se exprime no, completamente esquecido, nheengatu materno" (Miranda, 1968, pp. 12 e 86).

Esse modelo vale para explicar a evolução do quadro sociolinguístico referente aos naturais da Amazônia, índios e mestiços. Outra era a situação dos imigrantes, provenientes de Portugal ou de várias regiões do Brasil, que faziam um caminho inverso, iniciando pela outra ponta. Quando chegavam à Amazônia, eram monolíngues (LP) e, através do casamento ou de atividades econômicas e comerciais, muitas vezes fora da cidade, adquiriam, por imersão, uma segunda língua – a geral –, tornando-se bilíngues (LP-LGA). Em geral, paravam aí, mas às vezes alguns deles, que residiam no interior, logravam avançar até a terceira etapa. Embora incomuns no século XIX, foram registrados alguns casos em que filhos de portugueses com índias, vivendo em pequenos vilarejos, acabaram monolíngues em LGA, conforme testemunho de um naturalista inglês em 1850: "Encontrei também diversos colonos portugueses, cujos filhos não sabiam expressar-se senão em língua geral" (Wallace, 1979, p. 293).

As notícias que temos da atitude dos falantes dessas línguas nos chegaram por meio de viajantes e naturalistas que percorreram a região e permaneceram por algum tempo em alguns desses núcleos populacionais; eles anotaram o que viram e ouviram e, quase sempre, proporcionaram informações sobre o quadro linguístico local.

A qualidade desses relatos depende do interesse de cada viajante pelo tema, do acesso que tiveram aos dados e da própria concepção que compartilhavam sobre a importância social da língua.

Todas as línguas faladas na Amazônia, é verdade, atravessaram diversos espaços, mas cada uma delas tinha um lugar preferencial, em que predominavam, revigoradas e fortalecidas, enquanto em outros feneciam e se desintegravam. As línguas locais se conservavam hegemônicas no interior das aldeias indígenas; o português crescia nas cidades e no contato com o restante do país; a LGA articulava esses dois universos nas vilas e povoados.

Uma vez que a demarcação do espaço habitado é essencial para definir, em seu interior, os usos e os destinos das línguas, pode ser útil aos objetivos deste capítulo agrupar os núcleos populacionais, com critérios demográficos e políticos, em três conjuntos, destacando as particularidades linguísticas de cada um deles: no primeiro, estão as cidades; no segundo, as vilas e povoações e, finalmente, no terceiro, as aldeias indígenas. Nosso ponto de partida será o momento da adesão à Independência do Brasil, quando o Grão-Pará possuía duas cidades de relativa importância.

No meio urbano, o bilinguismo

> *A língua [geral] viva atual é falada hoje em alguns lugares da província do Pará, entre eles Santarém e Portel, no rio Capim, entre os descendentes de índios ou entre as populações mestiças ou pretas que pertenceram aos grandes estabelecimentos das ordens religiosas. De Manaus para cima, ela é a língua preponderante no rio Negro, e muito mais vulgar do que o português.*
>
> Magalhães, 1876, p. 30

Um novo campo de estudo, relacionado à história do urbanismo e do planejamento espacial, vem discutindo como os portugueses construíram vilas e aldeias no Brasil-Colônia e a importância que tiveram esses núcleos civilizatórios na história do país (Delson, 1997). A reflexão nessa área pode contribuir, seguramente, para elucidar a relação entre o crescimento das cidades e a expansão da língua portuguesa, cujo destino comum, na Amazônia, parece ter sido inquestionável.

O conceito de cidade, tal como vem sendo discutido pela geografia urbana, implica determinadas formas de organizar e hierarquizar um espaço restrito, onde há grande concentração demográfica, exercício de funções centralizadoras de suprimento de bens e serviços e estilos de vida específico. O fato urbano, porém, traz sempre marcas temporais e espaciais, cabendo perguntar: o que era, na Amazônia do século XIX, uma cidade? Como se diferenciava de uma vila ou de um povoado? Deixando de lado preocupações de ordem teórica, empregaremos aqui o termo cidade com um objetivo preciso e operacional, apenas para designar os núcleos populacionais que funcionavam como sedes de governo e que, por essa razão, centralizavam a vida administrativa e política da região. Seus habitantes residiam aí, onde permaneciam a maior parte do ano, diferentemente do que ocorria nas vilas e povoações. Enquadravam-se nesse critério Belém, capital da província do Pará, ex-sede do governo do Estado do Grão-Pará, no período colonial; e Manaus, sede da capitania do Rio Negro e da comarca do Alto Amazonas, transformada depois em capital da província do Amazonas. Ambas as cidades, nascidas de fortalezas construídas pelos portugueses no período colonial, concentravam, no início do século XIX, pouco menos de um terço de toda a população recenseada.

Nessa época, era possível encontrar, residindo no espaço urbano da Amazônia, pelo menos dois tipos de monolíngues: os falantes de português – com incidência maior em Belém, que era assim considerada uma cidade mais "civilizada" – e os falantes de

língua geral – com incidência maior em Manaus, uma cidade mais "tapuia". No entanto, às vésperas da Independência do Brasil, em ambas as cidades, os dados apontam para o predomínio do bilinguismo: os moradores portugueses, mestiços e índios, em sua maioria, eram competentes em maior ou menor grau, nas duas línguas. É interessante verificar como esse processo ocorreu em cada uma dessas cidades.

• Belém: uma cidade cabocla

> *Os índios são mais numerosos na província do Pará do que em qualquer outra. Vêem-se muitos deles na cidade, coisa muito rara no sul. Substituem os negros escravos [...]. O conde de Vilaflor chegou, mesmo, a organizar um batalhão de infantaria indígena que manobrava com bastante precisão.*
>
> Alcides d'Orbigny, em 1832, 1976, p. 78

Num espaço de cinquenta anos – de 1820 a 1870 –, Belém, a capital da Amazônia e seu principal porto de entrada, tornou-se o centro para o qual convergiam imigrantes de origem portuguesa ou de outras regiões brasileiras, da mesma forma que acolhia os "tapuias" provenientes do interior, sobretudo do baixo Amazonas. Era lá, na cidade, que eles se encontravam e interagiam. Lá, falantes de português iniciavam-se na LGA, sem, no entanto, substituir o uso de sua língua materna; e falantes de LGA tornavam-se bilíngues ao adquirirem o português, que, de uma geração a outra, passava a ser língua principal de todos eles. Belém funcionava, então, como uma fábrica que transformava índios "mansos" e "tapuios" em "civilizados" e "caboclos".

As características urbanas de Belém, na primeira metade do século XIX, foram observadas por diversos viajantes estrangeiros, que haviam estado em outros centros urbanos do país com os quais puderam compará-la. A capital paraense tinha uma aparência si-

milar à de outras cidades brasileiras, com algumas peculiaridades. Contava, de acordo com o censo eclesiástico de 1820, com 24.500 habitantes, que moravam, os mais ricos, "em casas de pedra, sólidas e elegantes, de paredes caiadas e tetos vermelhos", enquanto os pobres viviam nas ruas mais afastadas, que estavam "repletas de casinholas insignificantes e feias". A via principal – a rua dos Mercadores – era larga e concentrava "quase todas as boas lojas da cidade", mas as demais ruas eram estreitas. A cidade, dividida em duas paróquias, abrigava, além do palácio do bispo, 11 igrejas, duas capelas, cinco mosteiros e uma catedral, cuja "aparência externa lembra a Candelária, do Rio de Janeiro. O palácio do governo, projetado no século XVIII pelo arquiteto italiano Antônio Landi, impressionou o pastor metodista norte-americano Daniel Kidder, que o considerou "uma das melhores construções do gênero em todo o Império". Belém possuía ainda um tribunal denominado Junta da Fazenda Real, uma casa de misericórdia, um hospital, um jardim botânico, uma tipografia, um seminário, uma escola com professores régios de latim, retórica e filosofia, um prédio de alfândega com um cais privativo e diversos armazéns espalhados pela cidade, além de arsenal e estaleiro, onde eram construídos navios, e um porto, de onde se exportavam cacau, café, arroz, algodão, salsaparrilha, cravo, couros crus, copaíba, urucu, castanha-do-pará, madeira e, de forma cada vez mais crescente, borracha.[21]

O censo eclesiástico de 1820 não indica para Belém aquilo que discrimina para Manaus, isto é, dos 24.500 habitantes, não é possível inferir exatamente quantos eram brancos, índios, negros e mamelucos. O naturalista francês D'Orbigny, que visitou Belém em

[21] A descrição de Belém foi feita a partir dos relatos de vários autores da época, entre os quais: o presbítero secular Manuel Aires de Casal (1754?-1821?), que escreveu sua *Corografia brasílica* em 1817 (Casal, 1976, pp. 317-8); o pastor metodista norte-americano Daniel P. Kidder (1815-1891), que esteve no Pará no final da década de 1830, por encargo da Sociedade Bíblica Americana, com objetivo de difundir a Bíblia (Kidder, 1980, pp. 183-7); e o naturalista francês Alcides d'Orbigny (1802-1875), que, em missão científica, percorreu vários países da América do Sul e todo o território brasileiro, passando por Belém em 1832 (D'Orbigny, 1976, pp. 67-8), além dos naturalistas alemães Spix e Martius e dos ingleses Wallace e Bates, já citados anteriormente.

1832, ficou surpreso com os índios que viu circulando pela cidade, realizando tarefas que em outras capitais eram tradicionalmente exercidas pelos negros. "Os índios são livres, e, como lá se diz, não são civilizados, mas apenas amansados: índios mansos" (D'Orbigny, 1976, p. 78). Dessa forma, ele deu indicações sobre a situação linguística dos nativos, revelando que eram bilíngues (LGA-LV). Poucos anos depois, o pastor Kidder, ao descrever uma espécie de bairro indígena denominado de Ponta das Pedras, observou que era lá, no desembarcadouro principal da cidade, que trabalhava a "turba indígena", no meio de "grande número de canoas atracadas". Nele, falavam-se "os mais variados dialetos amazônicos". Esse índios – considerados "mansos", isto é, bilíngues em língua vernácula e em língua geral – faziam parte da população flutuante de Belém, cuja situação linguística já havia sido relacionada com a referência identitária. Sobre eles, observaram Spix e Martius (1981, p. 26): "como discriminam a língua, não são civilizados, porém apenas índios mansos".

Belém, na visão da elite branca, era uma espécie de "oásis civilizatório", um lugar em que os índios "mansos" e "tapuios" aprendiam o português – sobretudo por imersão, mas também através da escola – e, desse modo, adquiriam uma nova referência identitária: a de "índios civilizados". Todo o trabalho manual ou pesado, numa cidade onde rareavam os escravos negros, era realizado por esses índios, que, às vésperas da Independência, exerciam atividades como empregados no serviço doméstico, pescadores, carregadores, marinheiros nas embarcações costeiras, remadores das canoas que faziam navegação regular, e ainda no estaleiro, no arsenal, nas obras públicas e no batalhão de infantaria. Spix e Martius informam como se dava o recrutamento: "Diversas vezes por ano, bandos inteiros de índios jovens eram tirados dos aldeamentos do interior e da ilha do Marajó e remetidos para a cidade, onde recebiam a diária de três vinténs, além de casa e comida" (Spix e Martius, 1981, pp. 28 e 40-1). Na avaliação dos dois naturalistas, o tempo de contato

era determinante para se definir a situação linguística dos índios arrancados de suas aldeias para os núcleos urbanos: "Os índios aldeados, em proporção com o tempo em que moram na povoação, abandonaram seus hábitos e línguas, e falam o tupi, ou, se mais longa é a sua convivência com os colonos, falam o português" (Spix e Martius, 1981, p. 97).

Alguns casos ilustrativos desse processo foram registrados pelos dois pesquisadores, ainda em Belém, onde, além do tempo de contato, os casamentos mistos tiveram papel importante na mudança de hábitos linguísticos. Eles conheceram mamelucos monolíngues em português cujos pais ou avós eram bilíngues (LGA-LP). No rio Moju, também, os dois naturalistas identificaram remanescentes dos tupinambás, nheengaíbas, mamaimases e toquiguarás que "perderam seus traços distintivos, consistindo sobretudo nos seus diversos dialetos". Não proporcionaram, no entanto, informações sobre como se processou essa perda, concluindo apenas que "eles falam todos o português", sem dar indícios sobre se o faziam na condição de bilíngues ou monolíngues. De qualquer forma, destribalizados e sem identidade étnica, passaram a ser, genericamente, índios. Por falarem português, eram considerados civilizados, daí serem identificados pela categoria de "índio civilizado".

Provavelmente, o desembarcadouro da Ponta das Pedras, visitado pelo pastor Daniel Kidder, foi o cemitério de algumas línguas indígenas; isso porque, depois dessas observações, são raros os registros sobre o uso de línguas vernáculas na cidade. Em sua estada em Belém, em 1848, Wallace encontrou alguns aborígenes, nas ruas, com grandes orifícios nas orelhas, portanto com visíveis marcas étnicas, o que constituía indícios de serem "índios recém-chegados do interior". Por serem "frequentemente vistos pela cidade" e, ao mesmo tempo, "parecerem muito mansos e educados", sugere que o fato não era excepcional. Nessa época, ainda era corrente o uso da língua geral, cuja gramática – em várias versões – podia ser encontrada facilmente nas três ou quatro livrarias de Belém.

De qualquer modo, prosseguia, de forma lenta mas persistente, o processo de deslocamento linguístico, isto é, em algumas gerações, moradores abandonavam a LGA em favor do português, da mesma forma que nos jardins de seus quintais "preferiam cultivar as folhagens e flores europeias, ao invés das esplêndidas e ornamentais plantas da região" (Wallace, 1979, p. 20). Segundo Bates, a Belém da metade do século XIX já era uma cidade cabocla, com uma população formada por "gente cuja pele tinha todas as tonalidades, europeia, negra e indígena, mas era principalmente uma confusa mistura das três raças" (Bates, 1979, pp. 12 e 39).

A população da cidade continuou crescendo. No espaço de vinte anos, ela duplicou, passando de 24.500 habitantes em 1820 para 52.200 em 1840, segundo cálculos do presidente da província, Bernardo de Souza Franco, que considerava incompleto o resultado de 38.247 do arrolamento oficial (RP – Franco, 1841, p. 51). Embora não seja possível quantificar, sabemos com segurança que, nesse período, aumentou extraordinariamente o número de falantes de português e diminuiu os de LGA, num processo em que o crescimento populacional não foi apenas vegetativo. Por um lado, muitos falantes de LGA foram exterminados durante a revolta popular da Cabanagem (1835-1840), enquanto os sobreviventes se retiraram para vilas e povoados; por outro, o governo provincial, através de uma caixa especial do Tesouro Público, passou a promover a introdução de colonos, facilitando a imigração de estrangeiros – entre os quais, portugueses – e de nordestinos, o que foi facilitado nas décadas seguintes pela navegação a vapor e pela crescente demanda internacional da borracha (Cruz, 1985, p. 25). Em 1868, quase 12% da população de Belém tinha nacionalidade portuguesa (Souza, 1873, p. 70).

O naturalista inglês Henry Bates, que passou por Belém duas vezes, em 1851 e em 1859, observou as diferenças sofridas pela cidade, num intervalo de sete anos e meio, entre as quais o surgimento de várias livrarias e a existência de uma boa biblioteca,

várias impressoras, quatro jornais diários e o aumento sensível da escolaridade. Notou também o êxodo dos "tapuios civilizados", que, sem encontrarem mais espaço na cidade, migraram para o interior, deixando-a esvaziada de falantes de língua geral:

> Quando chegamos ao Pará, moravam ali muitas famílias indígenas, pois nessa época o modo de vida do lugar se assemelhava muito mais ao de uma grande aldeia do que ao de uma cidade. Mas logo que surgiu o tráfego de vapores no rio e as atividades comerciais foram incrementadas, eles começaram a abandonar aos poucos o lugar (Bates, 1979, p. 39).

Da mesma forma, depois de demorada estada em Belém, seu colega Wallace concluiu que os índios "tapuios" transfiguravam-se em índios "civilizados" e "caboclos", a tal ponto que as três denominações começaram a ser usadas como sinônimos para dar conta dos índios citadinos, que, "já muito civilizados, tendo esquecido a língua de seus antepassados, hoje falam português" (Wallace, 1979, p. 291).

Um indicador dessa mudança foi a extinção, por Decreto Imperial de 22 de abril de 1863, da cadeira "língua indígena geral", que durante 12 anos vinha sendo ensinada no seminário de Belém, e que fora criada num contexto de relativa extensão do bilinguismo social. A solicitação para extingui-la foi do próprio bispo, Dom Macedo Costa, que propôs sua substituição pelas "matemáticas elementares", consideradas "de maior interesse e utilidade" (Lustosa, 1939, p. 105). Por outro lado, a disciplina "gramática nacional", com exercícios ortográficos, leitura, recitação, composição de discursos e narrativas em português, tornara-se obrigatória nas escolas, que se expandiam: no Pará, em 1872, já havia 160 escolas, com 6.607 alunos (RP – Cunha Junior, 1873, p. 21). Na cidade que começa a se inserir na divisão internacional do trabalho como centro exportador de borracha e importador de bens industrializados, não havia mais lugar para a língua geral, que perdera mais do que falantes: perdera também funções.

Quando a população de Belém atingiu um total de 84.867 habitantes, no início da década de 1870, havia apenas pequenos bolsões de índios na periferia, usuários da língua geral em bilinguismo com o português, muitos dos quais trabalhavam nos serviços domésticos (RP – Cunha Junior, 1873, p. 22). Porém, esses índios desapareceram da documentação oficial. Segundo o censo de 1872, que eliminou a categoria de "índios" e a de "mamelucos", a população de Belém estava formada por "caboclos" (apenas 5,6%), "brancos" (35,2%), "pardos" (40,3%) e "pretos" (18,9%) (Diretoria Geral de Estatística, 1872, v. 2, p. 65). A proporção de brancos parece surpreendentemente elevada, na avaliação de Paul le Cointe, um francês proprietário de fazendas de cacau no Pará que acreditava aí estarem incluídos muitos mestiços. "É evidente que nesta estatística muitos mestiços aparecem como se fossem brancos" (Le Cointe, 1922, t. 1, p. 221). Já os índios, diluídos talvez no grupo de "caboclos", não constam do censo, mas figuram em alguns relatórios médicos, um dos quais menciona que eles haviam contraído uma doença de pele, denominada puru-puru, conforme atesta o barão de Marajó, ex-intendente municipal de Belém: "Tenho nesta capital [Belém] observado muitos casos em casas de família, onde tem existido índias e índios domesticados com essa doença" (Marajó, 1895, p. 36).

Nessa época, Belém, com uma expressiva população de *sang-mêlés*, já era uma cidade cabocla, em contato direto com as principais capitais brasileiras através do comércio de cabotagem, e com algumas cidades americanas e europeias, entre as quais Lisboa, Havre, Nova Iorque e Liverpool. Era a Belém monolíngue, que então só tendia a falar português, e onde já se havia consolidado o processo observado em 1859 por Henry Bates:

> Achei também os hábitos do povo consideravelmente modificados. Muitas das antigas festas religiosas tinham perdido sua importância, sendo substituídas por diversões mais mundanas [...] parecendo que os paraenses procuravam

agora imitar os costumes das nações do norte da Europa, ao invés dos da mãe-pátria (Bates, 1979, p. 296).

• Manaus, a cidade tapuia

> *Havia ali muitos rapazinhos entre 10 e 15 anos de idade, os quais logo se tornaram meus habituais companheiros de excursão. Nenhum sabia falar uma única palavra de português, de modo que tive de fazer uso do meu limitado vocabulário de língua geral para comunicar-me com eles.*
>
> Wallace, outubro de 1850, no rio Içana; 1979, p. 138

Manaus, tal qual Belém, era uma cidade bilíngue que, durante cinquenta anos (1820-70), também funcionou como uma "usina" de transformação de falantes de língua geral em usuários do português. A diferença consistia na matéria-prima, pois Manaus contava com maior diversidade de índios mansos e tapuios, o que acabou repercutindo no ritmo de "produção" de monolíngues em língua portuguesa, enquanto Belém parece ter sido mais eficiente nesse processo, num período mais curto.

Diferentemente de Belém, a população de Manaus e de seus arredores pode ser estudada com dados quantitativos de outra natureza, que permitem estabelecer correlação de seus habitantes com as línguas que falavam, pois os resultados de quatro censos – 1820, 1840, 1865 e 1872 – discriminam a população em cinco segmentos, de acordo com sua procedência étnica: branco, mameluco, índio, mestiço e negro. Essas categorias foram definidas, para o censo de 1840, da seguinte forma: branco era o europeu, nascido no estrangeiro, ou o natural do país, de origem europeia. Mameluco era "o apuro da raça indígena por sua união com os brancos". Índios eram os "genuínos, nascidos no grêmio da sociedade", incluindo-se aqui apenas os destribalizados, "reduzidos

à vida civil", e excluindo-se os índios tribais, tanto os aldeados, que figuram em mapas à parte, como os "errantes, esquivos e hostis", que não podiam ser recenseados. Na categoria mestiço, estavam enquadrados os pardos, os cafuzos e os curibocas; e na de negro, os escravos, de descendência africana (Amazonas, 1852, p. 22).

Essas denominações eram "apenas para classificá-los de modo geral", porque, de acordo com Bates, "esses tipos nunca são, entretanto, muito bem definidos, havendo entre uns e outros todos os matizes de cor possíveis" (1979, p. 22). Eis o quadro da população de Manaus, de acordo com os percentuais por categorias étnicas:

POPULAÇÃO DE MANAUS: PERCENTUAIS POR CATEGORIAS ÉTNICAS

CATEGORIAS ÉTNICAS	1814	1840	1865	1872
Branco	6,5%	10,6%	40,6%*	21,5%
Mameluco	20,5%	29,4%	(*)	(**)
Índio	49,8%	48%	33,6%	(**)
Caboclos	~	~	~	63,1%**
Mestiço (pardo)	5,5%	7,5%	23,1%	11%
Negro	17,7%	4,5%	2,7%	4,4%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fontes: Spix e Martius (1981, t. 3, pp. 40-1) e Baena (1839) para o ano de 1814; Lourenço Amazonas (1852, pp. 22-7, anexo) e Nery (1979, pp. 103-7) para 1840; Bastos (1975, pp. 131-2) e Mello (RP – 1886) para 1865; Bittencourt (1925, pp. 151-4), Le Cointe (1922, t.1, p. 221) e Diretoria Geral de Estatística (1872, v. 2, pp. 64-5) para 1872.[22]

(*) Em 1865, os mamelucos foram incluídos na categoria de brancos, embora também com casos na de mestiços.

(**) No censo nacional de 1872, mamelucos e índios foram diluídos na categoria de caboclos.

[22] A opção de apresentar o quadro da população de Manaus, ressaltando os percentuais, e não o número de habitantes, deve-se ao fato de, em alguns casos, haver discrepâncias nas fontes quanto ao total da população, mas não quanto à proporção entre as categorias étnicas. Além disso, para os objetivos deste livro, os percentuais permitem acompanhar melhor a evolução demográfica da cidade.

Não será demasiado insistir que os critérios não foram os mesmos em cada um dos quatro censos. O de 1865, por exemplo, não opera com a categoria mamelucos, que acabaram diluídos nos totais de brancos e de mestiços; e o censo de 1872, de caráter nacional, ignora mamelucos e índios, juntando-os na categoria de caboclos. Esse dado – aliado às outras precariedades já assinaladas – exige bastante cautela nas conclusões. De qualquer forma, acreditamos que o quadro é útil para contrastar algumas tendências, já identificadas por outras fontes não estatísticas.

Parece também conveniente recuperar algumas informações sobre a cidade, naquele período, para contextualizar os dados aqui apresentados sobre sua população. Manaus – conhecida pelo nome de Lugar da Barra ou Fortaleza da Barra – não havia sido oficialmente elevada à categoria de cidade quando por lá passaram os naturalistas alemães Spix e Martius. Nessa época com aproximadamente três mil habitantes, o lugar era uma aldeia rural, cortada por igarapés, com algumas trilhas que permitiam o acesso às roças e plantações existentes em seus arredores. Possuía, então, uma praça e 16 ruas – por onde circulavam livremente bois, vacas e outros animais domesticados –, cerca de duzentas casas – a maioria coberta de palha –, uma cadeia, algumas lojas de secos e molhados, botequins com vinhos do reino, casas de fazendas, de vendas de pólvora, balas e armas (Reis, 1999, pp. 55-6). Cerca de 6,5% da população era considerada "branca", o que indica a porcentagem dos que seguramente falavam português como língua materna; já a LGA era usada como língua principal por 70% dos moradores: os índios (49,8%) e os mamelucos (20,5%). Os brancos, numericamente minoritários, detinham o poder econômico e político, controlando os meios de produção e a comunicação com o mundo externo, enquanto os demais setores forneciam a força de trabalho.

Nesse contexto, a única possibilidade de comunicação interna, até mesmo para organizar a produção, era o bilinguismo, pelo menos de um dos segmentos. Embora sem dispor de dados

quantitativos, podemos supor, com base nos relatos dos viajantes, que os moradores brancos de Manaus eram majoritariamente bilíngues (LP-LGA), havendo incorporado, com a segunda língua, vários elementos das culturas indígenas locais. Em sua passagem pela cidade, Wallace chamou a atenção para esse aspecto: "É bem provável que não exista aqui uma única pessoa dentre as nascidas no local, de sangue inteiramente europeu, tão considerável foi a miscigenação entre portugueses e índios" (Wallace, 1979, p. 110). Esses casamentos mistos garantiram, também, relativa extensão do bilinguismo (LP-LGA) entre os mamelucos.

Negros e mestiços representavam 23% da população e se apropriaram rapidamente da língua geral e dos conhecimentos nela arquivados, tanto em Manaus como em Belém. O guia de Bates em excursões nos arredores de Belém foi um jovem escravo negro, chamado Hilário, cujo nome ele anglicizou para Larry: "Ensinou-me Larry os nomes indígenas de um certo número de árvores das florestas e enumerou as suas propriedades medicinais" (Bates, 1944, pp. 118-9). Da mesma forma, foi um negro, Isidoro, quem apresentou a taxonomia da floresta, em língua geral, para Wallace. Existem outras referências que mostram como o conhecimento da língua geral se encontrava relativamente disseminado entre negros e mestiços (Wallace, 1979, pp. 33).

Quanto aos índios, sabemos que havia entre eles um número maior de "tapuios" do que de "civilizados". Muitos eram remanescentes dos Tarumã, Baré, Baniwa e Passé, que haviam sido aldeados ao redor da fortaleza da Barra do Rio Negro. Outros eram Paiana, Warekena e Manaú, transferidos de Barcelos, a antiga capital. Não tinham mais "nacionalidades e língua própria", assumindo a condição de índios genéricos ou "tapuios" (Spix e Martius, 1981, pp. 139-55). Todos eles falavam a língua geral, talvez com a maior taxa de monolinguismo de todos os segmentos, o que obrigava os demais setores a também fazerem uso dessa língua. Ficou conhecido o episódio de 1808, em que centenas de índios foram levados, "acor-

rentados, como se fossem condenados", para o trabalho na fazenda dos Tarumã, propriedade do governador José Joaquim Vitório da Costa, que exercia maior controle sobre eles, porque "celebrizou-se em falar a língua geral, da qual se apossou com tanta felicidade que corrigia os próprios indígenas" (Amazonas, 1852, p. 151).

A LGA não era usada, no entanto, apenas para disciplinar o trabalho dos índios. As práticas religiosas, as narrativas, o lazer e o divertimento da cidade, bem como os saberes e as diferentes manifestações de arte de seus moradores, estavam codificados nessa língua. Foi em Manaus que Spix e Martius ouviram uma série de narrativas místicas em língua geral, contadas por um índio proveniente do Rio Branco, que lhes serviu de guia em uma excursão pelos arredores da cidade. Foi também em Manaus que os dois alemães assistiram a manifestações de cultura regional, em que elementos indígenas se alternavam com portugueses, conforme insinuam os autores na descrição de duas atividades: a dança do peixe (pira poracéya) e o jogo dos paus (ymyra jemossaraitaba), este último proibido pela Igreja. Num passeio até o lago do Manaquiri, presenciaram ainda uma dança dos índios Mura e, com a ajuda de um tradutor, recolheram a primeira cantiga em língua geral: "Xe kyryetá porangaté oerá taguá maiabé (os meus irmãos são mais bonitos do que um pássaro amarelo)" (Spix e Martius, 1981, pp. 139-50).

Por volta de 1840, apesar da catástrofe demográfica da Cabanagem, Manaus quase triplicou sua população, que, em 25 anos, cresceu para cerca de 8.500 habitantes. Tinha agora novecentos fogos, duas igrejas, um hospital militar, um quartel-general do destacamento militar com 150 homens, quase todos índios e mamelucos, encarregados de arrancar outros índios de suas aldeias e trazê-los para os povoados, inclusive "para empresas particulares" que os requisitavam e pagavam à parte. Havia também algumas lojas – as mulheres consideradas brancas se vestiam "à moda, com gosto e luxo" –, um armazém da provedoria e outro de artigos bélicos, um pequeno estaleiro de construção de canoas e batelões,

uma cordoaria, uma serraria, três fábricas de tecidos e redes, uma fiação de algodão, outra de anil e outra ainda de potes de barro, em que mulheres indígenas vendiam sua força de trabalho em língua geral, ganhando semanalmente 800 réis, enquanto os homens recebiam 1$200 réis pelo mesmo trabalho (Amazonas, 1852, pp. 110-2 e Marajó, 1895, pp. 392-3).

Nos trinta anos subsequentes à estada de Spix e Martius, dois fatos politicamente importantes, além da Independência do Brasil, contribuíram para a evolução do quadro sociolinguístico de Manaus. O primeiro é sua conversão em cabeça de comarca, em 1833, quando lá ainda podiam ser encontrados muitos monolíngues em língua geral, entre eles soldados subordinados ao comando militar da comarca do alto Amazonas. Um de seus comandantes, o capitão-tenente da Armada Lourenço da Silva Amazonas (1803-1864), nascido na Bahia, teve de aprender essa língua para, por meio dela, conseguir a obediência de seus comandados. O segundo momento é sua transformação em capital da nova província do Amazonas, em 1850, quando o bilinguismo dominava a cidade, cujos moradores "fallão mui bem o português, com quanto também usem muito da lingoa geral", conforme registro do próprio comandante baiano (Amazonas, 1852, p. 112).

Constitui um indício do predomínio do bilinguismo (LP-LGA) na cidade de Manaus o fato de que lá, na década de 1850, circularam – como era de se esperar num contexto bilíngue – pelo menos cinco dicionários e dois esboços de gramática em língua geral, destinados a facilitar a ação missionária, militar, administrativa e pedagógica. O primeiro deles era o *Dicionário túpico-português e português-túpico*, organizado por volta de 1850 pelo comandante militar Lourenço Amazonas e já mencionado no capítulo anterior. O segundo, o *Vocabulário da língua indígena geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*, impresso em Belém, em 1853, vinha precedido de um esboço gramatical intitulado "Breves explicações", de autoria do padre Manoel Justiano Seixas, primeiro regente da cadeira no seminário

(1853, pp. 1-66). O terceiro vocabulário é a obra anteriormente citada, de autoria do bispo diocesano do Pará dom José Afonso Morais Torres: *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas*, de 1854. No final da década, foram publicados ainda, ambos em 1858, o *Dicionário da língua tupi, chamada língua geral dos indígenas do Brasil*, de autoria do poeta Gonçalves Dias, contratado pelo governo provincial para avaliar as escolas do Amazonas (1858), e o *Compêndio da língua brasílica para uso dos que a elle se quizerem dedicar* (1858), elaborado pelo coronel Corrêa Faria,[23] autor também do inédito *Dicionário completo da língua túpyca*, cujos originais hoje "podem estar irremediavelmente perdidos" (Cardoso, 1961, p. 36).

Esses dicionários bilíngues e as gramáticas de língua geral continuaram a circular em Manaus, na década de 1860, quando se observa sensível crescimento de três segmentos da população – os brancos, os mamelucos e os mestiços –, cujo percentual se elevou de 47,5%, em 1840, para 63,7%, em 1865. Não é possível avaliar o crescimento de cada um deles em separado, porque o arrolamento censitário de 1865 diluiu parte dos mamelucos na categoria de brancos e parte na de mestiços. De qualquer forma, é válido correlacionar o aumento desse percentual com maior propensão à aquisição do português. Por outro lado, no mesmo período, houve progressiva diminuição dos índios que viviam na cidade, cujo percentual caiu de 48%, em 1840, para 33,6%, em 1865, o que significa, nesse contexto, uma redução de falantes potenciais da língua geral.

A escola primária também se "universalizava", atingindo não só a população considerada branca, mas também os mamelucos e até mesmo os índios. No seminário, fundado em 1848, ensinavam-se gramática latina, francês, música e canto. Os filhos de algumas famílias mais abastadas, além do ensino regular, "aprendem música em casa, e estudam o francês e o italiano", conforme testemunhou Avé-Lallemant,

[23] O coronel Francisco Raimundo Corrêa Faria foi comandante, em 1842, do Forte Marabitanas, no alto rio Negro, onde aprendeu a LGA para se comunicar com os índios que trabalhavam nas obras militares. Assumiu, depois, a cadeira da Língua Geral no seminário de Belém, sendo seu segundo e último regente.

de passagem pela cidade, em 1859. Ele visitou também o estabelecimento dos educandos, um reformatório para crianças indígenas com um regulamento militarizado, mantido com a venda de mesas, bancos, armários, barcos e remos, fabricados pelos próprios alunos, que aprendiam a ler e escrever em português, além de receberem ensino de religião, de trabalhos manuais e de música. Entretanto, esses curumins eram arrastados compulsoriamente para a escola: "Meninos, quase todos índios, perambulando sem nenhuma vigilância, e ameaçados de vagabundagem, são recolhidos a esse instituto e transformados em homens trabalhadores e úteis" (Avé-Lallemant, 1980, pp. 117-8).

Cada ano aumentava o número de escolas primárias públicas na província do Amazonas: elas eram 36 em 1873; passaram a 49 em 1876, e atingiram 109 em 1886, todas elas banindo do currículo qualquer referência à língua geral (Souza, 1873, p. 277). O censo de 1872 registrou o crescimento, de forma moderada mas segura, dos potenciais falantes de português como língua materna: os moradores considerados brancos (16,4%) e mestiços (12,5%). Já o número dos potenciais falantes de língua geral, como língua principal, diminuía: índios e mamelucos caíram de 77,4%, em 1840, para 69%, em 1872. Existem evidências de que, nesses dois segmentos, reduzia-se também o número de monolíngues em língua geral, devido à ação portugalizadora da escola (Bittencourt, 1925, pp. 281-7).

Ao lado da escola, a navegação a vapor contribuiu decisivamente para a portugalização da cidade, transformando-a na porta de entrada dos nordestinos, que fugiam da seca e se dirigiam para os seringais, em função da demanda da borracha no mercado internacional. Todos eles eram falantes de português, como o eram brasileiros de outras regiões que afluíram para a Amazônia, em geral por razões comerciais. O número de vapores de comércio no rio Amazonas, que em 1851 era de apenas três, subiu para 12 em 1860, e em 1888 já era superior a cem, de todos os tamanhos. Havia ainda grandes vapores da linha brasileira, que faziam quatro viagens mensais ao Rio de Janeiro, e duas linhas inglesas que

ligavam Manaus com a Europa e os Estados Unidos, três vezes por mês cada uma delas (Marajó, 1895, p. 159). O vapor, de língua portuguesa e produtos europeus, acabou mudando a composição majoritariamente indígena da cidade.

A inserção da Amazônia na nova divisão internacional do trabalho exigiu mudanças significativas em Manaus. Na última década do século – com o concurso da capital, da tecnologia e das empresas inglesas –, foram instalados os serviços públicos. A cidade foi dotada de um sistema portuário moderno, de serviços de água encanada, esgoto e luz elétrica, de um sistema de coleta e disposição de lixo, de serviço telefônico e de uma linha telegráfica subfluvial, num processo de modernização estudado, entre outros pesquisadores, por Geraldo Sá Peixoto Pinheiro (1993/1994) e Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999). Prédios públicos monumentais, como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, novas avenidas e bulevares, praças e jardins com coretos, estátuas, fontes e chafarizes importados da Europa, enfim "uma febre de construção tomou conta da cidade, varrendo tudo aquilo que podia evocar os povos indígenas". Vários jornais circulavam diariamente, incentivando hábitos de leitura antes inexistentes. O professor Bradford Burns, da Universidade de Miami, considera que "Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade europeia de seu tamanho ou mesmo maior" (Freire, 1994, p. 173).

Nesse contexto, já não havia espaço para a língua geral. Há registros de moradores que conheciam a LGA, sobretudo comerciantes, índios e tripulantes de barcos das casas aviadoras, que a usavam quando em viagem ao alto e médio rio Negro, mas que, uma vez na cidade, dispensavam sua utilização. Duas ou três décadas depois de Belém, Manaus transformara-se igualmente numa cidade monolíngue, falante de português, onde a língua geral não era mais usada sequer "da porta da sala para dentro", como nos últimos anos. Perdera, também, falantes e funções, para permitir a articulação progressiva da região com o mercado nacional e mundial.

• Os usos e os espaços

> *Todos os tapuias semicivilizados das aldeias – na verdade, todos os habitantes dos lugarejos mais isolados – falam a língua geral, que constitui uma adaptação feita pelos missionários jesuítas do idioma original dos tupinambás.*
>
> Bates, em 1858; 1979, p. 39

No processo de transição do bilinguismo (LGA-LP) para o monolinguismo (LP) nas duas cidades amazônicas, em meados do século XIX, restou saber quais eram as funções exercidas por cada uma das línguas, quem as falava, em que tipo de situação e em qual espaço, as razões pelas quais uma delas predominou em detrimento da outra. Como já foi visto, alguns viajantes documentaram esse processo, dando conta da ocorrência de um bilinguismo social, com a predominância do português, de forma muito mais marcante em Belém do que em Manaus, e registrando as formas de contato entre essas línguas.

Um dado interessante sobre o quadro linguístico em ambas as cidades é acrescentado por Bates, a partir de uma cena do cotidiano por ele presenciada, que nos permite pensar na função de cada uma das línguas, destacando a relevância do gênero – como variável social – e a frequência de alternância no uso que delas se fazia. Durante sua hospedagem em Murucupi, a 30 km de Belém, tinha por vizinho um "índio civilizado", carpinteiro, construtor de canoas, que vivia com sua mulher e trabalhava com dois aprendizes, também índios, usuários de português, mas todos sempre taciturnos. Um dia, receberam a visita de uma senhora idosa que manteve uma conversa com a dona de casa, mas, para a surpresa de Bates, "as duas papaguearam a tarde inteira, sem uma pausa, falando apenas na língua tupi" (1979, p. 85). Assim, através de um fato trivial, o autor nos fornece algumas pistas sobre o possível uso de cada uma das duas línguas na cidade de Belém e em seus

arredores. Lá, da porta para fora, dominava o português, mas "da porta da sala para dentro" falava-se a língua geral, conforme já havia alertado Lourenço Amazonas (1852, p. 104). O espaço externo, da rua, do público, era de domínio masculino, mas o espaço interno, doméstico, da cozinha e do quintal, era controlado pela mulher, o que autoriza a conjeturar que, nessa situação de bilinguismo social, a mulher usava mais a língua geral.

A situação de Manaus, nesse aspecto, não era diferente da de Belém, conforme o testemunho do médico Avé-Lallemant. Durante sua estada na cidade, em 1859, ele notou que, "em Manaus, por certo, não há índio que, tendo-se demorado lá mesmo, só por poucas semanas, não fale um pouco de português, e não tenha sido batizado", isso quando se tratava do sexo masculino, porque, quando se tratava das mulheres, elas viviam repetindo seus nomes de batismo, com prazer, "embora não entendam uma palavra de português". Hospedado na casa do major Tapajós, ele encontrou duas índias originárias do Rio Branco, com as quais tentou comunicar-se: "Só uma dessas índias sabia algumas palavras em português; a outra ficou inteiramente muda". Depois de criticar o catolicismo superficial dos moradores de descendência indígena, incapaz de superar "os velhos ecos da floresta", ele arremata: "Falam, perante o mundo, português; e, contudo, ouve-se por toda parte a língua geral, [...] falada por eles, quando se encontram em seu ambiente" (Avé-Lallemant, 1980, pp. 105-6 e 142-4).

O ambiente a que se refere o autor estava relacionado muito mais ao espaço cultural. Determinados temas só se falavam numa língua e não na outra, certos objetos se designavam por vocábulos apenas de uma delas. Também havia circunstâncias de maior ou menor formalidade, que implicavam o uso de uma ou outra língua. Em situação desse tipo de bilinguismo social, algumas práticas estavam reservadas para a língua indígena – por exemplo, as mais informais e domésticas –, e as mais formais, geralmente relacionadas à escolaridade e à administração, para a língua oficial. A competência

comunicativa implicava, portanto, um conhecimento, por parte do falante, de mais de um código linguístico: era necessário saber o que dizer, a quem e como, em determinada situação.

Cada vez que "se encontravam em seu ambiente", recorriam à língua geral. No entanto, quando mudavam de ambiente, ou quando mudavam o ambiente, o português tornava-se língua obrigatória. Com base, portanto, nesses e em outros testemunhos da época, podemos pressupor que o bilinguismo existente nas duas cidades podia estar mais generalizado do que aquele que foi notado pela maioria dos viajantes, cujo foco de observação incidia sobre o espaço extenso, público, muito mais do que sobre o interno, privado. No entanto, seja qual for sua extensão, parece oportuno indagar como se processava a convivência das duas línguas, através de seus falantes, e quais as atitudes por eles mantidas em relação a cada uma delas.

O trato diário entre o português e a língua geral aparece nos relatos, com muita frequência de forma idealizada, como algo simétrico e harmonioso, omitindo-se ou minimizando-se seu caráter conflitivo. Avé-Lallemant viu no português falado em Manaus "o europeísmo que avança" e, na língua geral, "a floresta virgem que se afasta cada vez mais", porém avaliou que esse processo não era "um combate de vida e morte", mas uma "agradável reconciliação". Fez analogia do uso de uma língua com o de uma arma para descrever a função insubstituível de cada uma delas, permitindo-nos estabelecer um paralelo: por um lado, a língua portuguesa (espingarda) e, por outro, a língua geral (o arco e a flecha). Assim, os moradores da Amazônia aprenderam a usar a espingarda e apreciar seu valor, mas serviam-se dela apenas "na luta com os animais maiores, quando podem obter a pólvora e as balas; para a caça menor, porém, a espingarda ainda não substitui o arco e a flecha, que matam, com grande segurança, o pirarucu e a tartaruga" (Avé-Lallemant, 1980, pp. 100, 105 e 110).

Na época em que o médico alemão passou pelas duas cidades, a língua geral era, ainda, insubstituível para algumas funções, como

continuava sendo seis anos depois, durante a estada, em Manaus, do casal Luiz e Elizabeth Agassiz, cuja versão apresentada sobre um piquenique organizado em sua homenagem é dotada de forte carga simbólica. Eles descreveram o passeio de barco que fizeram, ao pôr do sol, em um lago próximo da cidade, na companhia do próprio presidente da província: "Partimos sem canoeiros, preferindo os cavalheiros remarem, eles próprios". Os canoeiros dispensados eram, evidentemente, índios, profissionais que remavam por dever de oficio; os cavalheiros eram, obviamente, falantes nativos de português, amadores, que o faziam como exercício esportivo. No meio do lago, o barco de cavalheiros se defronta com outro barco de dois mastros, enfeitado de bandeirolas, esse totalmente tripulado por umas 15 índias, que remavam e manejavam o leme, tendo a bordo as figuras bronzeadas de alguns músicos. A metáfora não podia ser melhor: o encontro de dois barcos num lago amazônico. Em um deles, a língua era o português, falada por cavalheiros que estavam no lugar dos índios; no outro, carregado de mulheres indígenas, a língua era a geral. Nasceu desse contato uma cena descrita por Elizabeth Cary Agassiz:

> Então, as duas embarcações se puseram lado a lado e desceram juntas, passando a guitarra de uma para outra e as canções brasileiras se alternaram com os cantos indígenas. Não se pode efetivamente imaginar nada tão fortemente marcado do cunho nacional, tão fortemente impregnado da cor dos trópicos [...] que essa cena no lago (1975, p. 168).

O "cunho nacional", é verdade, refere-se ao conjunto da cena, mas a autora reservou o termo "brasileiro" para qualificar somente as canções em língua portuguesa, em oposição ao "indígena", cujos cantos em língua geral acabaram, assim, excluídos dessa comunhão nacional. É até provável que – interpretações à parte – a descrição seja mais objetiva, mas dificilmente o casal Agassiz encontraria outra cena similar. Nas cidades de Belém e Manaus, as embarcações,

portadoras do português e da LGA, quase nunca estiveram lado a lado, tampouco passearam juntas, em igualdade de condições. O bilinguismo dos moradores nas duas cidades se deu, sempre, sob fortes condições de dominação e de opressão, num quadro em que a língua materna da elite econômica e política era uma e a dos fornecedores da força de trabalho era outra. Uma tinha tradição escrita e, também por isso, era considerada língua dominante. Embora nem todos os portugueses citadinos – por serem analfabetos – tivessem condições de usar a própria língua nas práticas de registro escrito, o fato de ela possuir uma tradição escrita e uma literatura erudita lhe conferia o *status* de prestígio. Era a língua da escola, dos livros, dos jornais, da administração, das leis, da correspondência escrita, dos relatórios oficiais, enfim, das relações urbanas, e era, sobretudo, a língua que permitia comunicar-se e integrar-se com o restante do país.

A outra, com forte tradição oral, era a língua da família, do trabalho, das conversações coloquiais, das narrativas, das canções de ninar, da poesia e do lazer. Sua escassa produção escrita consistia no registro – seja em gramáticas, em dicionários, em catecismos ou, ainda, na coleta da literatura oral – feito por usuários de português que dominavam a LGA. Entretanto, na sociedade amazônica, era discriminada como língua dominada, em situação de desvantagem, ficando limitada ao espaço da cozinha e do quintal, servindo de ponte entre a cidade e a floresta, como um "elo para dentro", enquanto o português funcionava como um "elo para fora".

Na realidade, essa tensão entre as línguas em contato, na Amazônia do século XIX, ocorria dentro de um processo mais amplo, de confronto e conflito de culturas, que acabou dando origem a uma sociedade mestiça, denominada de "sociedade fusca" por Robert Avé-Lallemant. De todos os viajantes, ele foi o que melhor registrou as marcas e as formas de interculturalidade presentes na forma de ocupação do espaço urbano. Depois de comer chibé de farinha com champanha, "sob um telhado de folhas de palmeira",

e de almoçar peixe e pupunha, bebendo cerveja e vinho do Porto, viu navegar pelo rio um moderno barco a vapor, ao lado de uma canoa indígena. Percebeu, então, os contrastes dessas duas "cidades fuscas", cujas vias de circulação se alternavam, "ora em ruas, ora em igarapés", onde se erguiam "sólidos edifícios europeus" ao lado de "primitivas casas tapuias de barro", que abrigavam brancos, índios e vários tipos de mestiços. Testemunhou o aparecimento das primeiras fábricas, "cujas altas chaminés se elevam, com singular surpresa, diante da floresta virgem, como um dedo escrevendo nela: Aqui há progresso! Aqui há Europa!". A Europa estava presente também em Óbidos, onde viu "damas mais ou menos brancas" usando espartilhos, em contraposição às leves anáguas e camisas brancas flutuantes das "fuscas tapuias". No entanto, observou que o encontro de culturas nem sempre propiciou um diálogo entre esses dois mundos, nem favoreceu a construção mancomunada de novos significados (Avé-Lallemant, 1980, pp. 143, 206): "Vi índias espartilhadas, com vestidos de seda preta e calçadas. Mas como pareciam desajeitadas, mortificadas e sufocadas! Como, ao contrário, andavam leves e alegres as fuscas tapuias, só de camisa e saia, subindo a encosta do rio com o pote de água na cabeça" (Avé-Lallemant, 1980, pp. 82-3).

Nesse contexto, desenvolve-se o bilinguismo nas duas cidades, com data marcada para desaparecer, porque, como observou Avé-Lallemant – mencionando o português, o espanhol, o inglês, o francês e o holandês, falados no norte da Pan-Amazônia –, "as línguas europeias já penetram profundamente na floresta. A língua geral é apenas uma transição, ou antes a língua de uma transição". Nessa transição, muitos tapuias que aprenderam português talvez tenham sentido o mesmo desconforto das índias espartilhadas, porque a aquisição da língua europeia foi feita, em geral, de forma desordenada e sob essa condição de tensão. A convivência das duas línguas está caracterizada pela literatura regional, cujo discurso representa o bilinguismo social, especialmente em suas duas cidades, como

uma situação de antagonismo, e não de complementaridade, de tensão e de conflito, e não de harmonia, como podemos observar nas obras de Lourenço Amazonas e Francisco Gomes de Amorim aqui discutidas.

Parte significativa da literatura oral e dos etnoconhecimentos, veiculados através da LGA, foi banida das duas cidades junto com a língua. Na década de 1880, o botânico Barbosa Rodrigues teve certa dificuldade de coletar, em Manaus, narrativas, poesias, canções e conhecimentos sobre as plantas: "O fato de quase já não falar a língua geral, e de se ter a morte encarregado de chamar a si grande parte daqueles velhos que sabiam esses contos, tem feito com que poucas pessoas, no Amazonas, os saibam, e penso mesmo que, fora da província, são completamente desconhecidos". Quanto às cantigas registradas, ele as considerou meros "fragmentos de tantas que se perderam com o correr dos anos" (Rodrigues, 1890, pp. 121, 275). A atitude dos falantes de LGA, em relação à sua própria situação, é exemplificada por um fato ocorrido em março de 1884, presenciado por Barbosa Rodrigues em Manaus, no igarapé em frente ao museu, do qual era diretor. Ele viu uma canoa atracar no local de desembarque com um casal de indígenas e seus filhos, trazendo dentro dela o chefe da família, "magro, cadavérico e gravemente enfermo". Dois dias depois, o botânico carioca encontrou acidentalmente a mulher e perguntou, em língua geral, se o seu marido havia tido melhora em sua saúde. Ela respondeu: "Timaã! Umanu uana uiky koema irumo (Não. Morreu hoje de manhã)". É ele, então, que narra:

> Olhei para o interior da casa e pela porta vi sobre uma mesa, coberto com um lençol o cadáver do marido, para o qual a tapuia me apontava. – Não choras? Não sentes a sua morte? Respondeu-me, então, com ar tristonho: – Yané anga yma uana, tapuya ceté pira nhô ana (Nós já não temos alma, os tapuias só têm corpo) (Rodrigues, 1890, pp. 277-8).

Os poucos falantes de LGA que restaram nas duas cidades eram corpos sem almas, não tinham mais com quem falar, nem sobre o que falar. A LGA perdeu falantes e funções devido a uma série de fatores: a crescente urbanização, a escola, a navegação a vapor, a emigração dos tapuios e a imigração de nordestinos, tudo isso dentro de um processo de maior integração das duas cidades ao restante do país e de inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho como produtora de borracha. Empurrados progressivamente para fora das cidades, os tapuios levaram consigo a língua geral, que foi ficando cada vez mais circunscrita ao oeste da Amazônia, e seu emprego tornou-se "mais consistente à medida que se avança para o interior" (Wallace, 1979, p. 291).

A LGA NAS VILAS E POVOAÇÕES

Nitio xá potar cunhang/ Setuma sacai waá
Curumú de mama-mamane/ Baia sacai manjaué
Nitio xá potar cunhang/ Sakiva-açu
Curumú monto-montoque/ Tiririca-tyva majaué.[24]

Vilas e povoações eram aglomerados humanos, espalhados nas margens dos principais rios da Amazônia, que se diferenciavam pelo tamanho: as povoações, como regra geral, eram "núcleos em que se agrupavam de cinquenta a trezentas pessoas, marginando os rios e lagos", enquanto as vilas possuíam, em princípio, um

[24] Esses versos foram coletados por Spix e Martius, em março de 1820, no rio Urariá, afluente do rio Madeira, da boca de um comerciante paulista, capitão José Rodrigues Preto, diretor de índios da aldeia Mawé, que "havia se familiarizado perfeitamente com a língua tupi, e, também por isso, parecia impor-se aos índios, cujos versos singelos entoava com modulação esquisita". Da tradução do alemão, foi feita uma versão portuguesa, reproduzida por Joaquim Norberto de Sousa Silva e, depois, por Sílvio Romero, em sua *História da literatura brasileira*, conforme nota de Basílio de Magalhães (Spix e Martius, 1981, p. 278). Optamos por outra versão: "Não gosto de mulher / de perna muito fina / Porque pode me enroscar / como cobra viperina. / Não gosto de mulher / de cabelo alongado / Porque pode me cortar / como tiririca no roçado".

número muito maior de casas e habitantes (Bittencourt, 1925, p. 153). Na realidade, havia povoações que excediam em muito o teto estabelecido, mas que não foram elevadas formalmente à categoria de vila, porque os critérios para isso não eram apenas demográficos, mas também políticos. No entanto, visto numa perspectiva mais moderna, tanto vilas como povoações não passavam de pequenas aldeias semiurbanizadas, onde eram poucos os moradores que se dedicavam a atividades comerciais, administrativas, políticas, militares, artesanais ou religiosas, típicas do mundo urbano. Em sua maioria, eles dependiam diretamente, para sua subsistência, de atividades extrativas, agrícolas e pesqueiras e, por essa razão, eram obrigados a residir fora, durante muitos meses do ano. De qualquer forma, embora não constituíssem concentrações humanas densas e estáveis, esses lugares exerciam certo poder de atração sobre as populações ribeirinhas, graças às instituições que muitas vilas sediavam – igreja, escola, botica, às vezes até um pequeno hospital, taberna, mercearia, mercadinho, lojas de secos e molhados, polícia, cadeia, quartel, corpo de trabalhadores – e, também, aos serviços, mesmo precários, que podiam oferecer. Era lá que os produtos extrativistas eram trocados por certos produtos industrializados, onde as festas religiosas eram celebradas e as canoas e os remeiros para o transporte fluvial eram contratados. No universo amazônico do século XIX, caracterizado por uma densidade demográfica extremamente baixa, as vilas e povoações desempenhavam funções essenciais, como pontos focais de uma rede que articulava a economia rural extrativista, de cunho artesanal, através do sistema de comércio regional.

No Grão-Pará, às vésperas da Independência, essa rede era formalmente composta por 44 vilas e sessenta povoações, onde viviam pouco mais de dois terços da população recenseada, de acordo com o arrolamento de 1820, reproduzido por Spix e Martius (1981, pp. 40-1). No Pará, nessa época, além da vila de Cametá e de Santarém, ambas com cerca de 6 mil habitantes, as maiores vilas tinham, cada uma, por volta de 2 mil de habitantes: Bragança,

Macapá, Mazagão, Monte Alegre, Melgaço, Óbidos, Vigia, Moju e Abaeté. Na capitania do Rio Negro, em 1814, os seis núcleos mais importantes, com exceção de Silves, não ultrapassavam, cada um, os mil moradores: Barcelos, Moura, Maués, Vila Nova da Rainha e Vila de Ega. Na década de 1830, algumas dessas vilas passaram a ter um *status* mais importante que outras, quando foram criadas as comarcas do Grão-Pará, do Baixo Amazonas e do Alto Amazonas, como decorrência da entrada em vigor, em 1832, do novo código de processo criminal. As comarcas foram divididas em "termos", cada qual com uma "cabeça". As vilas, que eram cabeças de termo, tinham um governo local, câmara municipal, comandante militar, comandante dos trabalhadores – encarregados de distribuir os índios para as obras públicas –, juiz de direito ou juiz criminal e civil da comarca, delegado de polícia, vigário, professor e alguns outros funcionários.

No entanto, para o desenho do mapa sociolinguístico, mais importante que esse dado político-administrativo era o tipo de relação que esses núcleos mantinham com as duas cidades, especialmente Belém, o que dependia, em grande medida, de sua localização. A proximidade ou o distanciamento da capital significava maior ou menor isolamento, sobretudo antes da navegação a vapor, quando todo o transporte era feito em canoas a remo, implicando um gasto descomunal de energia e de tempo. Com esse critério, podemos identificar três situações diferenciadas, do ponto de vista geográfico e linguístico: o Baixo Amazonas, cujas vilas e povoações mantinham relações permanentes e sistemáticas com Belém; o Alto Amazonas, incluindo aqui os rios Solimões e Negro, cujas vilas tinham relações esporádicas com a capital; e, finalmente, o sertão, situado nos territórios dos afluentes mais afastados, cabeceiras de rios e interior dos lagos, cujas povoações e sítios não diferiam muito de uma aldeia indígena e permaneciam isoladas, recebendo visitas esparsas de um ou outro comerciante ou funcionário governamental. Nas três regiões, havia uso diferenciado da língua geral, conforme explicitou

o naturalista Alfred Russel Wallace, em 1852, no momento em que regressava à Inglaterra, depois de uma experiência de quatro anos na Amazônia:

> Nas vizinhanças das cidades e vilas mais povoadas, ouve-se tanto essa língua [geral] quanto o português. Longe daí, porém, existem locais nos quais ela é o único idioma utilizado. Mas no interior, coexiste com as línguas nativas das tribos, cujo alcance é apenas local. Assim, no baixo Amazonas, todos os índios falam tanto o português como a língua geral; no Solimões e no rio Negro, geralmente falam apenas a língua geral; no interior, ao longo dos tributários dos Solimões e na região lacustre, utilizam-se desse idioma e das línguas mura e juri para se comunicar com os comerciantes que por ali passam (Wallace, 1979, pp. 292-3).

Quanto mais próximo do litoral se encontrava o núcleo urbano, maior era a presença da língua portuguesa e dos índios civilizados bilíngues (LGA-LP). À medida que as vilas e povoações iam se distanciando da costa e penetrando no interior da Amazônia, a língua geral ia afirmando seu predomínio, com falantes monolíngues – os "tapuios" – e bilíngues (LGA-LV) – os índios "mansos".

• No baixo Amazonas: os "civilizados"

> *Ao meu redor, 13 índios nus tagarelavam numa linguagem desconhecida. Só dois sabiam falar português. Fiquei conversando com eles, respondendo às mais diversas perguntas. De onde vinha o ferro? Como se fazia a chita? No meu país nascia a planta que dava papel? Havia lá muitas mandiocas e bananas? Eles ficaram espantadíssimos quando lhes contei que lá só havia homens brancos. Então, quem é que trabalha?*
>
> Wallace, em 1850; 1979, p. 144

A comarca do Baixo Amazonas, com sede em Santarém, compreendia as vilas e povoações situadas na faixa que começa na zona dos estreitos do rio Amazonas e se estende até os limites do atual estado do Pará, integrando os então municípios de Gurupá, Porto de Mós, Macapá, Monte Alegre, Vila Franca, Pauxis (Óbidos) e Faro. Para efeitos deste trabalho, incluiremos aqui a parte inferior de alguns afluentes que, embora não pertencendo a essa comarca, estavam sob a zona de influência de Belém. Esse território assim ampliado, de mais de 1.200.000 km², abrangia cerca de 35 vilas e 25 povoações (Spix e Martius, 1981, p. 40). O perfil sociolinguístico de seus habitantes pode ser desenhado, hoje, graças às valiosas informações proporcionadas pelos naturalistas e viajantes sobre as línguas faladas em cada localidade e sobre os contatos entre seus falantes. Essas informações serão tratadas aqui com a ajuda de trabalhos recentes sobre classificação de línguas indígenas, que permitem revelar as relações e os graus de parentesco porventura existentes entre elas.[25]

Quando Spix e Martius passaram, em 1819, pelo baixo Amazonas – incluindo a parte inferior de alguns de seus afluentes –, os habitantes dos núcleos urbanos eram "quase todos índios e mestiços". Os primeiros, de procedências linguísticas as mais variadas, necessitando comunicar-se entre si, já haviam abandonado suas línguas locais, substituindo-as pela língua geral. No entanto, como precisavam, além disso, interagir com a população branca – minoritária –, haviam adquirido também a língua portuguesa, tornando-se bilíngues (LGA-LP) e, portanto, "civilizados". O bilinguismo, porém, era diferenciado, dependendo do local em que os índios residiam e da forma como se inseriam na produção.

Os índios prestadores de serviços domésticos mantinham contato permanente com os brancos, com quem moravam, segundo o

[25] As informações sobre as línguas indígenas do século XIX, no Baixo Amazonas, podem ser encontradas em vários relatos de viajantes, especialmente em Spix e Martius (1981, t. 3, pp. 82-111 e 282-4), Hercule Florence (1977, pp. 290-311) e Henry Bates (1979, pp. 95-102). Para a classificação dessas línguas, utilizaremos preferencialmente os trabalhos de Aryon Rodrigues (2000), Queixalós & Renault-Lescure (2000) e Loukotka (1968).

modelo da arquitetura escravagista do resto do Brasil. Na vila de Santarém – sede da comarca – eles viviam sob telheiros, erguidos pelos portugueses nos fundos dos quintais de suas residências, que serviam de "senzalas para a criadagem da casa, quase sempre índios, sendo raros os pretos ou mulatos" (Spix e Martius, 1981, p. 99). Mas havia também, em "quase todas as povoações da província", os índios ligados diretamente à produção extrativista, aos trabalhos artesanais ou ao transporte fluvial, que viviam relativamente afastados, em bairros próprios, cujos contatos com os brancos se davam apenas durante eventuais relações de trabalho. Um desses bairros, em Santarém, habitado exclusivamente por índios foi visitado em junho de 1828 pelos integrantes da comissão científica organizada pelo barão de Langsdorff, cônsul russo no Brasil. O desenhista da expedição, o francês Hercule Florence (1804-1879), chegou a fazer um croqui mostrando a disposição das casas e das ruas do bairro, por onde, mais de vinte anos depois, os índios desfilariam com "magníficos cocares de penas" e "o corpo pintado e lambuzado de urucu", executando a "dança da caça" e a "dança do diabo", conforme descrição do naturalista Henry Bates, que presenciou as comemorações festivas. Quem entrava nesse bairro – segundo Florence – não ouvia mais "os ásperos sons da palavra portuguesa, porém os sons doces e incompletos da língua geral brasílica" (Florence, 1977, p. 295).

Por outro lado, a relativa segregação dos brancos trazia também consequências no uso das línguas. Havia vilas como Cametá, Faro e Monte Alegre, onde se podiam encontrar muitos mamelucos, como resultado de casamentos mistos com camponeses portugueses, que rapidamente se adaptaram ao modo de vida amazônico. Mas, em outras, como Santarém, "não parecia haver ali, em grande escala, uma mistura das duas raças". Os brancos – brasileiros e portugueses – eram comerciantes, donos de lojas, proprietários de escravos, fazendas de gado e plantações de cacau, "que gostam de aparentar que são altamente civilizados", não se misturando com os

índios (Bates, 1979, pp. 140-1). No caso específico dos portugueses abastados, mais numerosos em Santarém do que em outras vilas, a segregação repercutiu em seu modo de falar. A língua que falavam continuava a ser o português de além-mar. Hercule Florence estranhou "o sotaque carregado dos filhos dalém Atlântico", que conservavam "a pronúncia europeia em sua integridade, sem sofrer a modificação brasileira" (Florence, 1977, p. 295).

Essas observações dos viajantes proporcionaram alguns elementos para se entenderem as especificidades do bilinguismo na região. No início do século XIX, é certo, todos os índios "civilizados" do baixo Amazonas era bilíngues, da mesma forma que muitos brancos que, em tese, usavam alternadamente a língua geral e o português. No entanto, é legítimo supor que os "índios de senzala" tivessem uma prática cotidiana diferenciada dos "índios de bairro". Além disso, nem todos eles herdaram o bilinguismo de seus antepassados. Havia uma geração que adquiriria muito recentemente a língua portuguesa, ou estava ainda em processo de aquisição, a tal ponto que era possível identificar as línguas vernáculas que haviam sido – ou estavam sendo – abandonadas. Essa geração era formada, em grande parte, por descendentes de grupos locais, todos originalmente falantes de línguas do tronco tupi, que ocupavam o território da margem direita do baixo Amazonas e de seus afluentes e que foram remanejados de uma aldeia para outra, sempre nas cercanias. É o caso dos moradores de Arapejó, Caviana, Alter do Chão e de outras "povoações habitadas exclusivamente por índios", de Porto de Moz, no Xingu, onde viviam remanescentes dos Tacunhapé e Juruna. Na vila de Santarém, muitos índios da redondeza – empregados dos colonos ou dos donos de pequenas roças – eram filhos e netos de casamentos interétnicos, envolvendo falantes de línguas de famílias tupis: jacipoyá, juruna, curivere, munduruku e cuzari, originárias da região entre o Xingu e o Tapajós. Esse fato deve ter, seguramente, facilitado a esses grupos a aquisição da língua geral, por ser uma língua do mesmo tronco.

Todavia, continuava em vigor a política de "descimentos", instituída pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, que aboliu o Diretório de Índios e criou, em seu lugar, o Corpo de Trabalhadores, com uma estrutura militarizada, obrigando o alistamento de todos os índios aldeados e atribuindo ao governador o poder de determinar o número de anos de serviço obrigatório dos índios, "passados os quais não ficarão obrigados a outro algum que não seja o de Milícias, ao qual todos estão e devem ficar sujeitos" (Freire, 1994, p. 59). Desse modo, muitos índios de outras filiações linguísticas foram trazidos à força de territórios mais distantes, situados a mais de 2 mil km. Na povoação de Almerim, uma das mais antigas, formada por imigrantes europeus, Spix e Martius registraram que "seus atuais habitantes são, na maior parte, descendentes de Apamas e Aracajus", os primeiros, de filiação tupi e os segundos, do tronco karib. Na própria vila de Santarém, aos grupos tupi já mencionados, somaram-se aqueles trazidos do rio Japurá e da região fronteira com a Colômbia, entre os quais os Passé, Uainumá, Marawá, pertencentes ao tronco arawak; os Apiacá, do tronco karib; os Miranha, do tronco huitoto; além de falantes de línguas não classificadas, como cariberi, guaruará e yuri. Os falantes dessas línguas não tupis provavelmente tiveram mais dificuldade de se apropriar da língua geral (Spix e Martius, 1981, pp. 99-100).

Essas informações sumárias constituem indícios de que o território do baixo Amazonas era uma encruzilhada, para onde convergiam culturas e línguas indígenas muito diferenciadas – dos troncos tupi, arawak, karib, huitoto e outros – envolvendo ainda imigrantes europeus, especialmente portugueses. Nesse encontro, as línguas vernáculas foram substituídas por duas línguas, que serviam de ligação entre eles: a língua geral, de comunicação interétnica, e a língua portuguesa, de relações com o colonizador, ambas adquiridas de forma desordenada a tal ponto que, na visão da época, apresentada por Spix e Martius, a língua geral teve seus "vocábulos transformados, mutilados e viciados pelas diversas tribos", e quando

falada, muitas vezes só era possível perceber "um indistinto sussurro ou cicio". Os naturalistas alemães proporcionaram dados sobre o resultado desse processo:

> Todas essas tribos refundiram-se ao contato dos brancos, muitas vezes dentro de poucos anos, numa população quase homogênea nos costumes e na língua. Muitos poucos se recordaram ainda de sua primitiva fala; também poucos haviam assimilado perfeitamente o português ou a língua geral; antes falavam esta última estropiadamente, cada um a seu modo. Já aqui começa a ser veículo preferido a língua geral, por meio da qual os colonos se comunicam com os índios (Spix e Martius, 1981, p. 100).

Os dois viajantes, que falavam português mas inicialmente desconheciam a língua geral, foram obrigados a usar intérpretes para interagir com os moradores, cuja condição bilíngue (LGA-LP), surpreendentemente, não garantia a eficácia da comunicação em língua portuguesa, porque ela não havia sido "assimilada de modo perfeito". Podemos atualizar esse discurso a partir de uma reflexão sobre as quatro habilidades linguísticas básicas: entender, falar, ler e escrever. Muitos desses moradores não eram necessariamente "bilíngues ativos", ou seja, não desenvolviam, em cada uma das línguas em questão, as duas primeiras habilidades: entender e falar, já que as duas últimas nesse contexto estão fora de discussão. Os índios "civilizados", cuja língua principal era a geral, exercitavam em português apenas a primeira destreza – entender –, de acordo com informações dos observadores da época. Por outro lado, muitos moradores "brancos", cuja língua materna era o português, não falavam, mas entendiam a língua geral, o que caracterizava, em ambos os casos, um tipo de bilinguismo denominado por alguns sociolinguistas de "bilinguismo passivo" ou "bilinguismo incompleto" (Moreno, 1998, p. 221). O resultado dessa situação era que todos os moradores entendiam as duas línguas, mas a maioria falava com facilidade e eficácia

apenas uma delas. Quando os dois segmentos interagiam numa conversação coloquial, a estratégia para transmitir informação ou provocar reação no interlocutor era cada um falar a sua, conforme testemunho de Lourenço Amazonas – em passagem já citada, como epígrafe do capítulo: "A língua geral [...] é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constrangidos os indígenas e os mamelucos em falá-la, pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a geral, respondem por esta se lhes pergunta por aquela" (Amazonas, 1852, p. 104).

As informações de Lourenço Amazonas sobre os usos das línguas da região, em meados do século XIX, são úteis, mas sua interpretação sobre o domínio que "indígenas e mamelucos" tinham da língua geral, e não do português, é bastante discutível. Ele procura explicação nas diferenças entre os dois sistemas linguísticos, que conhecia e dominava, em vez de atentar para o fato de que a primeira era língua materna, enquanto a outra era para eles uma língua de contato. Efetivamente, ao contrário do sistema verbal português, "os verbos da língua brasílica nunca mudam de terminação", conforme escreveu Sympson, referindo-se à língua geral, que ele estudou e tentou descrever (Sympson, 1877, p. 39). No entanto, a explicação referente à maior facilidade de conjugá-los em uma língua do que em outra é uma perspectiva glotocêntrica, que carece de fundamento. Se assim fosse, todos os nativos em língua portuguesa também compartilhariam tal vantagem no uso da língua geral. Na verdade, trata-se de uma forma de caracterizar a LGA como uma língua simplificada frente ao português.

A situação comunicativa descrita por Lourenço Amazonas, bastante frequente nas vilas da região, tinha raízes mais profundas, relacionadas às formas desordenadas e não planejadas de aquisição de segunda língua, responsáveis por aquilo que alguns autores, interessados em etnografia da comunicação, denominaram de "semilinguismo", caracterizado pelo uso precário de, pelo menos, uma das duas línguas em contato. Possivelmente, essa situação reproduzia

o modelo colonial, em que esses "neofalantes" não tinham acesso a um modelo da língua portuguesa, em função do contato escasso e, em lugar dela, a solução era o recurso de uma língua "intermédia". A conjuntura ideal seria seu oposto, o bilinguismo equilibrado, que ocorre quando os interlocutores usam as quatro destrezas linguísticas básicas nas duas línguas, com facilidade e eficácia similares.[26]

A rigor, numa sociedade como a amazônica, com fortes marcas de oralidade, essas destrezas se limitavam basicamente às duas primeiras – entender e falar –, porque os altos índices de analfabetismo indicam que as práticas de leitura e escrita não eram exercitadas pelos falantes, índios ou brancos, sequer em suas próprias línguas maternas. Ficou bastante conhecido o episódio da câmara de Vila de Boim, no rio Tapajós, cujos vereadores, todos eles iletrados, para tomar conhecimento do conteúdo de um ofício enviado pelo presidente da província, em 1827, tiveram de esperar vários dias até a chegada de um negociante, vindo de Santarém, que, numa sessão convocada especialmente para isso, leu o ofício e foi obrigado a redigir a resposta. "O negociante, para se ver livre deles, escreveu o que lhe pareceu, e cada um dos vereadores se prestou prontamente com a sua cruz, sem que soubesse o que continha a resposta.[27]

No entanto, ao contrário do que se possa imaginar, o iletramento não era necessariamente maior na população indígena do que na branca. Navegando no baixo Amazonas em setembro de 1849, o naturalista inglês Henry Bates constatou esse fato, tendo como amostragem sua própria tripulação, formada por nove índios, um mestiço e dois brancos, no total de 12 pessoas:

---

[26] As noções de acontecimento comunicativo, ato comunicativo, situação comunicativa, interação comunicativa, bilinguismo ativo, bilinguismo passivo, bilinguismo equilibrado, bilinguismo ambiental e semilinguismo são usadas aqui no sentido proposto por Francisco Moreno Fernández, em *Princípios de sociolingüística y sociología del lenguaje* (Moreno, 1998).

[27] Os detalhes desse fato, narrado pelo comandante militar da comarca, podem ser encontrados no códice 451, da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, intitulado "Informação sobre Santarém e demais núcleos do baixo Amazonas, apresentada ao presidente da província pelo coronel João Roberto Aires Carneiro, a 08 de janeiro de 1828", transcrito por Reis (1979, pp. 103-5).

> Uma delas era um rapaz, português da província de Trás-os-Montes, o qual constituía um bom exemplo do tipo de imigrante que Portugal manda para o Brasil. Tinha pouco mais de vinte anos, e fazia dois anos que estava no país. Vestia-se e vivia como os índios, aos quais evidentemente era inferior quanto às suas maneiras. Não sabia ler nem escrever, ao passo que pelo menos um de nossos tapuios sabia fazer as duas coisas (Bates, 1979, p. 94).

Bates não exagera ao considerar esse exemplo representativo, pois outros depoimentos demonstram que não era nada raro encontrar no século XIX, na Amazônia, imigrantes europeus analfabetos. As abundantes referências ao iletramento dos imigrantes portugueses foram estudadas justamente por um deles: Francisco Gomes de Amorim (1827-1891), que, com 10 anos de idade, deixou seu povoado natal, próximo à localidade de Póvoa de Varzim, no norte de Portugal, e viajou para o Pará, onde viveu durante nove anos. Trabalhou, sobretudo, na região do baixo Amazonas, coletando produtos da floresta ao lado dos tapuios, com quem aprendeu a falar a língua geral. Ele conta que já era bilíngue quando encontrou, numa modesta casa de índios, em Alenquer, uma minibiblioteca, com vários livros velhos conservados dentro de um cesto forrado com folhas de bananeira brava: "Ao completar os meus 12 anos, envergonhei-me por não saber ler". Foi tentando decifrar o conteúdo de um deles – o poema "Camões", de autoria de Almeida Garret – que ele aprendeu, por conta própria, a eliminar sua vergonha. Emocionado, escreveu então duas cartas ao escritor português, cujos originais decidiu posteriormente conservar, por se tratarem de documentos de sua "infância dramática".

Publicadas recentemente,[28] as cartas foram "boçalmente escritas", nas palavras de seu próprio autor, apresentando muitas

[28] As duas cartas a Almeida Garrett, de janeiro e julho de 1845, respectivamente, foram reproduzidas na biografia de Francisco Gomes de Amorim, de autoria de José Rodrigo Carneiro da Costa Carvalho, intitulada *Aprendiz de selvagem* (Carvalho, 2000, pp. 229-33). Sobre o processo de alfabetização e o encontro com a obra de Garrett, ver Amorim (1881, t. 1, p. 2).

"faltas de gramática, pontuação erradíssima, ortografia estapafúrdia, incongruências e erros palmares contra a história e contra o senso comum". Algumas vacilações visíveis na ortografia e na segmentação das palavras são similares às encontradas nos textos, da mesma época, de autoria dos tapuios cabanos, já mencionados no segundo capítulo.

Entre a população do baixo Amazonas, nessa época, as raras pessoas capazes de ler e escrever fluentemente transformavam a leitura num ato coletivo, compartilhando-a com grupos iletrados. Sobre essa prática, Gomes de Amorim nos dá indicações, relatando que, mesmo depois de se mudar para Belém – onde trabalhou como caixeiro –, continuava organizando sessões de leitura, durante as quais lia em voz alta a *História de Carlos Magno* para um auditório de "pretos, tapuios e mulatos", e todos compreendiam tão bem seu conteúdo que, no relato da morte de Roldão, "desatavam num berreiro de choro" (Carvalho, 2000, pp. 75 e 223). O português Amorim, bilíngue (LP-LGA), que aprendeu a ler e escrever em Alenquer, como um bom contador de histórias, tornou-se o primeiro escritor português de verdadeira inspiração amazônica, precursor de Ferreira de Castro.[29] Sua obra, pouco conhecida no Brasil, está impregnada de elementos interculturais e bilíngues. Por outro lado, o tapuio da tripulação de Bates, que, ao contrário do imigrante português, sabia ler e escrever, também não era um caso isolado. É possível encontrar registros, embora raros e fragmentados, referentes a certo exercício de leitura e de escrita, em língua geral e em português, por parte dos tapuios. Eles desenvolveram sobretudo o gênero epistolar – bilhetes e cartas que, por não terem

[29] José Maria Ferreira de Castro (1898-1974) nasceu em São Pedro de Osselas, ao norte de Portugal. Da mesma forma que Amorim, com 10 anos e órfão de pai, emigrou para Belém do Pará. Embarcou para um seringal no rio Madeira, onde trabalhou durante alguns anos como seringueiro. De retorno a Belém, editou um jornal intitulado *Portugal*, destinado à colônia lusa. Finalmente, voltou ao seu país natal e publicou o romance *A selva*, recriando a experiência que vivera no seringal. "Com ele, a literatura amazônica marcou o seu primeiro encontro público com os leitores do mundo" (Souza, 1978, p. 127). Escreveu ainda outros romances, o último dos quais *Instinto supremo*, no qual relata a pacificação dos índios Parintintin.

sidos impressos, acabaram se perdendo. Conservaram-se apenas a literatura de caráter religioso, algumas poesias, letras de canções anônimas e narrativas. Alguns desses manuscritos foram recolhidos pelo cônego Francisco Bernardino de Souza,[30] em suas viagens pelo Pará e Amazonas – entre outros, uma breve carta do tuxaua Vicente, dando os pêsames e tentando consolar um amigo branco, cuja filha havia falecido. A transcrição de um trecho pode dar uma ideia de como a língua geral chegou a desempenhar, embora precariamente, a função de comunicação corrente, por meio da escrita. A tradução é de responsabilidade do cônego:

> Aiana re iassiú, cariuá, ne ra era umanú, iché chaquá, chasse ne peá, tenupã moiramé. Tupana u 'senú iné aé perê, ne raiera miri, ussuanti iné: aiana re iãssiu! (Basta de chorar, branco; tua filha morreu; eu sei que muito deve doer-te o coração. Deixa, porém, quando Deus chamar-te a si, tua filhinha correrá a encontrar-se contigo. Basta de chorar!) (Souza, 1875, 2, p. 93).

De qualquer maneira, essa prática de leitura e escrita em língua geral não foi suficiente para garantir sua sobrevivência, num contexto definido por alguns sociolinguistas como de "bilinguismo ambiental", conseqüência do contato entre as duas línguas, "quando uma delas, geralmente a adotada pelo Estado, tem um caráter expansivo pelo seu maior peso demográfico e cultural" (Moreno, 1998, p. 346). No caso específico das vilas e povoações do baixo Amazonas, os falantes de português adquiriram maior

[30] Francisco Bernardino de Souza (1831-?), nascido na ilha de Itaparica, na Bahia, foi ordenado padre em 1854, transferindo-se seis anos depois para o Rio de Janeiro, onde exerceu as funções de professor do Colégio Pedro II e do Seminário Episcopal São José. Viajou pela Amazônia, como responsável pelos trabalhos etnográficos da Comissão do Madeira, Pará e Amazonas. Os resultados dessas viagens foram inúmeros artigos, publicados em jornais, e dois livros (Souza, 1873, e Souza, 1874/1875). Neles, reproduziu, entre outros textos em língua geral, a letra do hino da festa popular de Sahiré, de caráter religioso, canções de ninar e trechos do catecismo inédito do padre Manoel Justiano Seixas. Publicou, além disso, um léxico em língua bonari e a íntegra do discurso, em português, do líder cabano Maparajuba Miguel Apolinário, comandante-geral das forças do baixo Amazonas, datado de 23 de abril de 1836.

peso demográfico depois da abertura de várias linhas de navegação a vapor, o que facilitou a imigração. Com o *rush* da borracha, os nordestinos, perseguidos pelos rigores das secas, começaram a chegar, transformando os núcleos urbanos em passagem obrigatória para os seringais, que eram "centros demográficos em movimento e em crescimento constante". O censo de 1872 indica que algumas vilas ultrapassaram o teto de 25 mil habitantes, como Santarém, Cametá, Breves e Vigia. Várias ascenderam à condição político-administrativa de cidade, como ocorreu, desde meados do século, com Santarém, cujo bairro tapuio começou a ser demolido em 1869, substituindo "as cabanas de palha dos velhos indígenas" por construções mais sólidas, e os moradores "descendentes de índios" pelos novos imigrantes. Os tapuios, ano após ano, abandonavam esses espaços urbanos, que se tornavam civilizados demais para eles. Os que teimaram em ficar acabaram sendo compulsoriamente recrutados como "voluntários" para a Guerra do Paraguai, para a qual "o baixo Amazonas, com seus municípios, comparecera com 746 homens", sendo a maioria composta por falantes de língua geral (Reis, 1979, pp. 122, 144 e 155).

Ao crescente peso demográfico dos falantes de português, somou-se o peso cultural e político de uma língua falada em todo o território nacional, cujo uso era garantido pelo sistema de educação escolar. Em seu retorno para a Europa, depois de viver mais de dez anos na Amazônia, Henry Bates observou que havia "uma escola primária para meninos em cada cidadezinha, desde o Pará até as fronteiras do Império", mantida totalmente pelo governo. Os moradores "pareciam bastante conscientes das vantagens que a educação proporcionava aos seus filhos". Uma delas era justamente o uso obrigatório da língua portuguesa e a alfabetização nessa língua, cujos resultados surpreendiam os observadores, que registraram "a rapidez com que os meninos, tanto brancos quanto de cor, aprendem a ler, escrever e contar". O próprio Bates, depois de participar de uma banca examinadora para a escola secundária,

em Santarém, reconheceu que "os conhecimentos demonstrados pelos jovens, a maioria dos quais não havia completado 14 anos, eram apreciáveis, principalmente em gramática, e a facilidade com que aprendiam as coisas teria enchido de satisfação um mestre europeu" (Bates, 1979, pp. 142-3 e 312-4).

Fragilizada demograficamente, banida da escola e das cidades, a língua geral agonizava também nas vilas e nas povoações do baixo Amazonas. Quando Charles Frederick Hartt, na década de 1870, coletou narrativas na região, provavelmente estava ouvindo os derradeiros guardiões da tradição oral em Monte Alegre, Óbidos e Santarém. "A língua geral ainda falada pela gente velha vai pouco a pouco cedendo terreno à portuguesa, e a próxima geração achá-la-á extinta entre eles" (Hartt, 1885, pp. 133). Foi o que efetivamente ocorreu no final do século XX, quando a língua geral ficou circunscrita à região do alto Amazonas.

• No alto Amazonas: os "tapuios"

> *O fato é que esses índios pertenciam a diversas tribos e não sabiam falar todos a mesma língua. Assim, era virtualmente impossível fazê-los obedecer a um líder e trabalhar eficientemente em conjunto. É a única explicação que me ocorre.*
>
> Wallace [1979, p. 219], tentando esclarecer o comportamento dos tripulantes indígenas na travessia de uma cachoeira no alto rio Uaupés, em março de 1851

A comarca do Alto Amazonas, criada em 1833 com sede em Manaus, correspondia ao território da antiga capitania de São José do Rio Negro, que depois, em 1850, transformou-se em província. Hoje, a região é, grosso modo, o atual estado do Amazonas, com uma área superior a 1.500.000 km^2. Na época, a comarca foi subdividida em quatro termos (ou municípios): Manaus, que incluía a zona da Guiana, a partir do rio Nhamundá; Tefé, que cobria toda a

área dos rios Solimões e Japurá; Luséa, abrangendo o rio Madeira, e a região conhecida como Mundurucânia; e, finalmente, Mariuá, envolvendo parte do rio Negro e seus afluentes. Esses territórios abrigavam, em conjunto, uma cidade, três vilas e 35 povoações, organizadas em 18 freguesias, com uma população recenseada total de 40.584 habitantes – segundo o censo de 1840 –, além de centenas de aldeias indígenas excluídas dos censos (Amazonas, 1852, p. 30). A única cidade era Manaus, habitada por 9% da população, cuja situação sociolinguística já foi anteriormente abordada. O interesse, agora, recai, sobre os 91% dos habitantes que viviam no interior e que falavam, majoritariamente, a língua geral, quase sempre como monolíngues.

De acordo com o censo de 1814, mamelucos, mestiços e brancos – juntos – representavam 18% dos moradores das vilas e povoações, os negros constituíam 4%, enquanto os índios eram a indiscutível maioria: 78% (Spix e Martius, 1981, p. 41). Retirados de suas aldeias de origem e levados, compulsoriamente, para as povoações, os índios passavam a residir com outros índios provenientes das mais variadas famílias linguísticas. Nessas condições, os casamentos interétnicos eram a regra geral. Destribalizados, sem interlocutores em suas línguas maternas, ocorreu o que foi registrado, em 1820, pelos dois naturalistas alemães: "E essa mistura de gente, primitivamente moradora quase toda das margens do Solimões, entre Coari, e o Jutaí, mas também do Japurá e rio Negro, foi se fundindo numa população atualmente de língua e costumes uniformes" (Spix e Martius, 1981, p. 179).

A língua "uniforme" era a geral, e os costumes eram os da sociedade "fusca", que se formara no alto Amazonas, num processo iniciado no século XVII, com o sistema de aldeamento jesuítico. No século XIX, embora o processo já estivesse consolidado, continuava o fluxo ininterrupto de índios "selvagens" de suas aldeias para as vilas e povoações, que, dessa forma, exerciam, com a LGA, função similar à que as cidades desempenhavam em relação à lín-

gua portuguesa. Era lá que os índios "selvagens" ficavam "mansos" e aprendiam a língua geral, tornando-se bilíngues (LI-LGA). Era também onde, em uma ou duas gerações, perdiam-se as línguas locais, e onde o monolinguismo (LGA) ganhava predomínio, passando esses falantes à condição de "tapuios". Esse processo foi acompanhado por Spix e Martius em cada vila e em cada povoação, como na freguesia de Serpa, atual Itacoatiara, próximo à foz do rio Madeira, onde os moradores índios, que "falavam a língua geral, tinham perdido todo o vestígio de suas diferentes origens"; em Silves, no lago Saracá, "nenhum deles tinha o distintivo nacional e não sabiam dizer de que tribo descendiam"; em Fonte Boa, no alto Solimões, "só restam poucos vestígios" de sua antiga filiação linguística (Spix e Martius, 1981, pp. 127, 130 e 202).

A identificação da procedência linguística dos moradores indígenas é importante porque pode fornecer pistas para explicar as variedades dialetais da língua geral. Embora eles tivessem esquecido as línguas que falavam seus pais e avós, existem documentos que registraram essas informações, alguns do século XVIII,[31] usados como fontes por Spix e Martius.

Além disso, os dois pesquisadores fizeram, em campo, um levantamento minucioso que indicava, povoação por povoação, as línguas vernáculas que aí haviam sido faladas um dia. Por meio dessa documentação, ficamos sabendo que, em cada localidade, os falantes eram originários de uma grande diversidade de línguas, das mais distintas famílias: tupi, karib, arawak, tukano, pano, katukina, huitoto, mura e de um sem-número de línguas não classificadas. No entanto, os moradores encontraram um "veículo para entendi-

[31] Destacam-se três relatos do século XVIII: o *Roteiro de viagem da cidade do Pará até às últimas colônias dos domínios portugueses entre os rios Amazonas e Negro*, escrito em 1768, pelo cônego José Monteiro de Noronha (1997); o "Diário de viagem que, em visita e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente geral da mesma", em 1774-5 (Sampaio, 1985), e as *Memórias* do bispo diocesano do Pará, d. frei Caetano Brandão, contendo as crônicas das visitas pastorais realizadas no período de 1783 a 1789, transcritas em dois tomos, por um autor anônimo, sob o título *Memórias para a vida do venerável arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão* (Braga:Tipografia dos Órfãos, 1868).

mento mútuo" – a língua geral – que se viabilizou "por sua grande correspondência com os demais idiomas indianos na estrutura das palavras, na sintaxe e em toda a espiritualidade prática" (Spix e Martius, 1981, p. 44).

Na realidade, sabemos que a correspondência lexical e sintática da LGA ocorre apenas com línguas da mesma família: o tupi-guarani. Com línguas de outras famílias, isso não acontece, como verificou um observador europeu, Henry Bates, que viveu mais de três anos na vila de Ega (atual Tefé), no alto Solimões, para onde convergiam índios dos rios Japurá, Içá e Solimões, falantes de múltiplas línguas, e até negociantes ingleses e brasileiros do Pará. Durante seus estudos, ele encontrou, entre os empregados domésticos, "indivíduos de pelo menos 16 tribos diferentes", notando que "bandos de indígenas, pertencentes a uma mesma tribo e vivendo à margem do mesmo braço do rio, costumam falar línguas mutuamente incompreensíveis", como era o caso dos Miranha, no Japurá, e dos Kulina, no Juruá. Para ele, a vila de Ega, da mesma forma que outras do alto Amazonas, era um centro onde aqueles índios tipificados como "selvagens" acabavam adquirindo a língua geral. Suas observações foram, em grande medida, resultado de tentativas malogradas de interação com uma criança doente que ele acolheu, como hóspede, em sua casa. Era uma índia monolíngue, que falava miranha, uma língua da família huitoto, com quem não conseguiu comunicar-se – nem ele, nem moradores índios bilíngues (LI-LGA), que falavam passé, língua da família aruak, ou juma, da família karib, ou ainda coretu, da família tukano. Apenas uma velha índia, bilíngue em língua miranha e LGA, serviu, então, de tradutora, evidenciando que a força da língua geral residia no fato de permitir comunicação permanente entre os índios "de uma ponta à outra do grande rio, numa extensão de 3.800 km" (Bates, 1979, pp. 205-9). Quanto à sua aprendizagem e viabilidade, ele esclareceu, de forma mais objetiva, aquilo que Spix e Martius definiram como "espiritualidade prática":

> É notável a facilidade com que indígenas de nações diversas, que têm sua própria língua – ao que tudo indica muito distintas umas das outras –, aprendem o tupi quando chegam a Ega, onde é esse o idioma comum. Isso talvez possa ser atribuído, em grande parte, ao fato de serem as mesmas as formas gramaticais de todas as línguas indígenas, embora as palavras sejam diferentes. Além do mais, todos os indígenas têm a mesma maneira de pensar, e os assuntos sobre os quais falam são sempre os mesmos. Essas circunstâncias também contribuem para tornar fácil o aprendizado das outras línguas (Bates, 1979, p. 209).

No censo de 1840, o número de índios moradores das vilas e povoações caiu de 78% para 58%, com os brancos representando 9%, os mamelucos 26%, os mestiços 4% e os negros 3%, mas todos eles continuavam falando a língua geral (Amazonas, 1852, p. 24). As vilas permaneciam como núcleos, onde os índios, os viajantes e os residentes europeus se iniciavam nessa língua de expressão regional. O naturalista inglês Henry Bates aprendeu suas noções básicas com um mestiço, tripulante de seu barco, em suas viagens pela Amazônia, o que lhe foi extremamente útil para coletar os dados de que necessitava para a descrição de duas festas religiosas, uma em Ega e outra em Vila Nova, ambas com fortes marcas interculturais. Na primeira, "misturavam-se os rudes jogos indígenas com as cerimônias introduzidas pelos portugueses". Na segunda, em honra de Nossa Senhora da Conceição, a bebida era "mandioca fermentada"; a dança, "uma modalidade de lundu português"; o dono da casa, "um tapuio civilizado", isto é, bilíngue (LGA-LP), e entre todos os convidados, cerca de sessenta índios e mamelucos, "alguns deles sabiam português, mas a língua tupi era a única que falavam entre si" (Bates, 1979, pp. 120, 195, 210).

Nessa mesma época, o colega de Bates, Alfred Wallace, encontrou, no alto Solimões, famílias europeias que haviam optado pelo uso da língua geral no espaço doméstico. Entre elas, a de um fran-

cês, residente há mais de vinte anos na região, que "criou o hábito de conversar com a mulher e os filhos em língua geral, achando-o preferível ao francês ou ao português". Encontrou ainda diversos colonos portugueses cujos filhos eram monolíngues em língua geral. No alto rio Negro, na vila de Marabitanas, assistiu à celebração de casamentos oficiada por frei José dos Santos Inocentes, seguida de um sermão que "teria sido extremamente útil para os noivos se eles tivessem compreendido. Mas, como o sacerdote falou em português, de nada adiantou (Wallace, 1979, pp. 146-7, 293).
Entretanto, essa situação começou a mudar a partir da segunda metade do século XIX, quando a navegação a vapor facilitou a entrada de imigrantes provenientes de outras regiões do Brasil e de Portugal, trazendo consigo a língua portuguesa, que iniciou sua subida pelo rio Amazonas e seus afluentes, instalando-se em vilas e povoados. Notícias sobre o início dessa alteração foram dadas pelo capitão de artilharia Joaquim Firmino Xavier, um paulista que comandou os fortes de Tabatinga, no alto Solimões, e o de São José de Marabitanas, no rio Negro. Em relatório de 1858, reproduzido por Avé-Lallemant, o capitão Firmino atesta que a população ticuna do alto Solimões – que vivia em Tefé, Amaturá e São Paulo de Olivença – já começava a falar "um péssimo português". No rio Negro, em cerca de vinte povoações e aldeias, nominalmente citadas, a língua portuguesa era falada "muito mal" pelos homens adultos, mas era desconhecida das mulheres – bilíngues em LGA e língua vernácula – e das crianças – em geral, monolíngues em baré, warekena, baniwa, tukano, mutum e outras línguas. Numa povoação, São Felipe, ele notou um caso singular de bilinguismo: "Os homens são quase todos mamelucos e falam bem o português; as mulheres, ao contrário, são bronzeadas e só falam a língua geral" (Avé-Lallemant, 1980, pp. 124-37).

A situação de São Felipe e de outras povoações do rio Negro obrigava os homens a usarem o português apenas para alguns tipos de contatos externos e situações especiais, destinando a língua ge-

ral ao uso doméstico, cotidiano. A reprodução das línguas se fazia basicamente através do núcleo familiar, mas eram as mulheres que desempenhavam papel preponderante. Na medida em que elas não falavam o português, as crianças acabavam reproduzindo a situação das mães, tornando-se ou bilíngues (LGA-LI) ou monolíngues (LGA). Um caso relatado por Wallace, ocorrido num vilarejo chamado Nossa Senhora da Guia – próximo a São Gabriel, no rio Negro – e habitado por índios Baré, Warekena e Baniwa, ilustra o papel que a língua portuguesa estava desempenhando na nova ordem social. Lá, ele ficou hospedado em casa de um português, pai de cinco filhas, que se separou da mulher porque ela "mostrou-se incapaz de educá-las adequadamente, visto que nem sequer sabia falar o português. Sem hesitar, ele a pôs para fora de casa e arranjou outra mulher mais jovem e educada", justificando: "Ela era índia e só sabia falar língua de índio. Enquanto minhas filhas ficassem em sua companhia, nunca iriam aprender o português!" (Wallace, 1979, p. 136).

Esse episódio evidencia, além da perda de funções da LGA, a importância e o prestígio que, para as práticas sociais mais valorizadas, a língua portuguesa foi ganhando. Nesse sentido, o papel da escrita compõe o quadro de referência. A quase totalidade da população das vilas do rio Negro nunca havia visto um livro, como atesta o capitão Firmino: "Em Marabitanas, apenas dois habitantes sabiam ler e escrever; em Guia, um, e nas outras, nenhum" (Avé-Lallemant, 1980, p. 130). Essa situação podia ser generalizada para o alto Amazonas. De tradição basicamente oral, a língua geral se sustentava, num contexto em que 93% da população (em 1850) eram iletrados, 6,5% sabiam ler e escrever, e apenas 0,5% tinha "mais instrução que a ordinária". Segundo o comandante militar Lourenço Amazonas, nessa época, "só existiam em toda a comarca três cadeiras de primeiras letras" e, assim mesmo, muitas vezes ficavam sem professor, levando-o a concluir: "o desleixo pela instrução não direi que admira, mas que espanta" (Amazonas, 1852, p. 25). Depois que o Amazonas foi elevado à categoria de província,

em 1850, as vilas e muitas povoações ganharam uma escola, cujo funcionamento foi avaliado, em 1861, pelo poeta Gonçalves Dias. Nomeado visitador das escolas da província, ele constatou – como vimos – que o sistema não funcionava porque na sala de aula era usado o português, quando a língua falada em casa, na rua e em todos os lugares era a geral. O poeta recomendou, no entanto, a continuidade do uso obrigatório do português, para habituar as pessoas a falá-lo, e ao mesmo tempo desabituá-las com a LGA (Dias, 1861, p. 16), o que passou a ser feito em escala cada vez maior. O número de escolas públicas oficiais duplicou, em 12 anos, subindo de 25, em 1864, para 49, em 1876, e atingindo, dez anos depois, o total de 109 escolas primárias em toda a província do Amazonas (Bittencourt, 1925, pp. 281-7).

A escola, ao transformar índios "tapuios" em "civilizados", em muito contribuiu para que as vilas e povoações do Amazonas deixassem de ser monolíngues em línguas geral, passando por uma fase de transição em que predominou o bilinguismo (LGA-LP). Mas foi sobretudo o fluxo migratório contínuo de nordestinos que provocou mudanças no quadro sociolinguístico. O total da população de vilas e povoações, muitas das quais convertidas em cidades, pulou de 53.012 habitantes, em 1872, para 147.915 indivíduos em 1890, daí para 249.756 em 1900. Em 1920, o total da população dos 28 municípios nos quais se dividia o estado do Amazonas já era de 361.166 (Bittencourt, 1925, p. 151).

Aconteceu no alto Amazonas o que já havia sido observado no Pará: "Os costumes mudaram rapidamente depois que os navios começaram a subir o Amazonas (1853), trazendo uma infinidade de ideias e de boas-novas" (Bates, 1979, p. 141). Com elas, vieram também muitos produtos de consumo, transportados da Europa pelos navios que voltaram carregados de borracha. O comércio cresceu, de 1850 a 1856, em mais de 300%, segundo Tavares Bastos (1866, p. 209). Num castanhal perdido nas matas do rio Arapecu, afluente do Trombetas, José Veríssimo viu, em 1877, dentro de uma cabana

ou barraca, "uma máquina de costura da fábrica Singer". Não era um caso isolado. Ele mesmo comenta: "Esse invento, porventura o mais importante do século, tem entrado por toda a parte e não é raro encontrá-lo em lugares tão inferiores como os castanhais" (Veríssimo, 1878, p. 51). Nos locais onde entravam os produtos europeus industrializados, operava-se uma ruptura na rede tradicional de comércio – base de sustentação da língua geral – e eram criadas as condições objetivas para a hegemonia da língua portuguesa. Foi o que aconteceu no rio Solimões e nos principais afluentes do Amazonas, onde predominou a exploração da borracha, e onde, na virada para o século XX, o português tornara-se hegemônico. A língua geral permaneceu com certa força apenas nas povoações do rio Negro – onde coexistia com outras línguas indígenas e com o próprio português –, nas cabeceiras dos rios mais afastados e nos sertões, nos quais o navio a vapor não entrava.[32]

Nas aldeias, os "índios mansos"

> *Cada nação fala sua gíria, e he muito raro achar-se alguma que com outra se assemelhe, [...] porém todas as nações que se relacionão com os estabelecimentos christãos fallão a lingoa geral ou túpica.*
>
> Amazonas, 1852, p. 90

Com exceção de cidades, vilas e povoações – onde era possível, em 1820, encontrar "gente de origem europeia" –, os aglomerados humanos existentes no espaço amazônico eram ocupados apenas

[32] Uma boa descrição do funcionamento da rede de comércio tradicional, baseada no regatão ou "ambulante", que circulava em pequenas embarcações movidas a remo, encontra-se no relatório do capitão Firmino sobre a situação do rio Negro, datado de 1858: "Um desses ambulantes adianta a um índio não civilizado cem, duzentos, trezentos mil-réis de artigos que, pagos pelo seu valor real, mal perfaziam dez, vinte ou trinta mil-réis. E, a fim de pagá-los, o índio tem de trabalhar anos inteiros, evitar a atenção das autoridades, deixar a aldeia e não empregar-se em serviço público. [...] Esses ambulantes são cancros, que infestam as margens do rio Negro, e causadores do atraso dos índios"(Avé-Lallemant, 1980, p. 131).

por povos originários da região. Segundo o testemunho de viajantes, "todo o vasto território, até imensa distância, é exclusivamente habitado por tribos de índios muito espaçadas, entre as quais nenhuma família europeia tomou pé" (Spix e Martius, 1981, p. 97). Esses índios, monolíngues (LI), eram designados "selvagens", "errantes", "boçais" ou "bravios", quando viviam em aldeias autônomas, afastadas de qualquer contato com a sociedade regional; e de índios "mansos", quando abandonavam essas aldeias de origem para residir em aldeamentos dependentes da Igreja ou do Estado, onde se tornavam bilíngues (LI – LGA) em contatos esporádicos com a sociedade regional envolvente.

No final da Cabanagem, em 1839, o presidente da província do Pará, Bernardo de Souza Franco, embora reconhecendo a impossibilidade de determinar o número de índios "selvagens", admitiu que eles podiam chegar a 200 mil – uma população ligeiramente superior ao total dos habitantes de cidades, vilas e povoações amazônicas da época. Essa estimativa parece acanhada, se confrontada com o cálculo da população de alguns grupos étnicos: os Mura, por exemplo, que se haviam expandido do rio Madeira para outras áreas dos rios Negros, Amazonas e Solimões, tinham uma população considerada entre 30 e 40 mil indivíduos; os Munduruku do rio Tapajós foram avaliados entre 18 e 40 mil pessoas; os Mawé, que viviam em centenas de malocas redondas entre os rios Tapajós e Madeira, somavam, no mínimo, 16 mil índios (Spix e Martius, 1981, pp. 120, 276 e 279). Esses eram, no século XIX, os três grupos demograficamente mais importantes.

No entanto, em 1840, havia só no alto Amazonas outras 213 "nações indígenas", segundo Lourenço da Silva Amazonas, que apresentou uma longa lista, em ordem alfabética, nomeando cada uma delas e indicando os rios, regiões, aldeias e lugares onde se localizavam (Amazonas, 1852, pp. 93-9). Se considerarmos uma média de 1.500 índios por nação, o total se aproximaria bastante do 350 mil índios "selvagens", calculados para toda a Amazônia,

em 1876, pelo ex-presidente da província do Pará, general Couto de Magalhães, para quem os brasileiros "não têm ideias precisas das grandes extensões do nosso país que são ainda dominadas pelos aborígines". Depois de estudar a densidade demográfica da região, ele atribuiu tal desinformação a uma generalização equivocada: "Como os índios desapareceram da costa, muitos os supõem quase extintos, julgando que a área povoada pelo brasileiro cristão é a quase totalidade de nosso país. A verdade é justamente o contrário, como ficou demonstrado" (Magalhães, 1975, p. 30).

A quantidade incalculável de índios "selvagens" falando mais de duzentas línguas diferentes constituía o reservatório do qual eram retirados os moradores dos aldeamentos, organizados com a colaboração da Igreja, porém sob o controle do Estado. Durante a primeira metade do século XIX, essas aldeias, relativamente esvaziadas, ficaram sob a responsabilidade do juiz de órfãos e, depois, do ouvidor da comarca, com intervenção esporádica de missionários. Mas, em 1845, o Decreto Imperial nº 426 regulamentou, para todo o Brasil, a catequese e a civilização dos índios, determinando como deviam ser feitos o recrutamento, a formação dos aldeamentos e o funcionamento das missões; cada província contaria com um diretor-geral de índios, nomeado pelo imperador, e cada aldeia com um diretor parcial e um missionário responsável, entre outras funções, pela escola de primeiras letras, que devia "ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violência se dispuserem a adquirir essa instrução" (*Regulamento das missões* em Beozzo, 1983, pp. 169-78).[33]

Depois de criada a província do Amazonas, em 1850, o governo desenvolveu uma política de aldeamentos, caracterizando-

[33] O *Regulamento das missões*, promulgado em 1845, "é o único documento indigenista geral do Império. Detalhado ao extremo, é mais um documento administrativo do que um plano político. Prolonga o sistema de aldeamentos e, explicitamente, o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios. Depois dele, a única inovação perceptível é, nos anos 1870, a experiência de Couto de Magalhães no vale do rio Araguaia, que o governo pretendeu estender ao Amazonas e ao Mucuri ou ao rio Doce" (Cunha, 1992, p. 141).

os nitidamente como "depósitos" ou "currais" de índios, que funcionavam como reserva de mão de obra tanto para as obras públicas como para o serviço de particulares. O sistema de trabalho, de acordo com o regulamento vigente, era baseado no rodízio: o presidente da província requisitava dos diretores parciais de aldeias o envio de um número determinado de índios que eram, então, transportados para a capital ou para as vilas e povoações, e lá permaneciam durante dois ou três meses, findos os quais retornavam ao aldeamento e eram substituídos por outros contingentes. Eles eram empregados em calçamento de ruas, praças, aterros, construção de igrejas, cadeias, quartéis, mercados, edifícios públicos, tripulação de canoas das comitivas oficiais e do correio oficial, ou na extração de produtos da floresta. Nas leis orçamentárias, ano após ano, são abertas verbas do crédito governamental para a alimentação e o vestuário dos índios que trabalhavam nas obras públicas.

No ano de 1853, por exemplo, os índios participaram, nesse sistema de rodízio, em Manaus, da construção do quartel, da olaria provincial e da serraria, merecendo elogios do presidente da província, Ferreira Pena: "Quase todos os trabalhadores são índios do alto Rio Negro, que recebendo pontualmente seus jornais no fim de cada semana [...] têm-se prestado ao serviço de melhor vontade que dantes" (RP – Pena, 1854, p. 14). Na realidade, o pagamento dos jornais era um prato diário de comida e poucos metros de pano de algodão no final da empreitada. Contrariando a imagem de "indolente" difundida na região, o presidente da província elogiou a "conduta pacífica e laboriosa" dos índios das aldeias do rio Negro, diferente dos Mura, considerados "rixosos", porque resistiam ao trabalho compulsório. No entanto, ele lamenta que nenhum índio queria fixar-se na capital, preferindo voltar ao local de origem logo após o final do prazo de rodízio, o que dificultava a capacitação nos ofícios mecânicos – mal começavam a se adaptar ao trabalho, já era o momento de retornar: "Nem me

parece conveniente obrigá-los a ficar, para que não se desgostem" (RP – Pena, 1854, p. 15).

A política de aldeamentos ou de formação de "currais de índios" teve notável êxito do ponto de vista quantitativo. Ela foi precedida de várias viagens exploratórias,[34] organizadas pelo governo, com o objetivo de "entender-se com as tribos indígenas para se informar de suas inclinações e disposições para a vida civilizada" (RP – Cunha, 1862, p. 5). A ideia, também, era avaliar o potencial de mão de obra e escolher os lugares considerados mais propícios para os novos aldeamentos. Milhares de índios abandonaram compulsoriamente suas aldeias de origem, ano após ano, num processo relativamente bem documentado para a província do Amazonas, durante pelo menos uma década, na qual os diretores obedeceram à legislação e confeccionaram mapas estatísticos de cada aldeamento. Esses mapas, publicados como anexos nas falas dos presidentes de província e nos relatórios da Diretoria Geral de Índios, discriminam – aldeia por aldeia – o número de casas, fogos ou malocas, o número de igrejas, o total de homens e mulheres, de adultos e de menores, bem como a origem tribal de seus habitantes e o nome do diretor da aldeia; há ainda um campo para observações, que era ocupado quase sempre com dados sobre as atividades econômicas ali realizadas. Vale a pena reproduzir aqui pelo menos um quadro resumido de seu conteúdo, apresentados os totais gerais:

[34] Os relatos dessas expedições constituem fontes indispensáveis para tratar da situação dos índios aldeados, classificados como "mansos". Duas expedições foram feitas no Solimões, saindo de Manaus até o Peru: a primeira, sob a responsabilidade do engenheiro militar Conde Rozwadowski (1854), e a segunda por Wilkens de Mattos (1854). No rio Negro, igualmente duas viagens exploratórias: Hilário de Gurjão (1854) e Leovigildo Coelho (1861); o rio Madeira foi explorado por Silva Coutinho (1861) e o rio Purus, por Manoel Urbano da Encarnação (1861).

Índios aldeados na província do Amazonas

	1856	1857	1858	1860	1862	1866
Habitantes	6.748	10.260	8.878	15.832	13.676	17.385
Aldeamentos	104	139	~	~	160	196
Casas, fogos ou malocas	510	671	686	1.013	~	757
Igrejas	13	16	9	~	~	21
Sedes de Diretoria	24	24	27	49	40	38

Fontes: Relatórios da Diretoria Geral dos Índios no Amazonas: Mattos (1858); Mattos (1870); Guimarães (1866); Livro 1856-1857 de Ofícios da Diretoria de Índios. Relatórios dos presidentes da província do Amazonas: Vieira (1856); Amaral (1858); Furtado (1858); Cunha (1861); Cunha (1864) e Mello (1866).

Em 1858, a diminuição dos índios aldeados ocorreu porque, no rio Negro, mais de 3 mil índios abandonaram suas aldeias e fugiram para a Venezuela, em decorrência da violenta repressão que sobre eles se abateu quando da tentativa de aniquilamento do movimento messiânico do "falso Christo".[35]

Já a redução, em 1862, reflete a incompletude dos mapas estatísticos, que deixaram de fora muitos dos aldeamentos. De qualquer forma, em apenas dez anos – de 1856 a 1866 – o número de aldeias quase duplicou, aumentando de 104 para 196, e o número de índios para aldeados quase triplicou, subindo de 6.748 para 17.385, o que disponibilizou uma considerável reserva de mão de obra indígena.

Do ponto de vista sociolinguístico, o sistema de rodízio permitia que esses índios aprendessem a interagir – embora de forma elementar – em língua geral, ao obrigá-los a se deslocarem durante um período do ano para as cidades, vilas e povoações, contribuindo, em grande medida, para torná-los bilíngues (LI-LGA). Por isso, o predomínio de uma aprendizagem por imersão, já que as escolas,

[35] Na região do rio Negro, a partir da década de 1850, eclodiram vários movimentos messiânicos e milenaristas, começando com Venâncio Kamiko, conhecido como "Cristo do Içana", em 1857, seguido por Basílio Melgueiro, que se dizia um novo Cristo, até os últimos messias no começo do século XX. Esses movimentos estão bem documentados na revista do Arquivo Público do Amazonas (APA), no registro de viajantes como Avé-Lallemant, na tradição oral dos índios e no trabalho de Wright (1981).

previstas em lei, não chegaram a ser criadas nos aldeamentos, mesmo porque, durante o resto do ano, seus moradores se dedicavam ao extrativismo – cujos produtos eram trocados com comerciantes, relação em que também era indispensável o uso dessa segunda língua. Mas nem todos os índios aldeados eram bilíngues, e nem todos os bilíngues usavam a LGA com igual fluência, como notou Bates numa excursão aos arredores de Ega, no rio Catuá. Lá, numa ilha do mesmo nome, ele encontrou uma população – da qual fazia parte uma família de índios Xumana – que "tinha sido vergonhosamente lograda por um mercador velhaco, numa outra praia, e quando nós chegamos, veio apresentar queixa ao Sr. Cardoso, que era o delegado de polícia do distrito. A maneira branda como o velho chefe da família expôs o seu caso, num tupi estropiado, sem o mais leve traço de raiva na voz, conquistou nossas simpatias para a sua causa" (Bates, 1979, p. 244).

A língua geral era, assim, instrumento indispensável para as relações comerciais e políticas dos índios e até para funções administrativas, permitindo registrar queixas, fazer requerimentos, trocar produtos e comunicar-se com as autoridades locais, ainda que apenas através do registro oral. De qualquer forma, nesse contexto, aparecia como "língua de civilização", porque servia de contato com a administração local e de elo com os visitantes forasteiros, fato percebido por vários viajantes que manifestavam seu desconforto diante das línguas vernáculas e seu alívio quando encontravam nas aldeias algum falante de LGA. Martius, ao subir o rio Japurá, visitou aldeias miranhas cujos habitantes eram monolíngues (LI) e, por isso, considerados "rudes" e "selvagens". Já os índios de outra aldeia, dos Juri, foram reputados como "um povinho civilizado" porque a maioria falava língua geral, o que permitiu inclusive solucionar problemas de saúde de alguns membros da comitiva (Spix e Martius, 1981, p. 248). Similar atitude teve Avé-Lallemant, para quem as "gírias e jargões" dos índios "selvagens" não constituíam línguas "perfeitamente articuladas", o que representava "grande

obstáculo para a civilização" (Avé-Lallemant, 1980, p. 142). Reeditando antigos discursos coloniais, o príncipe Adalberto da Prússia registrou os mesmos comentários quando viajou pelo rio Xingu, em 1842, e conseguiu estabelecer comunicação com os Juruna, através da língua geral (Adalberto, 1977, p. 170).

A situação sociolinguística dos índios "mansos" dos aldeamentos talvez possa ser generalizada a partir das observações feitas por Wallace sobre os Mura, cuja língua está absolutamente distanciada do tronco tupi:

> Os Mura [...] utilizam-se ainda de sua linguagem particular quando conversam entre si, mas já compreendem e dominam suficientemente a língua geral, empregando-a em seus contatos com os comerciantes, aos quais fornecem salsaparrilha, óleo extraído dos ovos de tartaruga, azeite de peixe-boi, castanhas-do-pará e estopa – que é o córtice das castanheiras jovens, sendo utilizada em ampla escala na região para a calafetagem de canoas. Em troca, recebem tecidos de algodão, arpões, pontas de flechas, anzóis, contas, facas, machadinhas etc. (Wallace, 1979, p. 313).

A política em relação aos índios ditos "selvagens" sofreu mudanças radicais, a partir da década de 1870, quando os novos índios contratados passam a ser canalizados diretamente para os seringais, destinados ao trabalho de extração da borracha, como ocorreu com os que habitavam os rios Purus e Juruá, em seus cursos médio e alto. Com o esvaziamento dos aldeamentos, e a consequente extinção do sistema de rodízio em obras públicas, coube aos seringais o papel de converter esses índios em "mansos". No entanto, a língua geral ficou de fora desse processo. Uma vez que o português, falado por milhares de nordestinos, predominava nos seringais, os índios passaram a usá-lo como segunda língua, tornando-se bilíngues (LI-LP) sem nunca haverem sido usuários da língua geral. Esta cedia ao português a função de língua de comunicação regional.

O declínio da LGA

> *Na hora em que escrevo isto, tenho como auxiliar do trabalho das lendas, que vai adiante, um soldado do 2º Regimento de Artilharia, que quase não fala o português, e me diz que desde seus bisavós sua família é cristã. Asseverou-se um médico de exercito que, aqui na Corte, morreu este ano de nostalgia um soldado que não falava o português e chamava-se Patrocínio, do 2º Regimento de Artilharia. Em Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas estes exemplos são numerosos.*
>
> Magalhães, 1876, p. 138

Procuramos demonstrar aqui, com a ajuda da documentação histórica, que a população da Amazônia entrou no século XIX falando majoritariamente a língua geral, de forma diferenciada nas cidades, nas vilas e povoações, e nos próprios aldeamentos indígenas. No baixo Amazonas, o uso da LGA era alternado com o português, e, no alto Amazonas, com línguas vernáculas, numa situação de bilinguismo que variava em função da localização geográfica e da dimensão histórica e demográfica dos núcleos em que essas línguas eram faladas. No entanto, na passagem para o século XX, a língua portuguesa já era hegemônica, ficando a LGA confinada à região do rio Negro. Isso se explica, a partir de 1823 – depois da adesão do Pará ao Brasil, já independente –, pelo início de um processo que, por um lado, diminuiu o número de falantes da LGA – seja na categoria de monolíngues, seja na de bilíngues – e, por outro, aumentou o número de falantes monolíngues de português. Esse fato obedeceu a um ritmo e a uma cronologia que não foram os mesmos para todo o território. Inicialmente, foi lento e gradual, acelerando-se posteriormente em decorrência de vários fatores assinalados aqui: a Cabanagem, a Guerra do Paraguai – cujas

consequências demográficas para a região foram catastróficas –, a escolarização, a mudança do sistema de transporte e comércio e a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho como produtora de borracha – o que provocou a entrada de grandes contingentes de nordestinos.

Na Cabanagem, morreram 40 mil pessoas, ou seja, um quarto de toda a população recenseada do Grão-Pará, que compreendia a área dos atuais estados do Amazonas e Pará. O número de mortos – quase todos falantes de LGA – equivalia, na época, a toda a população da comarca do alto Amazonas. Os cabanos eram, em sua maioria, tapuios e, portanto, falantes de língua geral, geralmente na condição de monolíngues. Sua participação no movimento foi tão maciça que "tornou o nome tapuio um sinônimo frequente para cabano", usado até mesmo na documentação oficial – inquéritos, atas e relatórios. Um desses documentos, estudado por Moreira Neto – uma relação cuidadosa de presos na corveta Defensora –, identifica a procedência étnica dos mortos no período de agosto de 1837 a dezembro de 1838.[36] Do total de 229 cabanos, apenas 6,9% foram identificados como brancos, 39,7% como "tapuios" e os demais enquadrados no item "populações de cor": índios (5,6%), mamelucos (9,1%), mestiços (6,1%), mulatos (15,7%), cafuzos (7,8%), pretos (4,3%) e pardos (3,9%). "Os tapuios representam, como seria de esperar, a categoria mais numerosa" (Moreira Neto, 1988, pp. 66-7).

A Cabanagem talvez tenha sido a última oportunidade histórica de sobrevivência de uma sociedade tapuia falante de LGA. A derrota dos cabanos marca o início do processo de declínio de uma língua que, durante dois séculos e meio, se expandiu por todo o vale amazônico e, a partir da revolta, começou a perder falantes e funções.

[36] Trata-se de um manuscrito, assinado em 1º de janeiro de 1839, pelo brigadeiro português Soares d'Andréa, responsável pela repressão à Cabanagem, intitulado "Rellação dos prezos rebeldes, fallecidos a bordo da corveta Defensora desde 4 de agosto de 1837, thé 31 de dezembro de 1838". O original, pertencente ao acervo do Arquivo Nacional de Rio de Janeiro, foi transcrito e publicado por Moreira Neto (1988, pp. 281-314).

O outro acontecimento, várias vezes mencionado neste capítulo, foi a Guerra do Paraguai, que deixou a floresta "mergulhada em profunda tristeza" e golpeou mortalmente a economia regional, retirando dela grande número de homens – tanto os que foram recrutados como os que fugiram do recrutamento. Durante cinco anos, tropas do governo vasculharam a região, agarrando índios "mansos" e "tapuios", "em qualquer lugar em que fossem encontrados, sem considerações de idade ou circunstâncias", e no caso de resistência, "levavam-nos à força, muitas vezes com algemas e pesados ferros nos pés". A província do Amazonas, a mais despovoada do Império, forneceu, proporcionalmente, mais "voluntários" do que qualquer outra província, suportando "parte maior do que a que lhe devia caber no pesado encargo da guerra". Segundo o casal Agassiz, que testemunhou vários recrutamentos violentos, "os índios sem defesa, espalhados pelos seus aldeamentos isolados, foram particularmente vítimas dessa falta de equidade" (Agassiz, 1975, pp. 161-75). De 1865 a 1868, foram enviados um total de 2.070 homens, dos quais 746 eram "voluntários" dos municípios do baixo Amazonas e 1.324 da província do Amazonas.

Desses últimos, sobraram, no final da guerra, apenas 55 soldados, comandados pelo capitão Marcelino José Nery, que regressaram a Manaus em julho de 1870 (Bittencourt, 1925, p. 278). Mais de 1.250 falantes de língua geral – homens, adultos, muitos deles monolíngues – ficaram sepultados em terras paraguaias.

Enquanto a LGA perdia falantes e funções, o português se expandia, graças, em grande medida, à escola e à navegação a vapor. O uso obrigatório do idioma europeu na escola foi abordado aqui, neste capítulo e no anterior, ainda que de forma resumida. Já a navegação a vapor, mencionada várias vezes, merece ainda um comentário adicional. Até meados do século XIX, toda a navegação no rio Amazonas era feita em embarcações a remo, que exigiam um esforço sobre-humano dos remeiros para enfrentar a violência da corrente, sobretudo na subida do rio, ou em barcos à vela, o que os

forçava a permanecerem ancorados durante muitos dias, à espera do vento leste, ou a usarem a alternativa de subir laboriosamente a corrente, com a ajuda de cabos e cordas, amarrando-se uma das extremidades no mastro do veleiro e a outra passada à volta do tronco de uma árvore. Os tripulantes puxavam o veleiro até o ponto no qual se achava a árvore, depois embarcavam de novo na canoa, e levavam o cabo mais adiante, repetindo a operação um sem-número de vezes. "Por isso, a viagem subindo o rio era mais difícil do que para as Índias Orientais" (Avé-Lallemant, 1980, p. 60). Quando os dois naturalistas ingleses Wallace e Bates realizaram sua primeira viagem de subida, em 1849, "a comunicação com o alto Amazonas vinha-se tornando menos frequente fazia algum tempo, devido à crescente dificuldade de se obterem tripulantes para os barcos". Levava-se, então, cerca de três meses para completar um percurso de 1.500 km, de Belém a Manaus, na foz do rio Negro, ou até cinco meses, dependendo do tipo de embarcação e da época do ano. "Foi um grande melhoramento para os habitantes da região o estabelecimento de uma linha de vapores em 1853, permitindo que essa viagem fosse feita em oito dias, com tranquilidade e conforto, e em qualquer época do ano" (Bates, 1979, pp. 91-2).

O sistema tradicional de navegação e comércio favorecia a reprodução da língua geral, na medida em que limitava os contatos de seus usuários, espalhados pelas vilas e povoações da região, com os falantes de português. A introdução de um novo sistema representou uma verdadeira revolução na economia e na cultura da região, prevista por um oficial da Marinha britânica, H. Lister Maw, que, vindo dos Andes, desceu o rio Amazonas em 1828: "Estou persuadido de que o início da navegação a vapor no Amazonas e seus tributários produzirá um efeito quase mágico, e estou certo que, dez anos depois, o viajante que atravesse a região não será mais ou mesmo" (Maw, 1831, p. 297).

Quando o casal Agassiz passou pelo rio Amazonas, em 1865, sua calha central já era cruzada por 12 a 15 navios a vapor da

Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, criada pelo barão de Mauá, o que produziu, efetivamente, um efeito quase mágico na vida da população. Vinte e cinco anos depois, em 1890, o rio Amazonas era "sulcado por mais de cem vapores, de todas as lotações, e as bandeiras de muitas nações diversas tremulavam em seus mastros" (Marajó, 1895, p. 46). Os vapores trouxeram cerca de 500 mil nordestinos, no período de 1872 a 1910, distribuídos pelos seringais, vilas e povoações, todos eles portadores da língua portuguesa, o que provocou a modificação do quadro sociolinguístico da Amazônia e retirou da língua geral qualquer possibilidade de continuar em expansão (Furtado, 1959, p. 158).

O presente capítulo pretendeu dar inteligibilidade à evolução desse quadro ao trazer elementos históricos que permitiram destacar os três momentos pelos quais passou a LGA, definidos por Schmidt-Rise (2000, p. 15) como expansão, decadência e indigenização. No início do século XIX, a LGA consolidou o processo de expansão, iniciado duzentos anos antes, adquirindo novos falantes e novas funções, e tornando-se a língua de toda sociedade amazônica. Em meados do século, entrou em declínio, perdeu falantes e funções e passou a ser a língua apenas dos "tapuios" e "caboclos". Na passagem para o século XX, ela voltou a ser uma língua de índios, usada quase exclusivamente por povos do rio Negro e alguns comerciantes, com funções precisas e localizadas. Mesmo limitada territorial e funcionalmente, a LGA manteve sua vitalidade, concorrendo para uma produção literária oral, rica e diversificada. A complexidade linguística da região é de tal forma visível que é parte constitutiva da composição literária. É nesse contexto que deve ser discutida sua produção, tanto a oral, em língua geral, coletada por vários estudiosos no século XIX, quanto a regional, escrita em português.

Assim, a literatura oral em LGA pode ser caracterizada como literatura tapuia, porque constitui um dos lugares em que é agenciada a experiência social e histórica dos tapuios e caboclos da Amazônia, embora suas origens possam estar enraizadas em tradições indíge-

nas específicas, originalmente divulgadas em línguas vernáculas. Nesse sentido, essa literatura tapuia guarda relação com o processo instável de formação das línguas. Já a literatura escrita em língua portuguesa dialoga com essa complexidade linguística ao elaborar sua identidade regional e tematizar as relações interétnicas em que, embora o "tapuio" e/ ou "caboclo" sejam personagens, não são suas experiências históricas, nem suas visões de mundo que organizam o texto literário.

Estudiosos como Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e Stradelli, responsáveis pela coleta da literatura oral em língua geral, consideram que as narrativas por eles registradas constituem um dos aspectos da dinâmica de vitalidade da LGA que dão legitimidade a seu objeto de estudo. O senso comum confere *status* de língua àquelas que têm determinados atributos – como, por exemplo, uma gramática explicitada, além de literatura. Desse modo, a gramática, ainda que de maneira restrita, circulava e era produzida desde o século XVII, enquanto a literatura não era reconhecida como tal, por se tratar de uma língua basicamente oral, sem um sistema de escrita ou práticas sociais nesse registro. Durante todo o período colonial, a criação de um *corpus* para conferir legitimidade a essa língua excluiu o discurso literário, tanto pelo pressuposto da Inquisição de que as narrativas míticas eram heréticas como pelo não reconhecimento de atributos literários a esse tipo de registro, basicamente oral. Somente na segunda metade do século XIX, ele ganha valor.

Assim, mais que recolher e registrar as manifestações literárias em LGA e representar um *corpus* exemplificativo da língua, evidencia essa produção a representação cristalizada das amostras "naturais" da língua, capaz de estabelecer modelos de referência.

Da língua geral ao português

O papagaio é um bicho inteligente,
ele fala toda a língua,
até a língua amazonense.[37]
Papagaio louro, oi, oi,
do bico dourado, oi, oi,
Ele falava tanto,
ele falava tanto,
e agora está calado.

Letra de uma música de carimbó

A história social das línguas é um campo de conhecimento de caráter transdisciplinar ainda pouco explorado. A pesquisa da trajetória histórica das línguas – seus usos e funções, e as formas como se reproduziram num determinado espaço geográfico e político – acaba contribuindo para organizar o próprio tecido histórico, revelando aspectos básicos sobre a identidade e a memória coletiva. Fornece ao historiador, além disso, critérios para a abordagem crítica das fontes e, ao linguista, pistas que podem iluminar a própria história interna das línguas. No caso do território brasileiro, e mais especificamente da Amazônia, as fontes históricas estão sendo mapeadas e, sobretudo, começam a ser interrogadas por historiadores e sociolinguistas interessados em conhecer como e quando a língua portuguesa se tornou hegemônica, e o que aconteceu com as línguas indígenas que eram aqui faladas e com as línguas de origem africana que para cá foram transplantadas. Procura-se acompanhar a história do contato entre essas línguas, observar as relações entre

[37] Existe uma variante, para essa parte, que se refere à "língua paraense".

elas e formular hipóteses sobre as influências que exerceram umas sobre as outras para, dessa forma, dar inteligibilidade à própria organização da sociedade.

O quadro de línguas da Amazônia, apresentado na primeira parte do livro, constitui um dos indícios que reforça outras evidências pré-históricas de que a região formava um arquipélago multiétnico e plurilíngue, identificado hoje como "cultura da floresta tropical". Tratava-se de um ambiente com relativa unidade geográfica, mas com uma grande diversidade cultural e política, no qual se desenvolveram várias centenas de línguas, pertencentes a diferentes troncos linguísticos.

A chegada do europeu ao Amazonas, considerado então "rio Babel", implicou rupturas e um reordenamento catastrófico, que encontrou na língua um dos princípios organizadores. Através dela, foram feitas tentativas de integração das sociedades indígenas à economia mercantil. A forma predatória que caracterizou o relacionamento do colonizador com os povos indígenas se estendeu também às línguas, de modo que, quando se criou uma unidade política na região – o estado do Maranhão e Grão-Pará –, foram acionadas intervenções deliberadas por parte do Estado e da Igreja, com propostas de atingir também uma unidade linguística, em função dos interesses coloniais, o que concorreu para o desaparecimento e a extinção de muitas línguas.

Na busca por essa unidade, as políticas de línguas sofreram mudanças, passando por diferentes etapas cuja periodização, retomada aqui no terceiro capítulo, representou uma tentativa de se estabelecerem marcos visíveis para conferir inteligibilidade às medidas e decisões, que se articulavam com outras, sobretudo com a política relacionada à mão de obra indígena e à catequese. Essas políticas distinguiam dois tipos de línguas: as gerais e as particulares. As línguas gerais eram aquelas que permitiam a comunicação interétnica, entre falantes de diferentes línguas particulares, que compartilhavam determinado espaço geográfico.

Os portugueses fortaleceram as línguas gerais nos dois Estados que criaram em território americano – o Brasil e o Grão-Pará –, pois viabilizavam o projeto colonial, na medida em que permitiam uma comunicação mais ampla, contornando a necessidade de se conhecerem várias centenas de línguas particulares, que eram faladas em cada estado brasileiro.

Dessa forma, uma língua indígena – o tupinambá – que já servia de elo entre alguns grupos na foz do rio Amazonas e na costa do Salgado foi escolhida para desempenhar as funções de língua geral e se firmar como língua de coesão regional, expandindo-se por toda a Amazônia, com o apoio institucional da Igreja e da Coroa portuguesa. Para consolidar o processo colonial, o lugar da língua geral foi referendado quando institucionalmente se acatou e até se recomendou seu uso nas práticas comunicativas do dia a dia, tanto na administração política e religiosa quanto nas relações de produção.

Os incentivos oficiais que fomentaram o uso da língua geral, cujas consequências afetaram a circulação da língua portuguesa e das demais línguas indígenas, constituíram o estímulo para sua expansão até meados do século XVIII, quando, por razões de ordem geopolítica – analisadas no capítulo terceiro –, a Coroa decidiu portugalizar todo o Grão-Pará, tornando obrigatório o uso do português. Tal proposta, inexequível no século anterior, tornou-se tecnicamente viável, graças, em tese, à universalização da língua geral, que havia dotado a região de uma relativa unidade linguística, anteriormente desconhecida. Naquele momento, não se tratava mais de converter em usuários do português os índios "selvagens", monolíngues em centenas de línguas particulares, mas de fazer com que índios "mansos" e "tapuios", catequizados, todos competentes em uma língua – a geral –, adquirissem a língua portuguesa, transformando-se em "índios civilizados" e "caboclos". O deslocamento era, portanto, de uma única língua de base indígena para o português, envolvendo, assim, duas línguas que haviam mantido contato contínuo por quase dois séculos, com a realização

de empréstimos mútuos, e não mais o deslocamento que se mostrara historicamente inviável de centenas de línguas indígenas para uma língua europeia, da qual estavam tipologicamente distanciadas. Dessa maneira, a LGA, num longo processo que atravessou várias gerações, serviu de ponte que permitiu a passagem do monolinguismo em língua vernácula para o monolinguismo em português, depois de vivenciar situações variadas de bilinguismo. No entanto, apesar das intenções então declaradas quanto à portugalização da região, os objetivos não foram imediatamente atingidos, o que só ocorreu no século XIX.

Por isso mesmo, a evolução do quadro linguístico no século XIX mereceu uma abordagem à parte, no quarto capítulo, porque foi nesse período que a língua portuguesa se tornou hegemônica na região, em detrimento da LGA, que se tornou espacial, social e demograficamente limitada. A LGA passou, então, por uma trajetória composta de três momentos, ordenados a partir dos dados censitários aqui analisados: expansão, declínio e indigenização. Nas duas primeiras décadas do século XIX, continuou ainda a expansão iniciada nos séculos anteriores, ganhando novos falantes e novas funções, mesmo sem contar com o apoio institucional, consolidando-se como a língua de toda a sociedade amazônica, incluindo brancos, negros e mestiços. No entanto, essa expansão cessou quando o Estado do Grão-Pará se dissolveu como entidade autônoma, em 1823, passando a ser uma unidade subordinada ao Estado do Brasil, já independente de Portugal, em cujo litoral a língua portuguesa se tornara hegemônica havia mais de cem anos. Assim, a Amazônia deixou de contar com políticas de línguas formuladas especificamente para a região, para se submeter às decisões e medidas que o governo central elaborava para todo o território nacional brasileiro. A língua portuguesa se difunde pelo Grão-Pará, então dividido em duas províncias – Pará e Amazonas –, com apoio oficial efetivo, concretizado através do aparelho escolar, dos jornais e do livro. As migrações em grande escala de brasilei-

ros e portugueses para a Amazônia, o novo sistema de transporte baseado na navegação a vapor, a mudança no sistema comercial e o processo de urbanização contribuíram decisivamente para o avanço do idioma europeu.

Por outro lado, a Cabanagem primeiro e a Guerra do Paraguai depois aceleraram o processo de diminuição de usuários de língua geral, que foi progressivamente perdendo falantes e funções, entrou em franco declínio e deixou de ser usada majoritariamente nos centros urbanos, em meados do século XIX. Nessa condição, passou a ser língua local, falada apenas por "tapuios" e "caboclos" do interior. Na passagem para o século XX, embora continuasse desempenhando o papel de língua de contato com comerciantes e regatões em área exclusiva do alto rio Negro, ela retornou à condição de língua de índios, com uso predominante nas práticas sociais étnicas, restrito aos grupos dentro das aldeias.

No período de expansão, que durou mais de dois séculos, a LGA manteve sinais de sua vitalidade, fazendo parte da complexidade linguística da região. Ela se fez presente em todas as etapas do processo do deslocamento linguístico, conforme revelam o fluxograma e o mapa da distribuição de seus falantes, desenhados no quarto capítulo, com o objetivo de tornar visível seu papel mediador. Do ponto de vista regional, a LGA participou, como peça essencial, das sucessivas propostas de *aménagement* social e linguístico da Amazônia. Como língua de relação, produto da interação dos índios entre si e com o colonizador, esteve em contato com todas as línguas, durante o período estudado, em diferentes situações e diversos graus de bilinguismo, tornando-se, finalmente, a ponte para a portugalização da região.

As denominações encontradas nos documentos históricos, na literatura e ainda hoje circulando nos discursos locais – caboclo, tapuio, índio manso, brabo ou selvagem – se referem a uma taxonomia de caracterização étnica em que os usos da LGA funcionam como critério central e constituem a evidência de que essa língua

foi um elemento ordenador da variabilidade, num contexto de diversidade linguística. O fato de o senso comum compor essa taxonomia popular, criando categorias nativas para designar grupos cujo elemento de identificação tem como traço distintivo a relação com a LGA, dá uma dimensão de sua relevância no ordenamento social e na própria história da região. É importante ressaltar que, também no caso do monolinguismo de língua portuguesa regional, a relação com a LGA está marcada por um lastro histórico. O referente do termo "caboclo" é o falante individual de português, mas com a especificidade de ser proveniente de uma coletividade enraizada em língua geral amazônica.

A perda da hegemonia da LGA para a língua portuguesa tem uma contrapartida, no plano nacional, quando afloram as diferenças entre o português falado no Brasil e em Portugal. Nesse sentido, as diferenças representam pontos de vista conflitantes. Por um lado, elas são vistas como uma corrupção da língua de Camões, isto é, o desvio de uma norma padrão erudita, que, na realidade, estaria em Portugal, e não no Brasil. Entretanto, em outra perspectiva, essas diferenças se tornam emblemáticas, reivindicando na língua brasileira a construção de uma imagem nacional, em que o contato com as línguas indígenas é em parte responsável pela sua fisionomia. Parte da produção da literatura romântica reclama sua identidade nacional nessa perspectiva.

No que se refere à região amazônica, a hegemonia do português se processou tardiamente em relação ao restante do país, o que imprimiu marcas particulares em sua variedade regional. A documentação acusa, como foi visto, o uso da LGA, até metade do século XIX, em quase todas as atividades, evidenciando o desconhecimento da língua portuguesa, inclusive na própria escola, não só por parte dos indígenas ou dos mestiços, mas também dos escravos africanos e até de filhos de portugueses. Esse fenômeno se tornou visível por suas dimensões demográficas e, sobretudo, por se tratar de um fato insólito, num contexto em que as políticas

integradoras da modernidade pressupunham o caráter emblemático de uma língua – no caso, o português – representando o espírito nacional. Por isso mesmo, atraiu a atenção de alguns intelectuais renomados, que tentaram construir em torno da LGA e das línguas indígenas a busca da identidade nacional, no grande debate travado no século XIX.

Esse grupo importante de intelectuais, representando as instituições mais prestigiosas da época, construiu como seu objeto de estudo a LGA e, a partir dela, começou a produzir conhecimento metalinguístico, o que também não deixa de ser emblemático. No século XIX, o funcionamento de entidades como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com apoio político e com recursos do Estado, representava a circulação das ideias iluministas no Brasil, divulgando o pensamento científico e racional. Nesse contexto, a formação da área reconhecida como tupinologia, responsável por organizar a documentação e recolher os dados sistêmicos da língua, configurou a formação de um campo que faz parte da história do pensamento científico do país, com a preocupação de criar um *corpus* de estudo genuinamente brasileiro, com consequências no plano epistemológico.

Os trabalhos realizados nessa área apresentaram avanços significativos no que se refere à concepção de língua. Embora os pressupostos teóricos para abordá-la sejam provenientes do Romantismo alemão – que considera cada língua dotada de uma estrutura própria, como reflexo do pensamento e da cultura de cada povo –, os tupinólogos depararam com situações históricas de línguas em contato. Essa realidade linguística contribuiu para que eles revitalizassem as teorias canônicas, tomando distância em pontos cruciais no que se referia à epistemologia, sobretudo em duas questões: a primeira referente ao tratamento dispensado à oralidade e a segunda relativa ao enfoque dado à produção literária.

No século XIX, a única forma concebida como capaz de apreender a língua era o registro escrito e as únicas amostras conside-

radas legítimas para representá-la, do ponto de vista acadêmico, eram provenientes da literatura erudita, conforme se observa nas gramáticas e dicionários. Nessa perspectiva, as línguas ágrafas eram classificadas como bárbaras, rudimentares e incompletas, incapazes de produzir manifestações literárias, servindo apenas, no limite, de fontes para serem "traduzidas" por línguas civilizadas (escritas). Em consequência, as sociedades orais eram tratadas como deficientes, por serem "carentes de escrita". Coube aos tupinólogos a coleta de dados que permitiram questionar esse enfoque, chamando a atenção para o fato de essas sociedades haverem desenvolvido, com extrema eficiência, as potencialidades da oralidade, o que revelava que não eram "carentes de escrita", e sim "independentes da escrita". Portanto, nesse aspecto, eles desempenharam papel de vanguarda, ao reconhecerem a oralidade, assim como a variabilidade, na forma de se coletarem dados empíricos para construir um *corpus* linguístico, o que marcaria o pensamento científico do século XX.

Esse papel de vanguarda alcançou também a produção literária e o lugar que ocupa, tanto na constituição do corpus quanto na legitimação de representação da língua. A literatura é, como vimos, um dos componentes na configuração do *status* de uma língua, mas sua representação sempre esteve relacionada exclusivamente à escrita. Por essa razão, as manifestações literárias orais foram consideradas tecnicamente subdesenvolvidas e culturalmente atrasadas, e assim excluídas da história da literatura nacional. Coube aos tupinólogos do final do século XIX, influenciados pelos românticos, a iniciativa de criar um novo recorte, construindo como objeto a literatura oral, cuja produção não tinha suporte no registro escrito. Eles recolheram narrativas orais e poesia "selvagem" em LGA, registraram e documentaram as manifestações de uma literatura tapuia vigorosa e, nesse sentido, compatibilizaram a LGA com as denominadas "línguas de cultura".

Um dos indicadores da importância da LGA é justamente essa literatura de caráter ficcional, produzida na Amazônia no século

XIX, que pode ser denominada de tapuia, porque constitui um dos lugares em que é agenciada a experiência social e histórica dos tapuios e caboclos da região, embora suas origens possam estar enraizadas em tradições indígenas específicas, originalmente circulando em línguas particulares. Basicamente em suporte oral, sua temática é de natureza popular; dessa maneira, a literatura tapuia guarda relação com o processo instável de formação das línguas e seus movimentos nos espaços domésticos e das aldeias. Já a literatura regional escrita em língua portuguesa é basicamente urbana, mas dialoga permanentemente com essa complexidade linguística e tenta elaborar sua identidade regional, tematizando as relações interétnicas em que, embora o tapuio e/ ou o caboclo sejam personagens, não são suas experiências históricas nem suas visões de mundo que organizam o texto literário.

Uma das questões paradoxais debatidas neste livro reside na defasagem entre, de um lado, a importância da LGA para a história da região, e de outro, sua representação na memória coletiva. A LGA adquiriu tamanhas dimensão e visibilidade que, em torno dela, se configurou um objeto de estudo bastante vigoroso, sobretudo nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX. Nunca a produção sobre uma língua de origem indígena foi tão rica e diversificada quanto nesse período. Os estudiosos elaboraram dicionários e gramáticas, coletaram centenas de narrativas, reproduziram poesias, criaram material de ensino, dialogando com a produção dos séculos anteriores. No entanto, imediatamente depois, a LGA não só foi silenciada, como a memória sobre ela e seu papel histórico deixou de circular, fazendo com que essa informação, ausente dos currículos escolares e dos programas dos meios de comunicação, não faça parte atualmente da consciência dos amazonenses e paraenses, muito menos dos brasileiros. Os descendentes dos falantes de LGA há duas ou três gerações ignoram não apenas a língua, como também desconhecem o uso que era feito dela por seus avós. O único espaço em que transita, embora

de maneira restrita, fragmentada e cristalizada, é nas práticas orais da memória popular, emblematizada na copla da letra do carimbó epigrafada neste capítulo. Ela representa o registro popular do processo histórico aqui abordado, conservando um dos últimos fios da memória e talvez nela esteja a chave de acesso às explicações que proporcionam uma inteligibilidade razoável para o esquecimento.

Uma leitura possível é a de que os núcleos temáticos apresentados na letra de carimbó – "papagaio" e "bico" – se referem à identidade regional e à língua, construindo significados valorativos pela conotação afetiva acionada, como "bicho inteligente" e "dourado", respectivamente, na função de personagem central de uma pequena narrativa. O acontecimento está na oposição entre a fórmula reiterada de "ele falava tanto" para relatar o passado acabado e a referência ao presente – "agora está calado" –, que alude não só à perda da função comunicativa da língua, mas também à perda de seu significado identitário, porque a LGA perdeu sua eficiência representativa. Por último, a língua amazonense/paraense é uma metáfora desse *continuum* histórico formado pelas línguas em contato – a LGA e o português regional. Todos os elementos da história social das línguas estão aqui presentes, articulados numa coerência popular, incluindo a situação plurilíngue – "ele fala toda língua". Cabe à historiografia atribuir-lhes sentidos e significados.

Referências

Arquivos

ABAPP – Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1901.

CORRESPONDÊNCIA dos governadores, alvarás, cartas régias e decisões. a) "Do rei ao governador Maia da Gama Lisboa". Documento 181, 12 set. 1727; b) "Do governador Xavier de Mendonça ao rei". Documento 06, 16 nov. 1752; c) "Do governador Xavier de Mendonça a Tomé Corte Real", 27 fev. 1759.

ABL – Arquivo da Academia Brasileira de Letras. *Livro de actas*. a) "Parecer da Comissão de Lexicographia sobre o Diccionario tupi do major Pedro Luis Simpson" e "Acta da 16ª sessão", 8 abr. 1925, pp. 68-72; b) "Acta da 17ª sessão", 16 abr. 1925, pp. 76-80; c) "Acta da 18ª sessão", 23 abr. 1925, pp. 81-7.

AHE – Arquivo Histórico do Exército. *Fundo Guerra do Paraguai, 1865-1873*. "Circular dirigida ao presidente da Província do Amazonas sobre recrutas enviados para a Corte".

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. a) "Carta de D. João V a João da Maia da Gama", 23 jan. 1728 (Cópia paleográfica no Centro de Documentação da UA); b) "Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado". Pará, cx. 18, documento 1.758.

AN – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. *Fundos*. a) Eclesiástica: "Proposta do Bispo do Pará para nomeação de professor de língua geral no Seminário Episcopal de Belém", de acordo com Decreto n. 839, de 11 out. 1851; b) Junta da Real Fazenda da Capitania do Pará, 1769-1799; c) Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1859-1896; d) Tesouraria da Fazenda da Província do Pará, 1844-1889.

APA – Arquivo Público do Amazonas. Manaus, 1798-1863. Cartas régias, relatórios e falas de presidentes de Província e Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas.

BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: a) Manuscritos relativos ao Brasil: Maranhão e Grão-Pará, 1610-1855; b) Coleção Capistrano de Abreu: 1800-1927 – "Glossário tupi" e comentários sobre a *Gramática de língua geral*, do padre Luiz Figueira; c) Coleção Nogueira da Silva

(ou Gonçalves Dias), 1857-1861 – correspondência de Gonçalves Dias com J. A. Rodrigues, Von Martius e Joaquim Caetano da Silva sobre a língua geral; d) Coleção Rodolfo Garcia, 1930-1940 – correspondência ativa e passiva do titular, com críticas aos trabalhos de Hartt e Cabral sobre a língua geral.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. a) Arquivo Ernesto Ferreira França: 1798-1887 – "Relatório dirigido ao Imperador Pedro II sobre as línguas indígenas e a língua geral"; b) Arquivo José Bonifácio: 1821-1822 – "Notas sobre a extensão da língua geral ou guarani; c) Arquivo Padre João Pedro Gay: 1862 – *Dicionário francês-guarani* e *Gramática guarani-tupi*.

Relatórios provinciais

AMARAL, Angelo Thomaz do. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 1ª de outubro de 1857, pelo presidente da província, Angelo Thomaz do Amaral*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858.

COELHO, Leovigildo Souza. *Relatório sobre o estado das povoações do Rio Negro. Documento nº 4, anexo à Mensagem de M. C. Carneiro da Cunha*. Pará: Typografia F. Rhossard, 1862.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Fala Dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 3 de maio de 1861*. Manaus: Typografia Silva Ramos, 1861.

-----. *Relatório dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na sessão ordinária de 3 de maio de 1862*. Pará: Typografia F. Rhossard, 1862.

-----. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha passou a administração da Província do Amazonas ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Gomes de Miranda em 19 de janeiro de 1863*. Maranhão: Typografia Frias, 1864.

CUNHA JÚNIOR, Domingos José da. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Júnior, presidente da Província do Pará, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1873*. Pará: Typografia do Diário do Grão-Pará, 1873.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso do Exmo. Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 14 de abril de 1841*. Pará: Typografia Santos & Menor, 1841.

FURTADO, Francisco José. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 7 de setembro de 1858*. Manaus: Typografia Silva Ramos, 1858.

MATTOS, João Wilkens de. *Relatório da Diretoria Geral dos Índios*. (Anexo do relatório apresentado por Francisco José Furtado.) Manaus: Typografia Silva Ramos, 1858.

~~~~. *Relatório dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de março de 1870*. Manaus: Typografia do Amazonas, 1870.

MELLO, Antônio Epaminondas de. *Relatório dirigido ao Sr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira na entrega da administração da província, em 24 de agosto de 1866*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1866.

PARANAGUÁ, José. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da 2ª sessão de 25 de março de 1883*.

PENA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas em 1º de agosto de 1854*. Barra do Rio Negro: Typografia de Manoel da Silva Ramos, 1854.

VIEIRA, João Pedro Dias. *Relatório do presidente da Província do Amazonas*. Barra do Rio Negro: Typografia de Manoel da Silva Ramos, 1856.

OUTROS

ACCIOLY, Ignácio de Cerqueira e Silva. *Corografia paraense ou descripção física, histórica e política da província do Gram Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833.

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941 [1641].

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas – Xingu*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.

ADONIAS, Isa. *A cartografia da Região Amazônica*. Rio de Janeiro: INPA, 1963, 2 v.

AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.

ALFARO, Consuelo. "As políticas linguísticas e as línguas ameríndias". *Liames – Línguas Indígenas Americanas* (revista do Instituto de Estudos da Linguagem), Campinas (Unicamp), 2001, 1, pp. 31-42.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios*. Brasília: EDUnB, 1997.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Diccionario topographico, historico e descriptivo da comarca do Alto Amazonas*. Manaus: Grafima, 1984 (reprodução fac-similada da edição de 1852, impressa em Recife).

~~~~. *Simá. Romance histórico do Alto Amazonas*. Pernambuco: F. C. de Lemos e Silva, 1857.

AMORIM, Antônio Brandão de. *Lendas em nheengatu e em português*. Manaus: Fundo Editorial ACA, 1987.

AMORIM, Francisco Gomes de. *Garret – memórias biográphicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881 (I) e 1884 (II e III), 3 v.
——. "Ódio de raça". *Theatro de Francisco Gomes de Amorim*. Lisboa: Typografia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.
——. *O cedro vermelho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, 2 v.
——. *Os selvagens*. Lisboa: Mattos Moreira, 1875.
ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1983.
APPEL, René e MUYSKEN, Pieter. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: Ariel Linguística, 1996.
ARENDS, Jacques, MUYSKEN, Pieter e SMITH, Norval (orgs.). *Pidgins and creoles, an introduction*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
AUROUX, S. "A hiperlíngua e a externalidade da referência". In ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas: Unicamp, 1994.
AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.
AYROSA, Plínio, "Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani". *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 1943, 4 (33), pp. 1-307.
——. "Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani". 2 ed. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 1954, 28 (169), pp. 1-261.
AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Lisboa/Coimbra: Tavares Coelho/ Universidade, 1901/1930.
BAENA, Antônio L. M. *Representação ao Concelho Geral da Província do Pará sobre a especial necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província*. Belém: ABAPP, 1901 [1831], t. 2, pp. 241-92.
——. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Pará: Santos & Cia., 1839.
BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, v. 1; Hannover: Völkerkundliche Abhandlungen, 1968, v. 2.
BARBOSA, Antônio Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
——. *Curso de tupi antigo. Gramática. Exercícios. Textos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
——. *Pequeno vocabulário português-tupi*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.

BARROS, Maria Cândida D. M. "O intérprete jesuíta na constituição de um tupi supraétnico". *Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília (Thesaurus/UnB), 1994a, 3 (2), pp. 18-25.
-----. "Os intérpretes jesuítas e a gramática tupi no Brasil (século XVI)". *Cadernos de Ciências Humanas do Museu Goeldi*, Belém, 1994, n. 4.
-----. "Uma visão romântica da língua tupi". *Amerindia – Revue d'Ethnolinguistique Amerindienne*, Paris, 1990, 15, pp. 85-94.
-----. "Um caso de política linguística: a questão do intérprete e do discurso religioso no Brasil colonial". *Amerindia – Revue d'Ethnolinguistique Amerindienne*, Paris, 1986, 11, pp. 69-77.
-----. *Política de lenguaje en Brasil colonial (1549-1749)* (dissertação). México: Escuela Nacional de Antropologia e Historia, 1982.
-----. "Política de estandarización del tupi en el Brasil colonial". *Revista de la ENAH*, Cuicuilco, 1980, 12, pp. 19-25.
-----. "Notas sobre a política jesuíta da língua geral na Amazônia (séculos XVII e XVIII)". In FREIRE, José R. Bessa e ROSA, Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
BASTOS, A. C. Tavares. *O vale do Amazonas*. São Paulo: Nacional, 1975.
BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979 (existe outra edição, mais completa: Editora Nacional, 1944).
BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.
BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões*. São Paulo: Loyola,1983.
BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. Belém: Fundação Cultural do Pará, 1990 [1910].
BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do estado do Amazonas*. Manaus: ACA, 1985 (edição fac-similada de 1925).
BORGES, L. & NUNES, J. "Les langues générales et la grammatisation des langues indiennes". *Langages*, Paris, 1998, 130, pp. 52-67.
BORGES, Luis C. "O nheengatu: uma língua amazônica". *Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília (UnB), 1996, 4 (2), pp. 44-55.
-----. "O nheengatu na construção de uma identidade amazônica". *Boletim do Museu Goeldi*, Belém, 1994, 10 (2), pp. 107-135. (Série Antropologia).
-----. *A língua geral amazônica: aspectos de sua fonêmica* (dissertação). Unicamp, 1991.
BREZINGER, Matthias. "Langues minoritaires: un héritage culturel". *Diogène*, Paris, 1993, 161, pp. 3-21.
BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

CABRAL, Ana Suely. *Contact-induced change in western Amazon: the non-genetic origin of the Kokama language* (tese). University of Pittsburgh, 1995.

_____. "Algumas observações sobre a história social da língua geral amazônica". In SIMÕES, Maria do Socorro (org.). *Memória e comunidade – entre o rio e a floresta*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000, pp. 103-129.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Bibliographia da língua tupi ou guarani também chamada língua geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARVAJAL, Gaspar de. *Descobrimentos do rio Amazonas*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941 [1542].

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da Costa. *Aprendiz de selvagem. O Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Campo das Letras, 2000.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1984.

CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COELHO, Olga. "Léxico e autonomia linguística no Brasil do século XIX". *XVII Encontro Nacional da ANPOLL*. Gramado, 2002.

COUDREAU, Henri A. *La France equinoxiale*. Paris: Challamel Ainé, 1886-1887.

COUTO, Hildo H. "Política e planejamento linguístico na Guiné-Bissau". *Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília (UnB), 1990, 1 (1), pp. 47-58.

_____. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: UnB, 1996.

CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: CNPq/INPA, 1958.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 1992.

DANIEL, João."Tesouro descoberto no rio Amazonas". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1976, 95 (I e II).

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia. Planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

DIAS, Gonçalves. *Relatório da visita às escolas públicas de primeiras letras das freguesias do Solimões* (anexo da *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*). Manaus: Tipografia Silva Ramos, 1861 (reeditado no v. 2 dos *Relatórios da presidência da Província do Amazonas*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1906).

~~~~. *Dicionário da língua tupi, chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1858.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil – Alagoas e Amazonas*. Rio de Janeiro: DGE, 1872, v. 2.

D'ORBIGNY, Alcides. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

ECKAR, Anselmo. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*. São Paulo: Loyola, 1987.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

~~~~. *Tupis e guaranis: estudos de etnonímia e linguística*. Salvador: Museu da Bahia/Secretaria de Educação e Saúde, 1947.

ELIA, Sílvio. *A unidade linguística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

EMMERICH, Charlotte. *A língua de contato no Alto Xingu. Origem, forma e função* (tese). UFRJ, 1984.

FABRE, Alain. *Las lenguas indígenas sudamericanas en la actualidad: diccionario etnolingüístico clasificatorio y guia bibliográfica*. Tampere: University of Technology, 1994.

FARIA, Francisco Raimundo Correia. *Compêndio da língua brasílica para uso dos que a elle se quizerem dedicar*. Pará: Santos Filhos, 1858.

FÉLIX, Maria Ivanete de Santana. *A língua geral amazônica: contribuição para o estudo de suas variedades dialetais faladas ao longo do rio Amazonas e seus tributários no século XIX* (dissertação). UFPA, 2002.

FERNANDES, Adaucto. *Gramática tupi. Histórica, comparada e expositiva*. Fortaleza: Coelho Branco, 1924 (2 ed. Rio de Janeiro, 1961).

FIGUEIRA, Luiz. *Arte de grammatica da língua brasílica*. Leipzig: B. G. Teubner, 1878 (reprodução fac-similar por J. Platzmann, sob o título *Grammatica da língua do Brasil*).

FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/USP, 1977.

FRANCHETTO, Bruna. "O conhecimento científico das línguas indígenas da Amazônia no Brasil". In QUEIXALÓS, F. e RENAULT-LESCURE, O. (orgs.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: ISA, 2000, pp. 166-182.

FREIRE, José R. Bessa. "Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira". *Amerindia. Revue d'Ethnolinguistique Amerindienne*, Paris, 1983, 8, pp. 39-83.

——. "A organização da força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e do Peru". In BERG, Walter et al. (orgs.). *As Américas do Sul: o Brasil no contexto latino-americano*. Tübingen: Niemeyer, 2001a, pp. 140-50.

——. "Portugueses, índios e a organização da força de trabalho na Pan-Amazônia". In TORRES, Sônia (org.). Raízes e rumos. Perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7letras, 2000b, pp. 116-26.

——. *A Amazônia colonial (1616-1798)*. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

—— (org.). *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995-1996, 2 v.

——. "Combien vaut un indien en Amazonie". *Sauve Qui peut... l'Amazonie*, Paris, 1983, 3, pp. 19-23.

——. "A documentação sobre línguas existente em arquivos do Rio de Janeiro". *XIII Encontro Nacional da ANPOLL. III Encontro Setorial do Grupo de Trabalho em Historiografia da Linguística Brasileira*. Campinas, 10, 11 e 12 jun. 1998.

——. "Manáos, barés e tarumãs". *Amazônia em Cadernos. Revistas do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas*, Manaus, 1994, 2 (2-3), pp. 159-79.

FREIRE, José R. Bessa e ROSA, Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1959.

HAMEL, Rainer Enrique. "Política y planificación del lenguaje: una introducción". *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma Metropolitana*, México, 1993, 29 (13), pp. 5-39.

HARTMANN, Thekla. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. Berlim: Hans Becher, 1984, v. 3.

HARTT, Charles Frederick, "Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 54*. Rio de Janeiro, 1938.

——. "Contribuições para a Ethinologia do Valle do Amazonas". *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Volume consagrado à Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional a 29 de julho de 1882. Rio de Janeiro, 1885, 6, pp. 1-174.

HEATH, Shirley Brice. *La política del lenguaje en México: de la colonia a la nación*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1977.

HENRY, Louis. Démographie. *Analyse et modèles*. Paris: Larousse, 1972.

HEMMING, John. *Red gold. The conquest of the Brazilian indians*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

HEYE, Jurgen. "Línguas em contato; considerações sobre bilinguismo e bilingualidade". In MORAIS, J. e CABRAL, Leoni Grimm (orgs.). *Investigando a linguagem. Homenagem a Leonor Scliar Cabral*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.
IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Nova Fronteira/UFMG, 2000.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.
JANCSÓ, István (org.). *Elites regionais e construção do Estado nacional*. São Paulo: Hucitec, 2003.
JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999a.
----- (org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999b.
----- e HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. "A literatura e a identidade nacional linguística: José de Alencar e Walter Scott". *Gragoatá*, Niterói, 1997, n. 2, pp. 29-40.
KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.
KIEMEN, Mathias. *The Indians policy of Portugal in the Amazon Region (1614-1693)*. Washington: The Catolic University of America Press, 1954.
LA CONDAMINE, Ch. M. *Voyage sur L'Amazone*. Paris: Maspero, 1981 [1745].
LAPLANTINE, François. *Chefs pour l'anthropologie*. Paris: Lafont, 1987.
LAS CASAS, Bartolomé de. *Historia de las Indias*. México: Fondo de Cultura Economica, 1992, 3 v.
LAUCHO RIVAS, Margarita Elisa. *Presentación introductoria de textos ñeengatu en el município San Carlos de Rio Negro – Estado Amazonas* (monografia de graduação). Universidad Central de Venezuela, 2003.
LE COINTE, Paul. *L'Amazonie brésilienne*. Paris: Soc. d'Editions Géographiques, 1922, v. 2.
LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/INL, 1938-1950, v. 10.
LEITE, Yonne. "A gramática de Anchieta. 500 anos de língua tupi". *Ciência Hoje*, ago. 2000, 28 (163), pp. 41-47.

—— "A arte de gramática na língua mais usada na costa do Brasil e as línguas indígenas brasileiras". In FREIRE, José R. Bessa e ROSA, Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, pp. 11-24.

LOUKOTKA, Cestmir. *Classification of South American Indian languages*. Los Angeles: University of California/Johannes Wilbert Ed., 1968.

—— "La Langue taruma". *Journal de la societé des Américanistes*, Paris, 1949, 38, pp. 53-65.

LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida. *Dom Macedo Costa (Bispo do Pará)*. Belém: Cruzada da Boa Imprensa, 1939 (edição fac-similada: Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1992).

MACHADO, Maria Helena P. T. *Introdução. Diário íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAGALHÃES, J. V. Couto de. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876 (outra edição: Itatiaia/EDUSP: Belo Horizonte/São Paulo, 1975).

—— et al. "Parecer acerca da obra do Sr. Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1876b, 39 (53), pp. 379-86.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História da língua portuguesa. Guia de Estudo*. Coimbra: Textos Pedagógicos e Didáticos – Gabinete de Publicações, 1995.

MARAJÓ, Barão de. *As regiões amazônicas. Estudos chorographicos dos estados do Gram-Pará e Amazonas*. Lisboa: Libânio da Silva, 1895 (edição fac-similada da Secretaria de Estado da Cultura de Belém, 1992).

MARCOY, Paul. *Voyage à travers l'Amérique du Sud, de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique*. Paris: Hachette, 1869, v. 2.

MARTIUS, C. F. P. von. *Glossaria linguarum brasiliensium. Glossários de diversas lingoas e dialectos, que fallão os índios no Império do Brazil*. Erlange: Duck von Junge & Sohn, 1863.

MATTA, Alfredo Augusto da. *Vocabulário amazonense: contribuição para o seu estado*. Manaus: IGHA, 1939.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo de Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOS, João Wilkens de. *Roteiro da primeira viagem do vapor Monarcha, desde a cidade da Barra até a povoação de Nauta, no Peru*. Cidade da Barra: Typografia Silva Ramos, 1854.

MAW, H. Lister. Narrativa de passagem do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes, nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas até o Pará. Manaus: ACA, 1989 (reprodução fac-similar da edição impressa em Liverpool, em 1831).

MEGGERS, Betty. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
MELIÁ, Bartolomeu et al. *O guarani. Uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo: Fundames, 1987.
MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
MIRANDA, Bertino de. *A cidade de Manáos. Suas histórias e seus motins políticos*. Manaus: J. Renaud, 1908 (Manaus: Umberto Calderaro, 1984).
MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário paraense*. Belém: UFPA, 1968 [1905].
MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. "O tupi do século XVIII (tupi-médio)". In FREIRE, José Ribamar Bessa e ROSA, Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
MONTEIRO, John. "O escravo índio, esse desconhecido". In GRUPINI, Luis Donisete (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.
MONTELLO, Josué (org.). *Gonçalves Dias na Amazônia. Relatórios e diário da viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro: ABL, 2002.
MOORE, Denny. "Linguistics and Amazonia". *Congresso Anual da American Anthropological Association: New Orleans*. Belém: Museu Goeldi, 1990a (mimeo).
——. "Documentação de cinco línguas tupi urgentemente ameaçadas". Projeto apresentado ao *Endangered Languages Documentation Programme*. Belém: Museu Goeldi, 2003.
—— et al. "Nheengatu: notas sobre sintaxe e desenvolvimento histórico". *Anais do V Encontro da ANPOLL*. Recife, 1990 (mimeo).
—— et al. "Nheengatu (língua geral amazônica), its history, and the effects of language contact". In LANGDON, M. (org.). *Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas*, Berkeley, 1993, 2 (4), pp. 93-118.
MOREIRA, Vivaldi. "Prefácio". In COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O selvagem*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.
MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
MORENO F., Francisco. *Princípios de sociolingüística y sociologia del lenguaje*. Barcelona: Ariel Linguística, 1998.
NERY, F. José de San'Anna. *O país das Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979.
NIMUENDAJU, Curt. "Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés, apresentado ao SPI do Amazonas e Acre em 1927". *Journal de la Société des Americanistes*, Paris, 1950, 39, pp. 125-82.

NINYOLES, Rafael Luís. *Idioma y poder social*. Madri: Tecnos, 1976.
NOGUEIRA, Batista Caetano de Almeida. "Esboço gramatical do abáñeê ou língua guarani, chamada também no Brasil língua tupi ou língua geral, propriamente abañeênga". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1879, 6, pp. 1-90.
~~~~. "Apontamentos sobre o abañeênga também chamado de guarani ou tupi ou língua geral dos Brasis". *Ensaios de Sciencia*, Rio de Janeiro, 1876, 1, pp. 1-77.
NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro de viagem da cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses nos rios Amazonas e Negro*. Rio de Janeiro: Edição de José Pereira da Silva, 1997.
OLIVEIRA, Gilvan Muller de. "Nheengatu, tukano e baniwa, primeiras línguas indígenas oficiais no Brasil". *Informe IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística*, Florianópolis, 2003, 1, p. 2.
ORJUELA, Héctor H. *Yurupary: mito, leyenda y epopeya del Uaupés*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1983.
ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
~~~~. "La danza de las gramáticas. La relación entre el tupi y el portugués de Brasil". *Iztapalapa*, México, 1993, 29 (13), pp. 54-74.
~~~~ (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Cáceres/Campinas: Pontes, 1988.
~~~~ (org.). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.
~~~~ e SOUZA, Tânia. "A língua imaginaria e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem". In ORLANDI, Eni (org.). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988, pp. 27-40.
PACHECO, Carlos. *La comarca oral*. Caracas: La Casa de Bello, 1992.
PAYEMA, Zoyla. *Diccionario de ciencias nyeengatu*. Bogotá: Fundación Etnollano, 2002.
PEREIRA, Lúcia-Miguel. "Diário de viagem de Gonçalves Dias ao rio Negro". *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. (Coleção Documentos Brasileiros.)
PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. "Imprensa e modernidade: relato de pesquisa em curso". *Amazônia em Cadernos. Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas*, Manaus, 1993-1994 2 (2-3), pp. 195-206.
PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem*. Manaus: Valer, 2001.
PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros. Trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: Ed. da UEA, 1999.
QUEIXALÓS, F. e RENAULT-LESCURE, O. (orgs.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
~~~~

RAIOL, Domingos Antônio. *Catecechese de índios do Pará*. Belém: ABAPP, 1900, v. 2.
RAJAGOPALAN, Kanavillil. "O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?". In SIGNORINI, Inês (org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, pp. 21-46.
RANAURO, Hilma. "O legado de Sílvio Elia: um pouco de sua contribuição ao estudo e ensino do português do Brasil". *Humanitas. Historiografia da Linguística Brasileira*, São Paulo, 1999, 4, pp. 16-32.
REICH, Uli. "Mudança sintática e pragmática na língua geral amazônica: marcação de caso e sistema pronominal". *I Colóquio sobre Línguas Gerais*. UERJ/UFRJ/ANPOLL, 2000.
REIS, Artur César Ferreira. "A língua portuguesa e a sua imposição na Amazônia". *Revista de Portugal-Língua Portuguesa*, Lisboa, 1961, 23, pp. 491-500.
———. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Manaus: INPA, 1958.
———. *Manáos e outras villas*. Manaus: UEA, 1999.
———. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
———. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém: Gráfica da Revista Novidade, 1940.
RENAN, Ernest. "O que é uma nação?" [1882]. In ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ/Instituto de Letras, 1997, pp. 12-43.
RIVET, Paul. "Languages de l'Amérique du Sud et des Antilhes". *Les langues du monde par un groupe de linguistes*. Paris, 1964.
ROBIN, Michael Wright. *History and religion of the Baniwa peoples of the upper Rio Negro Valley* (tese). Stanford University, 1980.
RODRIGUES, Aryon D. "As outras línguas da colonização do Brasil". In CARDOSO, Suzana et al. (orgs.). *500 anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2002.
———. "Panorama das línguas indígenas da Amazônia". In QUEIXALÓS, F. & RENAULT-LESCURE O. (orgs.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: IRD/ISA/MPEG, 2000, pp. 15-28.
———. "O conceito de língua indígena no Brasil: os primeiros cem anos (1550-1650) na costa leste". *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, 1998, v. 1, pp. 59-78.
———. "Descripción del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta". In ZIMERMANN, Klaus (org.). *La descriptión de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt a. M.: Vervuert/Madri: Iberoamericana, 1997, pp. 371-400.

——. "As línguas gerais sul-americanas". *Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília, Thesaurus/UnB, 1996, 4 (2), pp. 6-18.
——. "Diversidade linguística na Amazônia". *Anais do Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia*. Belém: Sindamazônia, 1992.
——. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
——. "Relações internas na família linguística tupi-guarani". *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1984/1985, 27/28, pp. 33-53.
——. "A classificação do tronco linguístico tupi". *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1964, 12, s. p.
RODRIGUES, João Barbosa. *Mbaé Kaá Tapyiyetá Enoyndaua ou a botânica – nomenclatura indígena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905 (edição fac-similada de 1992, organizada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: 1890, 14 (2), pp. 1-337.
——. "A língua geral do Amazonas e o guarani". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1888, suplemento ao n. 51.
RODRIGUES, José Honório, "A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial". *Humanidades*, Brasília (UnB), 1983, 1 (4), pp. 21-41.
RODRIGUEZ, Manuel. *El marñon y Amazonas: historia de los descubrimientos, entradas y reducción de naciones, trabalhos malogrados e algunos conquistadores y dichosos de otros*. Madri: Imprensa A. G. Reyes, 1684.
ROMAINE, Suzanne. *Bilinguism*. Oxford: Basil Blackwell, 1995.
ROMANO, Ruggiero. *Les mécanismes de la conquéte coloniale: les conquistadores*. Paris: Flammarion, 1972.
ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977 [1888].
ROSA, Maria Carlota. "A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII". In FREIRE, J. R. Bessa e ROSA, M. C. (orgs.). *Línguas gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, pp. 133-146.
——. *As gramáticas jesuíticas e as línguas peregrinas do Novo Mundo. Uma concepção de gramática universal*. Rio de Janeiro: 1997 (mimeo).
——. "Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram?". *Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília (UnB), 1992, 2 (1), pp. 85-98.
ROZWADOWSKI, Conde. *Roteiro da viagem redonda do vapor "Marajó" desde a cidade da Barra do Rio Negro, capital da Província do Amazonas, até a povoação de Nauta, no Peru*. Barra do Rio Negro: Typografia Silva Ramos, 1854.

SÁ DE MIRANDA. *Poesias de F. Sá de Miranda*. Halle: C. Michaëlis de Vasconcelos, 1885 [1538].
SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. "Diário da viagem que, em visita e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente geral da mesma". *As viagens do ouvidor Sampaio*. Manaus: Fundo Editorial ACA, 1985.
SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional. Introdução e notas de F. G. Edelweiss*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1955 [1901].
SCHMIDT-RISE, Roland. "Condições da mudança em nheengatu: pragmática e contatos linguísticos". *I Colóquio sobre Línguas Gerais*. UFRJ/UERJ/ANPOLL, 2000 (mimeo).
SEIXAS, Manoel Justiano de. *Vocabulário da língua indígena geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*. Pará: Typografia de Mattos e Companhia, 1853.
SÉRGIO, Antônio. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
SERRÃO, Joel (org.). *Pequeno dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
SILVA, Ignácio Accioly de Cerqueira e. *Coreografia paraense ou descrição física, histórica e política da Província do Gram-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833.
SILVA, J. Romão da. *Evolução do estudo das línguas indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.
SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
———. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1950.
SOBRINHO, Barbosa Lima. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
SOLANO, Francisco de (org.). *Documentos sobre política linguística em Hispanoamerica (1492-1800)*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
SOUZA, André Fernandes de. "Notícias geográficas da capitania do Rio Negro no grande rio Amazonas". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1848, 10, pp. 411-504.
SOUZA, Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas*. Pará: Typografia do Futuro, 1873 (Manaus: ACA, 1988).
———. *Comissão do Madeira, Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874 (1ª parte) e 1875 (2ª e 3ª partes).
SOUZA, Herculado Inglês de. *O cacaulista*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

——. *O missionário*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
——. *O coronel sangrado*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968 [1877].
SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EDUFF, 1999.
——. "Identidade nacional e histórica da literatura: a contribuição de Joaquim Norberto". In JOBIM, J. L. (org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 9-22.
SOUZA, Tânia C. C. de. "Aspectos da historicidade da língua portuguesa falada no Brasil". In ORLANDI, Eni (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Cáceres/Campinas: Unemat/Pontes, 2001, pp. 155-65.
SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Carl F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo/Itatiaia: EDUSP, 1981, v. 3.
STRADELLI, Ermano. "Vocabulário da língua geral português-nheengatu e nheengatu-português, precedidos de um esboço de grammática nheenga-umbuê-sáua-miri e seguidos de contos em língua geral nheengatu poranduua". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1929, 104 (158), pp. 9-768.
SWEET, David G. *A rich realm of nature destroyed: the middle Amazon Valley (1640-1750)* (tese). University of Wisconsin, 1974.
SYMPSON, Pedro Luis. *Grammática da língua brazílica geral, fallada pelos aborígenes das províncias do Pará e Amazonas*. Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1877.
TASTEVIN, C. "Grammática da língua tupy". *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 1923, 13, pp. 1-63.
TAYLOR, Gerald. "Apontamentos sobre o nheengatu falado no rio Negro, Brasil" *Amerindia. Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne*, Paris, 1985, 10, pp. 5-23.
THOMASON, S. G. & KAUFMAN, T. *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1988.
TORERO, Alfredo. *El quechua y la historia social andina*. Lima: Universidade Ricardo Palma, 1974.
TORRES, D. José Afonso Morais. *Itinerário das visitas do Exmo. Sr. Dom José Afonso*. Belém, 1852.
——. "Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas". *Revista do Instituto Histórica e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1854, 17, pp. 535-76.
VAZQUEZ DE ESPINOSA, Antonio. *Compendio y descriptión de las Indias Occidentales*. Washington: Smithsonian, 1948 [1628-1629].

VERISSIMO, José Dias de Mattos. "As populações indígenas e mestiças da Amazônia: linguagem, crenças e costumes". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1887, 50 (1), pp. 295-390.
~~~~. *Primeiras páginas. Viagens no sertão. Quadros paraenses. Estudos*. Belém: Guttenberg, 1878.
VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hesdra, 2001, v. 2.
WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.
WEINREICH, Uriel. *Languages in contact*. The Hague/Paris/Nova Iorque: Mouton, 1953.
WRIGHT, Robin. *History and religion of the Baniwa peoples of the upper Rio Negro Valley* (tese). Stanford University, 1981.
ZILBERMAN, Regina. "História da literatura e identidade nacional". In JOBIM, J. L. (org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 23-56.
~~~~

Sobre o autor

José Ribamar Bessa Freire é professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio), no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nesta última, coordena o Programa de Estudo dos Povos Indígenas e defendeu a tese de doutoramento em Literatura Comparada, que resultou neste livro, ao qual se soma uma extensa bibliografia de textos publicados no Brasil e no exterior.

Formato 14 x 21
Tipologia: Goudy Old Style (texto) Gill Sans MT Shadow (títulos)
Papel: Polén Soft Natural 80 g/m^2 (miolo)
Supremo 250 g/m^2 (capa)
CTP, impressão e acabamento: Armazém das Letras